**(CON) VIVEMOS NUMA SOCIEDADE JUSTA E DECENTE? CRÍTICAS, ENVOLVIMENTOS e TRANSFORMAÇÕES**

**Índice**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | O que de perturbador (con) vive connosco nos mundos plurais que compõem as socialidades abertas? As inquietações políticas e morais trazidas pelas (in) justiças e as (in) decências da vida em comum (*José Resende; Alexandre Martins*)…………………............................... | xxx |
| Capítulo I | |  |
| **A construção da crítica: da espacialização da saudade à responsabilização da responsabilidade…………………..** | | xxx |
|  | O associativismo entre os emigrantes qualificados: a saudade nas representações positivas e negativas de categorização sobre a pátria (*Ana C. Cotovio*)………..…….. | xxx |
|  | O Processo de Consolidação da Responsabilização da Responsabilidade Social das Organizações: Uma reflexão Teórica Acerca das Críticas (*José Resende; Mónica Freitas).*……………………………………………………….… | xxx |
| Capítulo II | |  |
| **Envolvimentos plurais em proximidade: a aceitação e o reconhecimento do Outro vulnerável………………………** | | xxx |
|  | Expor e resguardar os corpos vulneráveis: conflituantes direitos de transitar o espaço público mediadas por ações solidárias e de reparação (*José Resende*)……………………………………………………………………. | xxx |
|  | Do reconhecimento da vontade do outro ao apaziguamento de tensões: uma análise exploratória de quotidianos profissionais em cuidados paliativos (*Alexandre Martins; Catarina Delaunay*)……………………… | xxx |
| . | A construção social da infertilidade enquanto doença e problema de saúde pública: juízos, mobilizações e sentidos de justiça em situações de vulnerabilidade (*Catarina Delaunay*)………………………………………...………… | xxx |
| Capítulo III | |  |
| **Decências e indecências na educação: da socialização política dos alunos à capacitação adolescente……………** | | xxx |
|  | Será a sociedade dos alunos uma sociedade (in) decente? Perspetivas, críticas e situações (*José Resende; Pedro Caetano*)……………………………………...……….................. | xxx |
|  | Efeitos metodológicos da capacitação adolescente: questionamentos críticos a propósito de uma pesquisa em espaço escolar (*Maria M. Vieira*)…………………………… | xxx |
|  | O papel da escola na socialização política dos alunos autóctones e descendentes de imigrantes. Juventude, socialização política e escola. Considerações preliminares (*Vera Henriques*)………………………………...…. | xxx |
| Capítulo IV | |  |
| **Podemos tolerar o que é da ordem do turbulento? Conflitos e controvérsias entre o (in)justo e o (in)decente…………………………………………………………………** | | xxx |
|  | Entre o decente e o justo: racismo e cisma na cidade do Rio de Janeiro (*Fabio R. Mota*)……………………..………….….. | xxx |
|  | Manifestações da intolerância religiosa no Rio de Janeiro: visibilidade, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos na esfera pública (*Ana P. Miranda*)…………………………………………………………………… | xxx |
| Capítulo V | |  |
| **Lixos de uns, luxos de outros: disputas e controvérsias em torno das questões ambientais e do território………………………………………………..…………………..** | | xxx |
|  | Associativismo de causas: Disputas e controvérsias públicas no domínio do ambiente em Portugal (*Pedro Duarte*)……………………………………………………………………… | xxx |
|  | Da senzala à favela: apontamentos sócio-históricos acerca das relações entre imprensa e segurança pública no Rio de Janeiro (*Edilson Silva*)…………….………. | xxx |
|  | Entre o “lixo” e o “luxo”: direito e reconhecimento entre moradores do *campus* universitário da Ilha do Fundão (Rio de Janeiro, Brasil) (*Letícia Freire*)…............... | xxx |

## O que de perturbador (con) vive connosco nos mundos plurais que compõem as socialidades abertas? As inquietações políticas e morais trazidas pelas (in) justiças e as (in) decências da vida em comum

José Manuel Resende[[1]](#footnote-1)

Alexandre Martins[[2]](#footnote-2)

Porque se mobilizam criticamente as pessoas? Esta é uma pergunta para a qual as ciências sociais têm vindo, nas últimas décadas, a procurar resposta. Se podemos, por um lado, afirmar que a crítica e a denúncia são dispositivos fundamentais para a mobilização individual e colectiva nas sociedades modernas, em geral, e mais acentuadamente nas sociedades de modernidade liberal alargada (Wagner, 1996), cabe também esclarecer que os quadros ético-morais, cognitivos e actantes que organizam as operações críticas e de denúncia e as consequentes mobilizações em seu redor podem diferir significativamente, quer de acordo com a sua historicidade, quer de acordo com as múltiplas situações em que os atores se encontram uns perante os outros em tempos e lugares descompassados. .

Um primeiro quadro a que nos podemos referir, neste âmbito, é o da justiça. A crítica assume aqui o papel de denúncia da injustiça. Tendo a justiça que ver com a distribuição ou troca de bens comuns (Boltanski & Thévenot, 1991), de acordo com determinadas convenções e critérios sociais, a crítica e a denúncia estão associadas àquilo que se considera ser uma distribuição ou troca não adequada desses mesmos bens (face às convenções socialmente reconhecidas), e portanto, classificada como injusta. As investigações neste domínio têm igualmente demonstrado como as disputas sobre o carácter justo ou injusto de uma situação são rotineiramente levadas a cabo pela convocação, com intuitos justificativos ou críticos, de uma ou várias ordens de convenções que especificam, cada uma delas, um sentido do justo, em função da sua orientação para uma determinada forma de bem comum.

Mas as críticas e denúncias que têm por base o sentido de justiça ordinário dos atores sociais não resumem o espectro das modalidades de juízo e de ação a partir das quais se operam ações críticas. Podemos observar, recorrentemente, um outro quadro organizador das operações críticas. Aqui, a crítica e a denúncia procedem de situações encaradas pelos atores sociais como humilhantes, no sentido de atentarem ao que estes consideram ser a dignidade dos seres humanos. Estes casos ocorrem a partir daquilo que os atores entendem ser uma ausência de reconhecimento da humanidade em si próprios ou no(s) outro(s), atos ou omissões cuja identificação resulta numa qualquer forma de indignação. Deste ponto de vista, as exigências morais ativadas pela crítica e pela denúncia podem ser perspectivadas como demandas de reconhecimento, enraizadas em concepções antropológicas sobre a condição humana e o sentido da humanidade, sustentadas pelos atores críticos. Seja em situações limites com danos irreparáveis para aqueles que experimentam a humilhação, seja em situações comuns pela sua regularidade cujos danos humilhantes podem ser atenuados ou remediados, seja ainda em situações compostas por momentos de transição entre os primeiros e os segundos as concepções antropológicas sobre as fronteiras entre ser e estar vivo e o ser apelidado de humano são postos à prova pelas ocorrências que as revelam publicamente. Em silêncio ou em manifestações públicas, aqueles que sofrem na pele o não reconhecimento da humanidade comum e que o transportam em si, como o outro também o carrega intitulando-se como humano, fazem das suas existências desumanas um desafio aos outros quer aos denominados agressores, quer aos apelidados solidários com as questões denunciadas, quer ainda àqueles que evitam posicionar-se publica e moralmente sobre a causa que está a ser escrutinada.

Desta maneira, a atividade crítica e de denúncia realizada pelos atores sociais nas sociedades modernas apenas pode ser encarada como intrinsecamente plural. Plural, desde logo, pela diversidade de princípios que podem presidir ao arranjo dos sentidos do justo; mas plural, também, pela existência de uma ampla variedade de experiências antropológicas que tecem um sentido do humilhante ou, se quisermos colocar a questão num modo positivo, um sentido do decente (Margalit, 1996) na relação entre as pessoas e entre estas e as instituições. Plural, finalmente, pelo próprio jogo complicado e delicado de relacionamento entre estes diferentes quadros organizadores das operações críticas, onde por vezes, a vergonha de se apresentar em público, fazem esconder os seus cenários de vida quotidiana, limitando, eliminando, ou havendo a possibilidade de as suas vozes serem escutadas por mediadores coletivos e ou individuais. Assim, as ocorrências injustas e indecentes dão-nos a possibilidade de repensar a antropologia capacitante dos atores, renovando “as abordagens sociológicas da experiência pública e da sua vulnerabilidade, mas também para questionar sobre o grande avanço nas sociedades contemporâneas de uma política vigorosamente focada na construção da capacidade dos indivíduos, colocando no centro do debate público o problema da distribuição desigual de poder para agir” (Breviglieri, 2012:35)

Por consequência, aos atores sociais envolvidos nos processos de tradução e construção pública de causas que derivam de situações consideradas injustas ou humilhantes, cabe um muito delicado trabalho ético-moral, cognitivo e pragmático de composição dos princípios e dispositivos críticos que suportam ou não uma mobilização pública. Tal é assim em função das necessidades de conformação dos argumentos e exposições críticos a formas institucionalizadas e, portanto, socialmente reconhecidas, de expressão pública destes problemas.

Mas este trabalho é, por outro lado, um trabalho de investimento em formas (Thévenot, 1986), visando consolidar novas provas do justo e do decente que possam obter reconhecimento entre os membros da(s) comunidade(s) políticas. Deste ponto de vista, a mobilização em torno de causas destes tipos é um trabalho político com efeitos no plano da transformação institucional, sem referência ao qual não é possível compreender as sociedades contemporâneas. A transformação institucional, por seu turno, favorece a introdução de alterações significativas no panorama das modalidades de relação entre as organizações e as profissões e os seus públicos. É desta maneira que o trabalho organizacional e profissional sobre os desiguais, os discriminados, os humilhados, os vulneráveis... assume hoje novas configurações, em função da própria história que se vai fazendo em torno das lutas sociais pelo reconhecimento (Honneth, 2008). E é também ocasião para contribuir para as políticas públicas, cujo foco hoje se centra, de um lado na autonomização dos indivíduos vulneráveis, e do outro lado no seu empoderamento, nos limites das experiências capacitantes e autonomistas destes.

Tomando por pragmatismo o conjunto de referências morais inscritas nas ações decorrentes dos envolvimentos dos atores na procura daquilo que mais se ajusta ao seu juízo sobre o justo e o decente, o quadro de descrição movido por aqueles que expressam a sua indignação, tanto pode aflorar acontecimentos ou disputas públicas, como pode exprimir-se em narrativas de proximidade. Neste sentido, «a ética pragmatista apresenta-se como *reflexão de uma diligência de resolução prática de situações de problemas morais*» (Joas, 2007:118).

O livro que agora se torna público revela um conjunto de textos que serviram de base a comunicações apresentadas no III Encontro de Portalegre ocorrido em novembro de 2011. Este colóquio que se realizava pela terceira vez tem como palco a Escola Superior de Educação integrada no Instituto Politécnico de Portalegre.

Tal como ocorrera dois anos, o III Encontro dedicou-se à discussão de temáticas inseridas no tema geral, com ênfase posta na matriz científica que faz parte de um vasto programa de investigação que, começado em 2004, tem sido ano após ano reatualizado. Este amplo programa de investigação designado por *Fazer (des) fazer e (re) fazer o comum no plural nas Socialidades Modernas* tem três eixos fundamentais. O primeiro tem como enfoque central desenvolver a antropologia capacitante dos atores **à** volta das *controvérsias* com a sua historicidade própria e cujos traços tanto ganham visibilidade pública transformando as suas questões em objetos de discussão pública proporcionando ou não a constituição de públicos, ou discussões e zonas problemáticas, que apesar das tensões provocadas entre atores situadamente envolvidos, nunca se apresentam publicamente como contendas nem ganham lastro para se apresentarem como problemas públicos.

O segundo eixo visa trazer à discussão sociológica os limites dessa antropologia capacitante, dando agora atenção a situações e à história de atores que apresentam vulnerabilidades diversas, e que por isso, não são capazes de agir por si próprios, uma vez que não são providos de dispositivos atuantes que tornam possíveis envolvimentos públicos usando para isso a sua integralidade corporal. Ora os limites assinalados nas suas vinculações públicas criam condições para se discutirem os limites das políticas públicas que são desenhadas para atribuir apoderamentos aos atores qualificados como vulneráveis, mas que são por estas concebidas como indivíduos que ainda estão em condições de ganhar alguma autonomia. Nas arquiteturas de geometria variável pelas quais se apresentam estas políticas públicas, para além das questões atrás apontadas e que tornam possível repensá-las, outras discussões, agora do lado das formas de governação que estas suscitam - a problemática da vulnerabilidade dos atores, visíveis a partir de diversos problemas vivenciados em diferentes instituições - colocam na agenda da investigação as disputas e o questionamento sobre os formatos de governação assentes em normas padronizadas (Thévenot, 2009).

Finalmente um terceiro e último eixo**,** agora fazendo convergir neste programa a vasta problemática do reconhecimento. Mais do que circunscrever a análise sobre o reconhecimento nas esferas delimitadas por Axel Honneth – o amor, o direito e a valorização social – é nosso propósito enfatizar as experiências monitorizadas ou não pelos atores em que estes de um lado as revelam como gratificantes pela consideração como são tratados e respeitados de modo equivalente como seres humanos e, do outro lado, como estes as mostram como insatisfatórias ou mesmo degradantes justamente porque a consideração, o respeito e a dignidade humana não são atendidas pelos outros, como em muitos casos são por estes desprezadas. Das experiências que enunciam denúncias sobre a ausência de tratamentos equivalentes no que toca a condições de oportunidades de toda a ordem – das desigualdades sociais ao desrespeito da pessoa que é corporizada por cada ator – às experiências em que são afetadas pela estima de si e dos outros, em que o cuidado de si transita para o cuidado com o outro, a problemática do reconhecimento tanto se encaixa, no nosso entender, num olhar a partir de uma antropologia do ator capacitante e das potencialidades interpretadas a partir daquilo que os atores são capazes de fazer consigo próprios e com os outros, como ao invés na consideração sobre os limites das capacidades para agir, ou pura e simplesmente pelo evitamento (Eliasoph, 1998) de agir nas diversas arenas públicas.

É no quadro amplo deste programa de investigação trabalhado inicialmente no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) que este Encontro contou com intervenções de diversos investigadores, doutores ou doutorandos, vários deles contando com a colaboração aprofundada de docentes do Instituto Politécnico de Portalegre. O referido programa condensa e projeta no futuro o trabalho desenvolvido desde 2004 por um grupo alargado de investigadores, a partir do qual se contam já várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado já terminadas ou ainda em curso e, ao mesmo tempo projetos de pesquisa finalizados ou ainda a decorrer. Sob a égide da Sociologia pragmática assente em diferentes matrizes e inspirada por diversas fontes – dos trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos às novas questões levantadas pelos investigadores que trabalhavam no *Groupe de Sociologie Politique et Morale des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris liderado por Luc Boltanski e Laurent Thévenot – os trabalhos apresentados, apesar de nem todos mostrarem a mesma maturidade, pela natureza preliminar das suas investigações, contribuíram para a realização de um debate construtivo e aprofundado visando a afinação da aparelhagem conceptual que nutre esta plural gramática sociológica.

Na referida linha de investigação do anterior centro de investigação CESNOVA, os investigadores portugueses têm vindo a construir redes científicas de cooperação formal e informal a um nível internacional, nomeadamente com o referido Groupe de Sociologie Politique et Morale, que não obstante agora extinto, o diálogo mantém-se vivo com alguns dos seus membros, mas também com a Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil) e a Universidade Federal de Minas Gerais (Minas Gerais, Brasil) e, a um nível nacional, com instituições como o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) ou o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), instituição que tem acolhido os Encontros e entre a qual e o CESNOVA existiu um estreito trabalho colaborativo na promoção de eventos de divulgação científica e difusão editorial. A este título, é de realçar a publicação recente, com a chancela do Centro de Investigação do IPP, o C3i, do livro que condensa os trabalhos dos I Encontros de Portalegre, decorridos em 2009, e o livro dos II Encontros que se realizou na mesma instituição, mas em Fevereiro de 2011.

Neste quadro geral, os principais eixos temáticos que agrupam os trabalhos desenvolvidos e discutidos nestes Encontros, e que agora são expostos como capítulos deste livro, emergem da observância de um duplo critério: em primeiro lugar, trata-se de retomar e alargar as temáticas discutidas nas anteriores edições dos Encontros de Portalegre; em segundo lugar, importa que os eixos partam das principais áreas de tematização analítica em torno das quais se tem vindo a desenvolver um programa de investigação por associações sucessivas e que visa estudar as capacitações e o problema das vulnerabilidades nas sociedades modernas e a forma como estas são alvo de um trabalho por parte de atores sociais diversos em diferentes regimes de envolvimento de ação, com composições diversificadas e em contextos diferenciados, como os cenários no espaço escolar, hospitalar ou em outros onde circulam experiências de vulnerabilidades no plural e que têm de ser reconhecidas mesmo perante os limites atribuíveis ao agir; nas mobilizações solidárias de atores na defesa de bens que julgam dever moral e politicamente preservar, mas também as relações laborais ou as demandas em torno de uma ajustada reorganização do território e do ambiente com vista a contribuir para um desenvolvimento económico e social sustentável.

É com este espírito aberto ao confronto crítico com os nossos pares que agora damos mais este passo, publicando este livro que é mais uma etapa da história de um coletivo que se associa para dar à estampa um programa que visa compreender as socialidades que se espraiam na realidade portuguesa.

É na historicidade destas socialidades que ensaiamos apreender formas e modalidades do agir em mundos plurais ocupados por seres capacitantes, bem como entender mundos povoados por seres que apesar da sua vitalidade as suas experimentações humanas não são agenciadas pela agilidade do agir em virtude das suas fragilidades, ou então são habitadas por seres em que o agenciamento das suas ações é evitado por gramáticas de motivos (Mills, 1940; Trom, 2001) diversos, mas que num caso como no outro a marca da humanidade comum não deixa de estar presente e, por isso, é expectável que seja reconhecida e respeitada se quisermos continuar a (con) viver em socialidades justas e decentes. Como a historicidade continua a percolar num tempo em que o presente transporta o passado e anuncia futuros cada vez mais abertos, os episódios que lhes dão espessura – aos tempos, momentos e vivências – não evitam a conjugação entremeada quer daquilo que nos inquieta, quer daquilo que nos confere uma dada quietude. O ideário, tal como foi já aludido nos dois livros anteriores a este, é estimular os nossos leitores à crítica informada e construtiva de modo a melhorarmos os contributos analíticos espelhados em cada um dos capítulos desta obra.

**Referências bibliográficas**

Boltanski, L. & thévenot, L. (1991 [1987]). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Éditions Gallimard.

Breviglieri, M. (2012). “L’espace habité que reclame l’assurance intime de pouvoir. Un essai d’approfondissement sociologique de l’anthropologie capacitaire de Paul Ricoeur”, *Études Ricoueriennes/Ricouer Studies*, 3 (1), pp. 34-52.

Eliasoph, N. (1998). *Avoiding politics: how Americans produce apathy in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press.

Joas, H. & Mead, G. H (2007). *Une réévaluation contemporaine de sa pensée*. Paris: Economica.

Mills, C. W. (1940). “Situated actions and vocabularies of motives”, *American Sociological Review*, 6, pp. 904-913.

Thévenot, L. (2009). “Governing Life by Standards: A View from Engagements”, *Social Studies of Science*, nº39 (5), pp. 793-813.

Trom, D. (2001). “Grammaire de la mobilisation et vocabulaires de motifs”, in D. Cefaï & D. Trom (Orgs.), *Les formes de l’action collective* (pp. 9-26). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris: Éditions Métailié.

# 

# Capítulo I

# A construção da crítica: da espacialização da saudade, à responsabilização da responsabilidade

## 

## O associativismo entre os emigrantes qualificados: a saudade nas representações positivas e negativas de categorização sobre a pátria

Ana Cristina Cotovio Martins[[3]](#footnote-3)

“Habitados a tal ponto pela saudade, os portugueses renunciaram a defini-la. Da saudade fizeram uma espécie de enigma, essência do sentimento da existência ao ponto de a transformarem em «mito». É a mitificação de um sentimento universal que dá a essa estranha melancolia sem tragédia o seu verdadeiro conteúdo cultural e faz dela o brasão da sensibilidade portuguesa.”[[4]](#footnote-4)

**A saudade e a espacialização da memória**

Dito de forma abreviada, o plano de investigação que estamos a desenvolver tem por objecto as condições sociais de produção da saudade em emigrantes portugueses qualificados[[5]](#footnote-5). O que motiva a hipótese central de partida para este trabalho, que é a de que a emigração é uma condição social de produção da saudade nestes emigrantes, releva sobretudo do interesse que pensamos possuir, de um ponto de vista sociológico, analisar de que maneira a vida social e, em particular, os agrupamentos se organizam, não tendo apenas em vista a satisfação de interesses, e mais particularmente dos interesses materiais, mas também a obtenção de reconhecimento.

Característica do espaço cultural português, a saudade é uma palavra (conceito) que ganhou um “nível superior de síntese”, para usarmos uma expressão cara a Elias (2002). Com efeito, segundo o autor da *Teoria Simbólica*, a linguagem, o pensamento e o conhecimento são funcionalmente interdependentes e por esse motivo devem tratar-se em conjunto. As línguas referem-se a pessoas e a grupos que habitam mundos sensoriais diferentes. “Uma vez que os humanos são, normalmente, educados com uma língua particular, a sua língua materna, eles tendem a desenvolver um forte sentimento sobre uma ligação natural, uma espécie de necessidade que liga entre si os padrões sonoros sociais, a função simbólica social e o objecto da própria comunicação que aqueles representam simbolicamente.” (Elias, 2002:63/64)

Desenvolvido na experiência histórica, o conceito de saudade não reporta apenas a um *regime de acção familiar* (Thévenot, 2006) pois que, a construção social de que foi alvo, transformou-o num símbolo cultural, suscetível de ser apreendido nas representações coletivas (públicas). Ou seja, o modo como pretendemos abordar o fenómeno da emigração de portugueses qualificados, através do conceito em causa, permite a análise de um registo emocional, familiar e próprio ao indivíduo, e de outro diverso, quando a saudade serve de dispositivo crítico e permite vislumbrar questões que se relacionam com a esfera pública.

Uma questão que desde logo se nos colocou foi a de saber se a Saudade, na medida em que se transformou num símbolo cultural (e étnico!), existiria nas representações dos actores em situação de emigração qualificada, se teria importância emocional como crença cultural, ou se se trataria de uma espécie de cliché. De facto, o que verificamos através da análise de alguns dados exploratórios é que muitos destes emigrantes usam o conceito para referir o afastamento em relação ao País (objectos, pessoas, comida, etc.), encontrando-se igualmente nos discursos, as múltiplas dimensões (literárias) que integra, como metáfora definidora do ser português.

Dificilmente se poderá falar de saudade sem falar de memória e falar de memória é também falar de tempo e de espaço. Anne Muxel (2007), socióloga francesa cujas pesquisas versam a socialização política, considera que a maneira através da qual um indivíduo mobiliza o seu passado e lhe dá um sentido, mais ou menos conscientemente, é o resultado de um trabalho de recuperação e de negociação que todos os indivíduos levam a cabo com respeito à história que funda a sua identidade.

Resulta da investigação sobre a *memória familiar dos indivíduos* desta autora que os lugares representam na memória três tipos de funções: identitária, afetiva e histórica. Nas suas diferentes formas de expressão a memória manifesta uma necessidade de reconhecimento filial e de reforço da pertença.

Considera ainda a mesma autora, que a resposta à questão de saber se a memória se refere mais ao tempo ou mais ao espaço, já foi respondida por Gaston Bachelard: a memória refere-se ao espaço. A memória não regista a duração concreta e não é possível lembrarmo-nos de durações suprimidas; só podemos pensá-las sobre a linha de um tempo abstrato privado de toda a espessura, por isso, “é no espaço que encontramos os fósseis de durações concretizadas por longas permanências”. (Muxel, 2007:60).

As recordações são imóveis, e quanto melhor espacializadas se encontram mais sólidas aparecem, tudo se passa como se uma memória dos lugares desbobinasse o tempo. É o espaço que permite referenciar as durações sucessivas que balizam uma existência familiar ou coletiva e que fornece uma forma de preencher a memória reconstituindo uma cronologia. A história da família, por exemplo, inscreve-se numa travessia de espaços. Travessia mais ou menos movimentada, pela frequência e amplitude das deslocações e territórios percorridos, a geografia dos lugares da família revela não somente os seus pontos fortes e a sua história, mas também a sua inscrição no espaço social. (ibidem)

Maurice Halbwachs (2001:83), autor que também é citado no estudo de Muxel (2007)*,* observa que a memória é o que nos permite dizer qualquer coisa acerca dos indivíduos, dos seus grupos de pertença e da sociedade no seu conjunto. A memória contém recordações que são localizadas no tempo, mas sobretudo no espaço. Como precisa em *A Memória Colectiva*, esta “localização da memória” dá-lhe uma força de inércia que permite mobilizá-la mais facilmente.

Observa também o autor que se duas consciências podem entrar em contacto é porque têm um sentimento de duração comum que lhes vem do grupo de pertença comum e isto resulta de um tempo social que exprime a sucessão das recordações coletivas significantes para todos. Ou seja, para que os quadros coletivos possam servir a cada um para reconstruir o seu passado, é necessário dotá-los de matéria suficiente para os tornar claramente mobilizáveis. Daí a importância das representações espaciais, não só como condição de existência do grupo nas consciências, mas igualmente na conservação da memória (recordação). Neste sentido, as representações coletivas espaciais dão cor às recordações, ajudam a compreendê-las como dados imediatos da consciência social. Enfatiza ainda o poder do meio natural como fonte de representações coletivas básicas do conhecimento porque elas dão à sociedade uma imagem do seu “corpo”. (ibidem)

Porém, convém esclarecer que a *memória colectiva* não é considerada como singular por M. Halbwachs, mas antes como uma variedade, por referência a grupos cujos interesses e valores, numa mesma sociedade, podem diferir entre si. Por isso a memória coletiva é sempre plural e o resultado, nunca adquirido definitivamente, de conflitos e compromissos, entre vontades de distintas memórias, que se enfrentam no espaço público.

Quando um indivíduo evoca o seu próprio passado tem frequentemente necessidade de apelar às recordações dos outros e à história social, como pontos de referência que existem fora dele. Desta forma, o funcionamento da memória não seria possível sem instrumentos tais como as palavras ou as ideias que são emprestadas de um determinado meio. A reconstrução da memória opera-se assim a partir de dados ou noções comuns que são partilhadas no seio de um determinado grupo.

Ainda segundo a socióloga francesa atrás citada, este passado incorporado do qual a memória dos sentidos é a chave, pode ser comparado à saudade, própria à cultura dos portugueses. A saudade é considerada no estudo sobre a *memória familiar*, como uma expressão intraduzível para a qual “todas as outras línguas, para aproximarem a sua significação necessitam da utilização de várias palavras diferentes tais como: nostalgia, lembrança, amor, dor, falta, desejo… de tudo isto ao mesmo tempo, mas também talvez, dos perfumes, dos sons, das cores, da vida dos corpos, é que a saudade é feita. É o sentimento de uma memória inapagável que transportamos. Uma fidelidade. Nascemos com saudade e morremos com saudade; esta noção supõe uma conceção particular do tempo e da duração, não somente de si próprio mas também do tempo que liga e desliga as gerações.” (Muxel, 2007:113)

**A saudade como metáfora do “tempo português”**

Ao indagarmos a *saudade portuguesa* através da leitura filológica da literatura portuguesa efectuada por Carolina Michäelis de Vasconcelos (1996 [1922]) e atentarmos na comparação que a autora faz relativamente ao vocábulo em outras línguas, conclui-se que embora este não descreva um sentimento exclusivo dos portugueses, as palavras utilizadas noutras línguas não correspondem plenamente ao termo português, em que há, segundo a autora “um não-sei-quê, de misterioso que lhe adere”. Ao lermos este ensaio há que ter em conta que à data em que foi produzido, não estavam em análise os importantes contributos para o tema facultados por grandes vultos da literatura portuguesa seus contemporâneos, como Fernando Pessoa[[6]](#footnote-6). Motivo que leva a autora a admitir no “Post-Scriptum” que, se de antemão conhecesse esses valiosos e interessantes escritos, teria dado outra forma às suas divagações filológicas. Por outro lado, há a considerar que não era igualmente possível colher os contributos que durante todo o Estado Novo foram produzidos, nomeadamente pelos ideólogos do regime como foi o caso de António Ferro, que chegou mesmo a editar um livro com o título de *Estados Unidos da Saudade* (1949), no qual são exploradas as relações entre Portugal/ Brasil numa ótica de propaganda ao regime vigente, mas que ainda assim não deixa de se tratar de mais um contributo para construir e fixar a categoria. Quanto a nós, destaca-se sobretudo na abordagem da *saudade portuguesa* por Carolina Michäelis as polaridades (amargo/ doce, etc.) que o conceito encerra.

Quanto a definições e significados, segundo a mesma autora, descobre-se no enigma moderno da saudade uma fusão entre dois sentidos: o primeiro, deriva “da lembrança dolorosa de um bem que está ausente, ou de que estamos ausentes, e do desejo e esperança de tornar a gozar dele”; o segundo envolve a “expressão desse afecto dirigido a pessoas ausentes. Esse bem desejado, ausente, pode ser, tanto a terra em que nascemos, o lar e a família, os companheiros de infância, como a bem-amada ou o bem-amado. Com respeito a esse sentido, designa sobretudo o vácuo nostálgico ou o peso esmagador que nas ausências dilata ou oprime o coração humano – agravado, quantas vezes […] pelo remorso que nos acusa de não havermos estimado, aproveitado e efusivamente reconhecido o bem que possuíamos.” (Vasconcelos, 1996, pp. 55-56).

Mas afinal de contas quem somos e o que significa sermos quem somos? Embora seja tentadora a adopção de uma visão culturalista, tal questionamento não deve fazer-nos perder de vista a falibilidade de tais exercícios de generalização. Nem os autores que pretendemos destacar de seguida, o esqueceram. De facto, com este propósito específico não são numerosos, mas existem dois trabalhos que consideramos essenciais: referimo-nos, nomeadamente, a *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa[[7]](#footnote-7)*, do antropólogo Jorge Dias, datado de 1950[[8]](#footnote-8), e às diversas obras consagradas ao nosso “discurso histórico-cultural”, por Eduardo Lourenço.

O que pretendemos salientar é que estes dois autores, separados no tempo e na formação científica, se aproximam nas suas análises, designadamente quanto à importância conferida à saudade na definição do *carácter português* ou da *cultura portuguesa* e à ambivalência que a mesma produz na forma como nos vemos. Ambos os trabalhos visam a busca de uma visão de conjunto da cultura portuguesa, que é abordada através de variados sentimentos contraditórios e adormecidos, longínquos, míticos, que merecem uma atenção especial para os autores. Todavia, é sobretudo no relevo dado aos aspectos psicológicos contraditórios que podemos fazer um paralelo: para o primeiro um “temperamento paradoxal” feito de “antinomias profundas”, e para o segundo, o “quase fatal pendor para o irrealismo”, numa “dualidade sentimental” de “imagens e contra-imagens”.

Também é de focar que todos os grandes temas da literatura sobre emigração já estão presentes em *Os Lusíadas*: a saudade, o desconhecido, o encontro de culturas, a desagregação dos laços e a esperança no regresso. Segundo E. Lourenço (1988, p. 106) a identificação de Portugal a Camões, graças aos acontecimentos históricos e à revolução cultural romântica ao longo do século XIX, revelam a existência de uma espécie de vai-e-vem entre a leitura que fazemos do nosso destino e Camões. Mas só o conjunto do nosso destino coletivo e a história do nosso imaginário podem dar conta da conversão do autor no símbolo do país e é dessa forma que Camões se torna o alvo das nossas paixões nacionais, menos literárias ou culturais que ideológicas, patrióticas e em certas ocasiões partidárias. Ainda hoje um pouco por todo o mundo, as associações de emigrantes portugueses se colocam sobre a égide de Camões, o que se deve ao incrível processo de mitificação sofrido.

Na saudade, e pela leitura destes autores, encontram-se subsumidas as visões da nossa história, desde o improvável nascimento como estado-nação ao passado grandioso das descobertas, as tendências expansionista e exploradora versus a estagnação e o imobilismo, a enorme capacidade de adaptação, o cosmopolitismo pois “querer ser português é pouco para os portugueses”, o espírito milagreiro, o sebastianismo, a imaginação e a criatividade (Lourenço, 2009, p. 109).

As glórias passadas compelem-nos, o passado não é desconstruído do imaginário português porque é representado como grandioso. Portugal tem saudade de um tempo que não sabe bem qual é e tem saudade de algo que não sabe bem o que seja. A história de Portugal é a de uma fuga sem fim, fuga também de um reconhecimento que não seja o de uma nação grandiosa, um efeito dessa fuga é “estar ausente de si mesmo”. “Cada período de forçado dinamismo tem sido sempre seguido do que em linguagem freudiana se chamaria o regresso do recalcado” (Lourenço, 2009, p. 29).

**O fenómeno migratório em Portugal: inflexões e tendências actuais**

Desde o início da década de 1990 começou a verificar-se em Portugal a entrada de imigrantes, fenómeno que supera o da saída de portugueses. Com saldos migratórios positivos a partir do ano de 1993, muito embora, paulatinamente, os portugueses tenham continuado a emigrar[[9]](#footnote-9), “os emigrantes e a emigração deixaram de fazer parte da agenda política” (Pimentel, 2003, p. 207). “A produção científica e a opinião pública acompanharam o aparente declínio dos fluxos, deixando de se interessar pelo tema de novas saídas.” (Peixoto, 2004, p. 2). Esta invisibilidade pública do fenómeno emigração foi “largamente promovida pelo poder político – a que se associaram a academia, a comunicação e outros poderes -, que o rotulou como algo de um passado que se queria esquecer, porque supostamente significaria pouco desenvolvimento, fraca dinâmica de emprego, atraso…” (Malheiros, 2010, p. 135).

Segundo Peixoto (2004, pp. 2 -3) a situação portuguesa aparenta ser anómala tanto do ponto de vista teórico como do que resulta da experiência histórica, porquanto não se registou uma mudança de regime migratório como seria de esperar, pela entrada na União Europeia, existindo dados que levam a crer que Portugal se tornou simultaneamente um país de imigração e de emigração. Aliás nada indica que a imigração deva suceder à emigração ou que haja uma linearidade no fenómeno.

A produção nacional de dados estatísticos sobre a emigração portuguesa também parece ter acompanhado o resultado dos saldos migratórios favoráveis à imigração, atendendo a que o INE deixou de publicar o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída desde 2003 e nos censos esta categoria apenas residualmente é tratada. Porém, a contrariar esta lacuna, no ano de 2008, surge o Observatório da Emigração, com o objetivo de estudo do fenómeno.

Embora os dados a partir de 2003 recolhidos do OE não discriminem os emigrantes temporários dos permanentes, constata-se um considerável incremento no stock dos portugueses residentes, nomeadamente em Espanha, onde entre os anos de 2005 e 2009 se regista um espantoso crescimento de 113%[[10]](#footnote-10), acompanhado a um ritmo mais moderado de países como o Reino Unido, que no mesmo período regista um aumento de cerca de 30%[[11]](#footnote-11), e a Suíça[[12]](#footnote-12), de 13,5%. Estes dados indicam não só uma alteração nos destinos europeus tradicionais da emigração portuguesa, como parecem sustentar a manutenção do comportamento migratório em Portugal.

Alguns dados disponibilizados pela mesma fonte, mas referentes aos registos consulares, ainda que lacunares, dão conta não apenas da continuação dos fluxos de entrada de portugueses nos países europeus atrás referidos, mas também em outros fora deste espaço, como é de referir o caso de Angola[[13]](#footnote-13), devido à sua dimensão.

Simultaneamente o perfil emigrante tende a diversificar-se, integrando desde aqueles que detêm um baixo nível de qualificações aos que possuem o ensino secundário completo (42%) e 9% com o ensino superior. Constata-se ainda que no grupo dos indivíduos que se ausentam do país de forma temporária o peso dos que possuem um grau de instrução mais elevado apresenta proporções maiores, tratando-se plausivelmente de estudantes e investigadores[[14]](#footnote-14).

A propensão dos portugueses para emigrarem tem levado à exploração de novos destinos e sobretudo de novas modalidades de circulação internacional de mão-de-obra, face à globalização e à integração europeia. Os aspectos que se destacam nos movimentos atuais de migração externa são a instabilidade, a multipolaridade e a qualificação. Parece legítimo, pois, colocar a hipótese de a emigração portuguesa se estar a qualificar não só no interior do espaço comunitário, como ainda em outros espaços, como o dos PALOP, o Brasil, o Sudeste asiático, entre outros. Na verdade, este segmento (quadros técnicos, profissões liberais, etc.) de emigrantes terá já pouco em comum com os movimentos populacionais massivos dos anos 1960.

Sobretudo a partir de 2009/2010, provavelmente devido à criação do OE, ao maior número de trabalhos académicos direccionados para a emigração e dadas proporções que o fenómeno parece adquirir[[15]](#footnote-15), os meios de comunicação, através de reportagens, programas televisivos e de artigos em jornais e revistas[[16]](#footnote-16) têm difundido notícias sobre a emigração, que tentámos recensear, as quais chamam a atenção para o facto de o fenómeno da emigração portuguesa, depois de vários anos em que passou despercebido, ter adquirido, em definitivo, visibilidade pública.[[17]](#footnote-17)

Estas notícias têm ainda em comum o particular enfoque que conferem aos segmentos qualificados de emigrantes, de uma emigração que aparece reconfigurada - harmonizando-se com as investigações que têm sido produzidas nesta área -, por aqueles que saem do país para trabalhar ou para estudar, mas não tanto por razões económicas como pela busca de condições de realização pessoal e profissional.

O perfil em mudança dos que emigram de Portugal segue, aliás, a mesma direção dos movimentos internacionais, que se tem vindo a caracterizar, conforme referimos atrás, por um aumento da emigração temporária e dos emigrantes qualificados[[18]](#footnote-18). Todavia, não dispomos, para os últimos anos e atualidade, de elementos quantitativos que nos permitam avaliar o peso relativo dos emigrantes qualificados nestes movimentos. A verdade é que o desemprego dos diplomados em Portugal, produto da escassez de emprego qualificado, fundamentalmente na última década, poderá ser mais um fator de peso na atratividade que mercados de trabalho mais prósperos e melhores condições de vida oferecidas pelos potenciais países de destino suscitam.

Porém, de acordo com dados do Banco Mundial[[19]](#footnote-19) para o ano 2000, estima-se que 18,94% do total de portugueses com curso superior estivesse emigrado e avalia-se igualmente que o peso relativo dos emigrantes qualificados de entre o total de emigrantes que saem de Portugal é de 13,8% para o mesmo ano[[20]](#footnote-20). Esta taxa de emigrantes entre a população mais qualificada é extremamente elevada por referência a outros países ocidentais.

Considerando a situação atual de crise na União Europeia, é previsível, de acordo com o Banco Mundial, que venha a ser afetada a taxa de imigração na Europa. Para o caso de Portugal é possível conjeturar, face à depressão acentuada que se verifica e ao facto de não se vislumbrar uma recuperação rápida, uma situação de continuidade da emigração e de provável quebra da imigração, o que poderá traduzir-se em saldos migratórios negativos, contrariamente ao que tem vindo a ser regra nos últimos anos.

Segundo J. Malheiros (2010, p. 141) os fluxos de saída correspondem a cerca de 1,3 a 1,8% dos ativos portugueses, o que segundo este autor pode ser “entendido como algo quase dramático, no fundo, uma perda económica (em termos de mão-de-obra) e demográfica para o país […]”. Embora acrescente que deverão ser efetuadas análises mais profundas, considera que face à “inevitabilidade da emigração, pelo menos no curto-médio prazo, o desafio se coloca ao nível do modo como esta deve ser incorporada nas políticas internacionais. Se a opção passar por um “disfarçar” dos fluxos (porque a emigração significa atraso; porque é uma evidência do crescimento do desemprego, etc.), relegando-os para a periferia da agenda política e não criando as condições necessárias para uma circulação de qualidade […] então a perda pode ser significativa. Se, pelo contrário, a emigração ocupar um lugar visível na agenda política – o que significa conferir-lhe, igualmente, respeito e valorização social no espaço público -, assumindo que em Portugal há uma importante “nação móvel” que pode contribuir para o desenvolvimento do país, então os emigrantes poderão constituir-se como uma mais-valia para o difícil processo de recuperação económica e, sobretudo, de recomposição da auto-estima nacional.” (Malheiros, 2010, pp. 141-142).

Contudo, não nos parece que este discurso esteja a ser integrado da melhor forma na agenda política ou no espaço público ocupado pelos meios de comunicação, porque o que alguns discursos políticos e muitas das parangonas parecem fazer, é exortar os portugueses a emigrar o que, salvo melhor opinião, não será essencial diante da cultura migratória velha de séculos, da intensificação das movimentações com a globalização e muito menos se tivermos em conta os dados atuais. Por outro lado, o substancial da mão-de-obra que Portugal tem atraído é pouco qualificado, havendo um aumento relevante da população qualificada em situação de emigração. Por conseguinte, o saldo migratório positivo que temos obtido, à primeira vista, não nos deixa otimistas. Há a considerar igualmente que os segmentos mais qualificados apresentam uma menor tendência a enviar remessas para os seus países de origem, têm em geral menos dependentes nos países de origem e podem igualmente ter uma motivação de retorno mais diminuta, particularmente quando se trata de jovens que possam estabelecer laços mais profundos no país de destino através do casamento com naturais desses países, ou tendo filhos fora, por exemplo.

**O associativismo entre os emigrantes qualificados: potencial para uma ação coletiva?**

Quando se fala em números relativamente às migrações, trata-se, de um modo geral, de aproximações, porque não existem registos exatos ou dados completos acerca do fenómeno, requerendo, as diversas fontes, demorada explicação estatística e levantando frequentemente dificuldades em termos de comparabilidade entre si. Não sendo o propósito deste texto fazer essa abordagem, importa, no entanto, salientar que tal como foi mencionado no ponto 3, o fenómeno da emigração foi, nos últimos anos, desprezado em Portugal, o que tornou o seu conhecimento ainda mais lacunar. Se não se conhece bem a emigração na generalidade muito menos podemos conhecer detalhadamente as características morfológicas da população portuguesa que emigrou nos anos mais recentes.

Importa fazer aqui esta referência na medida em que no que respeita ao tipo de emigrantes a que dirigimos o nosso estudo só “fará sentido” considerar este tipo de mobilidade como verdadeiro fluxo emigratório quando envolva um número significativo de pessoas e exista a expectativa da sua radicação a longo prazo ou com duração indefinida. Por outro lado, “o estatuto socioeconómico relativamente alto deste tipo de residentes estrangeiros leva-os a procurar não serem integrados numa categoria ampla de imigrantes de motivação económica: para os britânicos, por exemplo, a designação por eles preferida e adotada é a de **expatriado** (*expatriate*).” (Rocha-Trindade, 1995, pp. 43-44).

Embora tendo a emigração vindo crescer em especial na segunda metade da primeira década deste século, tudo indicia que em termos absolutos esta emigração de quadros e de especialistas poderá representar um quantitativo[[21]](#footnote-21) considerável, embora minoritário, por referência ao universo de emigrantes portugueses.

As formas e a intensidade da ligação destes emigrantes entre si são matéria de interesse essencial para o nosso estudo. Porque, *a priori,* encontrando-se em contextos de emigração disseminados, a probabilidade de prescindir de uma “ação portuguesa” através de qualquer tipo de associação, é tendencialmente maior. Por isso preocupou-nos desde os primeiros passos da investigação averiguar a existência de associações ou quaisquer tipos de redes, qual a sua forma e objetivos.

Não podemos esquecer que a entrada em cena de novas formas de comunicação modifica as relações com o tempo e a distância e marcam a ultrapassagem do território e das duas fronteiras como referência. O contexto desta intersecção, da conectividade com a reinvenção cultural e a reconstrução que as tecnologias da informação e comunicação proporcionam, são fatores que parecem cruciais na reprodução e transformação da experiência migratória.

Embora saibamos da existência diversas associações com formas e âmbitos diversos[[22]](#footnote-22), dirigimos a nossa atenção a uma em particular, com a qual tivemos contacto através de informação facultada por um informante (membro). Referimo-nos à associação rede “the star tracker”. Constituindo sobretudo uma rede social *online* exclusiva, promovida pela Fundação Talento, é requisito para a adesão como membro o convite por parte de outro membro efetivo, conforme se lê no seu “manifesto”. O seu objetivo é a “promoção de Portugal e do talento português no mundo” e trata-se essencialmente de uma rede que promove a conectividade e o encontro de portugueses dispersos pelo globo:

O Star Tracker - Odisseia do Talento, foi desenvolvido com o objectivo de identificar a comunidade expatriada de talento Português, fomentar a aglutinação dessa comunidade e estabelecer uma ligação mais forte e positiva com o País. Assim, o Star Tracking - Odisseia do Talento consiste numa viagem pelas principais capitais do mundo onde existem comunidades relevantes de talento luso com o objectivo de fomentar o *networking* e mobilizar esta geração de talento expatriado para a sua contribuição para um Portugal vencedor.

Paralelamente o Star Tracking – Odisseia do Talento utilizará o site como um *network* de talento português, servindo igualmente de plataforma de informação sobre o país. Neste espaço de debate e construção de oportunidades para o País, podes partilhar a tua opinião participando no blogue de discussão e *surveys*. Podes ainda identificar talentos portugueses expatriados e estabelecer contactos valiosos ou consultar estudos e artigos sobre as empresas de sucesso do nosso País. Existe ainda a possibilidade de propores iniciativas ou explorares oportunidades desta rede de talento.

Com mais de 33.000 membros em mais de 250 cidades do mundo, em 136 países, The Star Tracker abrange a diáspora portuguesa e acredita que a coesão social e promoção cultural são determinantes para perpetuar um sentimento de pertença à tribo global portuguesa. Os nossos membros são os cidadãos portugueses que acreditam que, apesar de nossa distribuição global, somos um único povo.

Os membros TST reconhecem que o talento é uma oportunidade universal e inclusiva para aglutinar compatriotas, estão determinados a colaborar para a promoção do nosso país como marca, através, nomeadamente, das conquistas valiosas dos nossos talentos em todo o mundo, mas também para promover o aparecimento de meritocracia, diversidade e inclusão, através da cidadania positiva e pacífica.[[23]](#footnote-23)

Entre as obrigações e deveres a que estão adstritos os membros desta associação encontramos como imposição, propriamente dita, “não dizer mal de Portugal”. Existem simultaneamente vários compromissos que o membro deve assumir, tais como: divulgar atividades de membros através do site; fomentar o *networking* com portugueses; participar cívica e socialmente na construção do futuro do nosso país; participar activamente no star tracking (site do star tracker) com ideias, projectos e opiniões para a construção de um Portugal vencedor; participar na implementação de um projeto que faça bem a Portugal; divulgar o star tracking junto do network de amigos talentosos.

O lema da associação é o “proud to be portuguese” ou “proudly portuguese”. Segundo os animadores da rede, a adoção da língua inglesa serve para mostrar este orgulho em ser-se português fora de Portugal.

Agregados em torno de um objetivo comum que é o de promover Portugal, esta associação, segundo indica a documentação consultada, além de fomentar a entreajuda entre estes emigrantes e, no fundo, a ligação com a origem, bem como a solidariedades entre membros, empenha-se na partilha de características e interesses próprios, agindo como grupo de pressão com carácter político, quer no sentido lato, quer num sentido mais restrito: no primeiro caso, assente nos princípios de reconhecimento e de unidade fornecidos (orgulho em ser português, a expatriação, o talento e a criatividade, o pensar o mundo sobre um modo voluntarista de tomada de consciência da sua identidade como povo, etc.) e o discurso de mobilização política; no segundo, a articulação política da atividade do agrupamento é manifesta nos encontros diligenciados em várias cidades do mundo (eventos acontecem salas de congressos de hotéis), através do convite de figuras políticas como o Presidente da República, entre outros.

O associativismo entre estes atores sociais faculta-nos a possibilidade de apreensão de diferentes regimes pragmáticos, quer dizer, a saída de um regime de singularidade para um regime de justificação pública. Entre a familiaridade pessoal e a justificação pública existem provavelmente formas de composição de ações individuais que visam a compatibilidade entre o fechamento do privado (*familiar*) e a abertura do *público*. Enquanto o regime de familiaridade se opera a partir de referências locais que não têm a forma de informações gerais, a dinâmica da coordenação pública passa pela necessidade de constituir referências comuns e pela avaliação segundo formas gerais de julgamento. (Thévenot, 2006)

**Inquérito ao talento português expatriado[[24]](#footnote-24)**

A mesma associação lançou, no âmbito do referido projecto*,* um inquérito online que incidiu sobre portugueses expatriados e que pretendia não só caracterizar o agrupamento como: avaliar da sua relação com outros portugueses residentes nas cidades onde vivem; indagar da forma como vivem e trabalham; do orgulho em Portugal; saber se pretendem regressar para Portugal, e em caso afirmativo, o que pretendem fazer profissionalmente.

O universo do inquérito foram os membros da star tracker e visitantes do site, o número de respondentes ao questionário analisado foi de 172 indivíduos.

À data do inquérito (2007) a esmagadora maioria dos respondentes (91%) encontrava-se na Europa, de entre estes, os principais países eram a Inglaterra (27%) a Espanha (24%) e a França (22%); os restantes países europeus representam 18% da amostra. Dos 172 indivíduos que responderam ao questionário apenas 3% se encontrava em países americanos; 3% em países africanos e 2% em países asiáticos, 1% dos inquiridos não responderam.

Quanto ao tempo em que se encontravam no país de acolhimento, a maior média é a registada nos países asiáticos com 9 anos, seguida de 8 anos em França, 7 anos em outros países europeus, 3 anos em países americanos e 2 anos em Espanha e países africanos.

No respeitante às qualificações dos indivíduos considerados, o maior número é o da área da gestão (29%), seguido das engenharias (20%); economia (29%); ciências (10%); direito (7%) ciências sociais (5%); marketing e comunicação (5%); línguas e finanças com 2% e matemáticas 1%. À categoria “outros” responderam 8%.

Relativamente às razões da saída de Portugal, o maior número assinalado com 31% respondeu que tal se deveu à “procura de uma oportunidade internacional”, seguido de um “convite para trabalhar fora” (23%); evolução natural da carreira (23%), 4% por razões familiares, outras razões (9%) e 14% não responderam.

No que concerne ao que entendem como a principal mais-valia da experiência profissional fora de Portugal, mais de metade (54%) considera que é a aprendizagem; 29% opta pela abertura de horizontes; 2%, o salário; 3%, outra e 18% não responderam.

Assinala-se também que mais de metade dos respondentes realizou o programa Erasmus ou teve outra experiência académica similar (51%). Dos inquiridos também se revela que cerca de 16% possui um MBA.

À questão colocada no questionário sobre se tem orgulho em Portugal, 83% respondeu que sim, 13% não respondeu e 4% afirmou não ter orgulho. Se o demonstra frequentemente, uma percentagem menor (75%) respondeu que sim, 12% admite não o demonstrar frequentemente e 13% não responderam. Quanto a estar positivo em relação ao futuro de Portugal, 61% afirma que sim, 26% diz não estar positivo e 12% não responde. Ainda sobre a forma como demonstra o orgulho em Portugal, 40% afirma demonstrá-lo através de conversas; 12%, representando Portugal através do profissionalismo; 10%, incentivando o turismo; 2%, usando a língua portuguesa; 34% não respondeu.

A resposta à frequência com que se relaciona com portugueses na cidade de acolhimento: 40% afirma que se relaciona semanalmente com portugueses; 12%, mensalmente; 9%, esporadicamente; 22% não respondeu ou considera não se aplicar. 40% afirma conhecer na cidade onde habita entre 1 e 15 portugueses; 20% conhece entre 26 e 50 portugueses; 15% conhece entre 16 e 25 portugueses; 6% não conhece nenhum português onde vive; 3% conhece entre 50 e 100 portugueses; 2% conhece mais de 100 portugueses e 13% não respondeu.

Sobre as oportunidades que Portugal pode potencializar, as respostas são mais dispersas: o maior número de repostas recai no turismo (21%); recursos humanos 11%; a tecnologia é uma oportunidade para o país para 10%; 5% considera que será a área da energia; 6%, a criatividade; com 4% de respostas, os serviços, a indústria, a geografia e a inovação, 21% não responderam.

À questão sobre o que motivaria o regresso a Portugal, maioritariamente (48%) os respondentes consideraram ser uma oportunidade profissional; 18% apontaram razões familiares; 4% pelo país; 7%, outras razões; 22% de não respostas.

Relativamente à hipótese de regressar a Portugal, a grande maioria dos indivíduos respondeu afirmativamente (70%), 9% respondeu negativamente e 21% não respondeu; 38% pondera regressar em menos de 3 anos; 29% no intervalo entre 3 a 6 anos; 12% estima voltar num intervalo de mais de 6 anos; 21% não responde. Quanto aos entraves ao regresso, a maioria (49%) considera que é o mercado de trabalho; 9% opta pela cultura empresarial portuguesa como maior entrave; 8% afirma não existirem; 5% outras razões; 4% razões familiares; 3% a situação económica e política do País; 22% não responde.

Como veem a possibilidade de ajudar o país estando ou não fora: 48% com conhecimento e experiência adquirida na carreira internacional; 12% mostrando orgulho e demonstrando profissionalismo; 6% através do networking; 6%, outros; apenas 2%, investindo; 1%, incentivando o turismo, com a mesma percentagem através do desenvolvimento de infraestruturas na internet; 6% aponta outras formas e 24% não responde.

Quanto às áreas profissionais que gostariam de se dedicar em Portugal, estes emigrantes responderam de forma dispersa, mas a maioria considera que trabalharia na área da gestão (15%); 14% quer empreender; 9% quer dedicar-se ao marketing; 6% às finanças e banca; 5% na área das tecnologias; 3% em consultoria, em direito e em investigação; 1% nas áreas comercial, da comunicação, energia e outras; 23% não respondeu.

Em síntese, ressalta deste estudo que para 72% o motivo da emigração foi a procura de uma oportunidade internacional, a evolução na carreira ou um convite. Pretendem regressar para viver em Portugal 70%. Invocam que a principal mais-valia da experiência internacional é a aprendizagem e a abertura de horizontes. Cerca de metade dos inquiridos teve uma experiência académica prévia fora de Portugal antes de emigrar. Uma grande maioria considerava ter orgulho em ser português e mais de metade estava optimista quanto ao país. Consideraram que Portugal é um país com oportunidades e que a experiência internacional poderá ser relevante no sentido de implementação de boas práticas em caso de regresso. Mais de metade dos respondentes afirma relacionar-se com outros portugueses na cidade onde vive.

Deste inquérito resulta que estes emigrantes qualificados, embora dispersos, não prescindem da uma acção portuguesa e que embora se familiarizem com um mundo estrangeiro, não manifestam qualquer desenraizamento relativamente ao país de origem.

**As relações de familiaridade e o espaço público**

Tendo como base um corpus muito reduzido resultante de um pequeno questionário piloto distribuído por e-mail a quatro portugueses e tendo em vista a avaliação da pertinência do nosso objecto de estudo aquando da elaboração do projeto de doutoramento, salientaram-se com evidência os laços de familiaridade com as pessoas próximas, parentes e/ ou amigos, objectos e artefactos culturais, lugares, paisagens, comidas etc. do país de origem. Os discursos mostram diferentes intensidades desse sentimento de ausência física de pessoas e coisas segundo as características próprias a cada sujeito e com respeito à singularidade do regime do familiar a que reportam. Não obstante, as regularidades próprias de um regime público de maior generalidade também podem ser apreendidas através de várias proposições veiculadas pela linguagem.

Posteriormente, a descoberta de diverso material, depoimentos variados, alguns deles gravados em filme e apresentados a seguir, vieram reconfirmar a consequência dos primeiros dados.

Como se observa pelo excerto abaixo, a ligação ao passado de exploradores dos portugueses – que releva de um passado de grandiosidade que nunca se perde – é um dos aspectos que leva Eduardo Lourenço (1988, p. 10) a afirmar que os portugueses, como portugueses, não sofrem de uma crise de identidade, ou problema de identidade, mas de hiperidentidade. “Nós pensamos saber quem somos por termos sido largamente quem fomos”:

Já estava na ideia dele, explorar, … esta nossa veia de exploradores, não é? E surgiu a hipótese de sair através da companhia dele… o alargar de horizontes, alargar de ideias, o abrir a novos conhecimentos foi realmente o que nos levou a nós a sair. (F1)

Os seguintes ressaltam a criatividade e a imaginação, aspectos que os nossos autores ocupados com a caracterização da nossa identidade e memória também referem como distintivas do português.

Um aspecto que eu acho que nos caracteriza é a nossa capacidade criativa e imaginativa. Perante um problema, eu acho que os portugueses são criativos na sua aproximação aos problemas […] têm bastante essa capacidade … a famosa arte do desenrasca, que eu não gosto muito da palavra desenrasca, mas para mim o desenrasca é mais o positivo, a criatividade para resolver o problema (F3)

E eu acho muito interessante as características do português típico – todas as pessoas que estão aqui já são portugueses globais – nós somos extremamente emocionais, os espanhóis também o são, somos extremamente criativos, muitos outros também o são, somos extremamente flexíveis, o tal desenrascanço. Já não há muitos povos que o sejam, e somos extremamente resilientes. Portanto, há muitos povos que têm cada uma destas características agora, a combinação deles todos é que me fez pensar: isto aqui é muito poderoso […] e depois começar a ver o lado oposto, o que é que nos falta, e o que nos falta é a execução, a nossa execução é muito pobre, a nossa implementação é fraquíssima, também não temos capacidade de planeamento. A que temos pela criatividade que temos estamos sempre a criar temos, 15 ideias por dia e implementá-las é mais complicado. (F5)

O discurso abaixo endereça a nossa atenção para a característica destes migrantes, para o facto de não se tratar simplesmente de uma emigração económica. Por outro lado, dirige-nos para a observação que é constante, de que Portugal, de um modo geral, tem tido alguma dificuldade em assumir uma cultura com base no mérito. Por último, mas não menos importante, é a tal visão de um Portugal estático, que J. Dias (1990) e Eduardo Lourenço (2009, 2011) também colocam numa polaridade negativa da saudade e outrossim como um sinónimo do imobilismo.

A minha principal motivação quando acabei o curso, foi de ir para fora de Portugal, eu sabia que podia ficar e que podia ter uma carreira em Portugal e portanto (…) não era um tema de obrigação, eu conseguia viver e provavelmente viveria bem em Portugal, o meu tema e a minha decisão de ir para fora era um tema de ambição, eu naquela altura e ainda continuo a ter a sensação de que é muito mais fácil progredir lá fora de que em Portugal. Porque tenho a visão de um Portugal estático, um Portugal onde é difícil evoluir, um Portugal onde muitas vezes não se valoriza aquilo que se deve valorizar. (F2)

O desafio de ir para fora para provar algo, releva de uma necessidade de reconhecimento que é relacional. Está enraizado na imaginação nacional, sobretudo desde o romantismo do século XIX quando começamos a interrogar-nos verdadeiramente sobre quem somos, resultando uma crítica que incidiu no fosso tecnológico e cultural por referência a outros países: “Tudo, ou o essencial, parecia estar sempre noutro lado, nas Paris, nas Londres, nas Nova Iorque que nós não éramos, nem podíamos ser.” (Lourenço, 2009, p. 126) O facto de o país não ter uma cultura de reconhecimento do mérito é uma alusão frequente destes migrantes.

Eu, pessoalmente, o que é que buscava em Londres? Buscava, por um lado, enfim, se calhar de uma forma um pouco narcisista e egoísta, demonstrar a mim mesmo que também sou capaz de fazer o trabalho que fazia num sítio onde me sentia relativamente à-vontade, que era o meu mercado, fazê-lo fora e, portanto, esse desafio de dizer assim: eu também sou capaz de fazer fora, também sou capaz de ir para uma liga diferente daquela a que estou habituado era um dos aspectos que buscava e que encontrei e que foi estimulante e foi difícil. (F3)

O que eu acho sobre o facto de o talento português não ser reconhecido em Portugal, o que é definitivamente um problema, é algo que pode ser sumarizado no dito popular “em casa de ferreiro espeto de pau” não é reconhecido em Portugal porque as pessoas não têm capacidade de ver como essa pessoa é extraordinária, então vai um português para Yale ser professor de não sei o quê ou vai para Harvard ser professor de não sei o quê ou vem para aqui e vai trabalhar para a Nasa e é tipo: - Uau! Esta pessoa é extraordinária! Mas essa pessoa já era extraordinária lá, só que as pessoas não têm a distância suficiente para conseguirem ver como essa pessoa é extraordinária. (F7)

Portugal é um bocadinho madrasta para as pessoas que têm talento ou que são muito à frente, como eu costumo dizer. (F9)

Há muita gente que é portuguesa com sucesso não só cá mas em todo o mundo, que um dia irá voltar para Portugal e tentar mudar essa mentalidade. (F6)

Conforme vimos mais atrás nos resultados do inquérito referido, estes portugueses assumem a sua nacionalidade, mostram uma apetência de abertura e conhecimento do outro e simultaneamente divulgam o país de origem. Parece haver aqui uma alteração comportamental significativa relativamente aos emigrantes tradicionais, no que respeita à forma como encaram a sua nacionalidade, o outro e a rapidez da própria integração:

Em relação a construir a nossa imagem eu acho que enfim e recuperando um dos lemas do Star Tracker inicial “proud to be portuguese” e portanto esse ponto de vista sim claramente, quer dizer, acho que toda a gente no escritório sabe que sou português, acho que não há nenhuma pessoa no escritório que quando vai a Portugal não me telefone a dizer, olha vou a Portugal o que é que… acho que se calhar já contribuí para que muitos estrangeiros fossem a Portugal, se calhar pelo entusiasmo e pelo amor com que falo de Portugal não é e portanto as pessoas quando vêem isso pensam se calhar em Portugal há algo que vale a pena ir ver. (F3)

Os excertos abaixo mostram que a importância da situação de estar fora do país assenta na experiência, na aprendizagem. A vontade de regresso está presente em vários discursos, conquanto com diferentes matizações. Também é regular essa ideia de força de que poderão contribuir para uma alteração no estado de coisas no país.

O que eu queria fazer cá era aprender e levar daqui este conhecimento todo para ir para Portugal e aí sim, criar. Eu aqui estou numa fase de aprendizagem. (F4)

Quero voltar porque é o meu país, é lá que eu pertenço, e estão lá as pessoas que são importantes para mim e porque quero viver lá; se tiver filhos, um dia quero que eles cresçam lá e é isso. Eu acho que pode ser, acho não, tenho a certeza, que se todos voltarmos e com a atitude certa, pode-se realmente fazer uma mudança. (F3)

O discurso abaixo provindo de um regressado mostra-nos, através da relação com os outros portugueses cá dentro, que a propensão para os portugueses emigrarem é, atualmente, grande.

A experiência que eu tive [depois de regressar] até na minha empresa foi: - mas porque é que tu queres voltar para Portugal, correu alguma coisa mal lá fora? – Estavas tão bem…Mas se tu estavas tão bem [risos] oito em dez, nesta altura, porque é que tu vieste para Portugal?! Esse sentimento de ter de explicar porque é que eu quero voltar para Portugal porque quero, genuinamente, ajudar o meu país a ultrapassar o que quer que seja, isso para mim foi uma coisa estranha que não estava à espera de passar. (F5)

Os próximos excertos, de duas mulheres, uma regressada, e outra em situação de emigração, põem em evidência directa o sentimento/ conceito de saudade.

Eu tinha saudade desde as pequenas coisas, como o café, não é? Mas depois existe mesmo a saudade das pessoas e nós olharmos para trás e sentirmos que os anos começam a passar e que nós estamos a perder aquilo que é o essencial da vida, que é a família e os amigos, aquilo que é realmente importante. E será que é isto que nós queremos levar da vida? Será realmente estar cá fora? Estar desenraizados, a necessidade da tal âncora… porque eu jamais consigo idealizar ter filhos e educá-los fora, porque não é uma educação, quer dizer, tenho os meus filhos fora e, portanto, isto é uma visão realmente pessoal, eu teria muita pena se não conseguisse partilhar isso com os meus no meu íntimo, com as pessoas que realmente… que me criaram também. (F1)

Eu mato saudades pela internet, pelo skype, pelo telefone, e eles vêm cá e vejo-os crescer pelo computador não é, mas eu vivo feliz, claro que tenho saudades da família, tenho saudades deles e gostava de vê-los ao pé de mim, mas sou muito feliz porque estou a fazer uma coisa de que gosto muito. (F9)

A ideia da desvantagem dos portugueses remete-nos para o misto de complexo de inferioridade e de superioridade que segundo E. Lourenço (1988/ 2009/2011) nos acompanha os portugueses enquanto povo.

Nós quando vamos lá para fora já estamos em desvantagem face a um espanhol, face a um italiano, porque esses já têm marca como o C. estava a dizer e portanto nós como já estamos em desvantagem, eu sempre senti e a R. também, nós temos um espírito de sacrifício muito maior porque já partimos de trás e portanto para acompanhar os outros nós temos de dar o mesmo, sejamos mais ou menos talentosos, mas temos de dar mais do que os outros e portanto essa é a grande diferença e foi sempre sobre esses aspectos que eu me senti mais reconhecido face às outras nacionalidades que também estão lá fora e que também trabalham e que são talentosos ou não. (F6)

Acho que os talentos portugueses ainda têm mais mérito do que os outros, têm que trabalhar muito mais do que os outros, têm muito menos apoios, muito menos possibilidade de se desenvolver e então têm que encontrar alternativas… (F9)

A memória de um espaço geográfico de significações culturais, que se vislumbra pela tensão do passado com o presente e a projecção no futuro, são dimensões das quais os atores se socorrem para enquadrar a experiência de familiarização com um mundo estrangeiro.

Para mim esta história de estar ligado ao país é como o barco, podemos ter o nosso barco e ir para qualquer lado, mas precisamos sempre de uma âncora e para mim, passando mais tempo fora, e cada vez mais tempo fora, eu sinto cada vez mais a necessidade desta âncora, é uma jornada, mas a identidade nacional, uma identidade cultural, querem-lhe chamar religiosa, querem chamar-lhe o que quer que seja, eu sinto cada vez mais presente e sentia menos quando saí em 95. Eu quando saí daqui em 1995, que não me chateassem os portugueses, estava farto deles. (F3)

**Regimes de acção: o enigma da saudade e as operações críticas produzidas por emigrantes qualificados**

O conceito de saudade amplamente construído historicamente e fixo no imaginário nacional é também uma categoria nativa que permite a diferenciação das formas de agir em “regimes de envolvimento” conforme os propostos por Thévenot (2006).

Estes regimes de acção, que Thévenot (2006) delineia, são governados por figuras do bem (ou bens) de amplitudes variadas que vão do bem mais próximo e mais pessoal, ao bem comum, passando pelo bem implicado na realização de uma acção normal. Quer dizer, não existe uma forma única de racionalidade na acção, esta tende, por assim dizer, a adequar-se à situação.

No desenvolvimento desta investigação procurar-se-á, por um lado, captar o formato de ação familiar no qual se apreende um registo emocional que evidencia os laços de familiaridade com as pessoas próximas, coisas quotidianas como objectos e artefactos culturais, lugares, paisagens ou comidas do país.

E, por outro lado, um regime de envolvimento público e de maior generalidade, que também pode ser apreendido através de várias proposições veiculadas pela linguagem. É na análise desse registo crítico, regime de *justificação* (composto de diversas gramáticas do vínculo político) que a saudade propiciada pela distância da pátria, serve também de dispositivo crítico. (Boltanski & Thévenot 1991)

A propósito da forte ligação com as origens observada através da análise de dados recolhidos por entrevistas a imigrantes de segunda geração em França, filhos de magrebinos, M. Breviglieri (2001) revela uma ligação complexa e até certo ponto paradoxal, com um lugar de origem onde nunca viveram. Conforme adverte, nada parece suficiente para compreender de que é feita essa fixação ao lugar de origem que dá sentido de pertença e que leva à identificação comunitária. Todavia como o sociólogo francês destaca, a dimensão de habitar parece tocar as profundezas da origem. O espaço habitado (a casa, a comunidade, o bairro) contém uma tonalidade fenomenal essencial, uma dimensão corporal-afectiva, na qual repousa uma ligação primitiva.

Por outro lado, o autor descreve a génese do conceito de nostalgia criado para entrar no vocabulário na nomenclatura médica, a par de um “mecanismo da nostalgia”, encontrado nos discursos. Este mecanismo induzido pelo sentimento nostálgico delimita, sugerindo simultaneamente a experiência corporal num espaço habitado, é também objecto de lamento que se destaca pela sua grandeza. Grandeza esta que se fixa a uma dimensão comunitária, a partir do momento em a vivência na comunidade é dada pela sua função de refúgio, que inclui e exclui, simultaneamente. A concepção de comunidade pode adivinhar-se pelo contraste que distingue: a calma, a previsibilidade e a tradição, dentro da casa (do bairro ou da comunidade), do o seu exterior, indeterminado e ameaçador, tomando frequentemente a figura inquietante do estrangeiro[[25]](#footnote-25). (Breviglieri, 2001: 42)

Da análise das entrevistas efectuada no texto que temos vindo a citar resultam ainda dois elementos que dão, segundo o autor, realismo a este transporte nostálgico: a convivialidade e a tradição. Evocadas como qualidades, isto é, como propriedades gerais (qualificando o “nós” comunitário e as suas maneiras de ser), e como forma de proporcionar uma reflexão sobre a natureza do bem comum. O tema da convivialidade aparece à escala do habitar, nomeadamente através da imagem das portas abertas, que estende a casa à vizinhança, ou ao bairro. Ao mesmo tempo a lembrança constante de um conjunto de tradições é ela própria tangível na casa, onde se exerce o essencial das celebrações religiosas. (Breviglieri, 2001: 43)

O modo de apreciar o espaço comum das origens esclarece sobre as premissas de uma orientação comunitarista no sentido estrito, o que a caracteriza é uma posição de intolerância perante as figuras diferenciadas do bem comum que cada comunidade reivindica. Esta posição confina a uma leitura da predominância dos valores próprios, relativamente aos dos outros. Não há um espaço público instituído onde possa considerar-se um compromisso entre figuras do bem comum. Esta ausência de espaço público de reunião, deve-se em parte à postura adoptada por esta categoria de jovens adultos, que se submetem passivamente às normas morais que identificam como sendo as do seu grupo, concebendo o bem comum sem a justificação necessária, como a expressão natural dos componentes e das necessidades da sua comunidade. A sua nostalgia e a ancoragem exclusiva da sua identidade na mesmidade, priva-os de capacidade crítica, enquanto a sua adesão religiosa e cultural, vivida no refúgio do lar e marcada pelo tradicionalismo, prevalece sobre um processo que exibe, politizando, as figuras do bem comum que reivindicam. (Breviglieri, 2001: 44) A relação de força entre os dois espaços comunitários sugere uma área de comparação totalmente arbitrária uma vez que versa unicamente sobre particularismos (culturais, religiosos, raciais). É por isso que o confronto não pode dar lugar a uma “acção concertada” que procure o compromisso, mas a um recuo de cada grupo nos seus próprios valores comunitários. (Breviglieri, 2001: 45)

Para delinear os conceitos de segurança, convivialidade ou tradição, a nostalgia pode encerrar sentimentos assentes na casa e nos mais próximos ou ao no nível da comunidade mais ampla. Neste caso, ela carrega uma distribuição sobre a natureza do bem comum. Mas, apreendida nessa dinâmica da nostalgia, a questão do “bem comum” parece surgir como uma evidência compartilhada, evocada de maneira a-problemática de modo que na maioria dos casos, no discurso politizado dos jovens inquiridos, o “bem comum” pode aparecer, mas de uma forma que não incentiva o debate público, porque impõe à comunidade a obrigação de uma norma moral ou desperta entre alguns outros, uma convicção radical. Portanto, em risco de escapar necessariamente a uma pluralidade de justificações (fonte da acção política) e de se fixar num estado em que não são admitidos confrontos críticos, alternativas ou compromissos. É para lá que apontam, em alguns desses filhos de imigrantes, as posições mais tradicionalistas, as adesões culturais ou de culto religioso, transformadas em paixões exclusivas, o aparecimento da figura chauvinismo, etc. (Breviglieri, 2001: 47)

O que se retira deste terno “abraço da origem” de que fala M. Breviglieri parece, uma vez mais, atestar a forte vinculação afectiva da origem, uma fidelidade que advém do habitar um determinado espaço cultural e sensorial. Espaço este que ao permitir a partilha de significados comuns possibilita a efectivação de um “nós”.

No entanto e apesar de uma aproximação conceptual, o trabalho atrás citado versa uma realidade empírica que pouco tem em comum com o nosso trabalho de investigação, cuja observação se dirige a emigrantes portugueses qualificados, com um percurso migratório relativamente recente e não a uma segunda geração de imigrantes em determinado país. Este segmento de emigrantes portugueses, conforme também tivemos oportunidade de referir mais atrás, já pouco tem a ver com as anteriores vagas migratórias que o país sofreu no passado. E mesmo relativamente às anteriores vagas de emigração portuguesa e às “comunidades portuguesas” espalhadas pelo mundo, assim geradas, não se encontra este aspecto problemático da integração ou do desenraizamento que se verifica da leitura do trabalho precedente e que incidiu sobre jovens de nacionalidade francesa com origem magrebina. Em geral estes emigrantes portugueses qualificados, aos quais dirigimos o nosso inquérito, não habitam em bairros específicos nos países de acolhimento, e associam-se de forma pontual para levarem cabo determinados projectos (económicos, por exemplo) muitas vezes de forma efémera e virtual.

Damos conta assim, não de uma revolta ou de um desenraizamento, mas de uma mágoa relativamente à partida de um país que não dá valor ao seu trabalho, um país que não reconhece o mérito, havendo, portanto, uma implicação, por assim dizer, moral, em relação ao país que trai as expectativas profissionais que tinham. Um país pequeno, onde a pequenez se encontra ancorada a contextos profissionais onde prevalece uma *grandeza doméstica*, dando pouco espaço à afirmação das competências dos profissionais.

Esta emigração que muitos consideram também um desperdício para o país é muitas vezes vista como transitória para alguns que têm forte desejo de regressar embora o contexto não o permita. Que enigma encerra então um país que é «madrasta» e ainda assim ao qual se pretende retornar? E porque razões tentam mobilizar-se estes actores, em prol do país, através de associações?

O carácter simbólico da ligação ao país natal parece revelar ambivalências porque, ao mesmo tempo que motiva a crítica - face à impossibilidade de o habitar de uma forma decente, porque a hipótese de desenvolver uma vida profissional relevante é impossibilitada pela inexistência de uma cultura meritocrática no país - a hipótese de regressar nunca é negada, sendo mesmo, em muitos casos, desejada. É nesta ambivalência entre um mundo que aparece naturalizado porque permite aos membros de uma comunidade experimentar um sentimento de evidência que é partilhado na interacção, que aparenta nunca se perder, mesmo se as condições em termos profissionais, conduzem ao deslocamento e a formas múltiplas de investimento que requalificam os actores que procuram adaptar-se a novas gramáticas.

É por isso que nos parece relevante o estudo da saudade nas representações dos actores em contextos migratórios. Segundo A. Muxel, é da sua relação aos outros, às coisas e aos seres do seu país que a saudade é feita. E o sentimento que dela resulta é fabricado pela sensação de uma falta que, de certa maneira, é positiva, porque o laço se encontra sempre lá, não é perdido em nenhum momento. Nada poderá apagar nem cortar esta ligação afetiva, sensorial e simbólica aos outros e aos espaços do seu passado ou àqueles que surgem como falta no presente. A saudade é assim a experiência de uma temporalidade paralela e simultânea que nos segue e nos habita como a sombra de nós mesmos. (Muxel, 2007: 114)

**Bibliografia**

Boltanski, L. (1990). *L’amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l’action*. Paris, França: Éditions Métailié.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, França: Éditions Gallimard.

Breviglieri, Marc (2001) “L’Étrainte de L’origine. Attachement, mémoire et nostalgie chez les enfants d’immigrés maghrébins” in Confluences Mediterranée 2001/4 (N. º 39), p37-47 disponível em: <http://www.cairn.info/revue-confluences-mediterranee-2001-4-page-37.htm>.

Dias, J. (1990). *Estudos de Antropologia. Volume I*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Elias, Norbert (2002) *Teoria Simbólica*. Oeiras, Celta Editores

Ferro, A. (1949). *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa, Portugal: Edições SNI.

Forjaz, T. (Autoria e conceção) (2010). Migrações: retratos do nomadismo contemporâneo [filme], Lisboa, Portugal: Ricochete filmes.

Halbwachs, M. (2001). *La Mémoire Collective*. Québec, Canada: Université du Québec.

Instituto Nacional de Estatística (2008). *Revista de Estudos Demográficos*, 44.

Lourenço, E. (1988). Nós e a Europa ou as duas razões. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Lourenço, E. (2009). O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Lourenço, E. (2011). Portugal como destino seguido de mitologia da saudade. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Lowell, L. (2008). Highly skilled migration (pp. 51-76). Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2008-managing-labour-mobility-evolving-global-economy>.

Malheiros, J. (2010c). Portugal 2010: o regresso do país de emigração? Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, 2(1), 133-142.

Muxel, A. (2007). Individu et mémoire familiale. Paris, França: Pluriel.

Observatório da Emigração (2012). Portal do Observatório da Emigração. Disponível em <http://observatorioemigracao.pt/np4/home>.

Peixoto, J. (1999). A mobilidade internacional de quadro. Oeiras, Portugal: Celta.

Peixoto, J. (2004a). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas [Working Paper nº 12/2004]. SOCIUS-ISEG, Lisboa, Portugal.

Peixoto, J. (2004b). País de emigração ou imigração. Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. [Working Paper nº 2/2004]. SOCIUS-ISEG, Lisboa, Portugal.

Pimentel, D. (2003). Migrações, desenvolvimento e território. Portugal ainda é cais de partida: alguns dados sobre emigração no período 1992-2003. *GeoInova*, 8, 207-211.

Rocha Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.

The World Bank (2012). Portal The World Bank. Disponível em <http://www.worldbank.org/>.

Thévenot, L. (1994). Le regime de familiarité. Des choses en personnes. *Genèses*, 17, 72-101.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel – sociologie des régimes d’engagement*. Paris, França: Éditions La Découverte.

Vasconcelos, C. M. (1996). A saudade portuguesa. Lisboa, Portugal: Guimarães Editora.

Vincent-Lancrin, S. (2008). *Student mobility, internationalization and skilled migration. In World Migration Report* (pp. 105-126). Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2008-managing-labour-mobility-evolving-global-economy>.

**Documentos Consultados**

Instituto Nacional de Estatística. Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída.

Instituto Nacional de Estatística. Anuários Estatísticos de Portugal de 2000 a 2009.

**O Processo de Consolidação da Responsabilização da Responsabilidade Social das Organizações: Uma Reflexão Teórica Acerca das Críticas**

José Manuel Resende [[26]](#footnote-26)

Mónica de Melo Freitas[[27]](#footnote-27)

**1. Introdução**

Embora algumas obras assinalem que a Responsabilidade Social surgiu nos Estados Unidos da América por volta dos anos 50, para Lee (2007) esta começou com o discurso de Ford em 1917 o qual dizia “... Precisamos ter mais cuidado com a Natureza, caso contrário, não encontraremos quem compre os nossos carros nas próximas décadas”.

Neste discurso de Ford, percebemos uma chamada de atenção para a importância de se consolidar um reconhecimento ambiental mais sustentável nas sociedades, ou seja, mais preocupado com o gasto racionalizado dos recursos naturais disponíveis. Para ele, os instrumentos de produção deviam ter em conta as exigências do contexto, com vista por um lado, legitimar o sistema produtivo, e por outro, garantir a existência dos recursos necessários à ação produtiva.

O uso desmedido dos recursos naturais pode levar, a médio ou longo prazo, ao desaparecimento de milhares de pessoas principalmente nos países em desenvolvimento (ex.: países do continente africano e asiático), os quais são apontados como os mais vulneráveis às catástrofes naturais, mas que apresentam elevado potencial de mercado Programa Novas Fronteiras, Canal Management, 17 de agosto de 2011; à inexistência dos recursos naturais necessários à atividade produtiva Krishner (Nueva Sociedad 202) e ainda ao desaparecimento de produtos e/ou empresas na arena mercantil, pelo facto de não terem se adaptado às novas exigências dos consumidores. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011, p. 24).

Por volta dos anos 50, predomina no meio social e empresarial norte – americano, o conceito de Responsabilidade Social relacionado ao exercício de práticas filantrópicas.

Contudo, quando este começa a dar provas de ser incipiente na década de 60, as pessoas voltam às ruas com vista a exigirem das empresas uma maior participação nos processos de resolução dos problemas sociais e ambientais atravessados pelas sociedades.

No intuito de atenderem a esta nova exigência social, as empresas decidem incorporar as novas exigências nos modelos de gestão empresariais na década de 80, passando a conceituá-las e a defini-las como Responsabilidade Social, ou seja, conjunto de iniciativas sociais, ambientais, culturais, económicas e científicas desenvolvidas pelas empresas, com vista a produzirem externalidades positivas para o ambiente e para as sociedades onde se encontram inseridas em conjunto com os *stakeholders*. Almeida (2010), Blownfield & Murray (2008), Krishner (Nueva Sociedad 202), Lee (2007), Santos (2010), Zadeck et al. (2003).

A normatização que é atribuída à Responsabilidade Social não a torna algo estático, pelo contrário, constatamos que existe uma enorme variedade de conceitos, áreas de atuação, profissionais, tecnologias e equipamentos externalizados Almeida (2010).

Embora existam estas liberdades de escolhas, os precursores da Responsabilidade Social como Carroll em Almeida (2010), reforça a ideia de que esta deve incorporar as preocupações éticas, legais, econômicas e não discricionárias das sociedades independentemente dos conceitos que lhe atribuam.

No cerne da Responsabilidade Social está o garante do bem – comum, seja através do reforço dos dispositivos legais que garantem o cumprimento das leis, como através da indexação de valor acrescentado à atividade produtiva e às regiões, como também através do incentivo à realização de investigação científica, à preservação do ambiente e à renovação da própria doutrina empresarial.

De um modo geral, o garante do bem – comum faz parte de um conceito muito mais amplo denominado “Desenvolvimento Sustentável”, o qual defende a utilização racionalizada dos recursos naturais necessários utilizados na produção dos bens e dos serviços, com vista a melhorar a qualidade de vida da geração atual, ao mesmo tempo em que garante a existência dos recursos necessários à sobrevivência das gerações futuras Management TV (2011). Neste sentido, o foco deste artigo é analisar o modo com o conceito de Responsabilidade Social intervém na organização e funcionalidade das empresas, e como a sua reatualização no tempo transformam as suas atividades e a sua organização em objeto de críticas diversas, sobretudo em momentos críticos quando estão em causa os pilares da decência societal, nomeadamente quando as responsabilidades empresariais não podem esgotar-se na criação do lucro, mas olhar para outras questões que afetam o ambiente e a sua sustentabilidade, e, por isso, a criação da vida em comum no plural.

**2. Reflexão Teórica Acerca do lugar da Crítica**

Ao longo do tempo, a Responsabilidade Social sofreu inúmeras transformações as quais se devem em grande parte à forte pressão das críticas éticas e economicistas em contraposição às críticas estéticas e sociais enfrentadas pelo Sistema Capitalista (Boltanski & Chiapello, 2009).

A nosso ver, as críticas éticas dizem respeito às lutas de forças argumentativas existentes entre o grupo de ideólogos que defendem que o exercício da Responsabilidade Social não deve ser função dos gestores do setor privado Friedman (2003) e aqueles que defendem o contrário, pelo facto de acreditarem que as decisões tomadas pelos gestores afetam diretamente as sociedades Almeida (2010), Blownfield and Murray (2008), Santa Casa da Misericórdia (2010, p. 20).

As críticas economicistas são lideradas essencialmente por grupos de economistas que defendem, por um lado, que a produção do lucro é a única responsabilidade do setor privado Friedman (2003), Schumpetter em Trigilia (2002) e aqueles que defendem que a sociedade e o ambiente são partes integrantes do sistema produtivo das empresas, e que o envolvimento destas nos processos de tomada de decisão organizacional, permite às organizações obterem ganho de eficiência na gestão dos recursos naturais utilizados na produção Krishner (Nueva Sociedad 202), ao conquistarem novas fatias de mercado Zadeck et al. (2003) Porter (1996). Todo este processo acontece mesmo tempo em que obtêm a licença para operarem Blownfield and Murray (2008) no reforço das redes de parcerias estabelecidas com os *stakeholders* Agle, Donaldson, Freeman, Jensen, Mitchell, Wood (2008) e contribuem para a legitimação do próprio Sistema Capitalista Blownfield and Murray (2008).

Alguns críticos encaram a prática da Responsabilidade Social pelo setor privado como algo deplorável visto que contraria os princípios que estão na base da consolidação do Sistema Capitalista Friedman (2003), Schumpetter em Trigilia (2002), mas para outros esses ganhos ou lucros instrumentalizam a conceção de bem – comum para criar mais valias para o próprio setor privado Almeida (2010), e não tendo em vista uma redistribuição mais justa dos bens que as empresas produzem socialmente.

Algumas das críticas suscitadas em torno da prática da Responsabilidade Social, vão de encontro ao pensamento de Friedman (2003) onde este alega que a produção de lucro de acordo com os pressupostos legais já é Responsabilidade Social e que não justifica comprometer parte do lucro que deveria ser devolvido aos investidores com a realização de projetos sociais e ambientais. Esta perceção não é unânime, pelo contrário, para economistas como Porter (1996) o desenvolvimento de projectos sociais, ambientais, económicos, culturais e científicos por parte do setor privado tem a mais valia de gerar ganhos de competitividade para as próprias organizações e para as regiões onde se encontram inseridas e Zadeck et al. (2003) e acredita que o setor privado ao desenvolver a Responsabilidade Social está a reforçar as redes de parcerias estabelecidas com os *stakeholders*, a incentivar a troca de conhecimentos entre os atores, a conquistar fatias de mercado ao mesmo tempo em que contribui para a reformulação da doutrina gestionária prevalecente no meio empresarial com vista à preservação sustentável do ambiente.

Em síntese, pode-se dizer que as críticas realizadas pelos académicos e grupos de profissionais quanto à prática da Responsabilidade Social, levam-nos a interrogar-nos sobre qual é a forma mais sustentável de vivermos e de agirmos em sociedade quer a nível individual ou coletivo.

**3. Ensaio Empírico**

Após um levantamento bibliográfico dos conceitos de Responsabilidade Social existentes, e da aplicação da técnica da análise de conteúdo às informações levantadas, pudemos constatar que carácter instrumental é transversal a todos eles independentemente da corrente ideológica a que pertencem ser ética ou economicista.

Com vista a percebermos quais são as principais categorias, nomenclaturas e definições da Responsabilidade Social, e de que forma estas convergem e/ou divergem entre si, construímos a matriz que se segue:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Matriz da Análise Conceptual da Responsabilidade Social** | | | |
| **Categorias** | **Nomenclaturas** | **Definições** | **Autores** |
| Ética | Responsabilidade de Ética  Individual e Organizacional | “Depreendemos que a Responsabilidade pelos atos praticados de uma organização, passa inevitalmente pelo ato individual”.  “A Responsabilidade Social Empresarial RSE, está relacionada com as obrigações dos homens de negócios em prosseguir estas políticas (RSE) de decidir ou seguir linhas de ação desejáveis em termos de obrigações e valores da sociedade”.  “Remete ao tema da ética nos negócios e à noção de responsabilidade discricionária resultante da escolha individual efetuada pelos gestores e proprietários das organizações.”  “Remete à idéia de que as organizações geram impactos ambientais principalmente devido à industrialização sem controlo e à exploração ilimitada dos recursos naturais.” | Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011)  Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011)  Almeida (2010)  Krishner (Nueva Sociedad 202) |
| Linhas de ação e linhas estratégicas | Responsabilidade Doutrinária | “A RSE é também considerada como uma gestão que se define por uma relação ética e transparente da organização por um lado, com todos os seus públicos ... , pelo outro, pelo estabelecimento de objetivos que promovam o desenvolvimento sustentável da sociedade.”  “RSE se reforçou reivindicando um papel mais ativo das empresas na promoção do bem – estar social.”  “... A procura de novos caminhos de lucro não é o único objetivo... Ela tem também uma dimensão moral no sentido em que acentua a maneira de obter lucros compatíveis com a existência de justiça em primeiro lugar relativamente aos empregados da empresa, mas também, de um modo mais geral, ao bem comum.”  “Neste sentido, a literatura da gestão tem assim uma dimensão ideológica na medida que fornece aos atores da empresa, não apenas diretiva para atingir os objetivos económicos mas também boas razões que justificam o compromisso na procura do lucro.” | Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011)  Boltanski (2001)  Boltanski (2001) |
| Social | Responsabilidade Social Socializadora | “Fornecer às comunidades carentes os meios e as oportunidades que permitam melhorar as suas condições de vida.” | Almeida (2010) |
| Controlo e Fiscalização | Responsabilidade Social de Regulação Económica e Fiscalização Moral | “Com o avanço da liberação dos mercados e a consequente perda de eficácia dos modos de regulação política do Capitalismo nos países desenvolvidos, a Responsabilidade Social foi incorporada formalmente nas estratégias empresariais, passando a caracterizar-se essencialmente pela incorporação de todas as partes interessadas e afetadas pela atividade produtiva e pela formação de alianças e compromissos com esses stakeholders.”  “... A Responsabilidade Social averigua e puni os comportamentos indesejáveis e incoerentes com os valores defendidos pela doutrina empresarial.” | Agle, Donaldson, Freeman, Jensen, Mitchell, Wood (2008)  Trevinho (1986) em Santos (2010) |
| Política | Responsabilidade Social Política das Organizações | “Considera-se que as multinacionais e os CEOs são atores decisivos no processo de indução ou inibição das situações de desigualdade social e de degradação social.” | Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011) |
| Inovação | Responsabilidade Social de Inovação Sistémica | A Responsabilidade Social enquanto agente de transformação social. “A incorporação da dimensão moral na lógica empresarial não tem sido pacífica, antes vindo a ser alvo de controvérsias públicas envolvendo atores do campo científico, profissional e político”. | Almeida (2010), Blowfield and Murray (2008), Boltanski & Chiapello (2009) |
| Gestionária | Responsabilidade Social do Tipo Estratégica | A prática da Responsabilidade Social possibilita às empresas obterem ganho de imagem e reputação Lee (2007); aumentarem o nível de motivação dos colaboradores Santos (2010); preservarem os recursos naturais necessários à atividade produtiva Krishner (Nueva Sociedad, p. 202); evitarem as restrições da sociedade perante à atividade produtiva Blownfield and Murray (2008). | Blowfield and Murray (2008), Krishner (Nueva Sociedad), Lee (2007), Santos (2010), |
| Legal | Responsabilidade Social Legal | “... Leva as organizações a explorarem as suas capacidades para encontrarem e implementarem as soluções que necessitam para ... perseguirem as disposições legais.” | Blownfield and Murray (2008). |
| Instrumental | Responsabilidade Social Instrumental | “... Permite às organizações implementarem práticas de tomada de decisão mais participativas e obterem uma maior transparência nos processos.”  “... Enquanto conjunto de mecanismos a serem criados tendo em vista tornar a Responsabilidade Social exequível...” | Blownfield and Murray (2008).  Trevinho (1986) em Santos (2010) |

**4. Síntese Conclusiva**

A questão referente ao “consenso” parece ser transversal a todas as categorias de Responsabilidade Social levantadas. O “consenso” manifesta-se seja através de expressões como “articulação dos atores em redes de *stakeholders”*, “envolvimento de todas as partes interessadas e afetadas nos processos de decisão organizacional, “reforço dos dispositivos legais” e “agir individualmente ou organizacionalmente de acordo com os valores morais da sociedade”.

No entanto, constatamos que existem algumas controvérsias que permeiam as categorias de Responsabilidade Social constatadas. Estas controvérsias dizem respeito essencialmente à prática de ações segundo pressupostos de “emancipação” quando na verdade tornam os indivíduos seres alienados devido em especial ao elevado peso que os dispositivos legais e os arranjos sociais passaram a exercer sobre as suas ações e seus comportamentos.

Se por um lado a Responsabilidade Social apresenta-se como uma possível via para libertar comunidades carentes da pobreza (Blownfield & Murray, 2008), por outro, alienam os gestores e/ ou proprietários industriais em torno de pressupostos nos quais lhes cabem o papel principal de agente transformador Almeida (2010). É como se eles trouxessem a chave da transformação social e aqueles que têm as suas vidas transformadas não passariam de meros meios da transformação per si. E estas controvérsias ou dilemas fruto das consequências daquelas ações pesam sobre as formas de envolvimento justo (Boltanski e Thévenot, 1991), uma vez que os trabalhadores por conta de outrém que laboram, naquelas empresas são excluídos das ações em prol das mudanças esperadas, pondo em causa a elevação dos princípios que sustentam a justiça ambiental, e através desta a criação de laços e de relações mais sustentáveis entre os seres humanos e os ambientes onde estes se inserem, afastando-se das concepções sobre o justo e o decente.

Neste sentido, pode-se dizer que dicotomia emancipação/ alienação são partes antagônicas de um processo complexo de transformação social onde aquele a quem se destina o papel de libertador (CEOs, gestores/ proprietários industriais) espera que se deixe alienar (de acordo com os pressupostos dos dispositivos legais e dos arranjos sociais) e aqueles que precisam de ser libertados (por estarem em situações fragilizadas) externalizam o direito que possuem de decidirem sobre os seus próprios destinos com vista a alcançaram a tão imaginada libertação.

Em Boltanski e Chiapello (2009) constatamos que os “grandes” são aqueles de quem se espera um esforço contínuo e árduo para manter os ditos “pequenos” inseridos em projetos de acordo com os pressupostos da cite por projetos.

**Referências bibliográficas**

Agle, B. R.; Donaldson, T.; Freeman, R. E.; Jensen, M. C.; Mitchell, R.; Wood, F. J. (2008). Toward Superior Stakeholder Theory. *Business Ethics Quarterly*, 18 (2), 153-190.

Almeida, F. (2010). *Ética, valores Humanos e Responsabilidade social das Empresas*. Cascais, Portugal: Ed. Princípia.

Boltanski, L. (2001) A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo. *Fórum Sociológico*, 5/6 (2ª série), 13-35.

Boltanski, L. & Chiapello, E. (2009). *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Brasil: Ed. WMF Martins Fontes Ltda.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). De la justification. Les économies de la grandeur. Paris, França: Éditions Gallimard.

Blowfield, M.; Murray, A. (2008). *Corporate Responsibility: A Critical Introduction*. Nova Iorque, EUA: Oxford University Press.

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Artigo nº 25. Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948.

Lee, M-D. P. (2007). A review of theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10 (1), 53-73.

Porter, M. (1996). *Clusters And Competition*. Cambridge, EUA: Harvard University Press.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011). Cidade Solidária. Voluntariado, Responsabilidade Social. *Revista Semestral*, 26 (ano XIII).

Santos, M. J. (2010). *Repensar a Responsabilidade Social: Da Lógica Individual à Lógica de Rede*. Paper apresentado na 1ª Conferência Ibero – Americana. Fórum Empresas, Empresários e Responsabilidade Social, Lisboa, Portugal.

Trigilia, C. (2002). *Economic Sociology. State, Market, and Society in Modern Capitalism*. Oxford, UK: Blackwell Publishers.

Zadeck, S. S, J., Dossing, H. & Swift, T. (2003). *Responsible Competitiveness: Corporate Responsibility Clusters in Action*. London, Inglaterra: AccountAbillty / The Copenhagen Centre.

**Outras Fontes Consultadas**

Wallerstein, Emmanuel (2009). *What´s crises?* Comunicação apresentada na Conferência no âmbito dos Estudos Pós Graduados na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

Management TV (2011). Programa Novas Fronteiras. 17 de agosto.

# 

# Capítulo II

# Envolvimentos plurais em proximidade: a aceitação e o reconhecimento do Outro vulnerável

## 

## Expor e resguardar os corpos vulneráveis: conflituantes direitos de transitar o espaço público mediadas por ações solidárias e de reparação[[28]](#footnote-28)

José Manuel Resende[[29]](#footnote-29)

**A modernidade vigente e as suas ambiguidades: da reclamação dos direitos dos indivíduos, das suas vozes e dos seus corpos à sua invisibilidade ou omissão**

Uma das ideias mestres alegadas por Wagner (1996) quando este se debruça sobre o conceito de modernidade, e o discute à luz dos contributos produzidos por diversos cientistas sociais de diferentes gerações, é o de demonstrar que as narrativas científicas escritas por aqueles homens de renome se baseiam em dois eixos atuantes complementares: de um lado, a reivindicação da liberdade individual e colectiva expressa pelas demandas, movimentos e revoltas políticas e sociais, e do outro lado, secundada pelo incremento de dispositivos institucionais que visam ordenar, vigiar e regular os corpos e as suas ações. Ao eleger aqueles dois eixos, não deixa de ser curioso verificar que deles são possíveis retirar sentidos que em si mesmo não são convergentes, e, por isso, quem deles se servem como fundamentos para as suas ações acabam por as orientar a partir de gramáticas de motivos também divergentes. Estas orientações divergentes, assim como as suas bases morais e normativas, aparecem objectivadas nas narrativas que constroem sobre a realidade social, e consequentemente nas interpretações que avançam sobre os factos que são objecto da sua reflexão.

Explorando a natureza extensiva dos significados que são possíveis reconhecer daqueles dois eixos actuantes, ainda se pode afirmar que as suas bases morais e normativas se baseiam em princípios que nunca estiveram ausentes da natureza antropológica humana, não obstante o seu significado estar assente numa semântica diferente, e consequentemente não apresentar em outras épocas e contextos históricos (como nos actuais) a mesma possibilidade representada no projecto imaginado da modernidade. É por isso que a inquirição que delas retiram os autores[[30]](#footnote-30) que as trabalham nos seus textos estar envolta em outras metáforas significantes, cuja novidade torna possível esquadrinhá-las de outros modos susceptíveis de adquirir sentidos com outros alcances.

O que importa para já reter da novidade semântica que aquelas metáforas transportam para as narrativas, é justamente de ela proporcionar, de um modo mais comedido, mas também cada vez mais assertivo, a visibilidade de gramáticas baseadas na tese hermenêutica de que a natureza humana se apoia em *uma interpretação disjuntiva* (Genard e Cantelli, 2008) em tudo aquilo que diga respeito às capacidades e incapacidades humanas, sem descurar as possibilidades e as impossibilidades humanas. De um lado há o cumprimento integral da liberdade, ilustrada nas capacidades dos humanos em assumir a plenitude da autonomia na condução das suas vidas; mas do outro lado há o seu fechamento elucidado no seu contrário que mais não é do que o resultado da instalação de dispositivos e de mecanismos sobretudo estatais de vigilância, de punição, mas também de conformismo consentido dos humanos sujeitos à disciplinarização e a processos de controlo dos seus corpos. Ora os seres incapazes mostram-se inabilitados em ultrapassar a sua condição qualificada de conformista.

Por outras palavras, a liberdade representa o ideal da emancipação humana que visa o bem-estar e a felicidade, baseada em bases morais e normativas, ainda que plurais, não deixam de se ajustarem a preceitos dispostos numa dada ordenação de grandezas aceite e reconhecida como a mais conveniente. De qualquer modo, estes seres agem de modo capacitante, sejam quais forem os caminhos escolhidos, dentro daqueles que são, quer social, quer politicamente admitidos.

A seu lado, a disciplina afigura o ideal inverso. Receando a elevação da desordem trazida pelos movimentos que aspiram a autonomia, o Estado constrói aparelhos e dispositivos destinados a vigiar e a punir corpos. Não detendo recursos para inverter esta situação, os indivíduos sujeitos a estas condições manifestam as suas incapacidades e as suas desorientações.

Se a capacitação dos seres humanos é sublinhada pelas elites como uma qualidade, a incapacitação é declarada como comportamento patológico, e, nesse sentido, é explicitada como uma desqualificação do ser humano a ser evitada a todo o custo. Não sendo possível ultrapassar esse defeito (ou no mínimo essa limitação), quando encarado como meramente temporário, o ser com patologia comportamental visível, e diagnosticada, tem de estar, ou mostra estar, afastado compulsivamente das relações e laços sociais aceites e reconhecidos socialmente.

Tais asseverações metafóricas fazem a sua história ao longo do século XIX até à 2ª metade do século XX. Com as mutações que se vão operando nas Ciências Médicas do foro neurológico e psiquiátrico e na Psicologia em geral, e na clínica em particular, a linha dicotómica entre seres capacitantes e seres incapacitantes vai dar lugar lentamente a uma via transitária entre seres que estão sujeitos a incapacidades momentâneas ou prolongadas, mas este estado não lhes retira a possibilidade de buscar novas experiências habilitantes e de as examinar segundo as suas limitadas (ou não) capacidades. E se porventura não as tem, e as não pode desenvolver ao longo da sua vida, a sua integridade humana está juridicamente garantida, e a acção pública do Estado, ou por ele delegada, tem a obrigação moral de cuidar daquela condição de maior vulnerabilidade (Cantelli e Genard, 2007).

Por outro lado, as actividades do Estado ensaiam outros roteiros de actuação, incentivando que as acções públicas sejam orientadas sob o signo do «*empowerment*». As novas incursões das acções públicas, na implementação das orientações consagradas pelas políticas sociais, tendem a consagrar o princípio da atribuição a todos os cidadãos, desde a tenra idade, dos instrumentos indispensáveis para lhes acautelar a autonomia, e que a estes compete preservá-la e defendê-la em todas as circunstâncias.

Sob o limiar da gramática da responsabilidade (Genard, 1999), o princípio da autonomia tem de ser sempre salvaguardado, pois este desígnio público vai ao encontro das operações críticas dos indivíduos que consideram excessivas todas as tentativas de sobreprotecção, quer da parte dos serviços públicos, quer da parte de outras instâncias como a família ou as confissões religiosas. Aliás as operações críticas movidas pelos actores envolvidos nos movimentos sociais emergentes nos anos sessenta e seguintes, deixam antever a sua apropriação por um sem número de especialistas que actuam em diversas esferas de actividade (Boltanski e Chiapello, 1999). Ora uma das demandas frequentemente mais requisitadas pelas operações críticas dos indivíduos passa justamente por uma atenção acrescida a dar pelos serviços do Estado à singularidade e autonomia dos cidadãos, rejeitando-se a configuração paterfamília das acções públicas, sejam quais forem os serviços que as patrocinem quando estas são objecto de planeamento e concretização.

Esta prioridade não aparece do nada. O primado da autonomia, e interdependentemente, a importância conferida à singularidade de cada ser humano, são o resultado da história das operações críticas desencadeadas, com maior acuidade, ao longo dos anos 60 do século XX, a partir de diferentes fontes de difusão, mas sobretudo resultam dos efeitos dos movimentos juvenis que emergem à época conectados com a massificação escolar, que ganha expressão numérica nas universidades dos países economicamente avançados, mas igualmente das mutações que se sentem nos processos de socialização familiares (Resende e Vieira, 1992). Num contexto de abundância económica, mas também demográfica, as promessas de felicidade e de bem-estar feitas na altura, não obstante o seu relativo cumprimento, materializado pelo crescimento das classes médias urbanas, são acompanhadas por desencantos relativos a sentimentos de que o Estado e a Sociedade não têm criado oportunidades para a criatividade humana, nomeadamente, a inventividade juvenil, que devido à sua idade estão disponíveis para uma experimentação continuada, isto é, sentem-se livres para ensaiar novas formas de sociabilidade entre si e os seus pares, quer no quotidiano, quer em outros contextos institucionais.

Os festivais de música e as releituras que fazem dos artefactos e ambiente campestres, mas também o distanciamento a formas institucionalizadas da violência, por exemplo, são factos elucidativos que enunciam a emergência de outras bases morais e normativas que orientam os pontos de vista críticos de muitos jovens, em particular, dos jovens bem-sucedidos na escola, mas também os seres criativos, que são estimados e estimulados pela música, pelo teatro, pela pintura e pelo cinema que fazem ou que participam como intérpretes. Estas posturas críticas mostram reparos corrosivos, irónicos e criativos destes jovens relativamente a formas de autoridade consideradas como asfixiantes, pois os seus modelos de comando seja qual o for o contexto onde estão inseridos, não viabilizam a expressão da criatividade e da inventividade humanas.

As percepções difundidas que se sentem amarrados, ou melhor, presos a padrões de comportamento caducados, impedem-nos de se envolverem em novas experimentações, que sendo artísticas, não deixam de tocar questões ligadas às sociabilidades humanas, ao modo como as instituições encaram o *Outro* ainda ajuizado como alguém em *estado de necessidade* e não alguém em *estado de potencialidade* imanente. A conservação de um olhar sobre o outro ainda muito marcado pela necessidade e não pelas oportunidades potenciais de que são capazes, quer de formular, quer de concretizar, no presente e no futuro, não torna possível que estes sejam concebidos como seres que experimentam a vida num outro enquadramento distinto daquele que sufoca as relações e os laços encarados como padronizados e quase imutáveis.

As culturas juvenis de raiz urbana emergem agora com o desejo mais acentuado de restituir ao mundo as tonalidades expressivas do corpo que até então se manifestam sobretudo na obscuridade (Pais, 1993, 2001; Pais *et al*, 2010, 2011; Ferreira, 2008). Tais manifestações agitam o quotidiano e as arenas públicas para além daquelas que estão já vocacionadas a trazer o corpo à boca de cena.

E mesmo nestas últimas arenas, o corpo começa a ser representado sem tabus estéticos, isto é, a sua coreografia deixa de ser mutilada e passa a ser objecto de múltiplas experimentações na sua apresentação ao mundo. Ora alargar a expressividade corporal requer a utilização mais ampliada, mais integral, e sem complexos, das suas potencialidades sensoriais. E nesse sentido dar potência criativa às manifestações que procedem das partes e da totalidade do corpo pressupõe maior liberdade, ou dito de outra forma, prevê a aceitação de um leque mais amplificado de alternativas morais e normativas destinadas a ir ao encontro de outras concepções doutrinárias e ideológicas que estão a ganhar forma (Resende, 1999; Le Breton, 1990, 2000, 2003; Ferreira, 2008).

Expor o corpo a estas alterações, por um lado, e, ousar a máquina física como suporte destinado a experimentações diversas, para testar as suas possibilidades e limitações, por outro lado, constituem pontos marcantes para uma nova agenda sobre a figura humana reflectida a partir de um ângulo positivo (Ribeiro, 1997). Dito de outro modo, a reclamação pelo direito a uma liberalidade mais alargada (Wagner, 1996), requer antes de mais que esse direito seja usufruído pelos usos sociais do corpo, sem limitações a não ser aquelas que põem em perigo a sua própria existência. E mesmo estas últimas ousadias com cargas e sobrecargas mais excessivas sobre o corpo são agora mais toleradas desde que o próprio as consinta em liberdade, e no uso pleno da sua reflexividade, ou quando tais «flagelos» não tornem irreversíveis as reparações dos danos sofridos.

Deslocar o corpo para o centro da reclamação dos direitos individuais e colectivos, implica que as suas manifestações sejam passíveis de publicitação. Mais ou menos impulsionadas pela sua dramatização (Goffman, 1999, 1993; Boltanski, 1990) o acesso continuado ao espaço público é a fonte da requisição dos direitos não só através da faculdade em aparecer ali de corpo inteiro, mas também a capacidade em ajuizar sobre as razões que os levam a demandar por tais exigências. Não menorizando a importância dos instrumentos que permitem a mobilidade territorial, o rosto, a voz e o pensamento avocam uma atenção acrescida, sem os quais não é possível ao humano dar corpo à expressividade dos seus sentimentos, emoções e racionalidades.

Se a abertura ao *Outro* que difere do comum é lentamente arrostada como uma questão da *cité política*, o questionamento sobre as diferenças ainda não é arcada no espaço público como objecto político de pleno direito. Por outro lado, e a par das críticas artísticas baseadas nas exigências a uma maior garantia no respeito pela autonomia e pela criatividade singularizadas, os movimentos políticos não se esgotam nestes pedidos. As críticas sociais continuam a manter o seu espaço e a sua importância (Boltanski, Chiapello, 1999; Boltanski, 2001), pois a busca de maior igualdade na distribuição dos rendimentos não é nem tarefa menor, nem tarefa exaurida pelo tempo percolado (tempo sinuado, num vai e vem constante sem seguir qualquer plano linear) (Serres, 1996).

Porém, e ao contrário do que acontece no primeiro caso, as lutas por uma maior igualdade, equidade ou justiça na distribuição das riquezas acumuladas socialmente continuam a ser representadas por organizações e instâncias políticas já conhecidas e reconhecidas pelo comum dos cidadãos. No que toca ao primeiro caso, não havendo ainda um movimento político ancorado na sua globalidade em lutas pelo reconhecimento das diferenças, as suas manifestações públicas deixam de estar representadas nas instituições que tradicionalmente esgrimem os seus pontos de vista por uma sociedade mais justa do ponto de vista material.

Para além de as ultrapassar no plano da legitimação representacional, a sua configuração no quadro das manifestações públicas, apresentam novos figurinos corporais e gráficos. A voz e a escrita publicitam novas ordenações de grandeza que, para além de entrarem em confronto com as anteriores, trazem também para estas últimas novas semânticas sobre as desigualdades, alargando os seus sentidos.

Na verdade, as questões de índole cultural são uma nova entrada para o discurso sobre o pólo político concebido em termos de estrito senso. E este é um contributo com uma expressão forte que vem da parte de colectivos juvenis escolarizados (uma parte significativa ligada às Universidades) que se juntam para clamar causas diversas, umas ligadas à escolarização e ao ambiente universitário, mas outras de índole mais abrangente e que abarcam temas associados à crítica a uma sociedade padronizada, tradicional, reverente e nada criativa (Resende e Vieira, 1992).

Em uma sociedade de carácter paroquial, pouco aberta aos mundos mais inovadores, fechada sobre si, como acontecia com o nosso País antes e após Abril de 74, as críticas artísticas são uma outra leveza de um ser humano que pugna por mais liberdade e autonomia. Naquilo que nos toca, os resultados deste confronto só se tornam mais notórios já a década de 80 estava a terminar. As novas experiências musicais, o crescimento dos fluxos imigratórios e o assentar do País no projecto europeu dão um maior impulso para a abertura reclamada pelos movimentos que antes apostam por uma maior *dessacralização* de convenções sociais de carácter mais tradicional e *démodé*, isto é, ultrapassada ou obsoleta.

E se estes movimentos políticos deixam de estar exclusivamente confinados aos lugares, posições e condições de classe, o seu alargamento a outras formas de categorização e qualificação dos seres faz confluir nas interpretações das desigualdades outros problemas que se confundem com a problemática das diferenças e das diferenciações no plano da idade, do género, da etnia, das confissões religiosas, das orientações sexuais, das categorias socioprofissionais e ou regionais, etc. Não obstante as suas diferenças no âmbito dos usos sociais da estética naquilo que toca à reclamação dos direitos, a sua expressão, quer de um lado, quer do outro, não abarca tudo aquilo que é manifestamente inadequado ou desajustado em face das promessas da modernidade liberal alargada.

O significado das omissões num e no outro lado traz para o centro da reflexão sociológica, quer as limitações dos processos de legitimação das expectativas fundadas nas promessas da modernidade trazidas pelos movimentos de contestação que nascem ou que se (re) configuram a partir dos anos 60 do século XX, mesmo os mais criativos, quer as limitações analíticas, do ponto de vista sociológico, quando estas teimam em ficar prisioneiras do lado positivo da interpretação conjuntiva dada à natureza antropológica do homem. No primeiro caso, fica o alerta que as manifestações que reclamam por mais direitos sociais tendem a um processo de redução daquilo que importa reivindicar como direito, uma vez que aquela operação de diminuição do conjunto dos eventuais objectos reclamantes é indispensável para aumentar a eficiência na obtenção do direito que se elege como prioritário. No segundo caso, fica mais compreensível, que a par da restrição na pluralidade dos direitos a requerer ao Estado para os assegurar e garantir, a Sociologia não pode esquecer que os contestatários não perfazem a totalidade dos seres que habitam os mundos sociais, e que a publicitação de públicos não pode ignorar a existência de constituição de públicos que ainda se encontram na obscuridade.

Por outras palavras, a reivindicação de mais direitos do lado material, isto é, as lutas organizadas e desencadeadas quase sempre pelos sindicatos, e em representação das classes sociais mais desfavorecidas, que buscam por uma sociedade como uma justa distribuição da riqueza acumulada, não traduz directamente o reconhecimento por outras demandas, estas associadas ao pólo das diferenças. Contudo, e não obstante a sua menor visibilidade, na transição entre os anos 80 e 90 do século passado, algumas organizações ensaiam, de modo iniciático, a colocar no espaço público, outros problemas, entre os quais se destacam a luta pelo reconhecimento dos homossexuais, das mulheres e dos imigrantes.

Relativamente a esta última categoria, a discussão desloca-se entre a aceitação e a inclusão dos imigrantes em diversos contextos, formais e informais. As formas de rejeição, de tratamento inumano ou as diversas faces do racismo são alvo de várias denúncias públicas. A constituição do movimento SOS racismo é um exemplo referente a estas causas.

O mesmo acontece do lado das mulheres. Se do ponto de vista constitucional, e jurídico, existem dispositivos que asseguram a igualdade formal entre os dois géneros, desde a fundação da carta constitucional aprovada em 1976; se institucionalmente houve sempre pelo menos uma Comissão dedicada a regular a aplicação desses normativos, de modo a haver um efectivo acesso das mulheres a todos os lugares e posições de destaque público, mas também político, empresarial e nas diversas instituições do Estado; na verdade as questões da justa distribuição material, política, dos lugares de topo estatal e empresarial e simbólica entre homens e mulheres ficam muito aquém do esperado e desejado.

Por outro lado, uma maior publicitação da violência doméstica cometida contra as mulheres e as crianças, mostra um outro lado da discriminação do género feminino. Neste caso, a figura feminina não é vista como um ser capacitante, mas como um ser sujeito ao poder e à autoridade do marido. Tal como se verifica com os não adultos – crianças e adolescentes – que devem estar sob protecção até uma determinada idade (actualmente, até aos 16 anos) – à mulher agredida, concebida como vulnerável, é-lhe concedida garantias idênticas, com novas medidas e disposições jurídicas que aperfeiçoam as anteriores, mas que também tendem a se assumir outros contornos e enquadramentos destinados a uma maior segurança à integridade total do seu ser.

Todas estas movimentações com projecção pública, umas mais mediáticas do que outras, dão o seu contributo para que na transição entre o século XX e o século XXI, as lutas em torno do reconhecimento das diferenças, de um lado se tornassem mais frequentes, mais organizadas e mais expostas aos públicos, para do outro lado se deslocassem das agendas das organizações que militam nas causas para as agendas políticas dos partidos e do parlamento. O produto destas deslocações aparece objectivado, por um lado, na questão do aborto – objecto de dois referendos – e, do outro lado nas discussões sobre novas modalidades de conjugalidade, que dá origem à consagração jurídica da figura das uniões de facto, e mais tarde, da figura do casamento homossexual.

No âmbito desta matriz complexa de problemas e questões sociais, que suscita discussões e debates acesos em diversos espaços públicos, não é possível esquecer a história dos doentes com VIH/sida, desde a sua génese. Não é possível, nem viável, fazer-se agora a história do aparecimento desta epidemia.

Contudo, é adequado afirmar que o aparecimento da doença, o modo ambivalente como ela é classificada e conotada na fase inicial do seu nascimento, as dificuldades havidas em se fazer passar informações apropriadas e correctas relativas aos modos da sua transmissão e difusão, a evolução dos modos de tratamento dos doentes, com a introdução, já nos anos 90, de novos medicamentos que conseguem travar e reduzir a carga viral, traz para a história e para a *análise interpretativa conjuntiva* novos problemas e novas interrogações que não se confinam só à questão da demanda de direitos de reconhecimento da existência e visibilidade dos doentes seropositivos, mas obriga a deslocar as reflexões sobre os arranjos convivenciais (in) decentes que se operam e se facultam no quotidiano, em todos os cenários, desde os mais formais aos mais informais.

**O surto das reclamações públicas em torno do reconhecimento das diferenças na vulnerabilidade: o caso dos doentes seropositivos**

Imaginar processos de conciliação política que ajuste a liberdade e a disciplina, e que receba o acordo de todos, não é fácil, quer de cogitar, quer de concretizar tal ideação (Ferry, 2000). E quando isso acontece não deixa de haver sempre franjas que pugnam pelo desacordo, umas vezes de forma aberta, pública e organizada, outras vezes de modo mais silencioso. E, neste último caso, as discórdias adjectivadas difundem-se longe das luzes da ribalta, em forma de rumores com diversas tonalidades (Boltanski, 1990), (Boltanski, Claverie, 2007).

Por outro lado, e alcançado um acordo este obriga sempre a cedências de ambas as partes que se confrontam entre si. De um lado e do outro há sempre questões que não são contempladas. E para além de ser um acordo que não abarca tudo, este apresenta sempre um carácter precário, e por vezes, provisório, pois pode ser posteriormente alvo de rupturas e ou de reconfigurações variadas, quer no plano político, quer no plano jurídico.

De qualquer modo, na modernidade contemporânea a tendência política tem sido a de trazer para o espaço público novos problemas que antes não surgem nas agendas de discussão pública. E se estes resultam de operações críticas realizadas por seres capacitantes que se mobilizam em torno de diferentes causas públicas, nem todos os seres que simpatizam ou respondem estar em consonância com os seus fundamentos, estão dispostos a militar em sua defesa, de um modo explícito. Isto é, nem todos estão prontos a aparecer no espaço público, em nome próprio, e não por interpostas pessoas, ou ainda por movimentos que as representam no debate que, entretanto, se desenrola, quer na imprensa e através da televisão, quer em manifestações organizadas pelos movimentos emergentes, quer ainda através de petições ou de outro tipo de documentos alicerçados em suportes diferentes que contribuem para a sua publicitação junto dos públicos.

Não obstante ser hoje mais fácil o acesso à rua ou à praça, encaradas como espaços abertos e destinadas à organização de ajuntamentos informais e inconstantes e ou à organização de manifestações formais e mais frequentes, continua a persistir o direito à reserva (Goffman, 2010) a quem pretende dar o seu apoio à causa ou a manifestar o seu desacordo. E, por outro lado, aquela maior acessibilidade ao espaço público – rua, praça, órgãos de comunicação, documentos escritos, imagens nas paredes, os novos meios técnicos de informação e comunicação – não significa que tais movimentações não sejam alvo de crítica da parte dos públicos que assistem, por exemplo, em casa, ao seu desdobrar através dos órgãos de comunicação.

A não adopção pelos movimentos contestatários de gramáticas reconhecíveis como as mais ajustadas para o efeito, quer através da utilização do corpo e da voz, quer através dos objectos que aqueles reúnem e os transportam para as referidas manifestações, pode dar origem a um coro de críticas que são ou não difundidas pelos órgãos de comunicação ou pelos novos suportes habitualmente identificados como os TIC. Ora isto significa que a liberdade à exposição e à publicitação de novas causas políticas, animadas e dinamizadas por velhas ou novas formas de enquadramento organizacional, tem de ser acompanhada por formatos que acolham a adesão, ou no mínimo uma simpatia tolerada, daqueles que estão ausentes, e que acompanham o seu desenvolvimento num tempo mais curto ou mais continuado.

Sem este apoio latente ou manifesto dos *outros ausentes*,as movimentações podem não alcançar os seus desideratos, mais amplos ou mais restritos. Para haver esse apoio, para além do reconhecimento alargado da justeza da causa, os dispositivos que sustêm os seus fundamentos elevados em generalidade têm de merecer a concordância o mais ampliadamente possível.

Se estas considerações são importantes notificações para o êxito das operações críticas realizadas por seres capacitantes; se estas formas de regulação são condições necessárias para que os enquadramentos organizacionais recebam dos públicos em geral sinais de *reconhecimento* (e não só de conhecimento (Ferry, 2000) que sirvam de base a uma afirmação legítima do carácter justo da causa que estão a abraçar convictamente; os movimentos políticos que visam ir ao encontro de aspirações reclamadas pelos seres aptos para o efeito não esgotam a análise sociológica, nem sobre o direito à reclamação, nem sobre a natureza dos actores que nelas se envolvem, mobilizando para o seu fim gramáticas adequadas à reivindicação de participarem livremente em causas que clamam por mais justiça. A estes seres que melhores condições têm tido para exporem publicamente as suas queixas e denúncias, e que a partir destas, se movimentam na demanda de mais direitos, juntam-se agora novas controvérsias que fazem envolver seres vulneráveis que se expõem com a sua voz e corpo ou seres capacitantes que procuram com o seu apoio dar voz aos problemas destes.

Estas outras movimentações dão expressão pública a queixas e a denúncias até então omissas, ou a operarem socialmente de um modo silencioso e obscurecido através das lamentações ou dos murmúrios de quem as sofre no corpo e na vida de todos os dias. É por isso, que o contencioso, as reclamações que dali decorrem e a exposição pública das demandas por mais *justiça*, não esgotam o questionamento sociológico sobre o lugar do corpo e da voz que se interligam nas práticas comunicacionais operadas logicamente e em outras práticas comunicacionais em que são accionados outros sons dissociados do logos (Breviglieri, 2009).

Antes dos desejos, vontades e actos que levam certos actores a se mobilizarem em torno da causa da sida, estes doentes experimentam a obscuridade das suas críticas, dos seus medos e receios sobre a própria doença e suas consequências, da indeterminação da evolução da doença e dos meios de tratamento, da forma como são aceites ou rejeitados pelos seus companheiros e companheiras, amigos e amigas, sem esquecer os membros das suas famílias, etc. Se esta obscuridade não desaparece quando os militantes desta causa se associam e constituem organizações que intentam representar os seus anseios e problemas, não há dúvidas que outras provas de força (Dodier, 2005) aparecem neste movimento político, o que torna mais facilitado não só o acesso ao espaço mediático, mas também o confronto com os serviços estatais e jurídicos na busca de mais direitos ou na denúncia relativamente ao cumprimento desigual de direitos que devem ser usufruídos por todos, sem qualquer exceção.

A identificação dos doentes com VIH/sida como público é o resultado sobretudo de um trabalho de «*investimento de forma*»[[31]](#footnote-31) (Thévenot, 1986) produzido por dois modos diferentes de os encarar, tanto do ponto de vista da sua qualificação, como do ponto de vista dos seus problemas. De um lado, está o Estado. Esta instância investe na institucionalização de um organismo destinado a coordenar as acções públicas (Cantelli e Genard, 2007) realizadas com a anuência do Ministério da Saúde de modo a conhecer melhor a doença e a sua evolução, os modos do seu contágio, os meios do seu tratamento, etc., usando para isso toda uma panóplia de formas categoriais, taxonómicas, que fazem prova de olhares classificatórios oficiais.

Do outro lado, estão um conjunto de associações[[32]](#footnote-32) que representam os doentes. Estas organizações, que se constituem ao longo do tempo, lançam as suas actividades com o intuito de dar corpo às aspirações dos doentes, entre as quais, está dado o seu relevo, o trabalho de reconhecimento destes indivíduos como seres humanos de igual dignidade em todas as circunstâncias das suas vidas. E no decurso desta actividade os dirigentes, técnicos e associados usam, muitas vezes, os seus pontos de vista críticos em relação ao trabalho categorial investido pelos organismos públicos.

Num processo complexo e sinuoso, uns e outros – Estado e Associações de doentes – desenvolvem um trabalho nem sempre baseado por *gramáticas de motivos comuns* que possam conduzir a coordenações de acções assentes num acordo reconhecido por cada uma das partes.

No que toca ao Estado, a Comissão da Luta Contra a Sida é criada em 1990 para dar resposta pública ao avanço desta epidemia. Este organismo estatal segue o trabalho realizado desde a institucionalização, em 1985, de um Grupo de Trabalho da Sida presidido pela Professora Laura Ayres. O propósito fundamental deste colectivo é formular um conjunto de acções públicas que visam o objectivo de lutar preventivamente contra o avanço desta doença.

Desde então este tem sido um dos principais fins dos sucessivos colectivos nomeados pelos governos, e pelos responsáveis que tutelam o Ministério da Saúde, desde 1990. E no quadro deste amplo propósito, a tarefa principal deste organismo tem sido o de esclarecer o que se entende por doente VIH/Sida.

Na verdade, qualquer forma de categorização requer uma definição clara dos seus referenciais, neste caso de natureza clínica, que tornam possível determinar quais são os atributos técnicos (do ponto de vista médico) detidos por quem é designado como portador da doença. As características desta doença fazem com que o Estado insista na definição de doente seropositivo em todo aquele que transporta a *marca de positivo* indicado nos resultados das análises a que se deve submeter sempre que ousar arriscar o seu comportamento, no âmbito sexual, no consumo de drogas injectáveis ou em transfusões sanguíneas não licenciadas ou não devidamente controladas pelos serviços que analisam a qualidade do sangue ou do plasma. O agir incerto sem precauções, e sem qualquer dispositivo de segurança, neste caso, o preservativo, faz com que o comportamento arriscado possa dar origem a uma provável contaminação.

Por outro lado, e uma vez que esta doença é contagiosa, as orientações políticas e técnicas não deixam de intervir em outros domínios, nomeadamente, no âmbito da percepção que os diferentes públicos produzem, quer sobre as fontes potenciais de transmissão da infecção, quer sobre os indivíduos já infectados.

Uma maior amplitude na actuação dos políticos e técnicos destas agências estatais verifica-se em virtude de se ter elevado a percentagem de doentes que têm sobrevivido após a infecção, o que faz com que estes doentes sejam habitualmente identificados, medicamente, como doentes portadores de uma doença crónica. Neste sentido, a natureza crónica da doença, faz com que este serviço público se preocupe com a intervenção em outros dois domínios: por um lado, com o trabalho de diagnóstico precoce realizado pelos serviços de saúde, e, por outro lado, com as questões ligadas ao acesso dos doentes infectados a cuidados continuados, sem esquecer os problemas do apoio social que lhes são devidos pelo Estado em virtude do seu estado de debilidade física e emocional.

Ainda no âmbito desta última linha de actuação, a Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida age igualmente no sentido de haver condições para que os doentes lutem pelos seus direitos, quer no âmbito da sua participação na definição das políticas e programas estatais, quer no âmbito de um conjunto de acções que visem a luta contra a estigmatização e a discriminação de que podem ser sujeitos nas múltiplas esferas da sua vida privada e pública. Estas últimas entradas políticas revelam que o próprio Estado, através das acções públicas definidas por esta instância, incita todos os responsáveis a levar seriamente a tese de que os doentes seropositivos são seres vulneráveis.

Neste sentido, o seu estado de vulnerabilidade faz com que estes indivíduos sejam concebidos como seres frágeis, e que por isso as suas capacidades de actuação estão limitadas. Aliás, este entendimento não está só confinado à agenda política desta agência estatal.

Ela é também uma questão que atravessa as preocupações dos dirigentes e militantes que colaboram com as associações que se constituem para dar densidade e relevo aos diversos problemas que estes doentes experimentam em diversos cenários da vida quotidiana. O realce dado pelas associações a esta questão ganha maior proeminência justamente porque as taxas de sobrevivência dos doentes aumenta e que a continuação da sua vida traz à superfície, por um lado outras controvérsias agora associadas às inter-relações que aqueles indivíduos desenvolvem com outros actores ligados aos contextos laborais; quando estes requerem a prestação de determinados serviços a entidades estatais ou privadas; ou ainda quando intentam contratualizar seguros ou empréstimos para a compra de casa própria (ou outros bens), etc. A estes óbices potencialmente públicos, juntam-se outros agora experimentados em cenários mais familiares e de proximidade, quer com os membros da família, quer com amigos, quer ainda com outros indivíduos que se atravessam no seu quotidiano.

Mas a entrada em cena das associações de defesa dos doentes, neste, e em outros domínios atrás referidos aquando da menção feita sobre as acções públicas definidas pelo Estado, é revelador da falta de confiança depositada no trabalho estatal, uma vez que as suas vozes críticas assentam justamente na tese de que esta instância, e os seus serviços, não conferem a todos os doentes as garantias referidas. Seja qual for a esfera de actuação do Estado em torno da prevenção, do tratamento ou da defesa dos direitos dos doentes infectados, a sua cobertura em termos de protecção, ou a criação das possibilidades e oportunidades para que esta seja efectivamente assegurada por diversas instituições e organizações estatais e privadas, não é cabalmente verificada, e a insuficiência dos serviços por elas prestados são objecto de denúncia dos doentes (muitas vezes sem aparecer em público, ou aparecendo com o rosto escondido e a voz deformada) e dos seus representantes.

As convicções dos doentes sobre as controvérsias e o que estas incorrem nas actividades vividas no quotidiano resultam justamente das suas experiências diárias quando estes se confrontam com o *outro* conhecido ou desconhecido (Taylor, 2005; Quéré, 2004; Langlois, 2006). E se o estado de vulnerabilidade é objecto de questionamento é porque a experiência que resulta da sua existência tangível expende potencialmente a prova de que o acesso a direitos, à obtenção de serviços ou ao reconhecimento como ser igual aos outros não é um dado garantido, durável, e transponível a todas as situações do seu quotidiano.

A centralidade desta questão está sobretudo ligada ao número de denúncias e queixas públicas decorrentes do estado de vulnerabilidade dos queixosos. Independentemente da sua expressão numérica, a exposição de casos, e o seu tratamento em órgãos de difusão mais ampla ou mais limitada, reforçam as convicções de que o problema relativo ao acesso a tratamentos iguais, mas também a um respeito igual dado a estes seres, não só não se verifica socialmente como o seu questionamento é uma obrigação moral de todos, com particular destaque conferido às acções dos responsáveis estatais, dos dirigentes associativos, dos militantes e dos indivíduos (técnicos ou não) que se mobilizam em torno desta causa.

**Expor-se ou não se expor no espaço público? Eis a questão dilemática entre estes seres vulneráveis**

***Em nome do ser seropositivo por interposta figura***

Dar andamento a esta causa leva a que a associação GAT – Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/sida Pedro Santos – se tenha envolvido numa causa em coordenação com outras associações. No seu boletim nº 24 de distribuição gratuita a direcção e o conselho editorial dedicam este número ao tema «*se eu fosse Seropositivo*». Ora esta campanha confere centralidade à figura do doente seropositivo.

Para que a campanha assuma o impacto desejado pelos seus promotores, são convidados um conjunto de pessoas com notoriedade firmada nas suas áreas profissionais que dão voz aos propósitos requeridos para a promoção moral e política dos seres que são designados como doentes seropositivos. Neste sentido, o que está em causa nesta campanha é o apoio às figuras humanas, sem outra distinção, a não ser o facto de serem portadoras de uma doença, que provoca um conjunto de danos corporais e emocionais, que por sua vez são, em muitas ocasiões, transferidos para os contextos da vida de todos os dias, quanto estes se encontram perante a figura de um *outro*.

Assim, aos males físicos, às debilidades corpóreas e biológicas, estes humanos sofrem de outros problemas que se deslocam para o modo como são recebidos e tratados pelos outros com quem falam, com quem convivem, com quem trabalham, com quem procuram prestar serviços ou que lhes prestam um serviço, etc. É sobretudo neste plano que a campanha pretende investir através da participação de pessoas conhecidas e reconhecidas.

Desta forma, e com o propósito de a campanha alcançar uma dada *verdade*, isto é, seja entendida pelos diferentes receptores na sua plenitude, com credibilidade, sem haver a possibilidade de qualquer tipo de desqualificação, os seus responsáveis solicitam aos notáveis convidados que tentem pôr-se no lugar de alguém que seja doente seropositivo. Este exercício de transmutação corporal e emocional faz com que os próprios, que são reconhecidos como sendo humanos capacitantes, bem-sucedidos na vida, que têm acesso aos seus direitos, e quando estes falham estão em condições de os reclamarem a quem de direito, sejam agora olhados pela lente de quem está fragilizado, e que por causa dessa vulnerabilidade súbita, mas *irreversível*[[33]](#footnote-33)(pelo menos para já), entra em perda em diversos domínios, mas em particular pelo eventual não reconhecimento dos públicos que os admiram, os aplaudem e os transformam em seres notáveis, mesmo sem a unanimidade plena.

Quem dá a cara a este movimento são rostos e corpos conhecidos dos meios de comunicação, mas sobretudo da televisão. São seres de distintas idades, que têm a exposição corporal como actividade central nas suas diversas profissões e actividades (artistas, actores, apresentadores de televisão, jornalistas, comediantes, etc.).

Mas simultaneamente são indivíduos que dão a sua voz, e emprestam o seu corpo a uma causa que tem a dificuldade em se promover com o apoio directo, e ao vivo, dos próprios doentes. Por outras palavras, os corpos doentes não aparecem nesta campanha[[34]](#footnote-34).

Não querendo diminuir o alcance e o interesse da campanha; nem querendo deixar de enaltecer os gestos de alteridade e de dádiva (Mauss, 1988), (Karsenti, 1994), (Caillé, 2007) das pessoas que aceitam colaborar com a campanha, expondo-se publicamente na demanda para que os *outros* não excluam dos seus laços e relações os seres efectivamente doentes; este apelo à estima social daqueles que apresentam uma identidade pessoal ferida ou magoada (Pollak, 1993), não impede que se questione o facto de a campanha não contar com a presença de indivíduos seropositivos. Por que razão os doentes seropositivos não se envolvem numa causa que lhes diz respeito directamente?

E, justamente, na razão da não participação de figuras doentes, os promotores desta campanha pretendem, com a colaboração de rostos conhecidos, levantar a questão sobre aquilo que pode eventualmente acontecer se a uma destas pessoas fosse diagnosticada a doença[[35]](#footnote-35). São obrigadas a deixar de exercer a sua profissão pelo facto de serem portadoras da doença? Qual pode ser a eventual reacção dos seus públicos quando tomam conhecimento da sua existência?

***Marcas da vulnerabilidade: a desfiguração corporal como ícone de desvinculação à humanidade comum?***

Dar visibilidade a situações como estas é igualmente chamar a atenção aos públicos pelos denunciantes – quem promove a campanha – de que pelo facto de serem portadores da doença não perdem as qualidades inerentes à *humanidade* como um todo, mas também como *comunidade virtual, e simultaneamente no seu estado objectivado*. Por outro lado, põe em cena, exposta publicamente – ao olhar de todos –, a *natureza dramática* do reconhecimento que é devido a estes doentes, que no estado em que estão, e em virtude da *vulnerabilidade* que experimentam, são por vezes objecto de tratamento e de respeito desigual, pelo facto de os outros os fazerem sentir como sendo seres humanos não iguais, deixando de ser portadores de atributos (corporais que possibilitem ter uma boa aparência física, agradável à vista) que hoje são glorificados pelos seres humanos classificados pela notoriedade do seu carisma, mas tangíveis e visíveis através do modo como se apresentam aos públicos que os escutam, os aplaudem e os consideram em diferentes circunstâncias e cenários da vida de todos os dias.

O carácter dramático desta experiência reside sobretudo no aspecto como este ser humano se apresenta aos *outros*. E o que mais interessa ressaltar no questionamento sobre o *a natureza do aspecto corporal* trazido pelo doente, ao espaço público, quando está perante um *outro,* é observar qual vai ser a sua reacção quando se encontra *face a face* seja qual for o contexto, e seja qual for a pessoa com que se vai encontrar.

Isto pressupõe que há uma difusa convicção social em todos os humanos que o ser saudável transporta em si uma imagem corporal *normal*, desde o rosto às outras partes do corpo, desde o cabelo às tonalidades da pele. A crença atribuída à existência dessa *normalidade corporal* não deixa também de ser assumida por quem é portador de uma doença, seja ela qual for e seja qual for o tempo da sua duração como enfermidade confirmada medicamente.

Por que razão se desenvolve a convicção generalizada da aparência humana como um bem em si para todos os humanos? A não posse desse bem torna invisível o que há de humano nos humanos, levando uns – aqueles que detém o retrato da *boa* aparência – a transparecer aos outros – aqueles que são detentores da *má* aparência – o seu desprezo (Breviglieri, 2009)?

Na verdade, transparece das e nas relações e laços sociais uma disputa silenciosa, que as campanhas publicitam, entre a posse ou não posse de uma qualidade humana, que hoje apresenta um valor substantivo. O valor dessa qualidade está presente na boa aparência corporal (Resende, 1999; Le Breton, 1990, 2000, 2003).

Sendo uma questão social antiga, e sempre presente nas distribuições desiguais em face da sua maior ou menor escassez, hoje em dia a valorização da aparência corporal transmutada no corpo apreciado pelos outros como saudável continua a ser uma questão central mas revestida de outros contornos. Um dos novos contornos é o seu questionamento como valor absoluto, mas sobretudo, são questionadas as suas consequências para quem deixe de ter em si este bem, outrora tão valorizado, quer pelos *outros que contam*, quer pelos *outros desconhecidos*. E estes questionamentos críticos são lançados publicamente.

Porém, a indagação de uns e de outros não se esgota de modo exclusivo no questionamento da prova de forças detida (Dodier, 2005) pelo valor que aquele bem tem em cada um de nós. A reflexão aprofunda-se e desloca-se também para a relação causal complexa entre a emergência de uma doença, a sua duração e a sua possível cura (Pinnel, 1992; Langlois, 2006).

Na verdade, desde cedo, nas nossas vidas comuns, todos os seres humanos são confrontados com a experiência da doença, com sintomas de que o corpo ou a mente não respondem convenientemente. No entanto, à experimentação resultante do estado de enfermidade acrescenta-se de imediato o pedido a um tratamento na expectativa que a cura exista, de imediato ou numa temporalidade aceitável.

A expectativa da cura traz à tona a ideia de que a intervenção da medicina, depois acompanhada por outras intervenções suplementares (exercícios corporais nos ginásios, por exemplo), tornam possível reparar os danos corporais provocados pelos danos trazidos pela maleita. E o acto de reparação significa tornar reversível a existência de um corpo de aparência aceitável, ou que possa ser avaliada e categorizada dentro dessa classificação, concebida no quadro de uma certa elasticidade.

O problema é mais complexo quando os danos corporais também dão nota a outros males agora do foro psicológico e emocional, que dificulta a reparação do olhar subjectivo e objectivo do doente sobre si próprio e sobre o modo como o outro o reconhece como ser. Aqui o acto de reparar é mais problemático, mais demorado e transporta outros efeitos, que, por vezes, tornam irreversível, o alcance do sentimento de que se tem, de novo, a aparência desejada, ou pelo menos, próxima desse almejo.

Por outras palavras, desde tenra idade, e através da nossa experiência socializante, cada um de nós vai naturalizando o sentido que está inscrito nos processos que se encadeiam entre o aparecimento de uma doença conhecida, e já classificada pelo seu diagnóstico e pelo seu tratamento, e o seu fim, que pode acontecer pouco tempo depois do seu aparecimento, ou ao invés o seu desaparecimento ser mais prolongado. Ora as convicções geradas por estes *hábitos* enraizados, isto é, feito experiência, só é contrariado quando uma doença é rara, e, por isso, é desconhecida dos cânones da Ciência Médica.

Nestes casos, a *verdade da convicção*, fabricada por aquilo que é *habitual*, é transformada numa incerteza (Quéré, 2004), quer quanto à duração da doença, e mais grave, quer quanto à convicção se a novidade trazida pela doença vai conduzir a uma cura, quer ainda, mais complexo em face dos efeitos a provocar, quanto ao prognóstico relativo à incerteza da sua durabilidade e se os ensaios de procedimento médico feitos para reduzir as suas consequências, através de uma intervenção cirúrgica, da toma de medicamentos e ou da submissão a outros tratamentos complementares, resultam em ganhos de tempo em vida ou, se pelo contrário, a morte anunciada acontece no tempo previsto (por regularidades entretanto obtidas) ou até precocemente. Se a isto juntarmos a confirmação de que a novidade da doença é transmita por contágio por intermédio da adopção de condutas *arriscadas*, todas as questões atrás referidas são ainda mais potenciadas (Pollak, 1988, 1993).

No entanto, e sejam quais forem as razões assinaladas ser portador desta doença coloca-o em face de um conjunto de momentos críticos que levantam uma série de problemas e de questões. Neste sentido, o carácter problemático da doença não só atravessa a vida de quem é classificado como doente, mas também todos os outros que o contactam no dia-a-dia, quer de modo mais próximo e frequente, quer de modo mais inconstante e afastado.

De facto, essa doença para além de ser concebida como uma doença *inabitual*, começa a ser pelos cidadãos, lenta e difusamente qualificada como enfermidade a ter em consideração. Isto é, apreender a seriedade da doença pelas pessoas é feita por intermédio da divulgação recorrente do modo como ela é transmitida entre os seres humanos, com o apoio de um sem número de objectos.

Estes dispositivos transportam informação, e de formas diversas assumem a sua função capacitante nos cenários a que se destinam o seu teor cognitivo. Contudo, os seus efeitos não são sempre regulares e lineares e as suas formas investidas não escapam à crítica, quer dos receptores das mensagens, quer de comentadores avisados, quer ainda dos próprios promotores. Estes últimos, nos momentos destinados a rever o seu trabalho, não deixam, em muitas ocasiões, de ficar imunes ao trabalho crítico produzido.

**O que a sida traz às políticas da vulnerabilidade humana: o intrigante no centro do questionamento sociológico**

***… Do carácter inquietante da Sida como doença face aos outros saudáveis***

A divulgação informativa sobre a nova doença, neste caso a sida, é feita insistente e recorrentemente, uma vez que se concebe oficialmente que a repetição das campanhas é a melhor forma de se garantir a atenção a ser prestada por todos, tanto de modo cuidado, como de modo sério a ter com as modalidades da sua propagação. A delicadeza da forma com esta se dissemina entre os seres humanos, torna-a uma doença duplamente temida: desconhece-se se a pessoa com quem se partilha a intimidade e laços de familiaridade é portadora da doença, e se toda a informação por ela disponibilizada contém ou não toda a verdade.

Neste caso concreto, se à novidade de uma doença que interfere com a saúde pública, porque é categorizada como doença contagiosa, e cujo contágio só acontece com a mediação comportamental humana arriscada, isto é, insegura (correndo riscos), for somada, de um lado à natureza incerta quanto à expectativa relativa à cura e à interrupção dos mecanismos que levam à sua transmissão continuada, e, do outro lado, às consequências imprevisíveis provocadas no corpo doente pelo tratamento que vai sendo identificado, ao longo da sua evolução, como o mais adequado, então a sua administração como questão problemática e passível de provocar equívocos potencialmente controversos, ou mesmo conflitos e disputas diversas, torna-se intrincada. Ora essa dificuldade é traduzida pelos comportamentos de uns para com os outros, quer quando a sua actuação se faz em contextos de proximidade e de intimidade, quer quando a acção se desenrola em espaços públicos e colectivos.

Apesar de não haver qualquer intenção em menorizar uma das dimensões mencionadas, a nossa maior atenção recai agora em dois aspectos fundamentais porque são marcantes para a análise da natureza problemática do envolvimento dos doentes seropositivos. Dito de outro modo, a experiência da vulnerabilidade destes doentes, assente na sua percepção da desvalorização do valor da aparência do seu corpo produzida pelos outros, tem o seu foco em duas questões complementares, mesmo que diferentes, e que têm o seu centro nevrálgico no corpo de cada um deles.

E partindo da experiência pessoal, os sentidos do estado de fragilidade são concebidos através da maneira como o *outro* reage quando este se aproxima fisicamente ou quando este aparece referenciado como exemplo de um caso de VIH/Sida. E esteja ou não presente, é sobre esse ser que a questão gera perplexidade, é inconveniente ou é controversa porque o caso se encerra em si mesmo.

A acontecer a possível percepção do desprezo do outro (Ogien, 1990; Honneth, 2006), (Chauviré, Ogien, Quéré, 2009), o dano fica lá. E a natureza marcante dessa experiência põe a nu a dificuldade da *reparação*. E se o acto de reparação não surge, o ser frágil pressente que o mau valor da aparência corporal que lhe é atribuída por quem o desvaloriza pela indiferença ou pelo ostracismo, o traicomo humano, pois passa a experienciar a inexistência de equivalências entre si e o outro. A experiência oriunda do intercâmbio comunicacional, por um lado e da troca de olhares, por outro lado, contribui decisivamente para fundar a ideia de haver uma diferença inconciliável entre si e o outro.

A primeira questão tem o corpo infectado como epicentro do contágio. E não obstante a abundante informação sobre as formas exactas de transmissão (clinicamente verificadas), as dúvidas continuam a subsistir, em particular, quando um caso é relatado como um ser seropositivo confirmado que habita numa comunidade, e nela tem relações próximas e continuadas com outras pessoas, independentemente dos diversos atributos nominais e sociais destas, e para além do tipo de trabalho ou de actividade que faz ou desenvolve, com ou para os outros que com ele (a) convive no dia-a-dia.

Este problema é ainda tão candente e tão incandescente socialmente (mesmo que ecoe entre murmúrios, queixas e lamentos) que o GAT resolve em 2009 organizar uma conferência dedicada a falar sobre diversos problemas conectados com a transmissão da doença. E este evento tem o propósito de actuar, pela denúncia, chamando a atenção sobre aquilo que afecta os doentes infectados.

No painel consagrado a dar a conhecer o que diz a Ciência sobre a transmissão do vírus, o médico Kamal Mansinho abre a sua comunicação com a convicção de que «apesar de estar largamente difundido o conhecimento sobre a transmissão do VIH, as percepções subjectivas e individuais do risco de infecção, mesmo quando as características socioeconómicas são controladas, variam substancialmente perante situações idênticas» (…).

E continua a sua elocução interrogando-se sobre alguns casos controversos. «Estamos preparados para consumir uma refeição confeccionada por um cozinheiro infectado? Estamos preparados para nos submeter a uma cirurgia efectuada por um médico infectado por VIH, VHC, VHB? Permitiremos que um filho/a frequente uma creche, escola, ginásio, piscina onde se encontre uma criança infectada por VIH ou um instrutor/educador/professor infectado?

As vias de transmissão do vírus VIH claro estão sobejamente conhecidas e estão claramente identificadas. Infelizmente as informações e as descrições incorrectas ou imprecisas não sustentadas pela evidência científica continuam a ser amplamente divulgadas na internet e em alguma imprensa» (…).

Conclui o seu pensamento recorrendo a dados de dois estudos realizados na Europa. E tendo em conta as conclusões das investigações «não há evidência credível que sustente que o VIH se propague através do contacto interpessoal não sexual; não há evidência de transmissão de VIH através do meio ambiente, nomeadamente através de aerossóis, partilha de espaços comuns, escritórios, elevadores, refeitórios, salas de aulas, ginásios, piscinas, lavabos, enfim, não há evidência de transmissão de VIH; partilha de objectos inanimados; aqueles pais que partilham brinquedos que as crianças metiam na boca, as mães que tinham as crianças ao seu colo e que elas babavam não contraem infecção; picadas de insectos não constituem nenhum risco de transmissão e de infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana. Os conceitos desajustados sobre transmissão deixam os pais infectados por VIH, os seus filhos e a comunidade vulneráveis ao isolamento, ao estigma, e à discriminação. Prevenir também significa evitar consequências humanas adversas da infecção por VIH, não apenas aos infectados, mas também aos afectados, as famílias e a comunidade em geral, que estamos atingidos por esta pandemia» (Acção e Tratamentos, 2009, nº20: 9).

***… Ao valor social da aparência corporal numa sociedade (in) decente: o testemunho experiencial como prova do embate das disputas em torno desta qualidade***

A segunda questão prende-se com o efeito secundário da quantidade de medicação tomada diariamente pelos doentes seropositivos. Já em texto anterior esta questão é levantada a propósito da busca de reconhecimento da parte destes doentes (Resende e Dias, 2010).

De facto, a cobertura medicamentosa que torna possível baixar os níveis da carga viral em cada doente não lhes deixa grandes alternativas relativamente à adesão à terapêutica prescrita. Contudo, esta anuência não significa que os doentes não tenham a possibilidade de se envolverem num movimento crítico (Dodier, 2005) em relação ao modo como os grandes laboratórios farmacêuticos funcionam, quer em relação à detenção da exclusividade das patentes, quer em relação ao modo como é administrada a informação sobre os medicamentos que são aconselhados a tomar diariamente e que estão presentes nos protocolos clínicos adoptados.

Não há dúvidas que as acções requeridas, por exemplo, pelo GAT[[36]](#footnote-36) são um dos sinais das lições políticas que a luta contra a Sida (Dodier, 2003) trouxe para a análise sociológica. No decurso de toda a movimentação pública acontecida ao longo dos últimos 30 anos carrega em si a experiência que a salvaguarda dos direitos a melhor e mais adequada informação exigida pelos colectivos de doentes organizados, obriga a que se façam um conjunto de *provas de força* (Dodier, 2005; Chateaurynaud, 2011) em relação ao modo como as empresas farmacêuticas, hospitais, organismos estatais e colectivos de doentes lidam com esta doença, as causas do contágio, as consequências futuras dos seres infectados e os modos de tratamento e da sua prevenção.

As *provas de força* medidas por todas estas entidades só são convocadas pelos actores comprometidos e inquietos com a problemática quando estão em causa, mais uma vez, a defesa de dois bens complementares: de um lado, a *saúde como* *um bem em si* – a saúde de cada doente – concebida na sua singularidade como indivíduo a quem se tem de garantir a confidencialidade, mas também a autonomia na actuação face à adesão à terapêutica biomédica proposta, e do outro lado, *a saúde como um bem comum* traduzida, neste caso, pelo acesso, generalizado a todos aos tratamentos a que os doentes têm direito, incluindo o apoio psicológico (Dodier, 2005; Resende, 2005). É verdade que segurar o acesso a estes dois bens nem sempre tem sido pacífico, pois a protecção a um destes bens pode limitar o acesso ao outro.

Por exemplo, uma concepção de igualdade de acesso aos tratamentos e a outros cuidados de saúde nos hospitais ou centros de saúde pode colocar em causa o anonimato do ser infectado. Tal falha acontece, por exemplo, quando o nome do doente é chamado para a consulta ou para um dado tratamento. Por vezes, o mesmo problema é verificado quando um doente é levado a confirmar qual é a doença de que padece. Na contratualização de um dado serviço, os seus responsáveis fazem esta exigência, obrigando o doente a revelar qual a doença que teve ou ainda tem.

Por outro lado, nem todos os seres infectados têm acesso ao mesmo tipo de informação, uma vez que a militância política nesta causa não aparece inscrita numa curva normal estatística. Estas assimetrias ainda se mantêm, por exemplo, no que toca às terapêuticas disponíveis, aos tratamentos complementares e aos efeitos indesejados da toma da medicação.

Mesmo havendo sempre a possibilidade de recurso a estas associações para obterem a informação desejada e adequada, nem todos os doentes têm a mesma oportunidade de exercerem esse direito, pois nem todos medem da mesma maneira as consequências esperadas, desejadas ou inesperadas da exposição pública da sua doença (ou então desconhecem a sua existência), e por outro lado, o facto de o contágio ser o resultado de comportamentos pouco ou nada seguros acarreta em si questões de índole subjectiva que não são fáceis de administrar sobretudo na fase da confrontação com a verdade dos factos. Ser levado a remontar a história para determinar a possível fonte de contágio, as situações onde esta ocorre e com quem ocorre, como tudo sobrevém, são questões dolorosas para estes seres quando, por exemplo, têm a oportunidade de relatar a sua história pessoal como doente seropositivo.

Por outro lado, há sempre o confronto pessoal, e com efeitos desiguais entre os portadores da doença, entre o direito à exposição pública e o direito à reserva do público. Mesmo nestas circunstâncias a garantia ao direito à reserva nem sempre está assegurada, uma vez que a evolução da doença, e as transformações sofridas pelo corpo em virtude da adesão à medicação são outras *provas de força* agora no domínio da preservação do bem que é o anonimato.

O que importa ressaltar em todas estas provas de força é que, o que está em causa, é o modo como o corpo de cada doente responde ao tratamento, e como cada um se orienta na administração das mutações corpóreas que ocorrem, não obstante as diferenças em termos da sua localização corporal, das suas intensidades e da forma como estes reagem subjectivamente face a si mesmo e aos outros conhecidos e desconhecidos quando algo de inabitual acontece na morfologia do seu corpo. Do outro lado, e para além do leque de possibilidades de resposta corporal aos efeitos secundários do tratamento, parece não haver dúvidas que a lipodistrofia é uma das principais consequências da adesão à actual terapêutica medicamentosa convencionada. O mesmo acontece, com menor incidência, com a lipoatrofia (Resende e Dias 2010; Resende, 2011).

Os dois efeitos atrás assinalados só revelam a sua importância nos corpos dos doentes de acordo com as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Assim, as mutações morfológicas não se verificam repentinamente, mas quando estas surgem, as transformações são notórias, quer para os próprios, quer para os outros com quem contactam.

É tal a sua importância, e tão decisiva para estes seres, que o boletim do GAT não ignora esta realidade. Começa a introduzir, a par de outras informações medicamentosas, informações centradas sobre estes dois efeitos.

A centralidade dada aos seus efeitos faz prova da importância que todos conferem às mutações corporais como fonte do reconhecimento da revelação do estado de doença e de vulnerabilidade emanada pelo próprio corpo. Por outras palavras, é no corpo de cada doente que a doença manifesta cruamente a sua presença. E é a partir das deformações que ali advêm, que esta doença se exterioriza sendo cada vez mais difícil esconder aos outros o problema de saúde com que se debatem de forma dramática.

Na verdade, sendo a lipodistrofia «um conjunto de mudanças no corpo, que não são normais, observáveis no aspecto exterior e no interior do organismo, que afectam as pessoas com VIH» (…), estas mutações resultam nas pessoas «que estão em terapêutica há mais tempo, embora a terapêutica possa não ser a única razão». Por outro lado, a lipoatrofia não deixa de ser uma manifestação da lipodistrofia.

No que concerne à lipoatrofia «é o chamado “efeito ameixa seca, ou seja, o desaparecimento da gordura por baixo da pele (gordura subcutânea) em algumas zonas específicas do corpo e o consequente engrossamento das veias. Muitas vezes fala-se de lipoatrofia nos membros (braços e pernas) e rosto» (Acção e Tratamentos, 2009, nº 17, p. 9). E como se verifica, as alterações corporais põem a descoberto a existência da doença. E é sobretudo no rosto que esta se manifesta de forma áspera.

A par das notícias sobre os tratamentos, ou sobre as mudanças a introduzir no combinado de medicamentos a tomar, e que podem obviar aqueles efeitos no corpo dos doentes, este boletim não deixa de fazer referência a alguns testemunhos a propósito das consequências que estas mudanças produzem nas pessoas que as transportam, realçando-as a partir de diferentes contextos. E as vozes que alertam para o problema não deixam de acentuar o carácter dramático da questão, uma vez que as transformações corpóreas tanto impressionam os outros que são confrontados com a sua existência como não deixa de ser objecto de questionamento por quem o experimenta, e tem de o monitorizar face aos outros nos mais diversos cenários.

Os depoimentos apresentados são distintos entre si, mas esclarecedores em relação à marca humana traduzida no par dicotómico *reconhecível* ou *irreconhecível* que é possível observar no corpo dos doentes que exibem estes efeitos (Brekhus, 2005). Num dos relatos o observador é um conhecedor da doença. Filippo von Schlösser estava dentro de um avião e não compreendia por que razão o aparelho não se descola. E pergunta à assistente de voo qual é o motivo do atraso. Esta informa-o que a tripulação espera por um passageiro que está em trânsito.

«De facto, depois de poucos minutos, entrou um homem com o ar perdido de um passarinho à procura de um ramo para pousar. Tinha cerca de 35 anos ou talvez 45. Ou talvez 50. A porta principal fechou-se e começaram os anúncios de segurança.

O vulto daquele homem tocou-me. O facto de não conseguir atribuir-lhe uma idade. Aquelas faces escavadas e os olhos nas órbitas sugadas pelo vazio. Também as têmporas estavam estranhamente emagrecidas e mostravam o osso temporal por baixo de uma ligeira camada de pele. (…)

Irreconhecível para si próprio, mas reconhecível entre milhares pelas marcas da patologia. Sentou-se no fundo, na fila 34. Sozinho. Não sei se por escolha ou por um sarcástico caso de vida.

Talvez estivesse condenado à solidão e já habituado a ela. Acostumou-se gradualmente, enquanto a lipodistrofia o consumia e o tornava cada vez mais sozinho, reconhecível e culpado … da fila 1 à 34» (ibidem, 2009, nº17, p. 10).

Este testemunho inscreve, na primeira linha, o dramatismo trazido à pessoa infectada de um sentimento duplo e contraditório. De um lado, a ideia de uma conquista por haver, presentemente, um tratamento mais eficaz que lhe proporciona uma vida mais prolongada, pois consegue conter em baixo a carga viral. No entanto, aquele feito conseguido com a aposta na revolução trazida pela terapêutica anti-retrovírica é conseguido à custa do sacrifício de transportar dentro de si, e por causa dos efeitos secundários dos medicamentos, a verificação de que o corpo exterior envelhece mais rapidamente que a sua idade biológica, tornando-se irreconhecível *em si* e *para si*, no sentido de existir uma descoincidência num atributo central para a sua identidade pessoal – a idade –, para num outro sentido ser reconhecível pelos outros pelo facto de ser um doente VIH/sida, através da degradação da aparência do seu corpo. A experiência do envelhecimento precoce num corpo de aparência desvalorizada é um golpe duro que fere a sua identidade pessoal.

Para além do questionamento atrás identificado, segundo David Osório «a lipodistrofia retirou à pessoa com VIH/sida a liberdade de escolher de expor ou não a sua problemática aos outros, obrigando-a muitas vezes a ser identificada, julgada e marginalizada. O mundo exterior, no melhor dos casos, sente compaixão pela pessoa com lipodistrofia. Os sinais inequívocos da patologia obrigam a uma revelação que a pessoa, pelo menos na maioria dos casos, teria evitado ou pelo menos o teria feito com meios menos evidentes e forçados. Não se pode falar de liberdade de escolha na revelação da própria condição de saúde quando a aparência física trai. Para além das fortes implicações sociais, há também a influência sobre a adesão, sobre a disponibilidade das pessoas com VIH para continuar a tomar medicamentos, que se por um lado prolongam a vida, por outro podem tornar um verdadeiro inferno» (ibidem: 11).

Na verdade, preservar o direito de não declarar a ninguém qual é a doença de que sofre, não está, neste caso, plenamente garantida. E não há voluntarismo que consiga contornar esta questão. A partir de uma certa altura, não é possível esconder, a não ser que o indivíduo se retire voluntariamente do mundo.

Um depoimento de um anónimo dá uma outra fotografia do efeito secundário da toma dos medicamentos recomendados para quem siga uma determinada terapia. «Recordo o ano de 2001 quando tirámos uns dias na praia, éramos uma quinzena de seropositivos a fazer terapêutica. Um belo grupo de estranhos sujeitos, todos exageradamente similares na aparência: braços e pernas esqueléticos, barrigas tão inchadas que faziam pensar numa epidemia de gravidezes (até nos homens). Era Agosto, a praia cheia, cada dia que passava, a praia esvaziava-se mais e mais» (Acção e Tratamentos, 2009, nº 18: 10).

Neste caso, o conjunto de banhistas seropositivos experimenta diariamente a incomodidade da sua presença na praia pelos outros que também a frequentam no Verão. O ostracismo é notado em acto. A desfiguração dos corpos é razão para o desterro, pois a convivência com os outros obriga-os a olharem-se para a sua própria deformação corpórea onde a magreza excessiva se junta ao inchaço das barrigas. Sentirem-se relegados é quase o mesmo que a indiferença e o desprezo da sua existência humana.

**E se eu fosse seropositivo: outras questões e outros problemas relativos a um futuro questionamento sociológico sobre a vulnerabilidade humana e as acções públicas**

É sobre esta insensibilidade humana dos outros *saudáveis*, permanentemente vivenciada pelos doentes marcados pelo VIH/sida que a campanha «*se eu fosse seropositivo*» pretende questionar, fazer pensar, e em certo sentido, procurar denunciar este mal-estar de que experimenta a estigmatização e a discriminação na pele (Resende *et al*, 2006). E a referida acusação pública é para ser levada a sério por todos, dos cidadãos comuns aos responsáveis políticos, mas com mensagens particulares para as escolas e para os hospitais, sem esquecer os tribunais e os contextos de trabalho.

Estando em questionamento todas as assimetrias relacionais transpostas para os diversos contextos balizados pelas denúncias atrás referidas, a problemática da vulnerabilidade humana inscrita na actuação dos doentes seropositivos adquire um outro destaque sociológico significativo. De facto, é pela experiência do contacto com os outros que a doença como *bem em si* assume para cada um deles um significado mais relevante. E com a singularidade desta doença, os indivíduos vêm-se limitados e constrangidos, nas suas deslocações e transições entre mundos, em face da mutação da sua fisionomia corporal.

E o mais interessante é assinalar que os alertas lançados pelas denúncias exigem que se dê relevância sociológica à interpretação conjuntiva da pessoa no quadro de uma antropologia da condição humana moderna. Neste sentido, não há qualquer segurança que os indivíduos modernos se fixem sempre, ao longo das suas trajectórias, numa condição de seres capacitantes (Genard e Cantelli, 2008).

Assim, verifica-se a possibilidade de existir, numa dada circunstância expectável ou não, um processo de transição entre as potencialidades capacitantes detidas e as incapacidades experimentadas pelo estado de vulnerabilidade. É neste contexto que a vulnerabilidade possa ser concebida como estados humanos que envolvem as situações experimentadas pela ferida, dor, golpe, angústia e aflição. Como afirma Armando Guimarães «encontrar-se alguém numa situação de vulnerabilidade significa que essa pessoa, por estar ferida, seja pelo que for (um acto humano, uma desgraça, uma doença, etc.) encontra-se fragilizada, carente, indefesa e impreparada para fazer frente mesmo às mais simples actividades e situações do dia-a-dia. Esta ferida que conduz à fragilidade, não tem de ser necessariamente de natureza física (uma doença, um acidente). Pode ser também de natureza moral e/ou não físicas: por exemplo, a morte de um ente querido… (…)”.

As pessoas seropositivas sentem-se fragilizadas «porque feridas por um vírus que, no imaginário popular, se tornou tão ameaçador e mortal quanto o Adamastor. Assim, poder-se-ia dizer que uma pessoa a quem foi anunciado ser seropositiva se encontra num estado de grande vulnerabilidade não só porque está portador de uma doença incurável, com uma «fama» das piores, mas porque também sabe que a descoberta de que é seropositiva é o caminho mais rápido para a estigmatização, repúdio e discriminação por parte das outras pessoas, não obstante sermos bombardeados com informações que os contactos sociais, profissionais ou laborais com pessoas seropositivas não são perigosos. Os seropositivos não são, não têm de ser, os leprosos deste novo milénio».

Definido o campo hermenêutico do vocábulo vulnerabilidade, de um lado, e a sua projecção vivida e sentida por quem é portador, do outro lado (Ferry, 2000) o autor desloca o seu olhar crítico para o modo como monitoriza a sua experiência concreta quando acontece o encontro com os outros. Assim, «quando os outros fazem sentir a alguém que é «tóxico», que não pode, nem deve ser tocado, isto é, uma forma de morte do outro. Em alguns casos, parece que se pretende dar aos seropositivos uma certa invisibilidade, pois mesmo quando tratado sob registo de uma aparente «normalidade», o seropositivo sente o receio e o medo daqueles que, polidamente, se afastam ou evitam um mero aperto de mão ou beijo. Só que este comportamento não torna ninguém invisível. Aliás seria preferível até, em certo sentido, a invisibilidade a uma pessoa ser tratada como um intocável, como um pária; quando perante os outros não se tem um nome e um rosto, nestas situações, seria talvez mais fácil, ou menos doloroso, passar despercebido e incógnito, do que ter a sensação que se é tão visível que tudo se faz para o não ser. E é este fazer de contas, que está tudo bem, - quando, de facto, as pessoas estão com medo de se aproximar, de cumprimentar somente –, que mais se acentua este sentimento de vulnerabilidade. O ter pena do «coitadinho» do seropositivo pode ser também tão prejudicial e mau quanto o evitar um mero contacto social» (Acção e Tratamentos, s/d, nº 24, p. 11-12).

O registo desta experiência contém tudo aquilo que pode ser vivido por quem experiencia a dor extrema de se estar preso num campo de concentração (Pollak, 2000). Só que no caso destes doentes, a experiência dilacerante de se estar preso ocorre no próprio corpo do doente.

Para além de se sentirem à margem dos outros, essa marginalidade é sofrida pela intermediação do desprezo objectivado no modo como os outros lhe dão a entender que não têm rosto (Levinas, 1991), nem corpo, em suma, não têm o direito de conviverem com os outros que os envolvem diariamente. Esta percepção objectivante cerca o corpo na sua totalidade.

Neste sentido, as aparências corporais destes indivíduos estão desvalorizadas e vazias de sentido por causa do isolamento que se instala nas suas vidas. Os contactos humanos tendem a reduzir-se, e a circunscrever-se aos seus pares, isto é, àqueles que sofrem da mesma epidemia.

A estreiteza das suas vidas comuns faz imperar o medo, ou o não desejo de exporem os seus corpos na demanda de direitos. Receiam os impactos de um gesto como aquele.

A invisibilidade é justificada pelo princípio da prudência. No entanto, o desejo de a manter em muitas ocasiões é traída pelo seu próprio corpo que crua, e, muitas vezes barbaramente, faz denegar esse direito.

A transfiguração do corpo, fruto de terapias convencionadas, faz ruir a utopia do anonimato. Sem consentimento autorizado, o doente vê-se confrontado com a impossibilidade de manter o seu sigilo, sendo levado a admitir que transporta em si esta doença contagiosa.

Como os tratam as acções públicas? Nem sempre os serviços e os seus funcionários adoptam as condutas ajustadas à dignificação dos doentes. As denúncias públicas confirmam a existência de graves falhas, por exemplo, em escolas, nos hospitais, e, pior, na incompreensão dos efeitos nefastos, naquilo que toca à reparação de processos de discriminação de que são alvos doentes, acontecidos por causa da actuação de alguns tribunais (Resende e Dias, 2010; Resende et al, 2006).

Em outros contextos, os doentes não deixam de vivenciar as mesmas experiências. Na verdade, em outras circunstâncias, mas agora do lado das empresas privadas, aqueles que a elas acedem para obter determinados serviços e produtos por elas oferecidos, os seropositivos ou não os conseguem obter, ou precisam da ajuda da intervenção das associações que os defendem para ter sucesso nessas diligências e pedidos requeridos.

Se tais acções contribuem para a perda da confiança dos actores doentes, as associações que trabalham para a sua protecção face aos gestos e às palavras discriminantes a que são sujeitos em múltiplos contactos formais e informais, ousam, ao invés, desenvolver ações públicas que visam, de um lado a escuta das suas denúncias e, do outro lado o apoio para que as questões que são objecto de acusação sejam resolvidas parcial ou totalmente. Estes modos de agir, contribuem eventualmente para a requalificação dos indivíduos doentes, e dessa forma, trabalharem para a restauração da sua autonomização.

Concertar a auto-estima é um primeiro gesto para reparar a estima de si (Mead, 2006; Honneth, 2011). O regime de acção de envolvimento de familiaridade e de proximidade torna possível trabalhar a este nível de reconhecimento da dignidade do doente (Thévenot, 2006, 2007).

Fazer aceder as informações e recursos disponíveis aos doentes, quer para a resolução das questões que os discriminam e humilham, quer para atenuar os efeitos da desfiguração corporal em resultado das terapias a que se sujeitam, permite que estes invistam, de novo, em projectos e planos de vida. Se o confronto com os direitos registados pela ordenação jurídica pode constituir um passo decisivo para lhes defender a sua autonomia, a entrada no espaço público que obriga à exposição dos corpos, é talvez o lado mais complicado para a afirmação da confiança em si e nos outros.

**Bibliografia**

Abbott, A. (1988). *The System of Professions. An Essay on the Division of expert Labour*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

Boltanski, L. (1990). *L’amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l’action*. Paris : Éditions Métailié.

Boltanski, L. (2001). A Moral da Rede ? Críticas e Justificações nas recentes evoluções do Capitalismo. *Fórum Sociológico*, nº 5/6, 13-35.

Boltanski, L., Chiapello, È. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris : Gallimard.

Boltanski, L., Claverie, E. (2007). Du monde social en tant que scène d’un procès in Boltanski, L., Claverie, E., Offenstadt, N., Van-Damme, S. *Affaires, Scandales et Grands Causes – de Socrate a Pinochet*, Paris, Éditions Stock.

Breviglieri, M. (2009). L’épuisement capacitaire» du sans-abri comme urgence ? Approche phénoménologique du soin engagé dans l’aide sociale (gestes, rythmes et tonalités d’humeur), paru dans Actes éducatifs et de soins, entre éthique et gouvernance, Actes du colloque international (Felix C., Tardif J., éd.), Nice 4.5 juin 2009, Plénière 1 : Actes éducatifs et de soins, des frontières ténues, Séquence 3 : Comment le terrain informe la théorie ?, mis en ligne le 12 novembre 2010, URL : <http://revel.unice.fr/symposia/actedusoin/index.html?id=795>.

Brekhus, W, (2005). Une Sociologie de l’invisibilité: réorienter notre regard. *Réseaux*, 129-130.

Caillé, A. (2007). *Anthropologie du don*. Paris : La Découverte

**Cantelli, F., Genard, J-L., (2007). Jalons pour une sociologie politique de la subjectivité» in Cantelli, F., Genard, J-L (coordonné par), *Action publique et subjectivité*. Paris : Maisons des Sciences de l’Homme,13-40.**

Chateaurynaud, F. (2011). *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*, Paris : Éditions Pétra.

Chauviré, C., Ogien, R., Quéré, L. (2009). *Dynamiques de l’erreur*, Paris, Ed. de l’EHESS («Raisons pratiques», 19).

Desrosières, A., Thévenot, L. (1988). *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris : Editions de la Découverte.

Dodier, N. (2005). O Espaço e o Movimento Crítico, *Forum Sociológico*, nº13/14, 2005, 239-277.

Dodier, N. (2003). *Leçons politiques de l’épidémie de sida*. Paris : Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Ferreira, V.S. (2008). *Marcas de Demarcam: Tatuagem, Body Piercing e Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ferry, J-M. (2000). *Filosofia da Comunicação*. Porto: Fenda.

**Genard, J-L., (1999). *La grammaire de la responsabilité*. Paris : Lers Éditions du Cerf.**

**Genard, J-L, Cantelli, F. (2008)**. Êtres capables et compétents : lecture anthropologique et pistes pragmatiques, SociologieS [En ligne], Théories et recherches, URL : http://sociologies.revues.org/index1943.html.

Goffman, E. (1999). A ordem da interacção in Yves Winkin (org.). *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d’Água, 190-235.

Goffman, E. (1993, 1ª edição 1959). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d’Água.

Goffman, E. (2010). *Comportamentos em lugares públicos*. Petrópolis: Editora Vozes.

Honneth, A. (2005). *La Réification. Petit traité de Théorie critique*. Paris : Gallimard.

Honnet, A. (2006). *La société du mépris. Vers une nouvelle théorie critique*. Paris : La Découverte.

Honneth, A., (2011). *Luta pelo Reconhecimento. Para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70.

Karsenti, B., (1994). *Marcel Mauss Le fait social total*. Paris : Presses Universitaires de France.

Ankélévitch, V. (1974). *L’irréversible et la nostalgie*. Paris : Flammarion.

Langlois, E. (2006). *L’épreuve du Sida. Pour une Sociologie du Sujet Fragile*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes

Le Breton, D. (1990). *Anthropologie du Corps et Modernité*. Paris : PUF.

Le Breton, D. (2000). *Passions du Risque*. Paris : Éditions Métailié.

Le Breton, D. (2003). *Des Visages*. Paris : Éditions Métailié.

Lévinas, E. (1991). *Entre nous. Essais sur le prenser-à-l’autre*. Paris : Grasset & Fasquelle.

Mauss, M., (1988). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

Mead, G. H. (2006, 1ª edição em 1934). *L’esprit, le soi et la société*. Paris : Presses Universitaires de France.

Ogien, R. (1990). Sanctions, rires, mépris, sarcasmes. *Revue Française des Sociologie*, 31, 4, 591-607.

Pais, J.M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: INCM.

Pais, J.M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalhos e Futuro*. Lisboa: Âmbar.

Pais, J.M., Ferreira, V.S., (2010). *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pais, J.M., Bendit, R., Ferreira, V.S. (2011). *Jovens e Rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pinnel, P. (1992). *Naissance d’un fléau*. Paris : Éditions Métailié.

Pollak, M. (1988). *Les Homosexuels et le Sida. Sociologie d’une épidémie*. Paris : Métailié.

Pollak, M. (1993). *Une identité blessée. Études de sociologie et d’histoire*. Paris : Métailié.

Pollak, M. (2000). *L'Expérience concentrationnaire, essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris : Métailié.

Quéré, L., (2004). Behaviorisme et pragmatisme. Enquête et modes d’expérience chez G.H. Mead in Karsenti, B., Quéré, L., *Raisons Pratiques,* La croyance et l’enquête. Aux sources du pragmatisme, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 289-316.

Resende, J. M. (1999). A construção social do corpo nas sociedades de modernidade tardia: disposições e a corporalidade como recurso mobilizado nas relações e trajectórias sociais», *Fórum Sociológico*, nº 1/2, pp. 9-40.

Resende, J. M. (2003). *O Engrandecimento de uma Profissão: Os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian.

Resende, J.M. (2005). Por uma Sociologia Política da Saúde: do «bem em si mesmo» ao «bem comum» *em Actas do I Congresso Internacional da Saúde, Cultura e Sociedade organizado pela Agir – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural* e realizado em Cabeceiras de Basto em 9 e 10 de Setembro, p. 1-23 ISBN 972-99404-3-6.

Resende, J.M. (2010). *A Sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Edições Piaget.

Resende, J.M. (2011). A vulnerabilidade está hoje ao centro da condição humana moderna? Questionamentos sociológicos a propósito das categorias dos seropositivos e dos alunos «inadaptados» ao mundo escolar in José Manuel Resende (coordenador científico), Alexandre Cotovio Martins, Bruno Miguel Dionísio, Catarina Delaunay Gomes e Pedro Jorge Caetano (editores), *Habitar, Compor, Ordenar: artes de (des) fazer o mundo*, Portalegre, Centro Interdisciplinar de Investigação e de Inovação do IPP (no prelo).

Resende, JM., Vieira, MM. (1992). Subculturas Juvenis nas Sociedades Modernas: os Hippies e os Yuppies in *Revista Crítica para as Ciências Sociais*, nº35: 131-147.

Resende, J. M., Sampaio, L, Paiva, E., Dias, H., Pinto, F. (2006). *O lugar da doença, do Corpo e do Sofrimento na representação das formas identitárias de doentes com VIH/Sida*. Lisboa: Relatório científico entregue à FCT/CNLCS, policopiado.

Resende, J. M., Dias, H., (2010). Do comportamento de risco ao reconhecimento da discriminação dos seropositivos: reflexões sociológicas sobre o VIH/Sida in *Actas do V Congresso internacional de Saúde, Cultura e Sociedade* da Agir, Porto, p.199-221, ISBN: 978-989-8170-13-2.

Serres, M. (1996). *Diálogo sobre a Ciência, a Cultura e o Tempo. Conversas com Bruno Latour*. Lisboa: Instituto Piaget.

Taylor, C. (2005, 1ª edição em 1991). *Le malaise de la modernité*. Paris : Les Éditions du Cerf.

Thévenot, L. (1986). Les investissements de formes in L. Thévenot (éd.), *Conventions économiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 21-71.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris : Éditions la Découverte

Thévenot, L. (2007). Reconnaissances : avec Paul Ricœur et Axel Honneth in Alain Caillé (dir), *La quête de reconnaissance : nouveau phénomène social total*, Paris, La Découverte, 269-283.

Ribeiro, A.P. (1997). *Por exemplo a cadeira*. Lisboa: Cotovia.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris : Éditions Métailié.

**Documentos**

Boletim Acção § Tratamentos, nº 17, 2009, p.9-11.

Boletim Acção § Tratamentos, nº 18, 2009, p.10.

Boletim Acção § Tratamentos, nº 20, 2009,p.9

Boletim Acção § Tratamentos, nº 24, s/d, p.11-12.

## 

## Do reconhecimento da vontade do outro ao apaziguamento de tensões: uma análise exploratória de quotidianos profissionais em cuidados paliativos[[37]](#footnote-37)

Alexandre Cotovio Martins[[38]](#footnote-38)

Catarina Delaunay[[39]](#footnote-39)

**Apresentação**

Este artigo visa articular exploratoriamente os contributos de uma teoria do reconhecimento, tal como estabelecida por Axel Honneth, com a sociologia dos regimes de envolvimento desenvolvida por Laurent Thévenot. Assim, o enfoque analítico recai sobre os processos de *reconhecimento* no seio do trabalho profissional em cuidados paliativos, nomeadamente o reconhecimento por via da entrada dos profissionais de saúde num regime de proximidade e familiarização com a singularidade pessoal do doente. Neste plano, salienta-se a relevância que este processo de familiarização tem na tentativa, por parte dos profissionais de saúde, de reduzir tensões entre os diferentes atores em situação no âmbito dos cuidados paliativos.

Os dados aqui mobilizados foram obtidos por via de uma tese de doutoramento em Sociologia dedicada ao estudo da medicina nos cuidados paliativos, bem como pelo projeto *Construindo caminhos para a morte — uma análise de quotidianos de trabalho em cuidados paliativos*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-SOC/119621/2010). A análise apresentada foi realizada a partir de dados obtidos por vida de pesquisa documental, através de 12 meses de observação etnográfica, realizada em duas unidades de internamento hospitalar em cuidados paliativos, em Portugal Continental, bem como da realização de 55 entrevistas em profundidade a médicos, enfermeiros e assistentes sociais a trabalharem em cuidados paliativos hospitalares de seis hospitais de Portugal continental.

**As esferas do reconhecimento**

Axel Honneth, filósofo e sociólogo que sucedeu a Jürgen Habermas na direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, vem desenvolvendo um trabalho simultaneamente analítico, crítico e normativo orientado para a fundação de uma Teoria do Reconhecimento. Apoiando-se, num momento inicial, na filosofia de Hegel e na psicologia social do pragmatista americano George Herbert Mead, mas também em contributos diversos da investigação psicanalítica e da psicologia do desenvolvimento, Honneth defende a tese fundamental de que *o reconhecimento precede o conhecimento*, quer num sentido genético, quer num sentido conceptual.

De acordo com o autor alemão, o reconhecimento precede o conhecimento em sentido genético na medida em que, no decorrer do processo ontogenético, se pode observar o primado das relações interpessoais sobre a formação de uma perspetiva do mundo que é lícito entender-se como «objetiva».

No domínio da psicologia do desenvolvimento e das investigações sobre a socialização precoce, há muito que se instalou um consenso: o despertar das aptidões da jovem criança para pensar e interagir deve ser concebido como um processo que tem lugar no coração do mecanismo pelo qual esta mesma criança adopta a perspectiva da outra pessoa que lhe faz face. Segundo esta abordagem (...), a aquisição das aptidões cognitivas na jovem criança está intrinsecamente ligada à formação das primeiras relações de comunicação interpessoais. A criança aprende a relacionar-se com um mundo objectivo composto de objectos estáveis na medida em que ela adopta a perspectiva de uma segunda pessoa, o que envolve um descentramento progressivo por referência à sua própria perspectiva, inicialmente egocêntrica (Honneth, 2009, p. 53).

Este primado genético da relação de reconhecimento sobre a relação meramente cognitiva não esgota, porém, a argumentação do autor, que afirma ainda importante admitir o primado conceptual do reconhecimento sobre o conhecimento (pelo menos nas relações intersubjetivas). A análise dos processos intersubjetivos realizada por Honneth é bastante clara a este respeito.

Não devemos pensar o agente em situação de comunicação com outrem à maneira de um sujeito epistémico. Devemos antes vê-lo como um sujeito existencialmente implicado que não toma apenas conhecimento dos estados interiores vividos pelas outras pessoas, mas que se encontra ele mesmo afectado por eles no seio da relação que tem consigo mesmo (Honneth, 2009, p. 65)

A tessitura da interacção social não se efectua, como é frequentemente admitido em filosofia, a partir de actos de conhecimento, mas com o material fornecido pelas posturas de reconhecimento. A razão pela qual nós não temos habitualmente dificuldade alguma em compreender os enunciados pelos quais outros sujeitos exprimem os seus estados internos, é que adoptámos anteriormente uma atitude na qual o conteúdo da incitação a agir que é própria a estas expressões nos é dado de forma evidente (Honneth, 2009, p. 67).

Através da sua análise dos processos sociais de reconhecimento, Honneth propõe uma tipologia de *modelos de reconhecimento* que, através do seu efeito interagente, representam, nas suas palavras, a «estrutura das relações de reconhecimento social». A cada um destes modelos corresponde, nos termos do autor, uma *esfera de reconhecimento* regularmente ativada nas interações quotidianas entre as pessoas. Cada uma das esferas inclui no seu conceito uma forma de reconhecimento. Assim, temos o reconhecimento sob a forma das «relações primárias», como as do amor ou da amizade; o reconhecimento enformado pelas relações jurídicas, expressa em direitos diversos; e o reconhecimento sob a forma da comunidade de valores, expresso na solidariedade entre pessoas. A cada uma destas formas corresponde, por seu lado, um modo específico de reconhecimento: a solicitude pessoal, a consideração cognitiva e a estima social, respetivamente. A existência de reconhecimento em cada uma destas esferas tende a produzir, nos indivíduos, sob o ponto de vista da relação prática que mantêm consigo próprios, a confiança em si, o respeito de si ou a estima de si, ainda segundo a mesma ordem.

Correlativamente, Honneth identifica formas de desprezo - aqui oposto ao reconhecimento - nas diferentes esferas de reconhecimento socialmente observáveis. Em cada uma das esferas, existe uma forma de identidade que se encontra ameaçada. Assim, o desprezo nas relações primárias, por exemplo perpetrado através de sevícias e violências, acarreta a ameaça à integridade física; o desprezo nas relações juridicamente garantidas, através da privação de direitos ou a exclusão, põe em xeque a integridade social; e o desprezo no quadro de uma comunidade de valores, sob a forma da humilhação e da ofensa, ameaça a «honra» e a dignidade. Naturalmente se depreende que cada uma destas formas de desprezo ameaça igualmente as condicentes formas de relação prática consigo próprio, isto é, a confiança em si, o respeito de si e a estima de si.

**Confiança em si, regimes de envolvimento e familiaridade**

Para quanto nos ocupa neste artigo, importa centrarmo-nos agora na «esfera do reconhecimento» própria das relações primárias, no sentido Honnethiano e da respetiva articulação analítica com o conceito de regime de envolvimento *familiar*, tal como desenvolvido no quadro da escola francesa de sociologia pragmática, por Laurent Thévenot. Procederemos por contraste. Começamos pelo «lado» de Honneth já que, como procuraremos mostrar, o tema da «aceitação da vontade do doente» na acção médica nos cuidados paliativos impõe um trabalho sobre a subjetividade do doente que se dirige a este núcleo «primitivo» do reconhecimento.

Não é ao acaso que nos referimos a esta esfera como um núcleo «primitivo» do reconhecimento. Se o reconhecimento *precede*, no sentido genético mas também conceptual, o conhecimento, no quadro da ontogénese como da ação intersubjetiva, Axel Honneth mostra-nos outrossim que o reconhecimento nas relações «primárias» - próximas, familiares, afetivas – abre via a um modo de relação consigo próprio no qual cada sujeito adquire uma confiança elementar em si. Ora, é a existência desta confiança elementar que permite a conclusão analítica de que esta forma de reconhecimento antecede todas as outras formas de reconhecimento (Honneth, 2008a, p. 131). Com efeito, para o pensador alemão de Frankfurt, a experiência deste modo de reconhecimento «abre o indivíduo [a um] estrato fundamental de segurança emocional» que lhe permite, não somente experimentar, mas também «manifestar tranquilamente as suas necessidades e os seus sentimentos», assegurando assim «a condição psíquica do desenvolvimento de todas as outras atitudes de respeito de si» (Honneth, 2008a, p. 131)[[40]](#footnote-40). Assim, este modo de reconhecimento surge também como fulcral para a manutenção, no adulto, de *capacidades* básicas sem as quais dificilmente acede a outras esferas de reconhecimento.

Grifamos a expressão porque a categoria *capacidade* possui interesse analítico próprio, nesta discussão. Com efeito, do que se disse se deduz que o reconhecimento, designadamente no seu modo «primário», *capacita* os seres humanos para a existência intersubjetivamente definida, nos moldes característicos da socialidade humana (de acordo, porém, com modalidades particulares e diferenciadas, conquanto interdependentes). Ora, cada um dos regimes de envolvimento identificados por Laurent Thévenot se reporta a uma *capacidade* básica, a qual depende, ao menos em parte[[41]](#footnote-41), do *ambiente* com o qual a pessoa interage em cada situação específica.

Com efeito, em cada regime de envolvimento, é reconhecido à pessoa um tipo de capacidade diferente, o qual depende (pelo menos em parte) da *realidade* experimentada no seu envolvimento, desde que o ambiente da ação esteja organizado de molde a permitir a revelação desta capacidade (Thévenot, 2007, p. 270). O mesmo é dizer que o reconhecimento da pessoa pode ocorrer em função da apreciação da sua relação dinâmica e pragmática com um ambiente composto por seres humanos e não humanos, pela qual a pessoa mostra ser suscetível de obter esse mesmo reconhecimento.

Notamos bem aqui que o trabalho de Thévenot pode integrar as preocupações de Honneth, situando-as, por seu turno, num quadro analítico mais abrangente e sociologicamente pertinente. Podemos encontrar duas diferenças entre os trabalhos destes dois autores que, neste plano, consubstanciam esse alargamento de perspetiva.

Em primeiro lugar, ao centrar-se nas condições pragmáticas que organizam o reconhecimento, a perspetiva de Thévenot permite dar conta não apenas das condições estritamente intersubjetivas do reconhecimento – como na Teoria do Reconhecimento de Honneth[[42]](#footnote-42) -, como igualmente das condições pragmáticas, situacionais, que permitem o agenciamento de certas capacidades suscetíveis de obterem reconhecimento. Um exemplo claro deste alargamento é o do agenciamento objetal. Ao passo que o trabalho de Honneth se limita às relações intersubjetivas, um pouco à maneira da definição mais estrita de ação social de Max Weber (1993), o sociólogo francês procura trazer ao campo de análise e observação a dependência dos processos de reconhecimento, não apenas das relações diretas e intersubjetivas entre pessoas, mas também das relações das pessoas com os ambientes físicos da sua ação e da forma como, ao relacionarem-se dinamicamente com eles, exercitam tipos de capacidade passíveis de serem socialmente reconhecidas.

Esta dimensão é particularmente sensível no caso do regime de envolvimento familiar e por isso a realçámos. Como nos mostra Thévenot, uma das modalidades de ação neste regime reporta-se à ação num determinado ambiente constituído por objetos, familiar ao ponto de se poder dizer *personalizado*. A familiaridade com o ambiente direto resulta de um processo de familiarização dinâmica que, no caso dos objetos, envolve relações singularizadas pelo uso pessoal. Como quando bato no *tablier* do meu carro, esperando que com isto uma lâmpada, que se tornou intermitente no painel de instrumentos, volte a ligar, como já vi acontecer anteriormente. Este gesto, porém, tenderá a parecer *estranho* a um terceiro (Thévenot, 2006), como o serão um conjunto de gestos mais ou menos íntimos ou idiossincráticos que se inscrevem na classe dos gestos singulares, porque pessoais, que as pessoas efetuam na sua relação ativa com os objetos que lhes são familiares neste sentido.

Uma outra diferença face ao trabalho de Honneth, prende-se com as consequências do *desprezo* no plano da esfera de reconhecimento ligada às relações intersubjetivas «primárias». Na esteira da argumentação de Paul Ricoeur sobre o mesmo assunto, Laurent Thévenot mostra como o conceito de regime de envolvimento familiar, quando reportado à intersubjetividade, implica que o desprezo neste quadro não se circunscreva à ameaça à integridade física, como parece pretender Honneth no seu *Kampf um Annerkënnung*. Thévenot apoia-se aqui amplamente no trabalho de Paul Ricoeur. Como refere este último autor francês a propósito de Honneth,

O que aqui é traído são expectativas mais complexas que as relativas à simples integridade física. A ideia normativa proveniente do modelo de reconhecimento colocado [por Axel Honneth] sob o signo do amor, e que dá a sua medida à decepção própria desse primeiro tipo de humilhação, parece mais completamente identificada pela ideia de aprovação. Os amigos, os amantes (...) aprovam-se mutuamente. (...) A humilhação, experimentada como a retirada ou a recusa dessa aprovação, atinge cada um no nível pré-jurídico d[o] seu «estar-com» outrem. O indivíduo sente-se como que olhado de cima, até mesmo tido como um nada. Privado da aprovação, é como se ele não existisse (Ricoeur, 2006, pp. 205-206).

Aprovar a singularidade equivale, assim, a um modo de reconhecimento, do mesmo modo que não aprovar essa mesma singularidade equivale a um modo de desprezo. Eis uma constatação fundamental para lançarmos agora um olhar sobre o trabalho dos profissionais de saúde em cuidados paliativos.

**O reconhecimento *pela* familiarização**

O reconhecimento da singularidade do doente, em cuidados paliativos, tende a centrar-se em práticas de compaixão e empatia, observáveis no quotidiano profissional, que nos remetem para a esfera da familiaridade, nos termos que vimos de discutir. A compaixão e a empatia com o doente terminal, no quadro de uma relação de proximidade, remetem para uma gestão das subjetividades dos prestadores de cuidados de saúde no espaço relacional que se estabelece em contexto profissional. Na articulação entre argumentos morais e normas profissionais, as posturas filosóficas da cultura paliativa vão sendo geridas no quotidiano hospitalar e negociadas pelos profissionais de saúde junto dos doentes paliativos e respetivas famílias, em momentos-chave como o acolhimento no internamento paliativo ou a eventual alta hospitalar.

Esta dinâmica de *familiarização* com a singularidade do doente, que é também, já se vê face ao atrás tratado, uma dinâmica fundamental de *reconhecimento*, confronta-se, porém, com *obstáculos*, nomeadamente em função dos conflitos e desacordos que surgem em contexto hospitalar. Em rigor, o conflito ou desacordo face à alta hospitalar surge por vezes quando, apesar do doente apresentar uma situação de saúde controlada no internamento, de acordo com a equipa de profissionais encarregue dos respetivos cuidados paliativos, e existir vontade daquele em regressar a casa – desejo esse manifesto de forma mais ou menos firme e autoritária – a família se apresenta como um ator resolutamente oponente dessa opção. Essa oposição, rejeição ou não recetividade face à saída do doente paliativo do hospital (alta para o domicílio) aponta, por um lado, para reais incapacidades físicas (doença), psicológicas (exaustão, negligência ou suspeita de maus-tratos) ou logísticas (ausência de recursos financeiros ou impossibilidade de baixa de apoio à família na doença) dos membros do agregado familiar (nomeadamente cônjuges, filhos e parentes por afinidade) para receber o doente em casa, mas também, por outro, para atitudes de forte rejeição não justificada ou comportamentos pouco colaborantes.

S1 - O doente manifesta vontade de regressar a casa e encontra-se referenciado na RNCCI. A esposa é a cuidadora, mas não está nada recetiva à alta do doente, porque alega também estar doente e tomar medicação para dormir. Acresce que a esposa só visita o doente quando tem boleia de outras pessoas que se deslocam ao Hospital. Apesar de o doente querer muito ir para casa, a filha alega não poder recebê-lo porque mora em X, nem sequer telefona a saber do pai, para além de que a neta não tem trabalho certo e é progenitora de duas crianças. A filha e a mulher visitaram o doente no último sábado à noite, mediante aviso prévio na noite anterior, tendo a médica aproveitado a oportunidade para tentar persuadir a família a cumprir o desejo do doente e a levá-lo a casa para lá passar o resto do fim-de-semana. Já durante a visita na Unidade, a filha disse indignada que “Eu sei que vocês estão todas de férias e que querem mandar os doentes para casa!” e toda a família do doente rejeita levá-lo para casa. Registou-se a existência de problemas anteriores entre o casal e a assistente social frisou que, ao contrário das famílias que têm real incapacidade de receber os doentes em casa, neste caso está-se perante uma família rejeitante e que não colabora em nada.

S2 - Como deixam a doente entrar para descanso do cuidador, depois o marido encara como um internamento e já não quer que a doente tenha alta da unidade e recusa a vaga noutras unidades da rede. A assistente social diz que o cuidador alegou que a doente não dormia e que gritava muito em casa e que precisa da ajuda da psicóloga e a enfermeira X diz que na Unidade essa situação não se verifica e que a doente dorme. A médica diz que a situação é mais complexa do que parece, que a doente é uma mulher que toda a vida teve de ser disponível, que era maltratada e que agora faz a cobrança através da doença. É uma situação social, não é uma situação clínica, mas que não chega para paliativos. A médica diz que a doente apresenta um estado geral melhor do que no ano anterior, mas que o marido fez pressão na Administração Regional de Saúde e cederam, mas a doente está completamente controlada e há doentes a necessitar de cuidados paliativos que precisam daquela vaga. A enfermeira X reitera a convicção de que o marido vai recusar a vaga para uma Unidade de Longa Duração e Manutenção. A médica sugere que se peça a transferência imediatamente para a doente ter alta. A assistente social informa que já tinha dito ao marido da doente para fazer contas à diária a pagar noutra unidade da rede e que ele disse que não tinha dinheiro para pagar e a psicóloga e a médica dizem que ele não vai aceitar.

S3 - A filha chora muito, precisa de acompanhamento psicológico, revoltou-se contra a equipa, disse na oncologia que na UCP não sabiam tratar a mãe. Tem os sintomas controlados e aguarda uma vaga na RNCCI. A equipa propôs que a mãe fosse uns dias a casa, não foi recetiva e disse no hospital de dia que toda a gente ficava na UCP menos a mãe dela, que era discriminada. Segundo a médica a doente teve algum deterioramento do seu estado nos últimos dias e a filha ficou contente porque assim não a pressionam a levar a mãe para casa. A filha cuidadora que acompanha e mãe está esgotada e já não consegue tomar conta da mãe sozinha. (…). Se a vaga na RNCCI não surgir terão de fazer uma conferência familiar. A médica diz que nestes casos de conflito familiar não costuma resultar porque, ou ninguém diz nada, ou estão desentendidos do início ao fim e não há diálogo.

A forma de fazer o comum tendo em vista o conforto subjetivo, fabricando o acordo face a estas relações tensionais entre os atores em situação no que respeita à saída do doente da Unidade de Cuidados Paliativos, pode passar pela tentativa do médico de persuadir a família a cumprir o desejo/vontade do doente, pelo teste à reação ou aceitação da família face a uma alta hospitalar temporária ou ainda pela sugestão, pela assistente social, de situações alternativas de acolhimento do doente, como seja, o internamento num Lar, numa Unidade de Média Duração e Reabilitação ou numa Unidade de Longa Duração e Manutenção, no âmbito da RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

De acordo com os conteúdos morais das normas profissionais da equipa de cuidadores, a melhoria do estado de saúde do doente (condição controlada a nível da sintomatologia) aponta para uma situação clínica definida como «não paliativa» que, associada à pressão das listas de espera sobre o número de vagas (camas) na Unidade de Cuidados Paliativos, conduz a que emerjam relações tensionais e desacordos entre profissionais e família face à permanência do doente no hospital.

No entanto, a resistência face a uma eventual alta hospitalar pode partir do próprio doente, de forma directa, quando este manifesta um estado de caquexia (debilidade emocional, tristeza, sentimento de abandono, atitude derrotista, receio de constituir um estorvo ou fardo para a família), mesmo quando existe uma atitude colaborante por parte dos familiares próximos em acolher em casa o doente.

S10 - O doente tem uma família muito presente, no entanto recusa ir para casa porque se sente um estorvo na vida dos filhos. O filho estava a transformar o escritório em quarto para poder receber o pai. O doente apenas aceitaria a opção de ir para a RNCCI, mas a sua situação clínica não o permite. É de salientar que o doente verbaliza que devia morrer rápido, sendo esse seu sofrimento reforçado pelo sofrimento da família. Os filhos ficam sentados junto ao pai a ler, em silêncio. O doente comunica muito pouco, tanto com a família como com a equipa de Cuidados Paliativos. E apresenta uma postura “derrotista”, sendo muito introspetivo. Segundo a médica, “O doente desistiu porque acha que já não está cá a fazer nada.”, tendo o conhecimento total da sua situação porque interpelou diretamente a equipa.

S11 - A médica costumava explicar e escrever para o marido como é que se administrava a medicação sem nunca perceber que este não sabia ler, só o descobriram quando a doente foi internada e o marido ia perguntando o que é que estava escrito no papel à doente, sendo esta quem tomava conta da medicação mesmo nos períodos de crise da doença. Está muito debilitada emocionalmente, tem pouca capacidade para comunicar. Sente-se triste e abandonada, o marido é muito individualista, fala muitas vezes em si e refere que está pior que a doente. A doente partilha repetidamente que receia que o marido ande com outras mulheres enquanto ela está ali. A equipa acha que este discurso está relacionado com algumas questões do passado. A médica estagiária brincou com a doente dizendo para não se preocupar porque já nenhuma mulher queria um homem daqueles, velho! A doente riu. (…) [A doente] tem um filho único que vive em X e está agora em Y para apoiar os pais, fica até dia P e está a preparar tudo para levar a mãe uns dias a casa. É muito colaborante e está receptivo a levar a mãe a casa, no entanto, devido ao estado de caquexia desta, diz que não consegue sequer pensar em dar-lhe banho e a resposta do apoio domiciliário está a demorar. A assistente social falou-lhe na possibilidade de contratar uma ajuda particular, respondeu que sim, mas que não conhece ninguém na aldeia da mãe, ficou de falar com uma prima e pedir a sua ajuda. Aguarda vaga na RNCCI. A disponibilidade de vaga está demorada e a médica crê que a doente partirá antes de haver vaga na rede.

Estes obstáculos, que provêm do doente, relativamente à sua saída da Unidade de Cuidados Paliativos, podem também manifestar-se indiretamente, quando o seu comportamento (ansiedade, violência, rudeza, chantagem, «birra», ameaça de suicídio, «greve» aos soros e análises, recusa da alimentação e hidratação) desaconselha o seu acolhimento de forma permanente por parte da família (descompensação emocional ou exaustão física e psicológica do cuidador), sobretudo se não existir a articulação com outro tipo de apoio domiciliário ou de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

S12 - É um doente muito complexo em termos psíquicos, tem uma depressão crónica, é muito ansioso, tem ‘muita agressividade psico-motora’ e está muito agitado. Quando ainda permanecia em casa, mesmo antes de ser internado na UCP, agrediu a esposa. Não tem condições para ter alta. Já vinha referenciado para a RNCCI da comunidade, a equipa de CP terminou a referenciação, mas não sabem se ainda estará em condições de ir para a RNCCI quando houver vaga. Vive com a esposa e um filho solteiro que trabalha todo o dia. A esposa era a principal cuidadora, está esgotada, mas ainda gostava de levar o marido para casa, embora a equipa ache que é impossível pelo estado em que este se encontra e pela sua ‘agressividade’. A esposa é poetisa popular, faz ‘versos muito bonitos’ e é ‘espetacular’ (médica). O doente é ‘rude’ a falar (médica e enfermeira X) chantageia os filhos e a esposa quando o vêm visitar, ameaçando que se vai matar, já o fazia em casa (…).

S13 - Entrou na unidade com náuseas e vómitos, pelo que recusa alimentar-se e mesmo depois dos sintomas controlados continua a recusar alimentar-se e ingerir líquidos. Recusa cuidados à boca porque pensa que a vão tentar alimentar ou hidratar. A doente reside (…) com o marido e um filho solteiro. É uma mulher ‘agressiva’ e ‘rude’ no trato. Quando recusa alimentar-se é agressiva com as profissionais e com a família, tipo ‘birra’. (…) O marido, que é o cuidador principal, está disposto a levar a doente para casa. Contudo, a doente está parcialmente dependente, fraca, porque recusa alimentar-se e precisa de ajuda para andar pelo que será necessário articular com o apoio domiciliário na comunidade. Acham que a doente não tem tendências suicidas, pelo que se pode começar a pensar a alta temporária da doente. Acordam que a doente poderá ir ao domicílio 2 ou 3 dias, mas não de forma permanente.

S14 - O seu estado de saúde está em deterioração muito rápida. Desde que chegou à UCP tem tido algumas estadias em casa, entre internamentos hospitalares. Tem tido agravamento do estado de ansiedade e da agressividade. (…) Na última ida a casa foi agressiva com as filhas, pelo que a mais pequena tem medo da mãe. Quando a veio visitar não se quis aproximar, nem estar no quarto, tem ‘medo da mãe’ (…). A Dra. X (médica) tem trabalhado com a família e vai continuar a fazê-lo. A família é conhecedora da situação da doente e do prognóstico.

S15 - Aborreceu-se porque queria ir para casa e fez greve de soros e análises, mas não podia ir porque está a fazer sangramentos, tem anemia e vive num monte isolado. (…) Tem dois filhos (…). O doente recebeu uma transfusão, teve uma complicação, mas está estabilizado e podia ir uns dias a casa que, segundo a médica “é o maior desejo da vida dele”. (…) Sabe da sua doença, passou de um extremo de “eu quero ir para casa” para “eu já não vou sair daqui”. A assistente social diz que em termos sociais está referenciado para a rede. A médica diz que antes disso é necessário abordar o filho sobre a possibilidade do doente ir a casa com o seu apoio.

No entanto, as disputas entre profissionais de saúde, doentes e respetivas famílias surgem igualmente no que se refere às situações de discussão da trajetória de final de vida dos doentes e aspectos correlacionados, nomeadamente as expectativas de sobrevida, face à evolução da doença, e a definição do tipo de cuidados a prestar. Se, por um lado, da parte dos familiares prevalecem as justificações para o prolongamento das terapêuticas curativas, numa recusa do diagnóstico médico, por outro, da parte da equipa de profissionais de saúde, existe a defesa do direcionamento para cuidados paliativos, face à impossibilidade de tratamento oncológico tendente à cura. As formas de busca do consenso passam, por exemplo, pela avaliação prévia das condições dos cuidadores para acolher o doente em casa (por exemplo, a situação social do doente ou as condições habitacionais do agregado familiar), bem como da situação clínica do próprio doente (se se encontra clinicamente estável a nível de dor e de sintomas para poder ter alta), a par da tentativa da sua referenciação para outras unidades da RNCCI ou, pelo menos, da articulação com equipas de profissionais na vertente de cuidados especializados domiciliários (enfermagem).

S16 - Entrou com o objetivo de fazer terapêutica de dor, através da referenciação do Oncologista mediante a paragem de tratamento oncológico. Diagnosticado pela primeira vez pela Oncologia em 2010. Não tem indicação para fazer mais tratamentos. É autónomo. Aceitou bem que parassem os tratamentos e as consequências dessa paragem (Cuidados Paliativos). O doente sabe que não tem uma expectativa de vida longa. Está informado. Sabe que não tem cura. A esposa é a única cuidadora, ainda é autónoma e válida. Tem problemas de saúde para os quais vai receber tratamento (…). Está em descompensação física e emocional, revela exaustão física e psicológica, porque está sempre a chorar. Pode ser desgosto do diagnóstico recente. Tem dois filhos. (…) Parecem relacionar-se bem enquanto família. A família está informada sobre tudo o que respeita à condição do doente e recusa os Cuidados Paliativos procurando uma segunda opinião na CUF, onde já efetuou consulta e ainda não tem resposta. Acresce que a família se mostrou revoltada com a possibilidade de internamento, tendo inicialmente recusado o fim dos tratamentos e procurado uma segunda opinião no privado (CUF), onde o seu familiar seria melhor tratado. Na consulta foram muito diretivos sobre o facto de se deixar o doente morrer porque não tem recursos financeiros para aceder ao Privado. Doente pode ter alta mas têm de ser avaliadas as condições dos cuidadores. Mediante esta atitude, a psicóloga tentou, previa e progressivamente, introduzir na discussão os Cuidados Paliativos, tendo recebido boa aceitação por parte do doente. (…) A Médica refere ainda que a doença está em progressão. A Assistente Social vai falar com a família para tratar da alta, primeiro com a família e só depois com o doente, o que foi corroborado pela Médica. A Enfermeira-chefe acha que o doente não tem apoio da RNCCI, que deve ser referenciado e que quando está em casa é a esposa que presta os cuidados ao doente e devia, pelo menos, ter o apoio da equipa domiciliária de enfermagem, sugerindo apoio formal de Enfermagem.

S17 - (…) em paliativos agudizar tem outro significado, porque aqui não se interfere com a morte, a morte é natural e deve seguir o seu curso, pelo que um doente só muda de serviço se tiver, por exemplo, uma grande hemorragia, ou muita dificuldade respiratória, ou se a família disser sistemática e insistentemente que a equipa está a deixar morrer o doente.

S18 - Aproveito para perguntar [à enfermeira] sobre conflitos com os familiares e responde que não tem, lembra-se pouco depois que teve uma vez, com a familiar de uma doente que achava que ninguém fazia nada para tratar e salvar a doente e por isso gritava e insultava os familiares e vinha para o corredor gritar e dizer que estavam a deixar morrer a doente. Foi o único episódio de que se lembrou.

S19 - Quando estava internado na medicina tentou a fuga pelas escadas de incêndio do serviço, tendo caído e feito múltiplos traumatismo, tendo ficado incapacitado de andar. Tem um litígio com o hospital porque tem de ser feita a referenciação à RNCCI e a esposa não quer pagar, porque o doente entrou no hospital a andar e se não fosse a queda, que considera negligente, tinha condições para voltar para casa sem necessitar de internamento na RNCCI. Aguarda resposta do conselho de administração do hospital, mas se o parecer for demorado pode já não reunir as condições necessárias para ser transferido para uma unidade da rede. A esposa vem todos os dias, mas não permanece.

Em caso de alta para o domicílio – e de forma a assegurar a continuidade dos cuidados – a solução passa então por uma articulação com a família e com a comunidade envolvente, mediante a intervenção do serviço social, no sentido da mobilização dos apoios e recursos dos centros de saúde ou do próprio hospital, como seja o caso de andarilhos, de camas articuladas ou de equipas de apoio domiciliário a nível de cuidados de enfermagem. As formas de envolvimento passam, de igual modo, pelo reforço das capacidades particulares de cada família, pela tentativa de assegurar algumas competências ainda não possuídas ou por lhes conferir ferramentas para que as possam reforçar.

Nos tentamos realmente, ser o serviço social a falar com a família, ver, programar, o que é necessário levar, o que não é. Tentamos sempre, o serviço social, sim. (…) Dos centros de saúde..., exatamente, camas articuladas, os andarilhos, isso tentamos sempre nós providenciar, tudo aquilo que é necessário na comunidade e reforçar os apoios na comunidade, no sentido de haver uma continuidade de cuidados. Não só numa ida temporária como, posteriormente, depois até numa alta. Isso sim, é a área central da nossa intervenção.

Entrevista n.º 8 – Assistente Social

Numa lógica clara de reconhecimento da singularidade da pessoa, a preocupação central nos cuidados paliativos é o doente, cujos direitos devem ser respeitados (por exemplo, o querer ou não ser informado sobre a sua situação clínica, o pretender ou não optar por uma sedação paliativa, o decidir que não quer mais ser alimentado e hidratado, etc.), mediante uma decisão – sempre que possível – partilhada entre a equipa de profissionais de saúde e o próprio doente, em articulação com a respetiva família.

O grande problema aqui (…) são as fronteiras. “O que é que é o doente curativo, o que é que é o doente paliativo?” Eu continuo a ter doentes curativos, e até mesmo doentes que estão em cuidados paliativos têm momentos em que são momentos de “vamos investir para curar aquele episódio, tratar aquele episódio” e quando é que é “não, não vamos insistir mais”. Isso é uma fronteira complexa…hum… e que eu acho que, principalmente, aprendi muito em relação a partilhar a decisão dessa fronteira com o doente, sempre que possível. Devia ser SEMPRE, mas nem sempre é possível porque os doentes conseguem… perceber, e às vezes eu fico na dúvida se, ao esclarecê-los completamente, não lhes causo muito mais sofrimento. E ainda ando aqui nesta dualidade.

Entrevista n.º 7 – Médica

A dimensão do reconhecimento e respeito pelo outro, na sua dignidade, nas suas especificidades particulares e através da entrada na ação num regime de familiaridade, assume ainda um maior relevo e premência porque as fronteiras são ténues e complexas, gerando dualidades. São disso exemplos, a fronteira entre o que é considerado um doente curativo e um doente paliativo; o limite até onde se pode ir na ação sobre os reflexos das patologias, ou seja, no controlo da dor e das sintomatologias; o grau de consciência do próprio doente na decisão sobre a sua trajetória de final de vida; a fronteira até onde se consegue interagir com e agir sobre um doente em fase de negação.

Nós temos pessoas que vêm para aqui na fase da negação. Quase que na fase inicial, sem terem ainda passado pelas outras fases (…) e, esse trabalho, às vezes não o conseguimos levar até ao ponto final de a pessoa dizer exatamente o que quer… (…) Pronto, o senhor Y que tivemos, por exemplo, é uma pessoa que não conseguimos… não conseguimos entrar. Não conseguimos nada, aliás, a postura chegou a um ponto que a vontade, humanamente, desta equipa era desistir. E foi com (suspiro) sacrifício que todos ultrapassaram um pouco essa postura porque aquele senhor nunca… Não conseguimos quebrar as carapaças dele. Era uma pessoa fria, sem capacidade de relacionamento. A única coisa que lhe fiz foi ele pedir que queria estar ali, queria estar sozinho e queria que não o incomodassem. Eu acho que aí nós chegámos a um ponto em que respeitámos, realmente, esse pedido dele e começámos a deixá-lo estar. “Deixem-me fazer o que eu quero e deixa-me estar aqui!”. E, realmente, deixámo-lo nessa parte e acho que ele morreu sozinho. Foi uma experiência, para mim também, dura, de uma pessoa dura, de uma família sem afetos. Hum, muito durozinho. Pronto, aí, acho que não consegui puxar nada cá para este lado! (…) A gente faz uma tentativa de abordagem, de levar o doente para a realidade. Sempre. Respeitando o que ele quer saber e respeitando muito se o doente não quer ser informado. Nós damos-lhe a oportunidade de ele ter toda a informação e tentamos a abordagem em… o doente pergunta, nós damos. Vamos dando. A bacia com toda a informação está ali, não é? Ele pode pedir, mas não lha despejamos pela cabeça abaixo, porque há pessoas que não querem. Uns porque sabem que não querem falar e… eu acho que isto não é a conspiração do silêncio. Isto é criar a oportunidade… E lá vêm as tais capacidades que a pessoa tem. Por exemplo, o senhor X é um indivíduo que, progressivamente, nós estamos a conseguir falar de morte, porque, quando ele entrou, quando começou a falar connosco… ele não queria sequer ouvir nada disso. A perspetiva dele é “Tratem-me, arranjem qualquer coisa, ponham-me bem. Não quero cá falar de mortes, coisíssima nenhuma.” Sempre que a gente introduzia o assunto e começava a falar, desligava.

Entrevista n.º 7 – Médica

Surgem ocasionalmente tensões e conflitualidades quando a família e/ou o doente não têm a mesma conceção sobre a morte ou sobre os cuidados a serem prestados. Como vimos, pode ocorrer a situação em que o doente queira uma determinada forma de falecer – tranquila e no seu espaço de conforto – mas que isso implique o regresso a casa, e os familiares considerem que aquele tem de permanecer no hospital, onde podem ser prestados outro tipo de cuidados mais adequados e especializados. De igual modo sucedem conflitos quando a família não encara a prestação dos cuidados paliativos com tendo o objetivo primordial de promover e maximizar o bem-estar e o conforto do doente em fase final de vida e interpreta a forma de atuação dos profissionais de saúde como sendo a negação de cuidados ao doente, havendo por vezes consequências negativas, com contornos jurídicos (ex. queixas apresentadas no Ministério Público). Os familiares do doente exigem uma abordagem terapêutica de carácter curativo, ao invés de uma abordagem global de natureza paliativa, e geram-se desconfianças, queixas e incompreensões face aos cuidados prestados em contexto de paliação.

Sim, lembro-me de uma situação que aconteceu aqui. Pronto, mas também compreendo que a senhora não estava bem psiquiatricamente e acabou por fazer queixa de nós. E decorreu uma investigação e tudo nesse sentido, por causa de uma coisa que não tinha nexo nenhum. Foi um bocado constrangedor para nós. Não foi comigo diretamente, mas os meus colegas que estavam cá tiveram de ser ouvidos, tiveram que ser questionados acerca dessa situação que não, na minha opinião, não valia se quer a pena. Uma perda de tempo. (…) Não aceitou. Mas para além de não aceitar, a senhora também não estava bem psicologicamente, era inútil nos conversarmos com ela. Ela não nos ouvia, só falava. E pronto pois, acabou por fazer queixa e, claro, sem nexo nenhum mas foi desagradável. Ela até nos ameaçava. (…) Depois tivemos de tomar medidas, a senhora foi proibida de entrar aqui. Pronto, depois quando a irmã faleceu é que ela fez a queixa. Mas depois tivemos de proibi-la de vir aqui porque ela só vinha cá para arranjar confusão.

Entrevista nº 6 - Enfermeira

Inclusive com uma senhora que veio a falecer aqui. Tivemos um episódio muito estranho em que, primeiro que tudo começa pelas más referências… Às vezes, é outra coisa, não é má referenciação, é os doentes virem sem informação para onde vêm, e a família, também. (…) Mas, não percebem bem porque é que vêm para aqui, o que é que são cuidados paliativos. E tivemos aqui uma situação muito particular que, até era eu e a enfermeira X que, estávamos a fazer o acolhimento, e que eram 3 irmãs, e uma delas é que era utente, as outras duas estavam a apoiar e, elas disseram: “Mas ela veio para aqui para morrer, mas ninguém nos tinha dito. Pronto, já percebi tudo”. Assinavam os documentos [consentimento informado] e diziam: “Então já estamos a perceber, isto é para ela já não sair daqui”. E nos a tentar explicar que não é, que ela até podia sair. “Então, não digam nada que, já percebemos tudo, queriam era metê-la cá em cima, agora já percebemos o que vão fazer com ela.” Portanto, isso foi logo no início muito mau, com aquela família, porque elas depois, estiveram sempre desconfiados de tudo aquilo que se fez.

Entrevista n.º 8 – Assistente Social

Até porque as dietas que nós temos nos paliativos são todas personalizadas. Se o utente ainda está consciente, se ainda consegue comunicar, é ele próprio a escolher. (…) E o utente escolhe a sua dieta. Pronto, pelo menos para satisfazer… Lá está, muitas vezes eles já estão muito renitentes à alimentação. Outras vezes mesmo por quadro de náuseas, vómitos. E tentamos ver sempre o que é que lhe apetece e o que é que conseguem comer. (…) às vezes o utente chega a uma fase, às vezes, que já não quer. Não quer, nem que seja porque desistiu, e não quer comer. E depois vem a família: “Mas o meu familiar não está a comer, e ele assim não vai ficar bem, e ele já não se alimenta há vários dias…” É difícil de gerir isso. Porque depois, fazer entender a família que não vai ser pela alimentação que ele vai falecer, é muito difícil. E isso são batalhas muito difíceis, mesmo.

Entrevista n.º 10 – Enfermeira

É assim, tivemos aí um caso assim um bocadinho complicado, mas era mesmo porque… Para já, as informações que foram passadas à família não foram as mais corretas, não é? Pelo que eu percebi, disseram à família que a senhora vinha para cá para recuperar. Ninguém lhe explicou a patologia. A utente começou a piorar, não é, e tudo o que nós fazíamos a família achava que era mal feito. A família também me pareceu que tinha ali… umas alterações e, no entanto, fizeram queixa no livro de reclamações, andaram para aí a fazer ameaças já depois de a senhora falecer, que lhe tinham feito eutanásia… pronto, essa foi talvez a história mais complicada que me lembro. (…) Tentou-se abordar a família, na altura, mas sem efeito. Tudo o que foi dito à família ela não interiorizou, nunca foi bem visto. Por mais que fosse explicado, pelo médico, nunca foi bem visto. Nunca conseguimos uma relação com aquela família.

Entrevista n.º 10 – Enfermeira

Se falarmos da alimentação, há muitas famílias que ficam apavoradas porque acham que os doentes não estão a ser alimentados. Ora estão é submetidos a outras técnicas que não criam dor, já que não têm capacidade de deglutição para serem alimentados.

Entrevista n.º 13 – Assistente Social

A dissonância de posições face à gestão da trajetória de final de vida do doente – nomeadamente da consciencialização pelo próprio do diagnóstico e prognóstico da sua doença – envolve por vezes a denominada «conspiração do silêncio»[[43]](#footnote-43), desenvolvida pela própria família. Os familiares solicitam a não comunicação da situação clínica ao doente ou inclusive ignoram a informação que lhes é transmitida pela equipa de profissionais de saúde.

S20 - O telefone tocou, era o filho de uma doente que ia ter consulta nessa semana e estava a ligar para pedir à médica e à enfermeira chefe que na consulta não informassem a mãe do diagnóstico e do prognóstico da sua doença, a Dra. X argumentou, num primeiro momento, que a experiência lhe dizia que era positivo informar os doentes sobre a sua doença e sobre as suas expectativas, e que era um direito dos doentes terem essa informação. Perante a insistência do filho, num segundo momento, disse-lhe que haviam inúmeros estudos que reforçavam este facto, que até podiam não dar toda a informação de uma só vez, mas que era importante ir informando, progressivamente, o doente. O filho não ficou convencido e pediu que, efetivamente, escondessem da mãe o diagnóstico e o prognóstico da sua doença. A Dra. X acabou por assentir e informar a enfermeira Y (…) ‘este é um daqueles casos em que a família pede para não informar…’

S21 - A médica sugere uma conferência familiar para trabalhar a conspiração do silêncio, diz que se trata de um caso onde existe, ‘claramente’, conspiração do silêncio, a doente não sabe o que tem, pensa que tem icterícia e que é o seu único problema e, por um lado, o filho não sabe se deve contar porque a mãe tem um longo historial de depressão, por outro acha que a mãe sabe, mas que não lhe diz nada porque não o quer preocupar e não lhe quer dar trabalho.

S22 - Nem a doente nem o marido têm conhecimento do diagnóstico, o marido diz em todo o lado que a esposa está a melhorar, quando, pelo contrário, está a agudizar gradualmente. A médica sugere uma reunião familiar, primeiro com o marido e ‘depois logo se vê’. A psicóloga e a assistente social defendem que a doente e o marido estão informados do diagnóstico, mas não o assumem, fingem que não sabem e que não acabaram de ouvir o que lhes foi dito, ambas assistiram a essas ocorrências e tentaram confrontar o marido. O marido disse a alguns profissionais que os médicos responsáveis noutros serviços tinham falado em recuperação e na oncologia em mais tratamentos, a médica diz que esses profissionais também têm de ser chamados para a reunião familiar. Mais uma vez reforça a ideia de que tem de ser feita uma boa análise diagnóstica dos doentes para saber como atuar e que também esta doente não tem processo, pelo que o irá solicitar aos colegas para que possam traçar um plano de intervenção para a doente.

S23 - Está caquético. Tem feridas. A médica diz não saber como o doente continua vivo, pois numa das feridas entra e sai ar e a sua sobrevivência é clinicamente incompreensível. A situação com a filha é complicada, porque não acreditava no estado de saúde do pai e dizia sempre que o que era preciso era ter fé em Deus e tudo ia passar. No início do internamento a esposa e a filha estavam sempre, ficam de noite com o doente, agora é oposto, a psicóloga acha que já perceberam que o doente não vai sair da UCP e preferem passar menos tempo ali. Telefonam todos os dias.

Acresce que as discordâncias entre as perspetivas curativas ou paliativas ocorrem igualmente entre os doentes e médicos, quando nos primeiros prevalecem perceções irrealistas das expectativas de sobrevida ou atitudes de negação do diagnóstico, de revolta contra os cuidadores institucionais e de desconfiança face ao tipo de cuidados prestados.

S26 - Continua a fisioterapia na unidade. Tem um risco de vida alto, mas está estável. Tem uma perspectiva irrealista de vida devido à experiência anterior de recuperação total. Está em negação em relação à não recuperação. Deseja estar em casa e tem condições financeiras para contratar alguém para lhe prestar cuidados em casa e para continuar as sessões de fisioterapia. É muito desconfiada dos cuidados que lhe são prestados, é confusional, tem um ar de revolta e de desconfiança. (…) A família é muito grande e muito presente, é uma família satélite. (…). Tem alta prevista dentro de 1 semana/15 dias.

As formas de resolução do conflito passam, nomeadamente, pela realização de uma conferência familiar, com o doente e respetiva família, sobre as expectativas de sobrevida do doente. O objetivo é averiguar o que cada uma das partes sabe e entende do estado da doença e até onde quer ser informada acerca da situação clínica e do prognóstico, gerindo os medos, as angústias, as incompreensões, a revolta e os sentimentos de culpa. A «conspiração do silêncio» é trabalhada pela equipa multidisciplinar com os principais intervenientes (doente e família) no sentido de gerar a sua compreensão e aceitação, de os preparar para o desfecho previsível (embora sempre incerto enquanto processo), explicando e estabelecendo relações de confiança, num contexto de proximidade.

Pronto, quando acontece isso [conspiração do silêncio] tentamos organizar uma conferência familiar e debater esses assuntos para se esclarecer, para não haver mal-entendidos. Para estarmos todos na mesma sintonia. (…) mas nos temos que respeitar a opinião do doente. O doente tem direito a saber o que tem. Não é a família que diz que o doente não pode saber, o doente tem direito. É dono da sua saúde, tem direito. Pronto. É discutido, no sentido de se confirmar as expectativas do doente. Não vamos mentir, não vamos dizer que a pessoa se vai curar, ou que vai…estamos a mentir, não é?

Entrevista n.º 6 – Enfermeira

E a família… É claro, às vezes há situações que podem vir a criar conflitos, não é? Até à data já tivemos! Então, até temos, se calhar, uma queixa no Ministério Público, de uma família que se confundiu completamente. Queriam tratar da senhora em casa, até ao fim. Não conseguiram, trouxeram-na para o hospital e a partir daí tiveram brutais sentimentos de culpa, e então transferiram os sentimentos de culpa para a equipa quando a senhora faleceu. E, portanto, não permitiram ser ajudados… partiram para a…Já houve um inquérito, não sei quantos…Não sei até como é que isso está porque não estou muito… Estou preocupada porque acho que aquela família fez um luto super patológico. Nós não podemos ajudar nem eles querem. Mas, como vocês estão a dizer é verdade, isso é um trabalho que, quando há conspiração do silêncio, a conspiração do silêncio implica os intervenientes, o doente e quem está à volta dele, e têm que ser trabalhados. Portanto, vão-se fazendo progressivamente conferências familiares, umas atrás das outras, que é o que tem sido feito com o senhor X, e hoje a família aceita falar da partida de uma maneira como não aceitava há um mês atrás. Pronto… vamos tentar falar com as pessoas e preparar as pessoas para que, o doente é sempre o indivíduo que mais conhecimento tem.

Entrevista n.º 7 – Médica

Acontece. E já aconteceu mais do que uma vez, mas lá voltamos à falta de informação, ou falta de “know-how” ao nível da situação clínica própria do doente. E isso, se for explicado, as famílias acabam por aceitar, mas tem de ser explicado. Não se entuba um doente e não se explica à família o porquê, ou porque é que houve um agravamento. (…) E conforme eles vão assimilando, assimilando, vão aceitando. Agora é claro que na situação imediata, por vezes, ou porque não vieram visitar logo naquela altura, ou porque houve um agravamento súbito da situação de saúde; deparam se com a situação e revoltam-se. Mas depois devidamente explicado…eu acho que as pessoas com paciência e conversando com elas, e explicando. Entubamos, por exemplo, foi feito por este motivo, este motivo, e vai trazer bem-estar e menos dor; as famílias acabam por aceitar. (…) Estabelecer aqui uma relação de confiança com as famílias, também, para elas percecionarem que esta a ser feito o melhor para o doente, para o bem-estar dele.

Entrevista n.º 13 – Assistente Social

É assim, na minha visão o doente está no centro. Depois temos a família, a comunidade. E com isso tentar os hábitos culturais, que é a comunidade, digamos assim, também perceber e tirar os receios às famílias, mas sempre com o doente no cimo. Já tive situações onde a família queria optar por esta, e por aquela, decisão que iam contra a vontade do doente. Quando está um doente lúcido e consciente, que iam contra a vontade do doente, então tem que se tentar adaptar. Se falarmos em situações de vindas de doentes que esteja mal explicado, de situações de alta das famílias que não seja…tenta se envolver e dar lhes conhecimentos de todo o processo, de todos os apoios, só assim é que se vai conseguir levar, gradualmente, à frente e melhorar as condições e o bem-estar do doente. No cimo de tudo, temos o doente.

Entrevista n.º 13 – Assistente Social

No entanto, nem sempre se torna possível a realização deste dispositivo de negociação, de formação do acordo e de estabelecimento do compromisso, que é a conferência familiar. Existem fatores perturbadores do processo de esclarecimento e envolvimento das partes, que se prendem não apenas com a morte rápida do doente (sobretudo se tiver havido uma referenciação tardia), como também com a ausência e com a não colaboração da família, ou inclusive com uma atitude acusatória por parte desta.

(…) nós começamos a perceber que o perfil era difícil, não pensamos que fosse tão longe, mas foi. (…) mas o que fizemos foi discutir isso nas reuniões, durante para aí um mês a seguir a essa circunstância, fomos discutindo em todas as reuniões, inclusivamente optamos por tomar algumas condutas que discutimos, decidimos não dar informações, não fornecer papéis, sempre que a senhora chegasse tratá-la muito bem e mandá-la para o gabinete do utente. Fizemos um corte com a pessoa porque tivemos mesmo que o fazer porque não tínhamos outra hipótese. Primeiro englobamo-la, conversamos com ela, falamos, metemos cá dentro, duas vezes. Fomos enxovalhados até à última e portanto optamos pela outra solução.

Entrevista n.º 7 – Médica

Ao fim de um tempo de o doente cá estar, se houver possibilidade nós tentamos fazer uma conferência familiar. Para fazer o ponto da situação, para se ver qual é a sensibilidade, para se perceber como é que a coisa está a evoluir. Mas às vezes não há possibilidade de fazer isso porque a pessoa morre antes, não é? E outras vezes porque os familiares não vêm. Porque estão longe ou por condições… Nós tentamos fazer essa situação, agora, nem sempre conseguimos fazer a identificação das necessidades da família porque a família nem sempre é presente.

Entrevista n.º 7 – Médica

**Conclusão**

A – digamo-lo assim – *operacionalização* dos princípios de reconhecimento característicos de um trabalho de *cuidado* em cuidados paliativos é uma questão problemática e complexa. Problemática, desde logo, para os profissionais em si mesmos, pois estes terão de se dotar das competências e dos dispositivos pragmáticos de promoção de um trabalho de cuidados consentâneo com o «paradigma de cuidados» que defendem; mas problemática, também, do ponto de vista da análise sociológica do tema, na medida em que, tratando-se de ações profissionais em situação, a captação dos seus traços caracterizadores envolve, cremo-lo, o desenvolvimento de processos de investigação qualitativa em profundidade, a partir dos quais se possa ir progressivamente descortinando esses mesmos traços. É ainda uma questão complexa, porque se trata de observar lógicas de trabalho densas, interdisciplinares e variáveis de situação a situação, o que introduz na análise a necessidade de *seguir os atores* na sua atividade quotidiana.

A partir do trabalho realizado, pudemos constatar que um elemento central na “operacionalização” dos princípios do “paradigma de cuidados” nos hospitais pelos médicos, enfermeiros e assistentes sociais em cuidados paliativos, é a construção de arranjos sociais, dispositivos de interação apropriados à gestão de tensões específicas que ocorrem no seio do quotidiano de trabalho em cuidados paliativos. Com efeito, é pela emergência de tensões diversas entre os diferentes atores presentes no quadro das atividades quotidianas em cuidados paliativos que o carácter problemático e complexo da operacionalização de um trabalho de cuidados nos termos da “filosofia paliativa” se torna, para os profissionais, mais difícil e incerto. As tensões de que falamos são, caracteristicamente, aquelas que emergem em torno do processo de cuidados e das sucessivas opções e decisões tomadas pelos atores presentes nas situações dos quotidianos hospitalares em cuidados paliativos, as quais implicam o desenvolvimento de um trabalho significativo dos profissionais de cuidados paliativos no sentido de promoverem o mais possível o conforto do doente, atendendo às suas singularidades e idiossincrasias.

**Referências bibliográficas**

Honneth, A. (2008a). *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Les Éditions du Cerf.

Honneth, A. (2009). *La réification : petit traité de théorie critique*. Paris: Gallimard.

Ricœur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel – sociologie des régimes d’engagement*. Paris: Éditions La Découverte.

Thévenot, L. (2007). Reconnaissances : avec Paul Ricœur et Axel Honneth. In A. Caillé (Ed.). *La quête de reconnaissance – nouveau phénomène social total*. Paris: Éditions La Découverte.

Tucker, K., Jr. (1998). *Anthony Giddens and Modern Social Theory*. London: Sage Publications.

Weber, M. (1993). *Economía y sociedad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.

**Bibliografia consultada**

Boltanski, L. (1990). *L’amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l’action*. Paris: Éditions Métailié.

Boltanski, L. (2007). *La souffrance à distance – morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Gallimard.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard.

Bataille, P. & Virole, L. (2013). Quand la morale du soignant devient l’éthique du soin. Conflits éthiques et normes professionnelles en médecins de la reproduction et palliative. *La nouvelle revue du travail [En ligne]*, 2. Disponível em <http://nrt.revues.org/613>.

Boltanski, L., Thévenot, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory, 2*(3), 359-377.

Breviglieri, M. (2005). Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social. In I. Jacques (Ed.). *Le Travail Social en Débat(s)* (pp. 219-234). Paris: Éditions La Découverte.

Breviglieri, M. (2013). De la difficulté à entrer en contact. *Ambiences [En ligne], Perception – In situ – Ecologie Sociale*. Disponível em : <http://ambiances.revues.org/345>.

Honneth, A. (2008b). *La société du mépris – vers une nouvelle théorie critique*. Paris: Éditions La Découverte.

Levinas, E. (1988). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70.

Levinas, E. (1997). *Descobrindo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget.

Pattaroni, L. (2001). Le geste moral. Perspective sociologique sur les modalités du vivre ensemble. *Carnets de bord*, *2*, 67-77.

Ricœur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil.

Ricœur, P. (2011). *Vivo até à morte seguido de fragmentos*. Lisboa: Edições 70.

Thévenot, L. (1990). L’action qui convient. In P. Pharo, & L. Quéré (Eds.). *Les formes de l’action* (pp.39-69). Paris: Éditions de l’École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Thévenot, L. (1996). Mettre en valeur la nature. Disputes autour d’aménagements de la nature, en France et aux États-Unis. *Autres Temps. Cahiers d’éthique sociale et politique*, *49*(1), 27-50.

Thévenot, L. (1997). Un gouvernement par les normes. Pratiques et politiques des formes d’information. In B. Conein, & L. Thévenot (Eds.). *Cognition et information en société*. Paris: Éditions de l’École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Thévenot, L. (2001a). Pragmatic Regimes Governing the Engagement with the world. In K. Knorr-Cetina, T. R. Schatzky, & E. Savigny (Eds.). *The Practice Turn in Contemporary Theory*. Londres: Routledge.

Thévenot, L. (2001b). S’associer pour composer une chose publique. In J. N. Chopart, J. P. Blais, C. Gillio, J. Ion, H. Nogues, & G. Garin-Ferraz (Eds.). *Actions associatives, solidarités et territoires*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne.

Thévenot, L. (2009). Postscript to the special issue. *Social Studies of Science*, *39*(5), 793-813.

## 

## A construção social da infertilidade enquanto doença e problema de saúde pública: juízos, mobilizações e sentidos de justiça em situações de vulnerabilidade

Catarina Delaunay[[44]](#footnote-44)

**Uma breve incursão introdutória na temática**

É nosso propósito analisar o processo de emergência da infertilidade como problema de saúde pública, bem como a sua construção social enquanto doença, internacionalmente assim reconhecida por organismos supra-estatais, como é o caso da Organização Mundial de Saúde.

No entanto, o modo como é definida a infertilidade – ou seja, os critérios ou convenções de natureza biológica, fisiológica, psicológica ou social em que assentam os seus processos de construção pública – determina o tipo de atores sociais que se manifestam nas arenas públicas em defesa de uma mais justa distribuição do bem que é a saúde, por exemplo em termos de políticas públicas de saúde (como no caso das reivindicações dos casais de lésbicas).

As operações críticas e de denúncia de uma situação injusta ou indecente face à participação e comparticipação dos tratamentos de fertilidade, bem como às demandas de reconhecimento, entre as comunidades políticas, desse estatuto de vulnerável ou de injustiçado face a uma humanidade comum, constituem um terreno fértil para o estudo das disputas em torno de controvérsias éticas e sócio-técnicas, como é o caso do acesso aos dispositivos de Procriação Medicamente Assistida[[45]](#footnote-45).

Se alguns atores se encontram capacitados para, individual ou coletivamente, enunciarem e tornarem públicas as controvérsias, denúncias e reclamações em torno da distribuição dos bens, há outros, porém, que possuem capacidade reduzida e cujas polémicas são assim expressas por representantes ou por coletivos mediante ações públicas. Estas associações, criadas pela sociedade em torno de determinadas categorias de indivíduos, representam, dão voz e defendem os interesses e direitos, a saber, no caso do presente estudo, dos homossexuais e dos seropositivos e seus familiares (no contexto português, temos as associações LGBT como a ILGA e a Associação Abraço).

As operações críticas dos atores, que se envolvem em múltiplas mobilizações no espaço público, sejam abaixo-assinados, manifestações ou outras modalidades de intervenção (por exemplo, através de associações de doentes ou de solidariedade social), constituem um excelente ângulo de análise quando nos propomos abordar as inúmeras polémicas e controvérsias em torno de ações humilhantes e discriminantes, sobretudo quando lidamos com categorias associadas a estados de vulnerabilidade, como sejam os doentes crónicos, em particular os indivíduos seropositivos. Estamos perante operações de des-singularização (Boltanski, 1990), i.e., mediante um trabalho de denunciação e reivindicação de direitos para um coletivo – e já não assente em particularidades individuais – como forma de ganhar a adesão do Outro para o que podem ser consideradas causas públicas comuns.

Quando se discute o acesso às tecnologias reprodutivas, os indivíduos seropositivos constituem um caso paradigmático, na medida em que se coloca a questão do risco de transmissão de uma doença infeciosa, o vírus VIH / SIDA, quer ao parceiro sexual quer à criança concebida, caso a reprodução resulte do método natural (atividade coital).

De igual modo, a situação dos casais homossexuais também permite uma análise da dimensão de elegibilidade, i.e. da possibilidade de aquisição, ou não, do estatuto de cidadão-beneficiário das técnicas de PMA. A admissibilidade política do matrimónio entre pessoas do mesmo sexo, veio abrir espaço para a reivindicação do seu direito à parentalidade, entre outros aspetos, mediante o recurso à reprodução assistida.

Ocasionalmente, contudo, ocorrem formas de contestação do princípio usado nas operações de classificação, ordenação e categorização dos indivíduos, em particular no que concerne à diferenciação entre aqueles que podem ter ou não acesso aos dispositivos de procriação assistida, no âmbito da definição das políticas de saúde pública. Elevam-se assim vozes críticas e emergem controvérsias, nas quais se questiona a própria justeza e adequação da medida utilizada no trabalho de avaliar e fazer equivaler os seres que vivenciam o problema da infertilidade.

Os membros de comités de ética ou de comissões parlamentares, enquanto especialistas mandatados pelo próprio Estado, estão assim encarregues de elaborar orientações normativas assentes em prescrições morais. A igualdade de oportunidades no acesso às técnicas de PMA é um dos princípios políticos que subjaz à conceção de saúde como «bem em si mesmo», ou seja, enquanto bem que vale por si só e que é de aplicabilidade universal (Dodier, 2005). Já não estamos, pois, a falar de um «bem comum», como tal enquadrável numa das várias *cités*, organizadas em torno de princípios superiores comuns, com base nos quais se estabelecem formas de ordenação e de equivalência entre os seres e os objetos (Boltanski, 1990, Boltanski & Thévenot, 1991).

Com a transição da modernidade organizada para a modernidade liberal alargada, assiste-se à possibilidade de extensão de benefícios sociais e direitos políticos a outros públicos que anteriormente deles se encontravam desprovidos. Tal processo corresponde à construção, afirmação e consolidação dopróprio «projeto imaginado de modernidade» (Wagner, 1996), que adveio do século XVIII.Entre os exemplos, salientamos as políticas públicas de saúde como garante do acesso igualitário de toda a população a cuidados médicos de saúde – como é o caso dos tratamentos de fertilidade – independentemente da situação socioeconómica, ou seja, abrangendo também os grupos mais carenciados.

No entanto, se tivermos em consideração os princípios da liberdade e da disciplina, i.e. os dois principais tipos de narrativa que enformam o já citado «projeto imaginado de modernidade» (*ibidem*), vemos como por vezes pode ocorrer uma discrepância e até conflitualidade entre, por um lado, a autonomia do sujeito na definição do seu projeto de vida a nível de fecundidade e, por outro, os constrangimentos à liberdade reprodutiva dos indivíduos, decorrentes do enquadramento jurídico e institucional das práticas biomédicas segundo determinados imperativos morais.

Por outras palavras, a segunda modernidade confere ao homem o estatuto de «binómio empírico-transcendental», na medida em que o posiciona no centro da tensão entre determinismo e liberdade (Genard, 1999). Essas tensões e paradoxos, que decorrem de um requisito contraditório de emancipação individual e de integração numa ordem comum, podem, todavia, ser apaziguadas através do processo de subjetivação, elemento central de toda a política do *viver em conjunto*, que obedece às exigências que convêm a uma gramática de autonomia e de responsabilidade (Pattaroni, 2007).

Em situações controversas e polémicas, quando o Estado de direito moderno intervém no sentido da regulamentação do exercício da liberdade reprodutiva dos sujeitos, enformada em sistemas jurídico-políticos específicos, os critérios a que se socorre assumem, entre vários aspetos, a tutela, os direitos e o supremo interesse do nascituro. São disso exemplo, a imposição da heterossexualidade no acesso às tecnologias de PMA ou a reprovação do uso das mesmas por doentes seropositivos.

Acresce que a emergência do Estado Social, com a criação do Sistema Nacional de Saúde, não tem, todavia, permanecido inalterável ao longo do tempo. Consoante os vários contextos macroeconómicos, assim se observam avanços e recuos nas conquistas sociais, que correspondem à própria (re)configuração ou até mesmo declínio do Estado Providência (Rosanvallon, 1981).

No contexto português, a atual conjuntura de crise financeira generalizada – que tem também contornos europeus e inclusive uma dimensão global – veio questionar e até desafiar a capacidade do Estado manter determinados direitos socialmente convencionados, como seja o acesso a cuidados públicos de saúde comparticipados e aos tratamentos de fertilidade em particular, contrariamente ao que sucedia em ciclos económicos de prosperidade.

**Construção social da infertilidade como doença: emergência como problema de saúde pública**

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), um casal é infértil quando não alcança a gravidez desejada ao fim de um ano de vida sexual regular e contínua sem métodos contracetivos. Também se considera infértil o casal que apresenta ≥3 abortos de repetição consecutivos. Em termos médicos, a infertilidade é o resultado de uma falência orgânica devida à disfunção dos órgãos reprodutores, dos gâmetas ou do concepto.

Daí que o diagnóstico médico, ao atribuir uma designação e significado a uma determinada condição – a condição de corpo infértil – seja essencial no processo de construção social dessa condição particular, ao conferir existência real e legitimidade às exigências, como seja o acesso aos tratamentos de fertilidade.

Somente em 1991, a infertilidade foi considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde. O reconhecimento público, por parte de uma instância internacional, de que a infertilidade constituía uma doença e, como tal, era passível de diagnóstico e tratamento médico, teve repercussões no processo de produção, implementação e regulação das normas padronizadas quanto aos procedimentos biomédicos a ministrar, na definição dos contextos de aplicação das técnicas, bem como na determinação dos critérios de elegibilidade a serem cumpridos pelos beneficiários. É o que podemos designar de «governo da vida pelas normas» (Thévenot, 2009) aplicado à PMA. Concomitantemente, as mudanças que sobrevieram à no domínio das ciências biomédicas repercutiram-se nas diversas áreas de intervenção da Ciência e da Técnica, bem como nas próprias definições do que é considerado doença.

Acrescente-se que o próprio Estado português assumiu recentemente a responsabilidade de tentar inverter as atuais tendências demográficas caracterizadas por baixas taxas de natalidade e fecundidade, em que o número de nascimentos é insuficiente para garantir a renovação das gerações (Vide Oliveira, 2007; 2008). Foram elaboradas medidas políticas de promoção da natalidade, mediante a atribuição de benefícios sociais a casais que pretendam ter (mais) filhos e inclusive através da comparticipação de parte dos tratamentos de fertilidade, que envolvem elevados encargos financeiros[[46]](#footnote-46).

A 29 de novembro de 2007, aquando do anúncio público, pelo Conselho de Ministros, da aprovação do Decreto Regulamentar que regula a utilização de tecnologias de PMA em Portugal, foram salientadas as expectativas de «realizar 6250 ciclos de tratamento, dos quais poderão resultar mais 1400 gravidezes e, previsivelmente, mais 1750 recém-nascidos» (Conselho de Ministros, 2007).

Refira-se ainda a intenção, anunciada em finais de 2007, pelo Governo português, de expandir o acesso à Procriação Medicamente Assistida mediante um acréscimo do financiamento público correspondente, aprovado no Orçamento de Estado para 2008.De entre os encargos financeiros a serem suportados pelo Estado a partir do ano de 2008, inclusive, contemplavam-se até três ciclos de inseminações intrauterinas e um tratamento de fertilização *in vitro* ou injeção intracitoplasmática de espermatozoides, quer nos hospitais públicos, quer nos centros privados convencionados (Campos, 2008, p. 194-196).

Esses apoios do Estado foram apenas parcialmente consubstanciados em finais de maio de 2009, mediante a compartição em 37% dos medicamentos usados no âmbito dos tratamentos de fertilidade e adquiridos em farmácia. De acordo com as declarações do então Ministro da Saúde, António Correia de Campos, «são medicamentos importantes, mas não de salvação de vida […], nem essenciais para um tratamento agudo» (Carneiro & Domingues, 2007).Esse regime especial de comparticipaçãofoi posteriormente alterado para 69%, com efeitos a partir de 1 de junho de 2009, com o objetivo de tornar o acesso aos medicamentos destinados ao tratamento da infertilidade «menos dependente do estatuto socioeconómico dos casais» (Despacho n.º 10910/2009) e desta forma promover a universalidade, assegurar a equidade e garantir a parcial gratuitidade.

**Que Sociedade Decente face à PMA?**

O conceito de «Sociedade Decente» (Margalit, 2007) constitui a condição para a promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana, que devem ser respeitados em toda e qualquer circunstância. Nesta análise da sociedade decente, delineia-se inicialmente o esboço de uma teoria de justiça social – ou de uma sociedade justa – e uma discussão sobre os crescentes níveis de solidariedade (em especial a solidariedade cívica), em suma, acerca das próprias dimensões da cidadania.

Posteriormente, todavia, o ideal de sociedade justa, conceito baseado no equilíbrio entre as noções de liberdade e de igualdade, é considerado inalcançável, sendo, pois, tida como preferível instaurar uma sociedade decente. A perspetiva vai assim além da teoria baseada no primado da igualdade (*Vide* Rawls, 1993).

Uma sociedade fraterna e decente é assim uma sociedade cujas instituições não humilham os seus membros, i.e., as pessoas sujeitas à sua autoridade, e cujos cidadãos não se humilham uns aos outros (reciprocidade e reconhecimento mútuo); uma sociedade que permite a convivência com dignidade e sem humilhações (Margalit, 2007). Por oposição à humilhação, encontramos a dignidade acordada a todos, que se estende ao coletivo de cidadãos, ao mesmo tempo que confere o respeito que cada indivíduo tem de si mesmo.

A abordagem metodológica é de natureza pragmática pois, na definição da ética ou decência face a um determinado domínio, ou seja, na enunciação dos elementos potencialmente constitutivos de uma sociedade decente, tem como alvo os comportamentos a evitar ou erradicar, bem como o que deve ser rejeitado. Busca-se assim uma definição normativa de humilhação, elaborando, para tal, uma conceção objetiva, fundada nas ações e omissões praticadas pelos indivíduos, no convívio social e institucional (ibidem).

No entanto, o conceito de dignidade humana não se circunscreve à normatividade expressa pelo desenho político-legislativo. A interpretação e a aplicação das normas jurídicas não devem, pois, colidir com os demais valores e princípios superiores, que definem uma pertença a uma humanidade comum, tal como é o caso do reconhecimento e proteção da dignidade da pessoa humana.

De entre as diversas formas de humilhação, que maltratam os indivíduos ao ferir a sua respeitabilidade ou respeito de si mesmo provocando dor e sofrimento na vítima, podemos salientar a prática da desigualdade ou violação de direitos.

Como exemplo prático ilustrativo, podemos afirmar que, em 2004, o desaconselhamento do recurso à lavagem de esperma como forma de evitar a transmissão do vírus VIH / Sida levantou a questão da discriminação no respeitante à reivindicação dos direitos parentais por parte dos indivíduos seropositivos, em termos de acesso às técnicas de Procriação Medicamente Assistida.

A possibilidade da intromissão na autonomia e liberdade individuais, em particular no que respeita ao governo sobre si próprio e ao delineamento do projeto de vida em termos de maternidade e paternidade, levanta questões sobre os limites da intervenção do Estado na dimensão privada da existência dos indivíduos, tal como é salientado por aqueles que se sentem lesados ou discriminados nos seus direitos.

O sentimento de compaixão pelo ser que sofre, por aquele que é vítima de injustiça ou de humilhação, passa pela indignação quando nos colocamos no lugar do outro e entendemos o seu sofrimento. Esta ética da justiça compassiva não é compatível com a aceitação de situações de intolerância ou discriminação, com base na idade, no estado civil, na orientação sexual ou na esperança média de vida.

**Reconhecimento, cidadania e garantia de direitos**

Para avançar nesta análise, partimos das três diferentes esferas de reconhecimento social, no âmbito de uma teoria pluralista de justiça (Honneth, 2004), o amor (a necessidade de cuidado emocional nos relacionamentos amorosos), a igualdade jurídica (a exigência de iguais direitos e igual tratamento perante a lei) e a estima social (o mérito dos contributos para a sociedade em termos de relações de cooperação). Esta é a trilogia necessária para a pessoa alcançar o seu sentido de identidade pessoal e, deste modo, evitar sentimentos de desprezo ou humilhação.

Quando lidamos com o conceito de reconhecimento individual e coletivo (por exemplo, ao nível das capacidades pessoais), existe uma forte interligação deste com a noção de identidade social (Ricoeur, 2006). No que se refere à atribuição e garantia de iguais direitos de cidadania aos indivíduos, por parte dos organismos estatais, como seja no que respeita à inclusão nas políticas públicas de saúde e de usufruto dos serviços e/ou equipamentos nelas contempladas, deparamo-nos por vezes com paradoxos, limites e tensões face ao reconhecimento de uma identidade. No caso concreto do acesso às técnicas e procedimentos médicos de reprodução assistida, essa identidade encontra-se associada a uma reivindicação de orientação sexual e de género (homossexuais) ou na assumpção de um estado de doença crónica (seropositivo).

Na verdade, em termos históricos, existe uma estreita correlação entre o ideário de igualdade, liberdade e fraternidade, advindo das revoluções liberais ocorridas na Europa do século XVIII, e a consagração dos direitos universais que subjazem à pertença a uma humanidade comum. Existem, todavia, diferenças culturais e societais no que respeita à definição do conteúdo (sistema de significados) e à efetiva materialização (conjunto de práticas) desses mesmos direitos básicos de cidadania, assentes em orientações morais e normativas distintas.

A atribuição de direitos diferenciados, ou até mesmo a não atribuição de direitos (desigualdade de tratamento perante a lei), assenta assim no não reconhecimento da dignidade humana e do indivíduo como sujeito autónomo e livre, que assim se sente vítima de atos de humilhação, discriminação, desconsideração ou insulto moral por parte de uma série de agentes, em particular o poder público. Cruzam-se os princípios da justiça e da solidariedade em articulação com os da igualdade e da liberdade. O conceito de cidadania é, pois, pautado por conceções hierarquizadas das relações entre os sujeitos, demarcando aqueles que podem usufruir de determinados direitos, dos que deles são, todavia, excluídos de acordo com critérios como o estado de saúde ou a identidade de género e orientação sexual.

Como iremos aprofundar de seguida, no domínio específico do acesso à Procriação Medicamente Assistida em Portugal, a «governação jurídico-política e médica dos pacientes *adequados*»,baseia-se em critérios que delimitam, todavia, essa possibilidade e que, como tal, são passíveis de potenciar a (re)produção de múltiplas formas de desigualdade social, correndo-se o risco de não cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos para todos (Silva & Machado, 2010).

As controvérsias, polémicas e conflitualidades que eclodem no espaço público e animam o debate, remetem para demandas de reconhecimento, de respeito, de singularidade, de autenticidade e de autonomia por parte dos indivíduos ou dos coletivos que os representam, de acordo com os princípios do modelo democrático liberal.

**Direito, direitos reprodutivos e conflitualidade social: as demandas dos casais homossexuais**

No campo dos direitos, o direito à reprodução interliga-se, em estreita conexão, com outros direitos, reconhecidos quer no plano internacional (direitos humanos), quer no plano interno (direitos constitucionais fundamentais). Por um lado, os direitos reprodutivos relacionam-se com o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, englobando a liberdade de ação, autonomia individual e autodeterminação na concretização do seu próprio projeto de vida (Vide Art.º 26, da CRP e o Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 288/98, de 17 de abril de 1998).

Por outro, o direito à reprodução interliga-se com o direito a constituir família (art.º 1576º do Código Civil), que não se circunscreve ao direito de ter descendência geneticamente vinculada, mas engloba as várias possibilidades de estabelecimento de relações familiares e laços de parentesco, seja contraindo matrimónio, optando pela união de facto ou recorrendo à adoção. A estes direitos já referidos acrescem o direito à saúde e o direito à disposição sobre o próprio corpo.

No entanto, em Portugal, a questão da titularidade dos direitos reprodutivos, em termos jurídicos, não abarca figuras como a dadora de ovócitos, o dador de esperma ou a mulher que recorre à maternidade de substituição, mas sim o companheiro da mulher inseminada através de fecundação heteróloga ou a «mãe de aluguer».

Acresce que a produção do Direito tem na sua base a própria conflitualidade social. A elaboração legislativa – em termos da emergência de novas leis ou alteração das já existentes – é produto da articulação entre várias relações sociais de cariz conflitual (contradições sociais), constitutivas de um contexto social específico (Guibentif, 1993).

Tomemos como exemplo o debate público em torno do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e, após a sua aprovação legal (contrato social), a discussão acerca da reivindicação dos direitos parentais. Observamos em que medida as tensões sociais, em torno de instituições e constructos como o género, a sexualidade, a conjugalidade, a procriação, a parentalidade e o parentesco, animam controvérsias no espaço público e questionam a (des) igualdade de direitos (Almeida, 2006).

As forças sociais e os agentes socializados em confronto ou concorrência – casais homossexuais, Estado, representantes da Igreja, comissões de peritos – contribuem, a seu modo, e através de diversas formas de atuação, para o processo de publicitação das controvérsias face a uma igualdade no acesso à instituição do casamento, independente do sexo dos cônjuges. A aquisição do reconhecimento público do casamento homossexual imprimiu novos contornos e cenários às controvérsias públicas sobre o direito de constituir família.

No contexto português, as transformações sociais verificadas nos últimos anos, a nível das representações e das práticas, traduziram-se na crescente visibilidade pública positiva, no reconhecimento e aceitação social de novas formas de relacionamento conjugal e de novos tipo de famílias, incluindo as relações entre pessoas do mesmo sexo. Daí que o legislador, movido por propósitos democráticos, igualitários e inclusivos, de exigência inalienável de igualdade de direitos perante a lei como condição da própria dignidade humana – por oposição à discriminação baseada na orientação sexual – tenha procedido à reformulação do enquadramento jurídico-formal que regula o acesso dos indivíduos ao casamento civil.

Em Portugal, a controvérsia surgida em torno do acesso dos casais homossexuais à Procriação Medicamente Assistida surgiu na sequência da aprovação parlamentar do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e posterior enquadramento legal (Lei n º 9/2010, de 31 de maio). Na verdade, a legislação portuguesa apresenta alguma ambivalência e indefinição nos termos em que estabelece o recurso às tecnologias de Procriação Medicamente Assistida (PMA), nomeadamente pelo facto da diferenciação de género só ser claramente estipulada em relação às uniões de facto e não aos matrimónios. Atualmente, em Portugal, e de acordo com o estabelecido na lei que regula a utilização de técnicas de PMA, os beneficiários serão «as pessoas casadas que não se encontrem separadas judicialmente de pessoas e bens ou separadas de facto ou as que, sendo de sexo diferente, vivam em condições análogas às dos cônjuges há pelo menos dois anos» (Lei nº 32/2006, de 26 de julho, Artigo 6º).

Acresce que a lei não faz uma referência específica à infertilidade que motiva o recurso a estas técnicas, não tendo necessariamente de ser por uma causa patológica. As uniões homossexuais são «estéreis», na medida em que são incapazes de reproduzir-se. Dois indivíduos do mesmo sexo são incapazes de conceber uma criança exclusivamente através dos seus próprios gâmetas ou contribuições genéticas (excluindo a clonagem reprodutiva), sendo que o processo de reprodução/procriação exige a intervenção de um terceiro elemento, o dador anónimo.

Após a aprovação do casamento homossexual, e no decurso da 11.ª Marcha do Orgulho LGBT, realizada em Lisboa, a 19 de junho de 2010, alguns casais de lésbicas reivindicaram no espaço público o direito de acesso às tecnologias reprodutivas, nomeadamente à fecundação heteróloga[[47]](#footnote-47) pois o diploma admite a possibilidade de recurso às técnicas de PMA de casais inférteis através de doação de gâmetas de terceiros (neste caso de espermatozoides).

Concomitantemente, os responsáveis pelos centros de PMA, antecipando eventuais pedidos que pudessem vir a surgir, solicitaram um parecer ao Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), não vinculativo, que posteriormente foi enviado à comissão parlamentar de saúde. A declaração sobre esta matéria, emitida e enviada à Assembleia da República a 18 de junho de 2010 pelo CNPMA, concluiu que «não obstante o disposto na Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, atualmente o acesso às técnicas de PMA continua legalmente vedado às pessoas do mesmo sexo casadas entre si, proibição que se manterá se não for produzida, pela forma constitucionalmente prevista, uma alteração legislativa»[[48]](#footnote-48).

Apesar da necessidade de revisão da lei, referido pelo Conselho, no sentido de abarcar todos os cenários possíveis na sociedade (casais homossexuais de ambos os sexos e mulheres sós), houve o reconhecimento por parte dos especialistas ouvidos na altura, de que não existiriam ainda condições legais para avançar, no atual momento, com a resposta da PMA para os casais homossexuais. No que respeita ao escalonamento de prioridades em termos de medidas e propostas de alteração do diploma, apresentadas ao Governo, o CNPMA reclamava a instalação urgente de um centro público para a coleta, armazenamento e criopreservação de gâmetas doados por terceiros ou estabelecimento de centros de preservação do tecido reprodutivo de pacientes submetidos a terapias contra o cancro, bem como o destino a dar aos embriões excedentários para os quais não existe projeto parental ou de investigação.

O filtro do suporte financeiro irá, todavia, condicionar sempre a questão da operacionalização, para além da própria questão legal, o que se prende com a construção hierárquica de prioridades políticas e sociais (como o critério de imposição cultural da heterossexualidade), decididos pelo serviço público de saúde, pois os recursos não são ilimitados e as técnicas de PMA são dispendiosas.

O CNPMA, na declaração então enviada à Assembleia da República, procurou ainda esclarecer que a «infertilidade» é uma doença, i.e., que «para além do conteúdo jurídico que essa expressão possa ter, a mesma comporta uma natureza técnico-científica que não pode ser ultrapassada pelo Legislador, por se encontrar universalmente definida, nomeadamente pela Organização Mundial de Saúde».

A aprovação legal da igualdade no acesso ao casamento civil corresponde assim à extensão do processo liberal e democrático dos direitos para a área da orientação sexual, no sentido das uniões homossexuais já não se sentirem, «gentes remotas e estranhas», mas membros de uma «sociedade decente» (Almeida, 2006), tal como referido no discurso de Luis Zapatero para o caso espanhol.

Este reconhecimento político, pelo poder legitimado, dos casamentos homossexuais, agora abrangidos e regulamentados em termos de contrato social e, como tal, sujeitos à tutela do Estado, levanta questões sobre as consequentes aspirações à criação de laços familiares e de parentesco ou filiação, não só no caso da adoção como do recurso às técnicas de conceção assistida. A aquisição de uma identidade legitimada pelo próprio Estado possibilita – ou não – a aquisição, pelos indivíduos, de novos papéis sociais, como os de pai e de mãe.

A parentalidade é apresentada como fonte de realização pessoal e de (re) configuração identitária, mas intercruzada pelos debates incidindo na figura social da criança. Na verdade, vários saberes especializados – como a psicologia ou a medicina – são convocados a pronunciar-se sobre questões que se prendem com o bem-estar das crianças em situações de conjugalidade homossexual e homoparentalidade. Esta questão problematiza, de forma mais objetiva e premente, a distinção entre parentesco social e biológico, bem como a relação entre vínculo afetivo-emocional e vínculo genético-biológico.

Pelo atrás exposto, conclui-se como, no equilíbrio entre direitos e deveres, a igualdade jurídica perante o casamento, pressupõe, todavia, uma aplicação particularizada de outras regras no que concerne o acesso aos direitos parentais por parte dos casais do mesmo sexo, seja pela via da adoção ou do recurso às técnicas de PMA, na medida em que prevalece a imposição institucional da norma da heterossexualidade conjugal e do princípio da biparentalidade.

**Seres vulneráveis face a uma comum humanidade: os seropositivos, a condição moderna e a PMA**

De acordo com a perspetiva terapêutica da legislação em vigor, as técnicas de Procriação Medicamente Assistida destinam-se a ser utilizadas nos casos em que existe diagnóstico de infertilidade e/ou perigo de transmissão de doença grave ou malformação, de origem genética, infeciosa ou outra, à descendência, caso a fecundação ocorra de forma natural (Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, art.º 4/2).

No que concerne aos doentes seropositivos, coloca-se o risco de transmissão do vírus VIH/Sida ao embrião e de contágio do parceiro não infetado caso a fecundação ocorra mediante a atividade coital. Consequentemente, a reprodução medicamente assistida, nomeadamente através da técnica de «lavagem de esperma» seguida ou complementada eventualmente com a fertilização *in vitro* com injeção intracitoplasmática de espermatozoides, possibilita aos homens seropositivos serem pais de filhos saudáveis e sem transmissão da doença à mulher.

No entanto, em 2004, no relatório anexo ao parecer 44/CNECV/04, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) considerou reprovável o recurso à procriação assistida como forma de evitar a transmissão do VIH/Sida, face ao «risco de orfandade precoce ou a programação livre da vinda de filhos com pais doentes», segundo o princípio do melhor interesse do nascituro, que dessa forma seria privado «logo à nascença dos benefícios de que dispõem as crianças com progenitores saudáveis» (*Vide* ponto 3.3.5., p. 44 do referido Relatório)[[49]](#footnote-49).

O CNECV defendia que o princípio da subsidiariedade da utilização das técnicas de procriação medicamente assistida (Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, art.º 4/1), impedia que, por motivos éticos e pelos riscos de natureza vária envolvidos, a fecundação artificial *in vivo* e *in vitro* fosse usada por pessoas que não sofressem de problema de infertilidade ou esterilidade. Os indivíduos portadores do vírus VIH/Sida, que constitui uma doença infeciosa passível de transmissão ou contágio (ao feto e à parceira), não estariam assim abrangidos. No âmbito da fundamentação ética do regime de subsidiariedade, a par da sua finalidade terapêutica, prevalecia o princípio precaucional face a situações potenciais de risco, neste caso de orfandade precoce.

O ato de proibir ou desaconselhar o acesso às técnicas reprodutivas, por parte da categoria de seropositivos, pode ser analisada enquanto ação humilhante e discriminante no que respeita à gestão da vida sexual e reprodutiva do sujeito, como que se distinguindo entre os seres que se podem reproduzir e aqueles que não devem ser reproduzidos, com base na sua esperança média de vida. A determinação de um risco potencial de morte precoce, a partir da categorização de um estado de vulnerabilidade associada à condição de sujeito portador de doença crónica incurável, sobrepunha assim ao princípio de admissão do uso de técnicas reprodutivas com a finalidade de evitar a transmissão ao nascituro «de doença particularmente grave», bem como de resposta positiva ao desejo legítimo de ter filhos.

Este preceito normativo pode eventualmente ser explicado por um julgamento ou juízo de valor negativo face a determinados estilos de vida que continuam erroneamente a estar associados à patologia, em particular a homossexualidade, a promiscuidade ou a toxicodependência (Raposo, s.d.). Isto porque a outros doentes, com menores expectativas de vida (como os que padecem de carcinomas graves), não lhes é objetivamente negada a reprodução via sexual ou o recurso às tecnologias reprodutivas, nem tão pouco a saúde individual pode ser encarada como um dado adquirido (*ibidem*).

Quando analisamos os estados humanos frágeis e vulneráveis, na sua busca de autonomia, autenticidade e singularidade do ser, vemos como, pontualmente, o Estado intervém de forma intromissora na esfera privada da existência dos indivíduos, ao distinguir entre aqueles que podem ou não adquirir o estatuto de cidadãos-beneficiários das tecnologias reprodutivas assistidas.

**A gramática política da responsabilidade nas sociedades modernas**

A partir da segunda modernidade, a responsabilidade é abordada de acordo com uma interpretação conjuntiva, segundo a qual um homem seria forçosamente um E outro (responsável e irresponsável, autónomo e heterónomo, ativo e passivo, capaz e incapaz, livre e determinado), por oposição à configuração disjuntiva (em que era obrigatoriamente um OU outro), que dominou largamente o século XIX e a primeira metade do século XX (Genard, 1999). Ocorre assim a passagem contínua de um estado ao outro em virtude de as fronteiras se caracterizarem por uma porosidade e permeabilidade, ao mesmo tempo que as identidades se tornam mais flexíveis e móveis (ao invés de rígidas e estáveis).

Tal significa que as capacidades (poder) e competências (saber), que qualificam os seres, perdem o seu carácter objetivo e concreto para passarem a ser encaradas, segundo uma dimensão processual e num *continuum*, enquanto potencialidades frágeis e precárias, mas mobilizáveis e diversificadas consoante os diferentes indivíduos e as várias situações (Genard & Cantelli, 2008).

A articulação entre o «dever» de se ajustar às exigências normativas (i.e., evitar ter descendência) e a vontade de corresponder às expectativas sociais e aspirações pessoais (exercer um papel parental no seio de um casal) gera tensões e provoca indignação nos seres que se espera que sejam autónomos e responsáveis. A exigência de moralização dos sujeitos, no sentido de se comportarem de determinada forma socialmente aceite, transforma subjetivamente os seropositivos em seres potencialmente «incapazes» de desempenhar cabalmente o papel de pai (pelo risco latente de deixar a descendência precocemente órfã) e torna os casais femininos homossexuais seres eventualmente «incompetentes» para criar e educar uma criança (em virtude da impossibilidade de representar a figura paterna).

A delimitação do acesso aos dispositivos de procriação assistida assenta assim numa avaliação das eventuais «capacidades» e «competências» para a parentalidade dos indivíduos ou casais que pretendem conceber um filho por intermédio dessas tecnologias reprodutivas. Tal remete para as condições de exercício de cidadania, na sua vertente social e política, a partir de determinados atributos individuais como a autonomia, a responsabilidade, a liberdade ou a vontade autónoma.

Relativamente ao trabalho de «investimento de forma» (Thévenot, 1986), a figura jurídica do formulário de consentimento informado, no âmbito do recurso às técnicas de PMA, constitui um importante dispositivo institucional no quadro da escolha e da tomada de decisão, de acordo com o princípio da autonomia individual. O equipamento jurídico do acordo contratual permite assegurar um real poder e imputar responsabilidade ao sujeito, que é obrigado a decidir e a escolher, dentro de estritos parâmetros normativos, a partir das suas capacidades e competências pessoais (Genard, 1999).

Face à dimensão de risco (Beck, 1997 [1992]) e de incerteza («risco de orfandade precoce» da descendência e incerteza quanto ao tempo médio de vida), os portadores do vírus VIH/Sida enfrentam este carácter de ambivalência (Bauman, 2007) e de transitoriedade entre estados – do estado de capacitante ao estado de vulnerável e/ou vice-versa – que caracteriza a segunda modernidade. No decurso das suas trajetórias de vida, os doentes de patologia crónica, como os seropositivos, são alternadamente seres frágeis e vulneráveis – decorrente da sua condição de sujeito portador de uma doença crónica – e seres capazes e capacitantes, a quem lhes é exigido que adotem comportamentos de auto-controlo e que assumam uma «gramática da responsabilidade» (Genard, 1999) ao evitarem reproduzir-se. Na interdição do recurso à PMA como forma de evitar a transmissão da doença, o princípio da precaução alia-se ao princípio da responsabilidade.

Apesar do preenchimento dos requisitos estabelecidos pela norma, regra ou lei (situações em que se procura evitar a transmissão de doença infeciosa), o não reconhecimento do direito de usufruto de tratamentos de fertilidade, decorrente de um estado de saúde frágil, vulnerável e incerto**,** poderia ter ocasionado sentimentos de desrespeito, humilhação, injustiça e discriminação em alguns portadores do vírus VIH / Sida. O mesmo se aplica aos casais homossexuais, que se encontram ligados pelo vínculo do matrimónio, mas que por razões decorrentes da própria natureza, são incapazes de se reproduzir unicamente mediante o recurso às suas próprias gâmetas, situação essa que pode ser encarada como uma forma de esterilidade ou infertilidade, tal como contemplado juridicamente.

Quando analisamos as controvérsias e disputas no espaço público, a partir da definição dos «seres capazes e competentes»(Genard & Cantelli, 2008), é essencial refletir sobre as competências morais e cognitivas dos próprios atores, acerca da pluralidade de formas de julgamento em situação e de modalidades de envolvimento na ação, fundadas em acordos e gramáticas diversas, na esteira da Sociologia Pragmática (Boltanski, 1990; Boltanski & Thévenot, 1991; Thévenot, 2006). Daí que, na tentativa de compor uma sociedade plural em termos de sujeitos e seus engajamentos, as políticas públicas devam elas próprias oferecer essa diversidade, ao invés de os esmagar numa figura única de *boa* subjetividade (Pattaroni, 2007, p. 218).

**Considerações finais**

No que respeita aos princípios morais e ideológicos da igualdade e da liberdade, advindos do modelo democrático liberal, é de salientar o reconhecimento da dignidade humana, da identidade do sujeito e da consideração pelos seus direitos e reivindicações. No entanto, surge por vezes o sentimento de humilhação decorrente do ato de desconsideração dos direitos face a uma identidade diferenciada reivindicada por determinadas categorias ou grupos de indivíduos.

No que se refere à dimensão política do reconhecimento, vemos como a atribuição de uma identidade pública positiva ou, pelo contrário, moralmente inferior, legitima a garantia ou não de direitos de cidadania ao indivíduo por parte do Estado, que se traduz em tratamentos diferenciados e pode produzir situações desigualitárias. Os dispositivos políticos e jurídicos, assentes em orientações morais e preceitos normativos, traduzem-se no não reconhecimento do ser autónomo, livre e singular, pelo facto de não lhes serem atribuídos direitos iguais, nem ser dado o mesmo tipo de tratamento com respeito e dignidade.

Um estado de saúde débil e incerto, no caso da figura do doente crónico (seropositivo), ou um estado por vezes ainda socialmente estigmatizado, no que respeita à figura do homossexual, parecem não oferecer garantias suficientemente fortes às instâncias estatais e aos especialistas por elas mandatados no sentido de possibilitar o acesso às tecnologias reprodutivas na tentativa de deixar descendência.

O reconhecimento ou não da capacidade ou capabilidade do sujeito, mediante a distinção entre indivíduos «capazes» e «incapazes» de desempenhar um papel parental, legitima a proibição legal ou o desaconselhamento ético do acesso de determinados grupos aos dispositivos de Procriação Medicamente Assistida. Esta qualificação diferenciada, que remete para determinadas categorias de indivíduos, assenta no próprio estatuto identitário do sujeito.

A questão do que é considerado do domínio do «público» permite a intervenção dos organismos estatais em áreas que poderiam ser encaradas como pertencendo à esfera da vida privada dos indivíduos, a saber, a reprodução humana sob a forma de projetos de fecundidade dos casais. São disso exemplo, os limites impostos à liberdade e aos direitos reprodutivos dos indivíduos, que decorrem da dimensão tutelar exercida pelo poder público.

Acresce que, quando estamos perante seres frágeis e vulneráveis, concomitantemente ao respeito pela subjetividade individual do sujeito, é fulcral colocar a ênfase na ética da atenção, da solicitude e da hospitalidade.

**Referências bibliográficas**

Almeida, M. V. de. (2006). O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa sociedade decente. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 17-31.

Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa, Portugal: Relógio d’Água.

Beck, U. (1997 [1992]). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Reino Unido: Sage Publications.

Boltanski, L. (1990). *L’amour et la Justice comme compétence*. Paris, França: Éditions Métailié.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris, França: Gallimard.

Campos, A. C. de. (2008). *Reformas da Saúde. O Fio Condutor*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Carneiro, I. & Domingues, J. A. (2007). Se não há recursos para todos começamos por quem precisa. *Jornal de Notícias*, 16 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\_id=948587.

Conselho de Ministros. (2007). Comunicado do Conselho de Ministros de 29 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.portugal. gov.pt/pt/GC17/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20071129.aspx.

Dodier, N. (2005). O espaço e o movimento do sentido crítico. *Fórum Sociológico*, 13/14, 239-280.

Genard, J-L. (1999). *La grammaire de la responsabilité*. Paris, França: Lers Éditions du Cerf.

Genard, J-L & Cantelli, F. (2008). Êtres capables et compétents : lecture anthropologique et pistes pragmatiques. *SociologieS, Théories et recherches*. Disponível em http://sociologies.revues.org/index1943.html.

Guibentif, P. (1993). A produção do direito. Crítica de um conceito na fronteira entre sociologia do direito e ciência da legislação. *Legislação* *(INA – Oeiras)*, 7, 31-72.

Honneth, A. (2004). Recognition and Justice: Outline of a Plural Theory of Justice. *Ata Sociológica*, 47 (4), 351-364.

Honneth, A. (2011). *Luta pelo Reconhecimento. Para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Lacão, J. (2000). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Texto Editora.

Margalit, A. (2007). *La société décente*. Paris, França: Flammarion.

Oliveira, I. T. de. (2007). A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal. *Análise Social*, 42 (183), 471-484.

Oliveira, I. T. de. (2008). Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005. *Análise Social*, 43 (186), 29-53.

Pattaroni, L. (2007). Le sujet en l’invidu. La promesse d’autonomie du travail social au risque d’une colonisation par le proche. In Cantelli, F. & Genard, J. L. (Ed.). *Action publique et subjectivité*. (pp. 203-218). Paris França: LGDJ.

Raposo, V. L. (s.d.). Reprodução assistida e HIV – A visita da cegonha», comunicação apresentada no *IX Congresso Virtual HIV/AIDS: A Infeção VIH e o Direito*. Disponível em: http://www.aidscongress.net/Modules/WebC\_Docs/GetDocument.aspx?DocumentId=279.

Rawls, J. (1993). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa, Portugal: Presença.

Reis, F. M. & Freire, L. (2011). O direito de ter ou não ter direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 1, 127-145.

Ricoeur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.

Rocha, I. (coord.) (2010). *Código civil*. Porto, Portugal: Porto Editora.

Rosanvallon, P. (1981). *La Crise de l'État-providence*. Paris, França: Le Seuil.

Silva, S. & Machado, H. (2010). A governação dos pacientes *adequados* no acesso à Procriação Medicamente Assistida em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 62, 81-96.

Thévenot, L. (1986). Les investissements de formes. In L. Thévenot (ed.), *Conventions économiques* (pp. 21-71). Paris, França: Presses Universitaires de France.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris, França: Éditions La Découverte.

Thévenot, L. (2009). Governing Life by Standards: A View from Engagements. *Social Studies of Science*, 39 (5), 793-813.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris, França: Éditions Métailié.

**Legislação**

Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 288/98, de 17 de abril de 1998.

Decreto-Regulamentar n.º 5/2008 de 11 de fevereiro (Regulamenta o artigo 5.º e o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida). *Diário da República nº 29 – I Série*. Lisboa. Ministério da Saúde.

Despacho n.º 10910/2009, de 29 de abril (Comparticipação de medicamentos para o tratamento da infertilidade, em especial os da procriação medicamente assistida). *Diário da República nº 83 – II Série*. Lisboa. Secretaria-Geral do Ministério da saúde.

Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida). *Diário da República nº 143 – I Série*. Lisboa. Assembleia da República.

Portaria n.º 67/2011, de 4 de fevereiro (Portaria que aprova a tabela de preços para os tratamentos de procriação medicamente assistida no SNS). *Diário da República nº 25 – I Série.* Lisboa. Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

Portaria n.º 273/2012, de 5 de setembro (Portaria que atualiza a tabela de preços de tratamentos de Procriação Medicamente Assistida no SNS). *Diário da República nº 172 – I Série*. Lisboa. Ministério da Saúde.

Uniform Parentage Act. 2000. National Conference of Commissioners on Uniform State Laws.

**Pareceres do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida**

Parecer sobre a Reprodução Medicamente Assistida (3/CNECV/93).

Parecer sobre a Procriação Medicamente Assistida (44/CNECV/2004).

# 

# Capítulo III

# Decências e indecências na educação: da socialização política dos alunos à capacitação adolescente

## 

## Será a sociedade dos alunos uma sociedade (in) decente? Perspetivas, críticas e situações

José Manuel Resende[[50]](#footnote-50)

Pedro Jorge Caetano[[51]](#footnote-51)

**Contexto e aspetos metodológicos**

A escola pública secundária que serve de suporte empírico à nossa *démarche* analítica e que se nos apresenta com os seus (dis) funcionamentos e desafios concretos é uma escola decerto singular. Esta escola situa-se numa área central e prestigiada de Lisboa e tem uma longa história, um nome no mercado escolar e um “espírito” bem identificáveis. O seu carácter único advém, contudo, das diferentes modalidades de a habitar dos seus alunos, presentes nas suas diferentes práticas quotidianas de utilização dos espaços e dos tempos na escola. O modo como estes diferentes espaços são povoados e vividos está intimamente relacionado com os variados e flexíveis arranjos sociais de uso dos mesmos. Consideraremos estes arranjos sociais de uso como arranjos institucionais, se bem que o termo institucional não se reporte aqui diretamente aos aspetos propriamente político-normativos de gestão e de regulação do funcionamento desta organização escolar - a cargo da direção da mesma -, mas ao sentido precisado por Berger e Luckman (1999): uma “tipificação de ações recíprocas”. Os arranjos institucionais referem-se ao carácter normativo das interações que perfazem a ordem escolar desta sociedade de alunos e lhes serve de orientação nas suas ações recíprocas.

Apesar desta escola secundária com mais de 1.000 alunos – aqui designada Escola A – albergar uma população discente socialmente heterogénea, os alunos “típicos” que desde há várias gerações a frequentam pertencem a estratos sociais da classe média-alta com níveis culturais elevados. Uma percentagem significativa destes alunos provém de colégios particulares – após terem completado o 3º ciclo do ensino básico - e o seu objetivo é a prossecução de estudos superiores. Estes alunos marcam distintamente a imagem e os tipos de interações que têm lugar na escola. Porém, como um documento interno recente da escola aponta, os mesmos revelam “alguns problemas de adaptação e de interiorização de regras democráticas de convivência e de civismo”, sobretudo à porta da escola, na rua, que é o cenário valorizado da interação livre - dado que o acesso do interior da escola, disposta num edifício único antigo voltado para a rua, é feito por intermédio de uma pequena escadaria. Atendendo a este perfil de alunos que a frequentam, as prioridades educativas da escola concentram-se na preparação académica dos alunos e na aprendizagem da cidadania.

A revelação de que estes alunos, provenientes de meios socioculturais favorecidos, apresentam comportamentos “pouco civilizados” no seu quotidiano escolar pode parecer à primeira vista surpreendente. Na verdade, o que procuraremos demonstrar é que a sociedade formada por estes alunos poderá ser melhor apreendida à luz do conceito de “sociedade decente”, tal como proposto por Avishai Margalit (1996), do que propriamente sob o conceito de “processo civilizacional”, proposto por Norbert Elias (1990). Defenderemos que a “sociedade decente” – a sociedade em que as suas instituições não humilham os seus membros – será aquela em que os alunos não são humilhados pelos seus modelos de interação já instituídos. Com efeito, apoiar-nos-emos num conjunto de 7 entrevistas realizadas a alunos desta escola e cujos elementos de caracterização apresentamos no quadro imediatamente abaixo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Entrevista** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** |
| Designação  do aluno | Vilma | Susana | Patrícia | Olavo | Ricardo | Leonor | José |
| Ano | 12º | 10º | 12º | 12º | 12º | 10º | 12º |
| Idade | 19 | 18 | 17 | 17 | 22 | 15 | 21 |
| Classe social | EDL  (Pai diplomata de nacionalidade angolana) | TIP  (Pai músico e mãe documentarista) | PTE  (Mãe consultora e Pai eng. Informático) | EDL  (Pai empresário de nacionalidade sueca) | PTE  (Pai professor/  Arquiteto) | EDL  (Pai publicitário) | EE  (Mãe auxiliar ação educativa) |
| Curso | Ciências e Tecnologias | Línguas e Humanidade | Ciências e Tecnologias | Ciências e Tecnologias | Línguas e Humanidade | Economia | Ciências e Tecnologias |
| Associação  de Estudantes | Não | Ex-vogal | Não | Vice-presidente | Presidente | Vogal | Ex-Vice-presidente |
| Aspiração profissional | Psicologia criminal | Circo | Medicina | Academia Militar | Organização de eventos | Marketing | Dança |

As entrevistas foram realizadas no final do 3º período escolar do ano letivo 2010/11 e versaram sobre o percurso escolar dos alunos, as regras da sua experiência, as modalidades de interação dos alunos nos diferentes espaços da escola, a sua relação com as normas, o papel da Associação de Estudantes na escola, as atividades desenvolvidas e as suas impressões gerais sobre a política.

A seleção dos entrevistados – pelo método bola de neve - presidiu ao duplo objetivo de recolher uma grande diversidade de percursos escolares e de mundos pertinentes de engrandecimento bem como respeitar a representatividade estatística na escola das origens sociais dos alunos e dos cursos por eles frequentados. Deste modo, a classe dos “Empresários e Dirigentes Liberais” (EDL) e o curso de Ciências e Tecnologias dominam no conjunto dos nossos informantes. Todavia, o critério da representatividade não foi seguido quanto ao ano de escolaridade frequentado - com a dominância de alunos do 12º ano - por se ter dado preferência a outro critério de seleção: o de pertencer à Associação de Estudantes da escola (AE). As entrevistas realizaram-se numa sala da escola apenas com a presença do entrevistador e do entrevistado. Dois desses alunos, pertencentes à AE, – Susana e José, - apesar de matriculados no passado ano letivo (em anos diferentes), acabaram por abandonar a escola já no final do ano.

Com o intuito de captar o “espírito” desta sociedade de alunos na sua diversidade e perspetivas, mapeando-lhe as respetivas configurações normativas e sentidos de julgamento, procederemos a uma argumentação ao longo de 3 pontos, segundo o seguinte esquema (3 dimensões de análise): a configuração das modalidades de convivência dos alunos, nos intervalos das aulas, isto é, no recreio; a configuração presente num quadro normativo bastante regulado, como o seja o desenvolvimento do ensino-aprendizagem na sala de aula; e, finalmente, a configuração presente nas modalidades de habitar a escola. O primeiro ponto pretende dar conta da estrutura das suas interações livres, num regime de proximidade (Thévenot, 2006), o segundo ponto alarga o domínio das interações desta sociedade às relações sociais mais vastas e institucionalmente reguladas que requerem aos alunos um regime de envolvimento em plano (ibidem), ou seja autonomia e responsabilidade. Enquanto, no terceiro ponto, deter-nos-emos nas figuras do aluno habitante da escola, qual cidadão pertencente a uma comunidade escolar.

***Philia* e princípios de separação numa sociedade de (des) iguais**

Quando lhe foi pedido para caracterizar a sua nova escola, uma das alunas entrevistadas, tendo entrado para o 10º ano e por comparação com outras escolas, refere:

Na que eu estava o ano passado, as pessoas não são tão calmas, mas também tem a ver com a educação das pessoas da Portela e aqui mais de Lisboa. Acho que aqui as pessoas têm mais apoio dos pais, mais educação e lá não era tanto assim e os professores também eram tão… acho que não eram tão bons como aqui. Depois, no Liceu Camões, em termos de pessoas e de professores, acho que foi a escola onde eu mais gostei de estar: as pessoas são todas super-amigas umas das outras, não há aquele tipo de grupos que há aqui nesta escola (Leonor, 15 anos, 10º ano).

Estas afirmações mostram-nos que a aluna não considera os seus colegas como pouco “civilizados”, antes pelo contrário: faz o elogio da sua civilidade. No entanto, tal qualificação não impede que haja “aqui confusões quase todas as semanas” (idem). Nesta escola, a separação das pessoas por grupos é uma realidade desde logo vivida para quem a começa a frequentar:

Um grupo não se dá com o outro e depois acho um bocado mal aqui na escola ser assim, que ninguém se pode conhecer se não for assim; e depois os ´nerd` dão-se com os ´nerd`, os mais ´fixes` dão-se com os mais ´fixes`, acho que isso acontece aqui imenso nesta escola e na outra não: toda a gente era amiga, toda a gente se conhecia e não havia problemas… Aqui há, lá não (idem).

A aluna descreve estas “confusões” da seguinte forma:

(...) normalmente, quando no intervalo, toda a gente vai lá para fora; depois, ali no meio da escola, arranjam confusões: se alguém não gosta de alguém, depois chateia-se e …depois… É assim, os rapazes são mais brutos, eu acho, mas também acontecem essas coisas com as raparigas, de virem… Por exemplo, no princípio deste ano, já aconteceu comigo do nada… É um bocado para dar nas vistas, não sei, mas não sei se pensam que assim vão ser mais conhecidos ou…de certeza que acabam por não ser conhecidos pelas melhores razões, mas… (idem).

As “confusões” geram-se numa “luta pelo reconhecimento” (Honneth, 2007), cujo móbil é o seu desejo de adquirir uma boa reputação na escola. Um aluno bem reputado torna-se assim um aluno ´fixe`, alguém que procurará dar-se com outros ´fixes` ou passar a congregar à sua volta outros alunos que, não sendo ´fixes`, são alunos denominados de ´normais`.

Dos ´fixes` não há só um grupo, há vários; depois separam-se e depois criam rivalidades, mas as pessoas que são mais normais - nem toda a gente se conhece - separam-se um bocado; depende, uns gostam mais de uma coisa ou que são mais amigos e não gostam do outro e também se separam; e depois há aqueles que são mais ´góticos`

- Incluídos, no dizer da nossa informante, no grupo dos ´estranhos`, o qual abrange ainda os ´nerds` (pessoas que se isolam), pessoas de artes e um punhado de casais homossexuais *- e isso tudo; normalmente estão todos juntos”* (Leonor, 15 anos, 10º ano).

A luta pela distinção tem como efeito o traçar de uma divisória dicotómica na qualificação dos alunos: “há os populares e os não populares” (*idem*). À diferenciação vertical – populares: ´fixes`; e não populares: “normais` e ´estranhos` - junta-se a diferenciação horizontal dos diversos grupos, rivais ou não, que se constituem por afinidades eletivas: de pessoas e de estilos. Não obstante, a dinâmica dos grupos oculta, em parte, uma diferenciação de origem de classe no seu seio, a qual contribui para produzir uma classificação dos grupos em diferentes estratos hierárquicos: “*os ´rebeldes` têm os carros, os ´betinhos` encostam-se aos carros… Exatamente. Os ´betinhos` vão para lá para dizer que são amigos dos ´rebeldes`. Depois há aqueles que são os que estão cá em baixo, pronto, as pessoas ´normais` como eu digo* …” (Susana, 18 anos, 10º ano). Os ´betinhos` imprimem a sua imagem de marca na escola, no dizer de uma outra aluna:

Eu diria que é uma escola de `betinhos`. As pessoas são snobs … Eu acho que há escolha em relação a como é que tu te vestes e coisas do género: se vestes bem ou assim podemos ser amigas. Parece que elas veem como te vestes ou classe social; como tu te vestes não tanto assim, mas eu acho que não são tão snobs assim. A minha turma não é assim tão snob, mas eu vejo as pessoas nos intervalos, a forma como se dão” (Vilma, 19 anos, 12º ano).

Ser oriundo de uma classe social privilegiada e ter muitos conhecimentos (Ricardo, 22 anos, 12º ano) são condições facilitadoras para se ocupar uma posição de destaque nesta sociedade de alunos, mais precisamente, nesta particular configuração societal de alunos. Porém, e relativamente à situação de classe, tal como afirma Maria Manuel Vieira no seu estudo *Educar Herdeiros* (2003), importa assinalar que nos encontramos mais próximos de uma constituição de «grupos de status», segundo a terminologia weberiana, do que propriamente de classes: “O mesmo é dizer que um grupo de indivíduos pode partilhar uma mesma situação de classe, mas possuir uma diferente «situação de status»” (Vieira, 2003, p. 72), visível pela forma como domina determinados tipos de gestos ritualizados expressivos, como se veste e compõe os adereços ou como circula, aborda e coloca a voz.

Estas particularidades distintivas adquirem um maior significado quando nos confrontamos com os critérios de inclusão nos grupos dos ´fixes` e consequente aquisição de status: as qualidades de beleza física (Leonor, 15 anos, 10º ano), o “falar com toda a gente” (Susana, 18 anos, 10º ano) ou o facto de exibir o automóvel ou a moto no parqueamento em frente à escola (parqueamento pago), contribuem para o protagonismo dos seus agentes. Neste particular, sobressaem os ´rebeldes`, normalmente junto dos veículos de um deles – o líder: “*por exemplo, o que tem o carro, é sempre mais o líder do grupo, os outros andam todos atrás deles*” (Leonor, 15 anos, 10º ano).

Os ´rebeldes` constituem um grupo, composto pelos ´fixes` e pelos ´normais` que lhes estão associados, notabilizados por uma imagem de “*bad boy”* que, eventualmente poderá ocasionar comportamentos de desvio. “*Chumbam imensas vezes*”, “*têm mais interesse em escolher roupa ou então em baldarem-se às aulas para irem para a praia e ficarem bronzeados*” (idem). Esta autonomia relativa face ao sistema escolar (Vieira, 2003, p. 384) é secundada por frações dos grupos dos ´betinhos` - ´fixes` que não têm uma imagem de ´rebeldes`, mas que pretendem capitalizar as suas redes de sociabilidades junto dos ´rebeldes`, que “*normalmente estão lá fora ao pé dos carros, dos mais velhos, a ouvir música alta*” (Leonor, 15 anos, 10º ano). Mormente, as frações populares dos ´rebeldes` provêm, em boa parte, dos colégios particulares da capital, onde incorriam nos «benefícios de um maior enquadramento e vigilância» (Vieira, 2003, p. 560), desfrutando agora, contudo, de uma grande liberdade de atuação.

Um outro traço distintivo da lógica de integração nos grupos é o facto de “*aqui nesta escola, para uma pessoa ter pinta tem que fumar*”, “até tenho colegas meus que até podem deixar de comer só para fumar” (Leonor, 15 anos, 10º ano):

Todos os intervalos a fumar, vão a correr às vezes; tenho pessoas da minha turma que vão a correr para poderem fumar um cigarro e têm a minha idade, portanto, com quinze anos. Não acho normal uma pessoa já ter esse vício, e eu sei que isso não acontecia antes de eles virem para esta escola. Toda a gente diz que começou a fumar quando veio para esta escola e é um bocado influência de tudo: “tu és fraco, para ter pinta tens que fumar”, que eu acho que não é mesmo, eu não fumo e acho que não faz sentido, uma pessoa fumar só para ter tudo (Idem).

Fumar é um ritual de socialização integrador, realizado nos intervalos das aulas, contribuindo para a convivialidade entre alunos de diferentes estratos sociais e ao acumular de um capital de sociabilidade. Não obstante, este ritual comum não deixa de simbolizar a relativa superficialidade do convívio (Lopes, 1997) e ocultar as barreiras de status socialmente existentes. Na verdade, “os efeitos de incorporação [dos ´betinhos` nas escolas secundárias públicas] raramente… parecem ser suficientemente poderosos para renegar uma identidade social já fortemente consolidada” (Vieira, 2003, p. 565):

Já tentei criar amizades com muita gente e muitas vezes eles negaram porque… por medo. Têm medo de ter alguma ambiguidade, porque é assim, eu dou-me bem com toda a gente, com pobres e com ricos. O que é que acontece? Há muitos meninos ricos ali que não se dão comigo, porque eu também me dou com os pobres (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

No entender do mesmo aluno, o Presidente da Associação de Estudantes, que polariza os alunos da escola em ´pobres` e ´ricos`; estes últimos gozam de uma posição já institucionalizada na “sociedade dos alunos”, formando uma elite, o que significa, na realidade, que a sociedade dos alunos é estruturada segundo uma ordem imune à ordem do mérito escolar:

… as pessoas são muito elitistas, têm muito dinheiro e não gostam de ser vistas dentro da escola, porque eu, pronto, não me importo de dizer: já ´tive em casa de alguns amigos meus aqui, que têm um autêntico salão de jogos em casa, uma sala de cinema em casa - que é uma coisa que eu já vi naqueles programas americanos e fiquei surpreendido, por muita gente aqui em Lisboa ter, prontos, ter o seu cinemazinho em casa e têm, prontos, é piscina… Têm, digamos assim, grandes casarões e muita riqueza e, prontos, muitos já vêm de carro e de mota e… Mas, muitas vezes acabam por ser eles os pobrezinhos, porque não têm tanto tempo para a escola, mas há muito essa imagem: se forem vistos dentro das escolas, dentro da escola são como os miúdos pobres, ou seja, se repararmos, muitas vezes são os miúdos com menos bens, ou aqueles que, pelo menos, vêm de famílias assim um pouco mais pobres que ficam todos cá dentro. O que é que aconteceu? Eles gostam muito de separar dessa gente, gostam de ser muito elitistas, ir sentar-se ou encontrar-se junto ao carro do amigo, porque o amigo já tem carro e vão ficar ali todos num grupinho encostados, ou junto às motas. Prontos, gostam de formar esses grupinhos e, infelizmente, sempre foi assim nesta escola (idem).

É neste contexto de fortes clivagens de status, estruturadas por grupos agonísticos, dentro e fora da escola, que os alunos vão-se socializando e individuando. As afinidades eletivas constituem-se, não só à prova das vicissitudes dos acontecimentos quotidianos, mas também e, sobretudo, à prova das diferenças de status. Por isso mesmo, o reconhecimento dos amigos joga-se fundamentalmente na dinâmica protetora dos grupos. Aqueles que agem motivados por uma conceção de “comunidade imaginada”, animados por uma visão normativa de pertença a um mundo de fraternidade universal, agindo segundo um modelo de *philia* alargada, têm maior dificuldade em se orientar nesta cartografia de grupos, como é o caso da aluna Leonor:

Não, eu tento dar-me…por exemplo, com o máximo de pessoas diferentes, acho que não deve haver grupos, odeio grupos, tento sempre variar; no intervalo estou com uma pessoa, no outro estou com outra, em vez de me inserir no grupo das ´fixes` ou do grupo das meninas ´fixes` e isso tudo. Nunca gostei disso (Leonor, 15 anos, 12º ano).

Conheço algumas pessoas de mais grupos e isso tudo; porque alguns são da minha turma, outros já conhecia ou assim, mas não conheço. Por exemplo, não sou de estar dentro de um grupo e conhecer toda a gente, conheço pessoas de um grupo e do outro e isso tudo e normalmente… ninguém faz questão de pertencer a um grupo ou isso, às vezes também me sinto um bocado: estar sempre a trocar, acabo por não saber quem é que são os meus verdadeiros amigos. (idem).

Outros, porém, observam a sociedade por um prisma agonístico, assimilando-a a um território de tensões e de gestão das adversidades, tal como se evidencia no discurso deste aluno:

(…) ‘tamos numa escola, é normal não haver respeito por todos. Só que, para ser sincero, também nunca ninguém se chega… Prontos, eu sei disso, porque ninguém tem lata para se chegar à frente e dizer na cara. Não me respeitam, mas eu sei disso de outras pessoas. Por isso… Até hoje ninguém teve lata para chegar à frente e dizer na cara, ofender-me ou dizer isto e aquilo. É através de outros. Chegam-me aos ouvidos. E é engraçado, é que são essas pessoas que às vezes me ofendem, eu dou-me com elas na mesma. Faço-me passar por… Faço de conta que não sei de nada. São aqueles sorrisos amarelos, dão-se comigo, mas, depois nas costas dizem mal. Mas, no final, eu sei tudo (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

**Crítica e individualidade. Da *ambliopia* dos agentes e da *flexibilidade* do juízo**

Se os alunos constituem uma ordem social fora da escola irredutível à ordem escolar, dentro da escola, contudo, a ordem escolar acaba por prevalecer, mesmo quando constantemente ameaçada por ocasiões de indisciplina:

… os primeiros dias de aulas é sempre para testar os professores. É uma coisa normal, é animalesca, somos animais, vamos testar a paciência daquela pessoa e a partir dai é que começamos a desenvolver… Gosto de testar a forma, ou seja, é aí que eu avalio o que é que um bom professor ou um mau professor, ou seja, se um professor tem flexibilidade e pergunta porque é que eu fiz isso, porque é que estás a agir dessa maneira, ou… se até tem uma dose de humor e… e me manda uma brincadeira; no final, eu digo: “ah o professor até é ´fixe`”. Eu fiz uma brincadeira má, mas ele até conseguiu responder a uma brincadeira boa, ou seja, eu… prontos… deixou-me numa posição de… lamento, ou seja, eh pá … lamentei ter tido esta atitude com o professor (idem).

Agora muitas vezes os professores acabam por não fazer isso, acabam por prejudicar o ambiente na sala de aula, porque interrompem as aulas por tudo e mais alguma coisa: porque estão ao telemóvel, leitor de mp3, porque este está a mandar papelinhos; é normal, e por vezes prejudica o ambiente da sala de aula; mas também há aqueles professores que não interrompem a aula… e é engraçado porque o que acontece é… são os próprios colegas que acabam por… por intervir com os colegas que estão a fazer asneiras, aqueles próprios colegas que querem estar atentos na sala de aula, que querem fazer os trabalhos, querem ouvir o professor (idem).

O problema da indisciplina e do desafio à autoridade do professor por certos alunos coloca em evidência as diferentes relações com as normas dos agentes em presença. A relação entre as pessoas é particularmente tensa, devido às diferentes interpretações que cada uma faz do exercício da sua autonomia individual. O aluno estudioso autónomo e cumpridor de **todas** as regras da sala de aula é uma entidade praticamente abstrata, uma vez que poucos respondem a esse ideal. O docente tem defronte de si a humana e complexa tarefa de lidar, não só com o “aluno médio”, mas simultaneamente com pessoas concretas e singulares que demandam o reconhecimento da sua individualidade enquanto agentes. Assim, o ´bom professor`, “*para além de uma pessoa que saiba dominar as matérias todas com exatidão, acho que também tem que ser uma pessoa que se saiba adaptar a cada aluno, tem que ser interessado nos alunos, porque nem todos somos iguais* (Leonor, 15 anos, 10º ano). Nem todos são iguais também no interesse que detém pela disciplina e um “*um bom professor, para já, tem de saber cativar os alunos*” (Patrícia, 17 anos, 12º ano); de conseguir “chegar até eles”; em suma, de se interessar por os compreender, de tomar a iniciativa de querer desenvolver uma relação positiva com eles.

Não obstante, esta demanda para “além da justiça” (Heller, 1986) tem de ser compatibilizada com uma estrita uniformidade na administração da norma, dado os adolescentes serem extraordinariamente sensíveis às diferenças de tratamento para consigo e à sua volta. Deste modo, os tratamentos preferenciais poderão ser considerados humilhantes, quer para os alunos negligenciados quer para os alunos beneficiados dos mesmos, como nos relata a aluna Patrícia:

Depois, nós as duas, por exemplo, ‘tavamos atentas, ‘tavamos a ouvir e fazíamos os trabalhos; e depois os professores, se calhar, davam-nos um pouco mais de atenção a nós, porque ‘tavamos mais atentas. Nisso, também recrimino um bocado os professores, se calhar, deviam tentar perceber mais porque é que os outros não estavam atentos. Mas pronto, nós ‘tavamos um bocadinho mais atentas, eles davam-nos atenção e, às vezes, falavam demasiado bem demais de nós aos outros: ‘ai têm que ser mais como elas’, ‘ai não sei quê deviam ser como elas’, ‘ai que elas estudam e não sei quê’. E, se calhar, isso também nos deixava um pouco à parte do resto da turma, porque, ‘ah, são as certinhas’. Este ano não, mas o ano passado: ‘ah, são as certinhas, têm as boas notas, são os ´chuchus` dos professores’. Acontecia com todos. Mas não éramos nós que queríamos ser as certinhas, era mesmo a nossa maneira de ser, nós fomos… Foi assim que nos ensinaram e, se calhar, afastou-nos um bocado do resto da turma (Patrícia, 17 anos, 12º ano).

Tendo feito grande parte da sua escolaridade numa escola privada - o Liceu Francês -, esta aluna confidencia-nos as suas impressões do seu primeiro contato com a escola:

Aqui, quando eu entrei no 11º ano, foi um pouco o choque, porque me apercebi que era uma realidade completamente diferente... Por exemplo, telemóveis no Liceu Francês era impensável. Eu cheguei aqui, toda a gente com telemóvel. ‘Tá bem. Não posso fazer nada, mas era uma realidade completamente diferente da minha. E a maneira como eles falavam com os professores também me fazia um pouco de confusão (idem).

E se no Liceu Francês os telemóveis nem sequer entram na sala de aula, nesta escola, estes dispositivos também deveriam estar desligados. “S*upostamente. Que é o que consta no regulamento interno. Nunca estão. Não há ninguém que tenha o telemóvel desligado na sala de aula. Agora, é partir… Acho que parte de cada um*” (*Idem*). Não existindo uma aplicação universal da norma, a regulação das condutas fica entregue aos sentidos que cada um atribui à sua autonomia, pois se “*há muitas coisas que estão escritas no regulamento interno, também há muitas coisas escritas na lei… cabe às pessoas cumprir ou não; agora é assim: há flexibilidade e juízo por parte das pessoas*” (Ricardo, 22 anos, 12º ano). Pois, no seu entender, os alunos têm já capacidade de assumir as responsabilidades pelos seus próprios atos. Mas, se todos optam por utilizar o telemóvel na sala de aula - adquirindo o ato de ´teclar` uma virtude mecânica -, a flexibilidade e o juízo de cada um objetivam-se doravante no bom senso e no respeito tácito de o ir usando discretamente, isto é, com **decência**:

Eu penso que os professores sabem que os alunos estão sempre a enviar mensagens. Eu acho que tem a ver com nós sermos discretos ao enviar mensagens ou meter debaixo da mesa, ou tem o caderno ao lado e a professora não vê, ou quando a professora está de costas viradas, coisas do género. Não queremos também ser explícitos e mandar em frente à professora. Seria uma falta de educação para com a professora (Vilma, 19 anos, 12º ano).

Ora, o panorama que se decifra dos relatos dos alunos dá-nos conta do seu permanente desassossego com a questão dos telemóveis e da sua incapacidade em os utilizar com parcimónia: com a leitura e o envio de mensagens na sala de aula a acontecer de modo quase irrefreável, seja pela curiosidade de acompanhar uma conversa com um amigo, seja por causa do aborrecimento que as matérias letivas lhe provocam; muitas das vezes os professores procuram ser flexíveis fingindo que não veem. O modelo de *philia* dos alunos vai tomando conta da sala de aula nestes momentos e os conflitos sucedem-se, à imagem do incidente mediático acontecido numa escola secundária do Porto, em 2008[[52]](#footnote-52). Quando questionados, alguns dos alunos acabam por reconhecer, como é o caso da Leonor:

(...) que os professores não devem permitir, porque aquilo, realmente, estarmos sempre a mexer no telemóvel vai prejudicar o que nós estamos a aprender, não estar concentrados e isso tudo. Se calhar, alguma coisa que depois passa, e depois estamos mais preocupados em que o professor não veja o nosso telemóvel, do que estarmos propriamente a ouvir o que o professor está a dizer, mas eu acho que é importante que os professores não deixem (Leonor, 15 anos, 10º ano).

Porém, tal opinião não é compartilhada por todos, pelo que o assunto é gerador de controvérsia entre os mesmos. Não havendo um acordo local e formalizado dos alunos quanto ao assunto, permanece a polarização dos argumentos, divididos entre as «duas narrativas da modernidade» (Wagner, 1996): entre a liberdade e a responsabilidade deixada a cada um para o seu uso e a disciplina assente na sua proibição efetiva.

Na verdade, a problemática dos telemóveis vem colocar a nu as intrincadas matizes que revestem o processo de individualização nas sociedades modernas, se o entendermos enquanto processo de emergência da individualidade, um efeito constitutivo da “convergência de diversas modalidades de autonomia, das quais a crítica é o instrumento tal como uma das suas manifestações” (Costa, 2011, p. 201). Efetivamente, os objetos de controvérsia reproduzem-se e multiplicam-se, nomeadamente, acerca da linha de demarcação entre a esfera pública e a esfera privada, sujeita a várias interpretações dos atores em confronto, isto é, docentes e discentes. Um desses casos relaciona-se com os limites à indumentária a usar no interior da escola e é-nos descrito pelo Presidente da Associação de Estudantes:

Agora é assim, existem os chamados calções de banho, prontos, normalmente eu quando compro calções - os rapazes aqui compram calções de praia -, é assim, dão para as duas coisas. Isso é uma das coisas, eu compro aquele género de calções, porque dá tanto para andar na rua como para usar na água, ponto final. E há professores que às vezes embirram com isso. Porque são calções de praia. Não! Estes calções não são de praia (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

Importa referir que, ao insistirmos numa interpretação analítica centrada no conceito de individualidade e de autonomia, nos inclinamos, deste modo, para a rejeição da abordagem “culturalista” dos comportamentos juvenis, uma perspetiva largamente dominante nas Ciências Sociais. Consequentemente, não nos apoiamos aqui no poder descritivo atribuído vulgarmente às culturas juvenis, caras aos estudos sobre a juventude. Ao invés, concordamos com Marta Nunes da Costa, quando a autora refere: «from a liberal democratic point of view the subsumption of the individual under the universal category of “culture” or “identity” is illegitimate» (Costa, 2011, p. 202). Atentemos nas palavras da aluna Patrícia:

Até porque a minha turma do ano passado era muito pior do que esta, então foi um choque. Foi o maior choque da vida. As notas eram muito mais baixas, esta turma tem mais os meus objetivos, ou seja, mais de metade, quase metade da turma quer entrar em Medicina, também já é outra modalidade de notas, e de trabalho e isso (Patrícia, 17 anos, 12º ano).

Em vez de uma cultura partilhada, o que se verifica é os objetivos é que são partilhados.

De resto, os nossos entrevistados excelem nas suas críticas, apontando a sua mira não somente à sua realidade mais próxima, mas, e sobretudo, a realidades mais distantes, como é o caso do Ministério da Educação. De fato, quando a aluna Vilma refere a falta de exigência como uma das lacunas do ensino público em Portugal e é questionada sobre as responsabilidades desse estado de coisas, logo aduz:

Eu não acho que seja aos professores, eu acho que é o Ministério da Educação, do jeito que formou o sistema. Por exemplo, no sistema francês tu tens de passar a todas as disciplinas, tu não podes deixar disciplinas por atraso. Aqui os alunos podem: no 12º, têm disciplinas por atraso. Por exemplo, eu me desleixei, eu deixei, eu basicamente abandonei a matemática do 10º ano, porque eu já não aguentava o sistema, não gostava. Cheguei ao ponto que já não ia às aulas, mas agora já mudei o curso, assisti às aulas, vou fazer exame, vai correr tudo bem. Mas antes não, no sistema francês tu tens de terminar todas as disciplinas; se não terminas ficas mais um ano a fazer, não te vão deixar passar com disciplinas em atraso. Eu acho que se o sistema português aplicasse esse método como os outros países na união europeia têm, de certeza que a taxa de sucesso seria muito maior (Vilma, 19 anos, 12º ano).

A condição privilegiada que boa parte destes alunos detém ecoa na sua facilidade de acesso a informação sobre outros sistemas educativos através de amigos, familiares e, inclusive, de experiências diretas concretas em escolas estrangeiras (fora e dentro do país). Se a aluna Vilma tem oportunidade direta de comparar o sistema português com o grego e o francês, a aluna Susana compara o português com o americano:

Eu acho que devia ser mais dinâmico, mais opções de escolha, porque, por exemplo, em humanidades só há duas escolhas: escolhes francês ou espanhol, ou geografia e literatura, economia também deve ser assim parecido, geografia ou qualquer coisa parecida, ou historia: geografia e história. Acho que devia ser mais dinâmico, que as pessoas deviam ter as disciplinas que gostam mais e não as disciplinas que já estão inscritas. Ora vais para humanidades, vais ter que ter isto e aquilo, tens que fazer isto. Depois as pessoas vão para lá e não percebem nada daquilo, não gostam. Acho que é assim, por exemplo, as minhas amigas que foram estudar para os Estados Unidos fizeram exatamente isso. As disciplinas lá - elas estão a fazer o 11º -, foram elas que escolheram as disciplinas que quiseram. Eu acho que é aceitável. Depois chegou cá a Portugal e não lhe deram as equivalências todas que ela merecia (Susana, 18 anos, 10º ano).

O aluno Olavo compara o sistema educativo português com o sueco:

Por exemplo, a minha irmã ‘tava aqui em Portugal com média de doze a Humanidades, doze ou onze, foi para a Suécia a meio do 12º, ou seja, perdeu os três anos que tinha feito cá, ‘teve um ano a aprender a língua, aprendeu quatro línguas, Italiano, Espanhol, Sueco e mais outra que já não me lembro e… Foi o Inglês, acho. E depois foi para Ciências e Tecnologias, acabou com média dezanove e agora ‘tá na faculdade de medicina (Olavo, 17 anos, 12º ano).

O aluno Ricardo, já com 22 anos e com várias experiências profissionais no currículo e desenvolvendo os seus próprios projetos e investimentos, quando questionado sobre a possibilidade de se candidatar a uma licenciatura, lança, por sua vez, o seu olhar crítico à sociedade portuguesa:

Qualquer coisa, licenciatura… essa é outra coisa que, na Finlândia, nos países Nórdicos, não há. Ser licenciado lá é um bónus, é um suplemento. O que interessa é que uma pessoa, quando não está a trabalhar, queira trabalhar e saiba trabalhar, ponto final. OK, se és licenciado ainda melhor, não é um requisito. Aqui em Portugal, é o que eu digo, daqui a dois ou três anos, até para ir fritar batatas para o McDonalds é preciso uma licenciatura ou engenharia da fritadeira… é preciso saber mexer numa fritadeira, ter um curso superior para manipular uma máquina de fritar batatas… é que já falta pouco, aí é que está. Nós vemos os países nórdicos que, ir para a faculdade, mesmo nos Estados Unidos, é uma coisa… de difícil acesso. É só para aqueles bons e para aqueles que realmente querem ir e seguir uma vida…

Estas breves transcrições são elucidativas da capacidade destes jovens produzirem uma crítica em “subida” de generalidade (Boltanski & Thévenot, 1991). Mas, elas também demonstram que cada um faz a sua crítica alinhando-se e tendo como referente uma projeção do percurso singular que vai desenhando para si. Desta forma, a aluna Vilma clama por maior disciplina, rigor e objetividade na orgânica curricular, a aluna Susana por maior liberdade de escolha nas combinações da oferta curricular, enquanto os alunos Olavo e Ricardo advogam por uma reorientação profunda das finalidades do sistema educativo, o que significa que estes alunos são portadores de ideias próprias. Tal como a aluna Leonor, a qual, tendo como referência o mundo cívico (ibidem), propõe a retirada das primeiras faltas disciplinares com trabalho comunitário (Leonor, 15 anos, 10º ano). Poder-se-ia pensar que estes alunos apresentam uma desenvoltura argumentativa incomum na sua coorte de alunos, todavia mesmo aqueles que pretendem a eliminação das aulas de substituição, como nos conta esta última aluna, que os critica, são coerentes com o seu desinteresse e falta de investimento escolar:

Não concordo quererem acabar com as aulas de substituição. É mesmo para pessoas que estão aqui na escola… é porque não querem estar na escola. Não…acho, que não custa nada. Se estamos nas aulas temos uma aula de substituição. Dizem que não, o professor pode não ter nada a ver com isso, mas ao menos, aproveitar para estudar na aula. Não acho que faça sentido acabar com as aulas de substituição em vez de irmos para a rua (Leonor, 15 anos, 10º ano).

As críticas têm como referências determinadas gramáticas públicas: cívica (Leonor), mercantil (Ricardo), inspirada (Olavo), industrial (Vilma) (Boltanski & Thévenot, 1991) ou de projeto (Susana) (Boltanski & Chiapello, 1999) e não revelam *necessariamente* uma cultura adolescente partilhada.

**A comunidade (in) decente**

Fazer parte de uma determinada coletividade implica um conjunto de obrigações e benefícios para os seus membros, podendo aquele assumir o formato jurídico-político de uma combinação de deveres e de direitos. Fazer parte de uma sociedade decente acarreta necessariamente a proteção dos seus constituintes a humilhações e crueldades que podem ser evitáveis por parte das instituições dessa sociedade. E, no entanto, tal revela-se ainda insuficiente, pois existem deveres de participação e de solidariedade que se impõem a cada um dos elementos que a compõem. A sociedade não é exterior ao indivíduo nem se apresenta já feita e numa ordem imutável perante um qualquer espetador. Ao contrário, a sociedade é constituída por múltiplos arranjos sociais que requerem uma colaboração ativa dos membros da coletividade, os quais são convidados a dar-lhes forma, a engrandecer a vida em comum e a velar pelo bem comum – o interesse comunitário. Como nos refere a nossa entrevistada L: “*Nós, se calhar, é que temos que fazer um bocado a nossa parte*” (Leonor, 15 anos, 10º ano). Que fazem os alunos pela escola? Que fazem os alunos para a tornar um local agradável, eficiente e acolhedor? Quais as atividades em que os alunos se envolvem, nomeadamente, as atividades organizadas de alunos para alunos?

Como observámos atrás (pág. 8), pela fala do presidente da Associação de Estudantes, este queixava-se de que os ´meninos ricos` se forem vistos dentro da escola são como os miúdos pobres:

É assim, primeiro é muito mau, porque a maioria destas pessoas não vivem da escola ‘tão-se a ‘cagar’ para a escola. Desculpe lá a palavra… Mas, é literalmente isso. São pessoas com muita riqueza e fazem muitas atividades por fora e basicamente vêm à escola ter aulas e saem da escola para ir fumar, para ir ao café, ou seja, não se importam de pagar mais um euro ou mais cinquenta cêntimos pelo mesmo bolo, mas só porque é lá fora… Ou seja, acabam… Acabam por, literalmente, por odiar a escola. Se forem vistos na escola é mau. É uma desgraça para eles (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

Efetivamente, a maior parte dos alunos habita a escola de passagem, permanecendo dentro da mesma apenas a duração dos tempos letivos. Nos intervalos acorrem massivamente para a rua e, depois das aulas, entregam-se às atividades extra-curriculares pagas pelos pais ou, simplesmente, retornam a casa. A aluna Vilma, por exemplo, conta-nos que na sua anterior escola pública “*entrava às 08,05h e só voltava para casa às 17,00h, e o intervalo são cinquenta minutos. Cá é uma a duas horas, é diferente* (Vilma, 19 anos, 12º ano). A jovem envolve-se num grupo de jovens ligado à igreja Católica. A aluna Patrícia, por sua vez, pretende cursar Medicina e seguir uma carreira. Frequentando em simultâneo as aulas de piano, é inequívoca:

Mas a minha prioridade é a escola. Obviamente. Se eu tiver que pensar, vou estudar piano ou vou estudar para a escola, tenho sempre que estudar para os dois, mas se tiver aflita de tempo e tiver que optar, obviamente estudo para a escola, mas porque o piano é um pouco o escape da escola. Não tenho tempo nenhum” (Patrícia, 17 anos, 12º ano).

Olavo, extremamente crítico para com o que denomina de egocentrismo da sociedade contemporânea, refere: “*Eu acho que tenho demasiadas preocupações para me preocupar com o A. Acho que primeiro tenho que me preocupar com os outros: o bem-estar no geral* (Olavo, 17 anos, 12º ano). As suas preocupações e curiosidades pelo comportamento das pessoas e da evolução das sociedades levam-no para níveis analíticos tão gerais e abstratos que o impedem de se dedicar com convicção às questões locais como as da escola. Isto, apesar de ser o vice-presidente da Associação de Estudantes:

Não faço grande coisa, o Ricardo é que gere aquilo. Eu por acaso admiro a capacidade de trabalho que o Ricardo tem, porque se dedica realmente àquilo… O Ricardo é o presidente, gere tudo, arranja patrocínios, o Ricardo vive para aquilo, balda-se às aulas todas para estar lá e eu admiro isso nele. Há quem goze, eu não, porque, por exemplo: “eh pah, vocês gozam porque não experienciaram, é algo em que ele acredita e esforça-se para o manter assim naquele nível”, portanto olha, o pessoal aplaude (Ibidem).

A confiança e admiração expressas por Olavo relativamente a Ricardo, não se traduzem neste. Ricardo desabafa:

Mas, é assim, tenho perdido o meu altruísmo, porque, exatamente por causa dos vandalismos que têm acontecido, por causa das pessoas não se preocuparem em saber da escola, ou seja, nós como Associação de Estudantes estamos aqui para eles e eles não ‘tão aqui para nós. (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

Os atos de vandalismo aludidos por Ricardo são atribuídos àqueles “meninos ricos” que não fazem da escola a sua vida: os ´rebeldes`:

(…) porque é assim: muitos dos alunos que são ricos e isso tudo, muitas vezes eram eles que mijavam no chão e mijavam no sítio mesmo onde se lava as mãos e isso tudo. Eram esses meninos ricos… Aliás, muitos dos que pintaram os balneários e isso tudo, muitos dos que vandalizam e isso tudo, são esses meninos ´queques`. São esses meninos que vêm de grandes famílias e depois andam aí armados em rebeldes e associados a claques de futebol. Sim, porque há aí muita gente, amigos meus - que eu fiquei espantado! -, que são novos amigos, digamos assim, novos conhecidos, e são eles que andaram aí a pintar as paredes da escola e que andam aí à noite a pintar a rua. E são tipo… Nasceram com tantas regras em casa, quando apanham um momento de liberdade, saem dos colégios, são uns libertinos autênticos. São dos que mais vandalizam e eu tenho apanhado… (Ibidem).

Para além da depreciação e destruição do património escolar, “*quando não está lá ninguém da associação desaparecem coisas… ou então, por exemplo, deixamos aquilo aberto um bocado e são capazes de pegar numa coluna - também já aconteceu pegarem numa coluna, partirem aquilo tudo -, não percebo porquê, mas…”* (Leonor, 15 anos, 10º ano). Vandalismo, roubo, indiferença, fraca mobilização pela defesa cívica dos direitos dos alunos, a função da Associação de Estudantes afigura-se difícil:

É assim, primeiro, é muita bom trabalhar numa Associação de estudantes quando os próprios estudantes apoiam a Associação de estudantes, ora, se não existe esse apoio, eu não posso ‘tar’ a defender os direitos dos alunos quando houve duas ou três manifestações, prontos, neste ano letivo, por causa das escolas ‘tarem’ mal, mesmo quando a escola não tem funcionário e os próprios alunos não se… Prontos, não se juntam por uma causa. Ou seja, eu apresento uma proposta, apresento uma resolução e no final sou eu e mais quatro ou cinco colegas que nos preocupamos com isto, temos que ir à Assembleia da República, falar com a (…), e apresentar isso tudo. Ou seja, nós somos cinco alunos que ‘tamos’ a trabalhar em prol de mil e duzentos, portanto, se calhar, no final deviam ser esses mil e duzentos que se deviam juntar todos com a Associação de estudantes e lutar. Ora, é bom trabalhar numa Associação de estudantes, quando os estudantes também apoiam a Associação. Depois, é bom também quando… (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

A sociedade dos alunos parece ser, aos seus olhos, extremamente individualista e fracamente participativa. O líder e rosto da Associação lamenta:

É uma escola difícil para ter uma Associação de estudantes. Não nos dão valor. Não nos dão valor, porque eles têm mais valor em casa. Têm Playstation 3, de seiscentos euros, plasmas, projetores, piscinas. Ou seja, não valorizam o que a Associação de estudantes faz. Porque isso é, às vezes, vemos algumas escolas de bairro e miúdos de bairro que aparecem aqui, que ficam fascinados pela nossa Associação de estudantes, porque temos sofás, temos computador, temos televisão, temos assim alguns patrocinadores por trás, tentamos fazer este tipo de atividades para aqui, para ali, mesmo assim fazemos poucas porque a direção não deixa. Não é por falta de recursos que a nossa associação não anda mais para a frente, é mesmo por falta de direção. Se eu pudesse fazer coisas sem todos os dias ‘tar a perguntar à direção, a entregar projetos, eu acho que conseguia fazer muita coisa, era só fazer telefonemas, às vezes” (ibidem).

Um outro obstáculo ao trabalho da Associação é a direção da escola, no entender do aluno. Pois, se há atividade que conta com a forte adesão dos alunos, neste estado de coisas, são as festas: o centro fulcral de celebração da fraternidade entre os mesmos, transfigurador da comunidade escolar. Isto mesmo é corroborado, pela aluna Susana a qual, no mesmo diapasão de Ricardo, nos comunica:

É o dinamismo, mostrar como é que se faz festas giras. O Ricardo consegue sempre não gastar muito dinheiro, gasta sempre algum dinheiro, mas ele tem assim um dom para dar a volta aos comerciantes. Era para tentar mostrar às pessoas que nem tudo o que há na escola é mau, mas pronto, a imagem continua sempre a ser a pior… **A imagem continua sempre a ser a pior, a escola serve só para estudar**” (Susana, 18 anos, 10º ano).

Eis, pois, uma outra forma de habitar a escola e de promover uma sociedade de iguais. Mas, as razões da direção são bem conhecidas e prendem-se com o facto de haver conflito de interesses entre as atividades cívicas e empresariais de Ricardo. Este justifica-se: “*dizerem que eu ganho dinheiro com isso… é normal*” (Ricardo, 22 anos, 12º ano).

Retenhamos, porém, que as modalidades de Ricardo e de Susana de habitarem a escola divergem, apesar dos dois se envolverem ativamente na vida da escola. Ricardo, além da responsabilidade do cargo institucional que ocupa – um cargo que lhe confere poder -, tem em vista a escola também como um campo de oportunidades, sempre à espreita de juntar à sua carteira de empreendedor mais uma ideia de negócio. Nas suas palavras: “g*osto desta escola. Quer dizer, gostava mais se pudesse fazer moldar a escola à minha maneira* (*Idem*). Trata-se de uma curiosa combinação de ambição política e económica. O seu objetivo é deixar a sua marca na escola e de produzir ações visando a visibilidade nesta. Susana, por seu turno, afirma-se “*ligada aos voluntariados, coisas de moda, de cultura, tudo o que fosse manifestações*” (Susana, 18 anos, 10º ano), envolvendo-se incessantemente em novos projetos: festas, causas cívicas, política, ou apoio às pessoas mais vulneráveis (voluntariado com crianças no IPO de Lisboa).

Estas modalidades minoritárias de habitar a escola, se bem que não seja necessariamente uma inevitabilidade, têm os seus custos: faltas às aulas, insucesso escolar. Tanto Ricardo como Susana confessam não gostar de estudar. Têm outros planos para o seu futuro. O mesmo não acontece com Leonor Esta aluna, ao invés de Patrícia, completamente focada no seu objetivo de tirar uma média que lhe permita o ingresso numa Faculdade de Medicina, dá-se a conhecer desta maneira: “*normalmente as pessoas centram-se só numa coisa, eu, por acaso, gosto de ter sempre, gosto de experimentar tudo*” (Leonor, 15 anos; 10º ano). Privilegiando o envolvimento cívico nas suas ações - à semelhança de Susana, sendo, contudo, aluna razoável (“*Tenho notas razoáveis: só tenho uma negativa a matemática*” (*Idem*) -, Leonor *descobriu* o mundo dos invisuais nesta escola[[53]](#footnote-53). Há pouco tempo, levada pela amiga Susana, começou a frequentar o ateliê de cerâmica:

Eu nunca tinha lidado com o barro, nem nada desse género. Nem nunca fui dada às artes nem nada. Mas eu, por acaso, estou a adorar. E é super diferente, porque os invisuais conseguem fazer coisas muito mais perfeitinhas do que eu consigo e eles nem sequer veem. Só com o toque e isso tudo fazem coisas giríssimas e para conhece-los mesmo como pessoas, ficamos todos amigos, é muito… (ibidem).

Os deficientes visuais, que curiosamente acabam por assumir uma grande invisibilidade na escola no que concerne às necessidades de interação, as quais, em uníssono, são uma reivindicação de todos os alunos. Leonor relata-nos o “afastamento” ou exclusão que os mesmos experimentam na sociedade dos alunos:

Eu acho que os invisuais sempre foram… Mesmo as pessoas, não tentam falar com eles, parece que têm medo de estar… Exato, afastam-se imenso e eu não concordo com isso. Mesmo aqui na escola, isso acontece um bocado. Há uns que sim, que falam com eles e isso tudo, mas, depois também há outros que são desinteressados e isso tudo. Eu, por acaso, faço parte do ateliê de cerâmica que há aqui na escola com os alunos invisuais. A S. - que também acho que já fez a entrevista, eu e ela fomos saber se podíamos entrar e isso tudo -, porque eu acho que eles também precisam um bocado de… Exatamente, pessoas que consigam… temos que inserir as pessoas que, se calhar, não são iguais a nós ou têm mais problemas e isso tudo. Não têm que ser as outras a pensar que as outras pessoas têm que vir falar connosco (ibidem).

Não é de surpreender, portanto, que os mesmos continuem a sentir na pele o estigma do rebaixamento, como se depreende das palavras da aluna Vilma:

Conheço alguns e estivemos a falar com eles [para um trabalho de Área de Projeto do 12º ano]. Nós propusemos a eles várias atividades e eles: “ah não sei”. “Mas nós estamos a fazer isto para vocês, nós queremos motivar-vos”. Nós todos temos dificuldades, mas não podem se deixar abalar pelas dificuldades, têm que lutar por elas, não podem deixar parados, nem todos são assim, tipo, tem muitos que querem participar, “sim, sim”; mas tem muitos também que não querem saber para nada, tipo ser rejeitados” (Vilma, 19 anos, 12º ano).

A minoria que estes alunos representam, a par dos 15 alunos a frequentar o curso profissional, por serem tão diferentes, permanece na penumbra – são invisíveis. Por exemplo, estes últimos têm quase todas as aulas numa sala do último piso da escola, distantes de todos restantes. São, pois, social e espacialmente segregados.

**Notas conclusivas: rearranjos convenientes como propostas para a promoção de políticas de decência**

No final deste percurso pelos vários arranjos sociais dos alunos e pelas suas diferentes modalidades de envolvimento deparamo-nos com uma realidade marcada por múltiplas tensões no seu seio. O desrespeito pelas convenções, o rebaixamento e as humilhações fazem parte do quotidiano dos alunos. E aqui convém referir que a sociedade dos alunos não produz necessariamente mais humilhações, nem maior mal-estar do que a sociedade geral onde aquela se inclui. Mesmo no interior da escola existem outros atores que sofrem deste mal-estar: os professores e os funcionários. Neste pequeno texto concentramo-nos somente na sociedade dos alunos, os alvos atuais das críticas mediáticas que se indignam pelos seus comportamentos indecentes, postados no *Youtube* e apresentados a uma larga audiência pelos canais televisivos. A sua extrema visibilidade atual e as fortes campanhas públicas dedicadas ao fenómeno do *bullying* contrastam com o sofrimento vivido silenciosamente por muitos professores. Neste sentido, a nossa contribuição visa trazer um pouco de luz sobre estes fenómenos, de um ponto de vista sociológico, fornecendo para tal uma série de pistas para a sua adequada compreensão analítica bem como descortinar algumas propostas para a sua atenuação. Recorremos para este efeito a uma escola e aos relatos produzidos pelos seus alunos.

Da exposição e descrição que levámos a cabo pudemos verificar que os arranjos sociais formados pelos alunos variam, na mesma escola, consoante os cenários de interação vividos. Estes cenários operam enquanto quadros normativos (Goffman, 1973) ou situações (Goffman, 2010), requerendo por parte dos alunos uma pluralidade de regimes de envolvimento, segundo a conveniência da situação vivida (Thévenot, 2006). Assim, o quadro normativo do recreio difere daquele instituído na sala de aula e ainda do que se refere da participação conjunta nas atividades da escola.

Partindo das mais recentes discussões fomentadas pelas obras de John Rawls e que, cruzam as inovações do debate teórico introduzido, no contexto anglo-saxónico, por Amartya Sen (2010) e Avishai Margalit (1996) e, no contexto germânico, por Axel Honneth (2007), com o programa da sociologia pragmática francês elaborado em torno de Boltanski & Thévenot (1991), perspetivamos as diferentes ordens de interação presentes nos diferentes quadros normativos como arranjos sociais. Se Sen (2010) se dedica a equacionar os arranjos sociais mais justos, Margalit (1996) introduz o conceito de arranjos sociais decentes numa abordagem para além da justiça, com o intuito de minorar a crueldade, a humilhação ou a opressão que atingem as pessoas pela ação destes arranjos sociais. Neste sentido, estes sentimentos, defendemos, não se devem na sua raiz a problemas de natureza inter-pessoal, mas, ao invés, requerem uma investigação sociológica. Outro ponto importante na nossa abordagem relaciona-se com a recusa às aproximações das culturas juvenis em prol de uma sociologia dos regimes de envolvimento.

Ao detetarmos como os arranjos sociais dos grupos, constituídos no modelo de envolvimento da *philia*, produzem uma estratificação estatutária na interação dos alunos; e reconhecendo que essa estratificação ocasiona opressão nas relações de convívio entre os alunos, com as dificuldades destes em aceitar as diferenças do outro que lhes está fisicamente próximo; não podemos deixar de desejar pela introdução dos reajustamentos mais convenientes para minorar os efeitos negativos deste envolvimento de proximidade. Poder-se-ia argumentar que os próprios alunos vão, com o tempo, fazendo os reajustamentos pessoalmente mais convenientes a esta ordem de interação; que, ao faze-los, por ensaio e erro, vão maturando as suas faculdades e cumprindo as etapas da sua individuação autonomamente. Porém, nem todos poderão faze-lo com sucesso, sobretudo os mais tímidos, influenciáveis e dependentes. Será que o cenário de alunos a fumar à entrada da escola, nos intervalos, cigarro após cigarro constituirá um panorama aceitável numa sociedade decente? Ou deixarmos votá-los à lei do darwinismo social? Pensamos que esta atitude não é aceitável. Tal como acontece no arranjo social identificado na sala de aula, o qual causa mal-estar nos alunos e nos professores; ou ainda na indiferença da maior parte dos alunos para com a escola e nos atos de vandalismo praticados.

Em nosso entender, a promoção de uma sociedade de alunos decente implica inevitavelmente um envolvimento responsável para com o próximo, nomeadamente o estranho, pelo compromisso de estudar e pelo lugar onde habitamos. A promoção da decência relaciona-se com a conveniência de certos rearranjos nas modalidades de envolvimento dos alunos. São rearranjos que procuram tornar os alunos mais humanos, autónomos e fraternos.

No quadro seguinte deixamos algumas propostas desses possíveis rearranjos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Arranjo** | **Indecente**  **(efeitos das configurações**  **das interações)** | **Tornar decente** |
| Grupos constituídos na *philia* | Rivalidade entre grupos “diferentes” e invisibilidade dos cegos e alunos do curso profissional | Promoção de iniciativas que visem efetuar “check-up’s” para a deteção de aspetos que possam constituir uma maior vulnerabilidade em cada um |
|  | Fumar | Restringir entradas e saídas – melhorar espaços comuns da escola para os alunos aí permanecerem |
| Relação com as normas | Provocações dos alunos (desinteresse) | Flexibilidade (ambliopia) dos professores, não cedendo ao autoritarismo |
| Critérios de avaliação | Subjetividade da avaliação | Objetividade da avaliação (excluir dos critérios de avaliação o comportamento e a participação na aula) |
| Habitar a escola | Indiferença pela participação em atividades comuns da escola | Implementar uma política de acolhimento dos alunos novos na escola (amparar os recém-chegados) |

**Referências bibliográficas**

Berger, P. & Luckman, T. (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa, Portugal: Dinalivro.

Boltanski, L. & E. Chiapello (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris, França: Gallimard.

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991) *De la Justification. Les Économies de la Grandeur*. Paris, França: Gallimard.

Costa, M. N. (2011) *Redefining Individuality*. V. N. de Famalicão, Portugal: Edições Húmus.

Elias, N. (1990). *O Processo Civilizacional* (2ºvol). Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote.

Goffman, E. (1973). *Les Cadres de l`éxperience*. Paris, França: Éditions du Minuit.

Goffman, E. (2010). *Comportamentos em lugares públicos*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Heller, A. (1986). *Além da Justiça*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Honneth, A. (2007). *La Lutte Pour la Reconnaissance*. Paris, França: Éditions du Cerf.

Lopes, J. T. (1997). *Tristes Escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano.* Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Margalit, A. (1996). *The Decent Society*. Harvard, EUA: Harvard University Press.

Sen, A. (2010). *A Ideia de Justiça*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.

Vieira, M. M. (2003). *Educar Herdeiros. Práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*. Lisboa, Portugal: FCG/FCT.

Thévenot, L. (2006). *L`action au pluriel. Sociologie des regimes d`engagement*. Paris, França: La Découverte.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les Deux Crises de la Modernité*. Paris, França: Métailié.

## 

## Efeitos metodológicos da capacitação adolescente: questionamentos críticos a propósito de uma pesquisa em espaço escolar

Maria Manuel Vieira[[54]](#footnote-54)

**Introdução**

Nas sociedades contemporâneas a escolarização é, sem dúvida, uma das provas (Martuccelli, 2006) omnipresentes em cada trajetória individual. Com efeito, a generalização da frequência escolar junto dos mais novos como etapa obrigatória de preparação para a vida, à qual se soma, recentemente, o convite junto dos mais velhos para o regresso intermitente à instituição escolar como condição de “empregabilidade” ao longo da vida, coloca a escolaridade num lugar central entre o sistema estandardizado de provas na contemporaneidade. Massificados, o alongamento dos estudos e os diplomas associados adquirem novos significados: não só se tornam atributos indispensáveis de evitamento da exclusão social, como também passam a constituir ingredientes do processo de validação de si, dado o acréscimo do peso social e subjetivo que os seus vereditos assumem, para os indivíduos (Martuccelli, 2006).

Simultaneamente, a escolarização constitui-se também como um novo laço de filiação (Cicchelli, 2001) entre pais e filhos. Como vários autores demonstram desde Philippe Ariès (1973), a frequência escolar obrigatória e duradoura e, especificamente, o capital escolar que ela permite adquirir, “é um elemento dominante da estruturação do laço familiar contemporâneo” (Cicchelli, 2001). Como se sabe, na contemporaneidade a tarefa de validação de cada um dos descendentes foi em grande medida subtraída à família e transferida para a instituição escolar (Singly, 1997). Ora, para que tal validação seja atingida, é imprescindível o próprio mobilizar-se por forma a obter sucesso educativo e, assim, acumular capital escolar. Mas o trabalho dos pais afigura-se também essencial: este passa a consistir, em boa medida, na promoção do sucesso escolar dos filhos por via de um investimento e esforço que implica um conjunto de práticas educativas (apoio, informação, acompanhamento, vigilância) propícias “à produção de um indivíduo com um elevado rendimento escolar” (Cicchelli, 2001, p. 37).

Como sublinha Singly, nesta nova paisagem educativa o valor social da família passa a depender cada vez mais do valor escolar de cada um dos seus membros. Nesse sentido, pode afirmar-se que a progressiva generalização do alongamento dos estudos vem reforçar a dimensão de aluno que os filhos (também) representam, ao mesmo tempo que vem sublinhar a importância do apoio parental na escolaridade dos descendentes. Por outras palavras, a experiência da escolaridade implica *reciprocidade* geracional*.*

Foi justamente esta relação e este enfoque que quisemos aprofundar, no contexto de uma pesquisa recentemente concluída que envolveu, entre outros protagonistas sociais, pais e filhos adolescentes. Para o concretizar, assumimos que a abordagem mais adequada para captar a reciprocidade pais-filhos em termos de relação com a escolaridade seria, em termos metodológicos, o cruzamento de perspetivas inter-geracionais.

No entanto, no decurso da pesquisa constatámos algumas fragilidades e limitações no acionamento deste procedimento metodológico, não previstas inicialmente, no que se pode enquadrar no conhecido padrão de “serendipidade” descrito por Merton (1970). Segundo este autor,aquele refere-se “à experiência bastante comum da observação de um dado imprevisto, anómalo e estratégico, que se transforma em causa para o desenvolvimento de nova teoria ou para a ampliação de uma teoria já existente, ou ainda que origina uma pressão sobre o investigador para que dê um novo rumo à pesquisa, a fim de ampliar a teoria” (pp. 172-173). Embora não chegando tão longe na ampliação teórica referida, a experiência de “serendipidade” (Merton, 1970) associada a esta pesquisa provocou, no entanto, uma reflexividade teórico-metodológica que servirá de pano de fundo a este texto, tendo como *pivot* interpretativo o efeito da capacitação adolescente sobre a pesquisa empírica.

**Do projeto ao terreno**

O projeto que serve de base ao exercício de crítica teórico-metodológica aqui partilhado incide sobre escolhas realizadas por jovens alunos em contexto escolar. Sob o lema de “O futuro em aberto: incertezas e riscos nas escolhas escolares” este projeto,[[55]](#footnote-55) recentemente concluído, pretendeu articular algumas das propostas teóricas da individuação (Beck, 1992; Martuccelli, 2006) ao processo de orientação vocacional e às escolhas escolares. O seu objetivo foi o de estudar os processos que envolvem as opções e as decisões escolares num dado ponto de viragem (ou “turning point”, como apelida Hughes (1993)) que é a transição para o ensino secundário. Sendo este um verdadeiro “momento crítico” (Giddens, 1994) imposto institucionalmente aos estudantes – a obrigatoriedade de fazer uma escolha vocacional à entrada do ensino secundário - com profundas implicações futuras nas biografias dos jovens alunos, a entrada no ensino secundário pode trazer consigo dúvidas e angústias suscetíveis de acompanhar a experiência escolar ao longo deste nível de ensino. Entender, do ponto de vista dos estudantes, os percursos e processos de (re)definição e apuramento de projeto(s) de vida e possibilidades de futuro fabricadas por via escolar foi um dos focos centrais de análise deste projeto. Nele se inclui o conhecimento das redes familiares, amicais e escolares mobilizadas como fonte de informação para a escolha, bem como o apuramento das diferentes influências que estas redes exercem, a par de outros recursos informativos, no aconselhamento e orientação dos jovens.

Para o entendimento destas questões, e no que concerne a pesquisa empírica, o projeto envolveu procedimentos de recolha de informação de tipo extensivo e intensivo, documentais e não documentais, quantitativos e qualitativos. Com propriedade, pode-se afirmar que foi adotada uma metodologia duplamente cruzada assente, quer em diferentes escalas de observação[[56]](#footnote-56) e sua articulação entre o macro e o micro – ou “trânsito de escalas” (Brandão, 2007) –, quer em diferentes atores geracionalmente posicionados (pais, professores e orientadores escolares, por um lado; alunos, por outro), todos eles envolvidos direta ou indiretamente na sucessão de “provas” de que se compõe a construção de um percurso escolar e de uma escolha vocacional.

No que se refere especificamente ao conhecimento dos processos de orientação e aconselhamento que consubstanciam o apoio parental à escolha escolar dos filhos, enquanto expressão do (novo) laço de filiação entre pais e filhos alimentado pela frequência escolar duradoura, concebemos um procedimento metodológico pautado pelo cruzamento dos dois pontos de vista geracionais sobre um mesmo processo – o processo de escolha escolar. Parecia-nos fazer sentido cruzar perspetivas geracionais como forma de captar as dimensões dessa reciprocidade.

Com o conjunto de pressupostos teóricos já referidos em mente, traçámos no nosso projeto um plano metodológico que previa entrevistas individuais semi-diretivas a jovens estudantes do ensino secundário e aos respetivos pais, realizadas separadamente para garantir o anonimato das respostas. Supúnhamos que, ao desenhar um plano envolvendo uma metodologia de entrevista cruzada, assente num guião contendo perguntas transversais às duas figuras de entrevistados, iríamos beneficiar das potencialidades que antevíamos neste procedimento.

Por um lado, e tratando-se de uma abordagem de tipo qualitativo, o cruzamento de diferentes olhares sobre o mesmo processo assumia a forma de “triangulação” (Denzin & Lincoln, 2000), apresentando amplas vantagens epistemológicas enquanto elemento (alternativo) de validação. Como afirmam aqueles autores, “a combinação de procedimentos metodológicos múltiplos, de materiais empíricos, de perspetivas e observadores num mesmo estudo é melhor entendida, assim, como uma estratégia que acrescenta rigor, ênfase, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer inquirição” (ibidem, p. 5). Constituindo a triangulação “uma mostra simultânea de realidades múltiplas e refratadas” (ibidem, p. 6), o cruzamento de dados assim obtida pela via da recolha de informação através de fontes diversificadas (os pais e os filhos) não teria como objetivo reconstituir uma *pretensa verdade* (parcialmente) escondida nos discursos de cada um dos entrevistados, mas sim estar mais bem munido para lhes descobrir a *sua* verdade (Cicchelli, 2001).

Associada a esta potencialidade, o cruzamento inter-geracional de perspetivas sobre o mesmo tema prometia ainda vantagens teóricas.Isto porque a multiplicidade de perspetivas e observados facilita o trabalho de distanciação (necessária) do pesquisador face às interações narrativas estabelecidas com cada um e, do exercício de contraste geracional de versões narrativas pode decorrer importantes *insights* sobre domínios ainda insuficientemente explorados do ponto de vista teórico. Neste caso, prevíamos antever conhecimento acrescido sobre o fabrico quotidiano e relacional da individuação[[57]](#footnote-57) e, em particular, desvendar a parte que as transações e interferências socializadoras mútuas (Cicchelli, 2001) entre pais e filhos adolescentes desempenham nesse processo.

Por último, o procedimento metodológico cruzado concebido sugeria ainda potenciais vantagens analíticas. Com efeito, a recolha individual e separada de testemunhos de pais e filhos sobre processos de escolha escolar e construção de projetos de vida por via académica em que estão envolvidos permite apurar a pertinência e relevância que o mesmo acontecimento tem para os diferentes atores implicados, e o grau de importância que cada um dos ingredientes que o compõem assume aos olhos de cada um. Nesse sentido, este procedimento permitiria reconstituir roteiros comparativos de pertinência inter-geracional, o que confere mais densidade analítica ao estudo empreendido.

**O adolescente como “go-between” entre o investigador e a família – imprevisibilidade social e reflexividade teórico-metodológica**

No entanto, e face às expectativas criadas, desde cedo fomos confrontados com os limites deste procedimento metodológico, em duas frentes principais.

A primeira não diz tanto respeito ao modelo metodológico concebido, mas refere-se sobremaneira às opções processuais assumidas pela investigadora. Trata-se de conhecidas limitações que a pesquisa empírica pode enfrentar, para as quais de resto os sociólogos são amplamente alertados pelos variadíssimos manuais de métodos e técnicas de investigação disponíveis no mercado. São elas limitações que se prendem com os constrangimentos colocados à investigação científica pelas *condições sociais de observação*, sobretudo no contexto interacional da entrevista, por implicar uma situação de co-presença. Ao decidir realizar integralmente[[58]](#footnote-58) as entrevistas aos adolescentes a frequentar o ensino secundário, terei porventura condicionado negativamente o grau de disposição à confidência narrativa junto dos entrevistados. Existindo uma clara diferença geracional entre estes (alunos cujas idades variaram entre os 16 e os 21 anos) e a entrevistadora (eu própria, com a idade dos seus pais), até que ponto essa eventual colagem da entrevistadora à figura parental não terá refreado, pelo involuntário efeito hierárquico e estatutário assim imposto, uma narrativa de si mais espontânea e alongada por parte dos mais novos? A exploração comparativa dos testemunhos recolhidos junto de pais e filhos evidencia de facto algum contraste entre, por um lado, uma certa forma implícita de “empatia geracional educativa” estabelecida entre encarregados de educação e entrevistadora, que terá espoletado o ato comunicacional e facilitado o recurso, por parte dos entrevistados, a inúmeras estratégias narrativas incluindo as de “contestação” (muito mais frequentes nas entrevistas que realizei aos pais, a propósito de situações entendidas como de injustiça escolar para com os filhos); e, por outro, uma mais nítida economia comunicacional (com contornos próximos da figura de “relutante na resistência” à confidência, descrita por Gubrium & Holstein (2001)) por parte dos entrevistados mais novos, envolvendo lógicas discursivas de “proteção” (revelação minimal dos episódios escolares e dos processos de decisão a eles associados), pelo facto de eu poder ser conotada com o mundo adulto e, eventualmente mesmo, ter relações privilegiadas com representantes da instituição escolar frequentada[[59]](#footnote-59).

Porém, o segundo tipo de limitações enfrentadas no decorrer da pesquisa empírica revelou-se mais problemático, pois comprometeu gravemente os objetivos do plano metodológico concebido e obrigou à sua posterior reformulação - mas, simultaneamente, conduziu também à busca do entendimento das causas sociais de tais limitações, o que constitui um estimulante exercício de imaginação sociológica, com repercussões vantajosas na ampliação do conhecimento assim produzido. Trata-se, neste caso, de reações inesperadas que, pela sua importância, condicionaram o decurso da empiria, e suscitaram uma intensa reflexividade teórico-metodológica, o que configura o referido padrão de serendipidade da pesquisa empírica sobre a teoria: a “pesquisa empírica frutífera não apenas comprova hipóteses decorrentes da teoria, como também dá origem a novas hipóteses. É o que se pode apelidar de elemento de “serendipidade” da investigação, ou seja, a descoberta, por casualidade ou por sagacidade, de resultados válidos não previstos” (Merton, 1970, p. 172).

Tais imprevistos dizem respeito ao acesso aos pais dos alunos. Partindo do espaço escolar e do acesso privilegiado que aí usufruímos graças a parcerias de geminação científica estabelecidas entre o então Observatório Permanente de Escolas-ICS-UL[[60]](#footnote-60) e algumas escolas secundárias públicas, concebemos um plano de entrevistas que integrava, numa primeira etapa, o acesso a um conjunto de alunos selecionado, por intermédio dos quais se previa posteriormente aceder aos respetivos pais. Logo após a realização de cada entrevista individual com o aluno, era-lhe entregue uma carta em mão, pelo investigador, dirigida a qualquer um dos progenitores solicitando entrevista. Ao jovem era pedido que a fizesse chegar ao destino, sensibilizando os pais para o tema e para a concessão de entrevista, crucial para se entender a opinião dos pais sobre a vida escolar dos seus filhos, a escolha de curso e as expectativas quanto ao seu futuro profissional. Era ainda reafirmada e garantida a total confidencialidade do conteúdo da conversa tida com o jovem, que não seria de todo revelada ao progenitor a entrevistar.

Ora, contrastando com o notável sucesso obtido na angariação de alunos a entrevistar por via do trabalho do professor de contacto e dos diretores de turma em cada escola, reunindo o nº de entrevistas previstas segundo o perfil desejado (8 alunos por cada uma das três escolas, rapazes e raparigas, do 10º e 12º ano, a frequentar cursos científico-humanísticos e cursos profissionais, sempre que possível), verificou-se o insucesso avassalador na angariação dos pais através deste procedimento – das 24 cartas entregues, apenas duas foram respondidas.

Se o sociólogo está seguramente alertado para os resultados não esperados da pesquisa empírica, para os imprevistos que a tarefa de produção de conhecimento científico sobre o social pode suscitar, a verdade é que nem sempre esses imponderáveis são devidamente constituídos em objeto de reflexão no corpo da pesquisa. Considerados (indevidamente) por alguns pesquisadores como resultados “incómodos”, que podem beliscar o estatuto de cientificidade consagrada que julgam ser-lhes reconhecido, estes fatores imprevistos acabam por ser muitas vezes objeto de mero registo casual no corpo da pesquisa ou, em casos mais extremos e certamente mais raros, ser subtilmente ocultados aquando da divulgação pública da pesquisa.

Julgamos, pelo contrário, ser cientificamente pertinente expor vicissitudes e fracassos dos procedimentos científicos e proceder a uma reflexão séria sobre os mesmos – por que só assim se geram condições para o avanço do conhecimento. Neste caso concreto, importa interrogar o que terá estado na base de tantas recusas/não respostas dos pais, quando, como afirmámos, a escolaridade está atualmente no cerne do laço de filiação entre pais e filhos? Não seria expectável que, a propósito de um tema tão decisivo para o futuro dos filhos como o é o percurso educativo por eles trilhado e os processos de escolha que nele se desencadeiam, o pai ou a mãe mostrasse interesse acrescido em falar, e porventura, desabafar com especialistas da educação (reconhecidos na pessoa dos entrevistadores[[61]](#footnote-61)) as suas dúvidas, os seus anseios?

Perante a ausência quase total de respostas dos pais, e no respeito pela sua decisão de não participação no estudo – no pressuposto de que todos eles teriam tido conhecimento da nossa solicitação - acabámos por pôr em marcha uma estratégia alternativa de acesso a pais de alunos do 10º e 12º ano de escolaridade que não os já entrevistados[[62]](#footnote-62), deixando assim cair a pretensão teórico-metodológica de cruzamento inter-geracional de perspetivas envolvendo pais e respetivos filhos. Mas não deixámos de equacionar hipóteses explicativas para tão baixa taxa de resposta inicial. Globalmente, podemos aventar dois grandes conjuntos de motivos possíveis, embora não mutuamente exclusivos.

**A indisponibilidade parental**

O primeiro grupo de razões prende-se com os pais dos alunos entrevistados. Neste primeiro caso, assumimos que as cartas com solicitação de concessão de entrevista foram oportunamente entregues pelos alunos aos respetivos pais, mas um conjunto de razões plausíveis explicam a auto-exclusão dos mesmos da participação voluntária no estudo.

A primeira dessas razões, fortemente consistente, tem a ver com a ausência de tempo e disponibilidade para falar com um entrevistador. Com efeito, pensando na figura da mãe, a figura parental que os estudos indicam estar mais próxima das questões escolares dos filhos (Diogo, 2002, 2008; Seabra, 1997; Wall, 2005) e, nessa medida, ser o membro da família porventura mais habilitado a discorrer sobre o tema visado, é importante não perder de vista as especificidades que caracterizam a condição feminina em Portugal – desde logo, e à cabeça, as elevadas taxas de atividade que revelam (70% nas mulheres portuguesas entre os 15 e os 64 anos, em 2010). Tratando-se maioritariamente de uma atividade exercida a tempo inteiro, à qual se soma frequentemente a responsabilidade pela realização de grande parte das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos (Wall et al., 2012), não será de estranhar estar-se perante condições de sobrecarga de tempo pouco favoráveis à marcação de atividades sem aparente benefício - como sejam as entrevistas.

Outro dos motivos plausíveis para esta atitude de “relutante no acesso” (Gubrium & Holstein, 2001) protagonizada pelos pais residirá no facto de não acharem o assunto desejável de ser partilhado com estranhos. Neste caso, podemos presumir que a escolaridade do(s) filho(s), sobretudo se esta for pautada por acidentes de percurso e marcada por insucessos, poderá constituir um tema de confidência particularmente difícil e penoso, num contexto em que o sucesso académico revela-se a norma educativa (Singly, 2000). A confissão do falhanço do(s) descendente(s) representa a exposição pública de uma vulnerabilidade privada, um anátema que se abate sobre os pais, um estigma dificilmente vivido por que coloca em questão a competência educativa parental na mobilização para o sucesso escolar dos seus descendentes.

A estas duas razões poderá somar-se uma terceira, não despicienda, decorrente das características da paisagem educativa que o país apresenta. Sabe-se como os níveis de escolaridade da população adulta portuguesa são ainda hoje singularmente baixos, quando comparados com os seus congéneres europeus: dados do Eurostat referentes a 2011 indicavam que somente 35% dos portugueses com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos tinha completado pelo menos o ensino secundário, em claro contraste com os 73,4% observados junto dos europeus (EU27) do mesmo grupo etário. Por sua vez, o rápido avanço em Portugal do fenómeno da “naturalização do ato de matrícula” (Resende, 2010) nos níveis mais elevados do sistema, no que concerne a população escolar adolescente, tem provocado um significativo fosso escolar intergeracional sem paralelo noutros contextos europeus. Neste sentido, pode-se conceber a “relutância no acesso” demonstrada pelos pais dos jovens entrevistados enquanto manifestação do receio, presumivelmente mais frequente entre os menos escolarizados[[63]](#footnote-63), de não estarem “à altura” de dialogar com especialistas sobre a escolaridade dos filhos, para efeitos científicos, uma vez que eles próprios apresentam dificuldades em dominar os códigos escolares dado os seus baixos recursos habilitacionais.

**O filtro adolescente: do julgamento da (in)competência parental à preservação de uma certa opacidade**

O segundo grupo de argumentos explicativos para o sucedido situa-se do lado dos adolescentes. Neste caso, equacionamos a hipótese de as cartas de solicitação de entrevista não terem sequer sido entregues aos pais.

Ora, tratando-se nesta pesquisa de alunos adolescentes, a frequentar o ensino secundário, e por isso já saídos há algum tempo do mundo da infância – o que coloca especificidades próprias - cremos que esta hipótese deverá ser seriamente equacionada. Como nos lembra Breviglieri (2007), a entrada na adolescência corresponde a um momento de particular efervescência associado ao enfrentamento de um conjunto fortemente alargado de provas que o jovem tem de prestar no espaço público. Essa passagem regista o acentuar de uma tensão entre o mundo proximal familiar, onde se enraíza a infância, e o domínio público, o dos espaços probatórios a que o adolescente acede com o desejo de aí afirmar as suas qualidades, de forma autónoma. É esse carácter experiencial da sua (nova) existência, conectado com a sua projeção ampliada no espaço público, que robustece a afirmação progressiva de um “eu” e inspira o desejo do jovem adolescente de se desvincular da condição de criança que já foi, pelo facto de ter crescido e amadurecido. Se a ambição de aceder à maturidade implica o agir no plano individual de forma responsável e autónoma - nomeadamente face à dependência dos adultos, com particular ênfase nas figuras parentais - a reivindicação do estatuto de “grande” que advém com o crescimento, por sua vez “corresponde à perspetiva de reconhecimento público e legítimo da pessoa” (ibidem, p. 27). Ou seja, a entrada na adolescência convoca o jovem a prestar provas dessas capacidades, para estar à altura do reconhecimento pretendido.

Neste sentido, pode-se antever que um procedimento metodológico assente no acesso aos pais através dos filhos poderá conhecer alguns limites justamente por força da capacitação adolescente. O trabalho de distanciamento mais ou menos ativamente procurado pelo adolescente face aos seus progenitores como forma de ampliação do seu perímetro de autonomia e de afirmação de si como pessoa estaria porventura na origem desse boicote informativo. E traria consigo duas razões possíveis, também elas não mutuamente exclusivas.

Por um lado, tratando-se de um estudo sobre processos escolares, o julgamento crítico dos filhos sobre as competências discursivas e escolares dos seus progenitores terá conduzido, no caso de competências avaliadas pelos descendentes mais escolarizados como manifestamente insuficientes – por défice habilitacional e consequente desconhecimento parental do sistema de ensino - à decisão de manter os pais à distância desta investigação, preservando-os do julgamento de outros (os investigadores). Ao tomar essa decisão, o jovem vinca a diferença que, a este respeito, o separa dos outros – mesmo que sejam os seus próprios pais. A já acima referida auto-exclusão eventualmente acionada pelos pais teria, assim, pelos mesmos motivos, homóloga tradução filial.

Mas mais do que este, outros motivos mais fortes terão ditado a voluntária omissão da carta aos seus pais. O facto de o jovem aluno antecipar que o conteúdo da entrevista a realizar diria respeito a dimensões importantes da sua vida (a sua trajetória escolar) e implicaria uma narrativa de terceiros sobre si, terá originado da parte deste justamente o acionamento de um filtro protetor e o bloqueio da informação por via do impedimento do acesso aos pais. A “reivindicação do direito a uma certa opacidade” (Cicchelli, 2001), colocando os pais à distância da sua vida pessoal através da regulamentação das trocas verbais entre ambos e o doseamento da circulação da palavra é assim uma das prerrogativas que o adolescente exercita através do poder de *go-between* (Perrenoud, 1995) entre a escola e a família que usufrui enquanto aluno.

Tirar ilações teórico-metodológicas deste intenso exercício de auto-proteção adolescente permitirá, de futuro, desenhar planos de pesquisa mais ajustados às especificidades que envolvem a experiência da condição juvenil.

**A concluir… da crítica e da reflexividade sobre procedimentos de pesquisa**

O propósito deste texto consistiu em dar ênfase a uma dimensão crítica do processo de produção de conhecimento científico sobre o social frequentemente invisível aquando da divulgação pública de resultados em ciência: o lugar do erro e do imprevisto no decurso do processo de fabrico desse conhecimento. A propósito de uma pesquisa recentemente terminada sobre jovens, escolaridade e processos de escolha, tratou-se aqui de desvendar dimensões de serendipidade, mas também de insuficiente problematização ocorridas no decurso da investigação empírica, transformando-as em objeto de reflexividade teórico-metodológica.

A pretensão de levar a cabo uma estratégia metodológica assente no cruzamento de perspetivas intergeracionais envolvendo filhos adolescentes e respetivos pais revelou-se inesperadamente um fracasso. Tal deveu-se ao facto de não se ter levado suficientemente em conta algum do conhecimento acumulado sobre a sociedade portuguesa, por um lado; e pelo facto de a modalidade de acesso concebida, utilizando os jovens como elemento de ligação aos seus progenitores, ter em boa medida dispensado saber disponível sobre a condição juvenil, por outro. No que concerne especificamente os mais novos subestimámos, no desenho do plano metodológico, a capacitação dos sujeitos (neste caso, os adolescentes) e os seus julgamentos críticos face às propostas teórico-metodológicas dos investigadores. Ficou clara, do exercício de reflexividade teórico-metodológico espoletado pelo insucesso na aplicação daquele plano, a importância crucial que assume a auto-preservação ou “carapaça” protetora – entendida como distância de prevenção e espaço de proteção face ao meio envolvente (Breviglieri, 2007) - quando o jovem fala de si com estranhos, e em particular com adultos. A pretensão adolescente de sair do mundo proximal familiar e afirmar-se por si próprio no espaço público fá-lo querer deter o exclusivo da construção de uma narrativa sobre si – o que, neste caso, terá ditado o acionamento de filtros no acesso à sua vida tal como relatada pelos seus pais. Falar de si como pessoa (o que inclui falar si como aluno) é entendido como um assunto do foro privado, que o adolescente pode e deve afirmar por si próprio – sem a ajuda dos outros. A “triagem da informação” constitui estratégia adolescente para preservar a inviolabilidade do seu território de intimidade pessoal que, em casos extremos, assume a forma de “recusa de informar” instaurando assim uma verdadeira fronteira entre as duas gerações (pais e filhos) - com óbvias consequências ao nível da pesquisa, a prever em estudos que envolvem relações inter-geracionais.

Ressalta deste exercício a importância de se acolher no trabalho de produção científica os dados aparentemente anómalos ou imprevistos que a empiria frequentemente coloca perante o investigador. Não raras vezes, eles constituem instigantes caminhos a desbravar. Mas dele ressalta, também, a importância de se alicerçar consistentemente, com base no saber acumulado, o longo percurso que conduz o investigador da questão de partida à fabricação sustentada de respostas – sempre plurais, provisórias e histórica e socialmente situadas (Corcuff, 1997).

**Referências bibliográficas**

Almeida, A. N. & Vieira, M. M. (2006). *A escola em Portugal*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Beck, U. (1992). *Risk society - towards a new modernity*. Londres, Inglaterra: Sage Publications.

Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva*. Oeiras, Portugal: Celta.

Brandão, Z. (2007). Um jogo de espelhos - do survey aos estudos de casos. In L. P. Paixão & N. Zago (Eds.), *Sociologia da educação - pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Breviglieri, M. (2007). Ouvrir le monde en personne. Une anthropologie des adolescences. In M. Breviglieri e V. Cicchelli (Eds.), *Adolescences méditerranéennes. L'espace public à petits pas*. Paris, França: L' Harmattan.

Cicchelli, V. (2001). *La construction de l'autonomie. Parents et jeunes adultes face aux études.* Paris, França: PUF.

Cicchelli, V. & Galland, O. (Ed.) (2008). *Les nouvelles jeunesses*. Paris, França: La documentation française.

Corcuff, P. (1997). *As novas sociologias*. Sintra, Portugal: Vral.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2000). Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In N. K. Denzin. e Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 1-43). Thousand Oaks, Londres, Nova Deli: Sage Publications.

Diogo, A. M. (2002). Envolvimento parental no 1º ciclo: representações e práticas. In J. Á. Lima (Ed.), *Pais e professores. Um desafio à cooperação*. Porto, Portugal: Asa Editores.

Diogo, A. M. (2008). *Investimento das famílias na escola. Dinâmicas familiares e contexto escolar local.* Lisboa, Portugal: Celta Editora.

Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.

Gubrium, J. F. & Holstein., J. A. (Eds.) (2001). *Handbook or Interview Research. Context and Method.* Thousand Oaks, Londres, Nova Deli: Sage Publications.

Hughes, E. (1993). *The sociological eye – selected papers*. New Brunswick and London: Transaction Publishers.

Le Breton, D. (Ed.). (2008). *Cultures adolescentes. Entre turbulence et construction de soi*. Paris, França: Éditions Autrement.

Martuccelli, D. (2006). *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*. Paris, França: Armand Colin.

Merton, R. K. (1970). *Sociologia - teoria e estrutura*. São Paulo, Brasil: Editora Mestre Jou.

Perrenoud, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto, Portugal: Porto Editora.

Resende, J. M. (2010). *A sociedade contra a escola? a socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

Seabra, T. (1997). Estratégias familiares de educação das crianças. *Sociologia, Problemas e Práticas.* 23, 49-70.

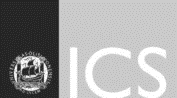
Singly, F. d. (1997). La mobilisation familiale pour le capital scolaire. In F. Dubet (Ed.), *École, familles - le malentendu*. Paris, França: Les éditions Textuel.

Singly, F. d. (2000). *O eu, o casal e a família*. Lisboa, Portugal: Publicações D. Quixote.

Wall, K. (Ed.) (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Aboim, S., Leitão, M. & Marinho, S. (2012). *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - relatório 2011*. Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

**Anexo**



**O futuro em aberto – os jovens e as escolhas escolares**

O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([www.ics.ul.pt](http://www.ics.ul.pt)) está neste momento a realizar um estudo financiado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Projeto “O futuro em aberto”, ref.ª PTDC / CED / 67590 /2006), sobre os jovens e as suas escolhas escolares. O objetivo desta investigação é conhecer os percursos escolares e o processo de escolha vocacional dos estudantes do Ensino Secundário em Portugal.

Uma das etapas deste estudo inclui a realização de entrevistas a pais (pai ou mãe) de alunos do 10º e 12ºanos de escolaridade, já que um dos aspetos que se pretende estudar é a opinião dos pais sobre o percurso escolar dos seus filhos, a escolha de curso e as expectativas quanto ao seu futuro profissional.

Como é hábito num estudo desta natureza, é garantida a absoluta confidencialidade das informações prestadas e a sua utilização exclusiva para fins científicos.

Assim, venho solicitar-lhe que nos conceda uma entrevista no âmbito deste estudo. Para nós, é muito importante a sua participação!

Caso aceite, agradecíamos que nos devolvesse esta carta dentro do envelope junto, com um contacto seu (Telefone:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; Telemóvel:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; ou E-mail:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ). Em breve será contactado para marcação da entrevista, em hora e local que lhe for mais conveniente.

Agradeço desde já a atenção dispensada e estou ao dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida.

A coordenadora do Projeto

Maria Manuel Vieira, [mmvieira@ics.ul.pt](mailto:mmvieira@ics.ul.pt)

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal Bettencourt, nº 9

1600-189 LISBOA

Telef: 21 780 47 00 (ICS)

## 

## O papel da escola na socialização política dos alunos autóctones e descendentes de imigrantes. Juventude, socialização política e escola. Considerações preliminares

Vera Henriques[[64]](#footnote-64)

**Introdução: educação para a cidadania – o elo mais fraco do ensino?**

***Contextualização do tema e objetivos***

Este texto baseia-se na investigação que se quer desenvolver no doutoramento (iniciado em janeiro de 2012), que pretende dar continuidade a algumas questões que foram surgindo durante a realização da tese de mestrado, realizada em 2008 pela autora. Uma vez que o atual projeto de doutoramento se encontra na sua fase inicial, o objetivo deste texto e da comunicação que lhe serviu de suporte (apresentada nos III Encontros de Portalegre, em dezembro de 2011) é apresentar algumas ideias preliminares e discutir pistas futuras de investigação.

O Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro, cria as Áreas Curriculares Não Disciplinares de Formação Cívica, Estudo Acompanhado e Área Projeto nos três primeiros ciclos do ensino básico. Os objetivos da Formação Cívica, cuja responsabilidade é atribuída ao Diretor de Turma, passam pelo “desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade” (Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro).

No âmbito da investigação que deu origem à tese de mestrado, a Formação Cívica foi objeto de pesquisa e concluiu-se que esta, no 7º ano, funciona, essencialmente, como espaço para administrar problemas e conflitos de natureza disciplinar (Henriques, 2008).

Aproveitando o conhecimento acumulado sobre a forma como estas questões são tratadas no 7º ano, pretendia-se, no doutoramento, fazer uma comparação entre este ano de escolaridade e o 10º ano.Esta área curricular foi introduzida, em 2011, no 10º ano de escolaridade, “com vista a reforçar a formação nas áreas da educação para a cidadania, para a saúde e para a sexualidade” (Decreto-Lei nº 50/2011 de 8 de abril). A escolha deste tema deve-se ao facto da Formação Cívica, tal como definida no Decreto-Lei que a introduziu, se basear num conceito – o de cidadania – que é fortemente politizado e ambíguo.

Contudo, em março de 2011, o então Governo liderado pelo Primeiro-Ministro José Sócrates, pede a demissão, dando lugar a eleições antecipadas. Pedro Passos Coelho é agora o atual Primeiro–Ministro do XIX Governo Constitucional (desde junho de 2011) e implementa uma série de alterações em alguns Ministérios, nomeadamente no Ministério da Educação, agora designado de Ministério da Educação e Ciência.

No âmbito do Ministério da Educação e da Ciência, são levadas a cabo algumas mudanças que importa aqui referir. De acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, constitui preocupação da atual tutela, entre outros aspetos, “(...) a redução da dispersão curricular nos 2º e 3º ciclos, o reforço da aprendizagem em disciplinas estruturantes, como a Língua Portuguesa e a Matemática (...)” (Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto), o que leva ao desaparecimento das Áreas Curriculares Não Disciplinares, nomeadamente da Formação Cívica. Esta situação leva a uma reformulação dos objetivos inicialmente propostos no doutoramento, e que se irá explicar seguidamente.

Na investigação que deu origem à tese de mestrado anteriormente citada (Henriques, 2008), verificou-se que as atividades, no âmbito da Formação Cívica, que procuravam promover a intervenção e a capacidade crítica dos alunos, eram muito escassas e pouco planeadas. Esta dimensão era sempre descurada pelos professores do 3º ciclo. Mas importa agora perceber como se processam estas questões ao nível do secundário, uma vez que os alunos já têm uma idade mais avançada. Como é que funciona, na escola, a socialização política dos alunos? E será legítimo pensar que a escola tem de ter um papel neste processo?E entre os professores, que práticas desenvolvem e que conceções vigoram?O objetivo é, assim, analisar em que moldes funciona o projeto de socialização política dos jovens, levado a cabo (ou não) pelas escolas e perceber os princípios que o legitimam. Para além disso, importa questionar se existem diferenças entre alunos descendentes de imigrantes e alunos autóctones nestes processos.

***Metodologia***

Acerca da metodologia, iremos adotar uma perspetiva essencialmente qualitativa (mas não exclusivamente), através de:

**Entrevistas a professores e alunos.** Neste ponto, partilhamos do ponto de vista de Varela que considera que a compreensão de atitudes e socialização políticas só é possível através do estudo das trajetórias e condições individuais (Varela, 2009, p. 66). Neste sentido, as entrevistas irão ser de carácter aprofundado e assentes em histórias de vida, partindo de um entendimento complexo e não linear do conceito de “trajetória” (Pais, 2001, pp. 401-2), o que significa que não nos interessam apenas os aspetos repetitivos ou harmónicos na vida dos indivíduos (quando relatadas por eles próprios, no momento da entrevista), mas também as singularidades, os pormenores e os detalhes que podem levar a entender determinado comportamento político (Pais, 1999, pp. 12-3). Apesar do enfoque desta investigação ser a escola, pretende-se explorar nestas entrevistas questões como a família, grupos de pares, amigos, eventual envolvimento em organizações e / ou associações... com o objetivo de se compreender as continuidades e descontinuidades entre passado e presente.

* + - **Observação de aulas.** A escolha das disciplinas cujas aulas irão ser objeto de análise será feita depois de analisados os conteúdos programáticos de cada uma.
    - Justifica-se também fazer a **análise de conteúdo dos documentos oficiais das escolas**, tais como o Projeto de Escola, Projeto Curricular de Turma e Regulamento Interno, enquanto documentos que espelham a filosofia e o pensamento em que assenta a instituição.
    - Através da **aplicação de questionários** (baseados em questões, problemas ou dilemas que os confrontam ou que lhes suscitem motivos para agir) às turmas do ensino secundário estudadas (a definir), pretende-se também perceber se, efetivamente, os jovens não se mobilizam ou cogitam mobilizar-se face a problemas que lhe dizem respeito; se há uma evolução no interesse que os jovens manifestam pelos assuntos públicos, à medida que a idade e a escolaridade aumentam; se se encontram diferenças entre turmas e porquê. Irão ser consideradas variáveis clássicas neste tipo de estudos, tais como a classe social, o género a a nacionalidade, entre outras consideradas pertinentes, para explicar as eventuais diferenças encontradas. Os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários irão ser complementados com as entrevistas e observação de aulas acima referidas, uma vez que nos questionários irão ser exploradas questões que dizem respeito à escola e ao tempo presente e as entrevistas exploram algumas dimensões do passado e de outros contextos de interação, que são importantes para perceber a(s) trajetória(s) dos indivíduos.

Pretende-se desenvolver uma metodologia assente num estudo de caso múltiplo, realizado em três escolas, com forte presença de alunos descendentes de imigrantes e cujas origens nacionais sejam diversas. Irão ser escolhidas escolas em três concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (porque é nesta região que as populações imigrantes tendem a concentrar-se). A escolha irá basear-se nos relatórios realizados pela Inspeção Geral de Educação, que, para além de fazerem uma caracterização da população discente de cada escola, exploram as conceções e os valores que distinguem cada instituição.

Em suma, o objetivo desta investigação é caracterizar as representações e as práticas em termos de socialização política nas instituições consideradas, e perceber se existem diferenças entre escolas, turmas e alunos.

**Revisão da literatura**

***A cidadania e a diversidade nas escolas***

A escola pública portuguesa, baseada no modelo republicano de matriz francesa, procura ajustar os comportamentos dos seus alunos debaixo de valores como os de liberdade e igualdade, que assumem ideais de universalidade. Contudo, a massificação do ensino faz com que os públicos escolares sejam cada vez mais diversos e, consequentemente, as desigualdades no seu interior sejam cada vez mais plurais e complexas. Apesar da escola ser, hoje em dia, uma das grandes instituições de socialização, uma vez que as pessoas estudam cada vez mais tempo, também produz desigualdades sociais, como comprovam diversos estudos que, seguidamente, passaremos a apresentar.

No início do século XX predominava, nas ciências sociais, uma visão otimista acerca das potencialidades da educação, na qual se defendia que a escola pública era neutra do ponto de vista político-ideológico, onde todos os alunos competiam em situações idênticas e todos teriam as mesmas hipóteses de ter sucesso. Esta perspetiva de inspiração funcionalista defendia as virtudes da escolarização como fator de progresso económico e democrático.

Neste quadro, Pierre Bourdieu e outros sociólogos desenvolvem uma outra perspetiva sobre a educação e sobre o funcionamento da instituição escolar. Pierre Bourdieu põe em evidência a relação que existe entre os grupos com maior capital económico e cultural e a sua maior “propensão” para a escola, por oposição à distância que separa a educação escolar da educação familiar, entre as famílias de classes populares. A garantia do sucesso escolar pressupõe a posse de determinados capitais que os estratos sociais mais desfavorecidos não têm. A posse destes capitais – no caso do campo escolar, Bourdieu destaca, em particular, o capital escolar detido pelos pais e o capital linguístico – confere, aos seus detentores, força e poder nesse campo (Bourdieu, 1989, pp. 13-4), que se traduzem, no caso do campo escolar, em êxito académico. Nos anos 60, a crença nas virtudes da escola entra em declínio, devido em parte, à massificação do ensino e à consequente desvalorização dos títulos escolares[[65]](#footnote-65) (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 16). Os alunos veiculam os seus capitais no campo escolar, que foram incorporados sobre a forma de *habitus.* É o *habitus* que assegura a interiorização dos princípios de perceção e classificação do mundo social, princípios estes que estão dependentes da posição que cada agente ocupa num campo social específico (Bourdieu, 1989, p. 141). Ao contrário do que defendia o paradigma funcionalista, “a escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição ao serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.” (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 28).

Vários estudos posteriores comprovam a relação direta que existe entre os recursos económicos e escolares dos pais e o percurso académico dos filhos: os alunos cujos pais têm médias ou elevadas qualificações têm menos dificuldades na escola, enquanto que, pelo contrário, os jovens de classes sociais desfavorecidas, encaram o espaço e as obrigações escolares como um constrangimento, estando, por isso, votados ao insucesso (Abrantes, 2003a, 2003b; Bourdieu, 1987; Machado, 2002; Seabra & Mateus, 2004; Sebastião, 2006; Silva, 1999). Os pais tendem a investir maiores ou menores recursos na carreira escolar dos seus filhos, conforme considerem maiores ou menores as suas possibilidades de êxito (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 23). Fátima M. Antunes faz uma análise crítica do princípio da igualdade de oportunidades que supostamente sustenta o sistema de ensino. Com a institucionalização deste princípio, pretende-se eliminar os critérios de natureza económica ou estatutária no acesso à escola, substituindo-os por critérios de mérito ou aptidão (Husén, s/d, pp. 53-5; citado em Antunes, 1997, p. 528). Contudo, o que na realidade se verifica no sistema escolar é uma “ideologia de parentocracia”, segundo a qual apenas as crianças e jovens cujos pais tenham um elevado estatuto económico conseguem alcançar o sucesso (Brown, 1990, pp. 65-73; citado em Antunes, 1997, p. 528). A autora acaba por concluir que a “Igualdade de oportunidades poderia, então, ser reformulada como *liberalização de oportunidades,* isto é, a sua distribuição (ou cooptação) em função da capacidade (económica, política ou eventualmente em termos de aptidão escolar) detida pelos indivíduos e grupos para optar e aproveitar, no contexto da livre concorrência entre estudantes e escolas, das alternativas e benefícios proporcionados pelo mercado educacional.” (idem, p. 529). A escola, ao constituir-se como instituição legitimadora das desigualdades sociais, através da criação de um sistema de classificações supostamente “neutro”, baseado apenas no mérito de cada aluno, exerce sobre estes uma violência simbólica[[66]](#footnote-66) ao criar a ilusão da existência de uma filosofia escolar imparcial, não vinculada a qualquer classe social, e que é aceite e legitimada enquanto tal por pais e alunos (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 29). Por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará a existir uma forte correlação entre as desigualdades sociais e as desigualdades escolares, porque a escola valoriza, de forma não direta, qualidades que não são necessariamente as escolares, como “(...) o capital cultural e uma certa naturalidade no trato com a cultura e o saber que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter.” (idem, p. 32).

No entanto, é necessário distinguir os recursos económicos dos recursos culturais, já que as classes mais favorecidas em termos de capital económico não têm de ser necessariamente aquelas com mais poder cultural. Segundo o sociólogo francês, as famílias mais ricas em termos de capital cultural tendem a investir mais na educação dos seus filhos e em práticas culturais que o autor apelida de “burguesas”, associadas a um determinado estatuto social. Por outro lado, as famílias com elevados recursos económicos dão primazia aos investimentos económicos ao invés dos investimentos culturais ou educativos (Bourdieu, 1987, pp. 313-24). Contudo, Bourdieu atribui um peso quase determinista à relação entre os recursos económicos e culturais dos pais e os resultados escolares dos filhos. Estudos mais recentes provam que também as famílias mais desfavorecidas incrementam estratégias de acompanhamento dos seus educandos. As famílias desfavorecidas podem desenvolver estratégias que explorem em maior ou menor amplitude as possibilidades inscritas na sua condição social (Benavente et al., 1987; Seabra, 1999). Obviamente que a importância que é dada por estas famílias à escola não se pode confundir com a importância que as famílias mais favorecidas conferem ao universo escolar, como já foi referido anteriormente[[67]](#footnote-67). Contudo, trata-se de contrariar o carácter quase automático de causa e efeito que Bourdieu estabelece entre a estrutura social de origem e o desempenho escolar dos alunos: “O peso de socializações secundárias e a diversidade de experiências vividas, mesmo no interior da escola, é claramente menosprezado [por Pierre Bourdieu]. [...] este processo de socialização é alimentado por expectativas, estratégias, ambições, transformações, fatores externos [...] que podem ter um papel decisivo nos percursos dos jovens (...)” (Abrantes, 2003b, p. 15). As socializações secundárias, ocorridas no seio de outras instituições como os clubes desportivos, a igreja ou os amigos, podem entrar em contradição e questionar os modelos que vigoram na família de origem dos alunos: estes universos sociais não são equivalentes e no interior de cada um deles, os indivíduos ocupam diferentes posições, o que leva à incorporação de diferentes repertórios de ação e de classificação do mundo social (Lahire, 2002, p. 33). É a partir da imagem de um “ator plural” que Lahire procura criticar a ideia de “ator singular” de Bourdieu. O ator plural é “[...] produto da experiência – amiúde precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogéneos. No curso de sua trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes.” (idem, p. 36). Os contributos destes autores servem de suporte para, mais um vez, reforçarmos a importância da realização de entrevistas aprofundadas no âmbito desta investigação, no sentido de percebermos os vários fatores e contextos (para além da escola) que influenciam o comportamento político dos jovens.

A diversidade de origens nacionais é um elemento cada vez mais emergente nas salas de aula das escolas da Área Metropolitana de Lisboa, de alunos provenientes principalmente dos PALOPs, do Leste Europeu e do Brasil (Seabra et al., 2011). Para Alonso, o enfoque na questão da heterogeneidade de públicos deve começar a partir do momento em que os jovens entram na escola, uma vez que estes são diversos não apenas do ponto de vista da sua origem nacional, mas também em termos de género, classe social, nível de escolaridade dos pais e, claro, pela sua história de vida (Alonso, 2002, p. 90).

Em 1996, O despacho nº 22, da Secretaria de Estado da Educação e Inovação (assinado por Ana Benavente), publicado em Diário da República (19 de junho de 1996), autoriza a criação de turmas de currículo alternativo, no ensino básico, para alunos que se encontrem numa das seguintes condições:

Insucesso escolar repetido;

Problemas de integração na comunidade escolar;

Risco de abandono da escolaridade básica;

Dificuldades condicionantes de aprendizagem.(Despacho nº 22/SEEI/1996)

O sistema de ensino acaba por aceitar a existência das referidas diferenças entre os alunos, integrando-os e submetendo-os a um conjunto de programas disciplinares onde os níveis de exigência são menores do que no currículo padrão:

O curso é organizado **tendo em conta as condições em que ingressam os alunos** e o número de horas de formação necessárias para a consecução dos objetivos **essenciais** definidos para o ciclo do ensino básico em que estão integrados.(Despacho nº 22/SEEI/1996, destaque do autor)

Para Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, a diversificação de escolhas escolares dá origem a práticas de marginalização de alunos nas frações menos valorizadas do sistema de ensino. Estas práticas são contínuas, graduais e impercetíveis por parte de quem as exerce e de quem delas é vítima, mantendo no seu interior aqueles que a escola pretende excluir (Bourdieu & Champagne, 1998, pp. 483-5). Assim, “(...) o Estado nega a estes jovens a possibilidade de acesso a postos de trabalho de topo na hierarquia social, uma vez que, na prática, estes jovens veem vedado o seu acesso ao ensino secundário e, consequentemente, a uma formação académica de nível superior. Neste sentido, o êxito escolar obtido nos currículos alternativos poderá também ser considerado um *fracasso escolar* (cf. Young, 1971) e social.” (citado em Casa-Nova, 2002, p. 135).

No referido despacho, é visível a preocupação em apostar numa vertente mais prática e profissionalizante do ensino:

À formação escolar é acrescida uma formação artística, vocacional, pré-profissional ou profissional, consoante se considere pedagogicamente aconselhável, que permita uma primeira abordagem no domínio de artes e ofícios, das técnicas, das tecnologias em geral, ou ainda a clarificação da experiência e dos conhecimentos que o aluno possua.(Despacho nº 22/SEEI/1996).

Para Payet, um dos maiores riscos das sociedades contemporâneas é o “risco da etnicidade”, que diz respeito aos “(...) processos de construção de diferenças em razão da origem e da pertença nacional e / ou geográfica e/ou linguística e / ou religiosa e de conversão destas diferenças em desigualdades sociais e económicas, em discriminações, em processos de menorização e exclusão.” (Payet, 2005, p. 681-2). A escola participa na manutenção e acentuação deste processo, uma vez que, nos últimos anos, procurou reforçar a vertente diferenciadora – através da promoção das aprendizagens diferenciadoras, dos valores da tolerância e da abertura a diferentes culturas -, ao contrário da sua vertente universalista, apanágio do modelo de escola republicana (idem, ibidem).

Os estados nacionais sempre foram os principais interessados na expansão da educação, uma vez que a escola constitui um poderoso instrumento para cumprir os seguintes desígnios: formação de uma cultura e de uma identidade nacional, estabelecimento de uma relação mais direta entre o indivíduo e o poder político e consolidação do Estado-Nação. O objetivo é formar uma cultura homogénea, em que os cidadãos são declarados iguais, com direitos idênticos perante o coletivo. Neste processo, as corporações intermédias (que definiam por si mesmos os direitos dos seus membros), como a família, a igreja ou a aldeia, são desvalorizadas, perante o coletivo nacional (o Estado).

A ideia de “educar para a cidadania” foi uma presença quase constante nos currículos escolares portugueses, assumindo diferentes composições. Existem diversas investigações que procuram analisar as matizes que a cidadania foi assumindo, focando-se em determinados períodos da história, como é o caso de Joaquim Pintassilgo (1998), que se focou na Educação Cívica nas escolas primárias da 1ª República; de Maria Filomena Mónica (1978), que estudou a escola primária no Estado Novo; de Carla Cibele Figueiredo e Augusto Santos Silva (2000) e de José Alexandre Pacheco (1999), que analisaram as reformas curriculares centradas na cidadania, após a ditadura; ou de Isabel Menezes (2005), Ana Benavente (2000) e Carvalho et al*.* (2005), que se debruçaram sobre as políticas mais atuais implementadas desde os finais dos anos 80 até à atualidade, que criaram a Área-Escola e a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social e, mais recentemente, as Áreas Curriculares Não Disciplinares (Área Projeto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica). Alguns trabalhos, por estudarem a cidadania enquanto objetivo que atravessa todo o currículo e que não se limita apenas a alguns espaços curriculares, merecem aqui uma referência mais pormenorizada.

Através da introdução da educação para a cidadania nas escolas, os responsáveis políticos “(…) transferem para a escola um programa de socialização política não só com o propósito de combaterem os vícios dos cidadãos e do Estado moderno, mastambém para inculcarem nos professores e alunos as virtudes sociais e as competências cívicas que devem ser adotadas pelos cidadãos responsáveis.” (Resende & Dionísio, 2005, p. 672). Os autores colocam a hipótese de que os objetivos estabelecidos para a educação para a cidadania têm subjacente a intenção de regular e socializar os jovens, em virtude da crescente diferenciação de públicos (idem, p. 670).

Resende, num trabalho publicado alguns anos mais tarde, reflete sobre os vários papéis que os alunos tendem a assumir no espaço escolar (assumidos por si próprios e pelos professores) e de que forma essa “multiplicação de categorias” interfere no trabalho dos docentes. A categoria “aluno” tende a conferir oficialmente um estatuto que se generaliza a todos aqueles que se encontram matriculados na escola. A categoria “adolescente / jovem” tende a sobrepor as experiências subjetivas de cada indivíduo ao processo de generalização que está na base da escolarização (Resende, 2008, pp. 15-6). A noção de cidadão – outra categoria trabalhada atualmente pelas escolas - entra em tensão com outras categorias que a escola trabalha: aluno, imigrante, etnia, adolescente, jovem... Por isso, queremos perceber como é que docentes e alunos investem na categoria de cidadão, tendo em conta os ideais que podem ou não estar associados às categorias trabalhadas na escola, e outras que se podem revelar como importantes. Estas categorias podem complementar-se ou revelar-se contraditórias entre si.

***A escola e a socialização política dos jovens***

É importante perceber o papel da escola na transmissão de valores políticos, uma vez que a tarefa de ensinar é planeada justamente para transmitir conhecimentos acerca da sociedade e do mundo. Em algumas disciplinas, são difundidas informações sobre atividades e instituições políticas e analisados factos e acontecimentos iminentemente políticos. Por outro lado, os métodos utilizados em sala de aula – quer sejam métodos que incentivem a participação dos alunos ou métodos centralizados na figura do professor – também são meios de socialização política da turma. No fundo, a educação difunde modos de leitura do mundo (Schmidt, 2001, pp. 80-1) e são estas leituras e o modo como influenciam o indivíduo a se posicionar que interessam aqui descortinar. A exposição a tais processos de socialização pode determinar o impacto nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens. Segundo Alexandre Varela, a socialização política é um “(...) elemento fundamental para a emergência de uma cultura cívica em que a participação e o envolvimento político sejam normativos sociais e valores encorajados.” (Varela, 2009, pp. 58-9).

Segundo Nuno Miguel Augusto, o atual contexto da democracia portuguesa torna-se particularmente profícuo no que concerne à análise política da juventude, pois só muito recentemente assistimos ao surgimento das primeiras gerações integralmente socializadas em democracia, cujas características sociais são muito diferentes daquelas que conheceram as gerações anteriores – escolaridade, religiosidade, valores sociais, modos de vida, etc. “Não é de estranhar, como tal, que a relação que as novas gerações mantêm com o sistema democrático e com as diferentes formas de autoridade evidenciem um conjunto de especificidades.” (Augusto, 2008, p. 156). Varela também nos chama a atenção para o facto do efeito geracional apontar para uma alteração nos perfis de participação e reivindicação políticas. “Mas entre as duas [gerações], há um enorme universo que nos cabe explorar, nomeadamente o elemento da «interação quotidiana», no qual se dão as trocas relacionadas com a socialização política e integração (…)” (Varela, 2009, p. 50). Nestas trocas, o papel da escola é fundamental, como já referimos. Fahmy analisa parte dos dados recolhidos da aplicação do Inquérito Nacional às Famílias (Reino Unido), de 2000/01[[68]](#footnote-68), e refere que “[…] these data again confirm that increasing levels of civic action are positively correlated with rising levels of education and higher social class membership both for the sample as a whole and for young people [16 aos 29].” (Fahmy, 2006, p. 110).

Uma das particularidades que, frequentemente, é atribuída aos jovens atuais é a de que estes não se interessam pela política e que manifestam um grande alheamento relativamente às questões que dizem respeito à situação política do país. Mas será que devemos olhar para a intervenção e socialização políticas das gerações jovens atuais com as mesmas “lentes” que olhávamos para as gerações mais velhas? Há autores que defendem que, atualmente, existem novas formas de associativismo entre os jovens, não diretamente ligadas aos partidos políticos (Viegas & Faria, 2004; Freire & Magalhães, 2002). Eldin Fahmy recorre a outras fontes para sustentar a tese da participação dos jovens em organizações informais:

“ (…) first results from the 2001 Citizens Audit of Britain suggest that young people are, in fact, more likely than older citizens to be involved in a range of relatively informal community and voluntary organizations (Whiteley, 2004).” (citado em Fahmy, 2006, p. 105).

Varela, na linha das teorias da modernização cultural, argumenta que a reivindicação de formas alternativas de participação e contestação pode contribuir para a perda de centralidade do voto. “Nestes termos, o voto tenderá a ser substituído, compensado e / ou combinado por novas formas de participação em que os jovens se envolvem atualmente. Ou seja, o facto de a maioria dos jovens não participar eleitoralmente, não significa que não se interessem pela política e não se envolvam através de outras formas de participação política.” (Varela, 2009, p. 2).

Numa altura em que assistimos a novas formas de mobilização entre os jovens, como é o caso das manifestações que ocorreram pelo país no dia 12 de março de 2011 (apesar de, entre os manifestantes, se encontrarem pessoas de várias idades, o protesto foi iniciado por três jovens nas redes sociais), da acampada na praça do Rossio, em maio de 2011 (resultante das manifestações de 12 de março), em Lisboa, e do Movimento Democracia Já, é importante perceber qual o papel da escola nestes processos, uma vez que a escola é atualmente uma das instâncias de socialização mais importantes para os jovens. Para além disso, é importante ter em conta que os alunos veiculam desiguais recursos sociais para serem cidadãos que se mobilizam para ações de contestação ou de reclamação dos seus direitos. Queremos saber quais as práticas que as escolas trabalham ou exercitam, em termos de socialização política dos seus alunos (descendentes de imigrantes e autóctones). Os referidos movimentos caracterizam-se por uma forte crítica à democracia institucionalizada e por uma postura de distanciamento em relação aos partidos políticos e sindicatos. Para Augusto, “(...) o aparente alheamento dos jovens relativamente à política “do palácio” reflete, não um apoliticismo, mas um desencantamento / desconfiança relativamente aos mecanismos formais ou convencionais de integração política, que poderá resultar numa desinstitucionalização da ação política juvenil”, abrindo espaço a processos de revinculação a domínios não institucionais, como o associativismo, o voluntariado, mas também ações de confrontação das elites (Augusto, 2008, p. 161).

Mas em que medida estes movimentos são, no seu conteúdo e na sua lógica, “novos”, uma vez que a crítica não é um fenómeno apenas ajustado à modernidade (Resende, 2008, p. 31)? No fundo, o que se pretende descortinar são os motivos que levam os indivíduos a agir de forma reflexiva, tendo em conta a maneira como se justificam face aos outros e assim como os dispositivos que mobilizam (Boltanski, 2001).

**Referências bibliográficas**

Abrantes, P. (2003a). Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 93-115.

Abrantes, P. (2003b). *Os Sentidos da Escola. Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*. Oeiras, Portugal: Celta.

Alonso, R. F. (2002). *Una educación de calidad para todos. Reforma y contrarreforma educativas en la España actual*. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores.

Antunes, F. (1997). Discursos e projectos para a educação: Diversificar, democratizar, universalizar. *Análise Psicológica*, 4 (XV), 527-39.

Augusto, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-77.   
Benavente, A. (2000). A experiência pedagógica portuguesa no campo da cidadania. *Educação, Sociedade e Cidadania: atas*.Lisboa, 17-19 de maio de 1999. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação e Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais.

Benavente, A., Costa, A. F., Machado, F. L. & Neves, M. C. (1987). *Do Outro Lado da Escola*. Lisboa, Portugal: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Boltanski, L. (2001). A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo. *Fórum Sociológico*, 5/6 (IIª série), 13-35.

Bourdieu, P. (1987). *A economia das trocas simbólicas*. S. Paulo, Brasil: Edições Perspectivas.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel.

Bourdieu, P. & Champagne, P. (1998). Os excluídos do interior. In P. Bourdieu (Ed.), *A Miséria do Mundo* (pp. 481-586), Petrópolis, Brasil: Vozes.

Carvalho, C., Sousa, F. & Pintassilgo, J. (Orgs.) (2005). *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar*. Porto, Portugal: Porto Editora.

Casa-Nova, M. J. (2002). *Etnicidade, Género e Escolaridade. Estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*. Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional.

Fahmy, E. (2006). Social capital and civic action. A study of youth in the United Kingdom. *Young*. 14, 101-118.  
Figueiredo, C. C. & Silva, A. S. (2000). *A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português (1974-1999)*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação, Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais e Instituto de Inovação Educacional.

Freire, A. & Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa, Portugal: ICS-UL.

Henriques, V. (2008). *Moralizar ou Democratizar a(s) Consciência(s)? Equívocos em torno das práticas e das representações no espaço da Formação Cívica. Análise comparativa de duas escolas da Área Metropolitana de Lisboa* (Tese de Mestrado em Sociologia), ISCTE – IUL, Lisboa.

Lahire, B. (2002). *Homem Plural. Os determinantes da ação*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades. Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras, Portugal: Celta.

Menezes, I. (2005). De que falamos quando falamos de cidadania?. In C. Carvalho, F. Sousa & J. Pintassilgo (Orgs.), *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar* (pp. 13-22), Porto, Portugal: Porto Editora.

Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926 – 1936)*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Nogueira, C. & Nogueira, M. A. (2002). A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, 78 (XXIII), 15-36.

Pacheco, J. A. (1999). *A Cidadania como objectivo e eixo de formação em Rui Grácio*. Braga, Portugal: Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho.

Pais, J. M. (Coord.) (1999). *Traços e Riscos de Vida. Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto, Portugal: Editora Ambar.

Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto, Portugal: Editora Ambar.

Pais, J. M. (2005). Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.

Payet, J. (2005). A escola e a modernidade: o risco da etnicidade, o desafio da pluralidade. *Análise Social*, 176 (XL), 681-694.

Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

Portes, A. & Rumbaut, R. (2001). *Legacies: the story of the immigrant second generation*. Berkeley, EUA: University of California Press.

Resende, J. M. (2008). *A Sociedade contra a Escola? A Socialização Política Escolar num Contexto de Incerteza*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

Resende, J. M. & Dionísio, B. (2005). Escola pública como “arena” política: contexto e ambivalências da socialização política escolar. *Análise Social*, 176 (XL), 661-680.

Schmidt, J. P. (2001). *Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul, Brasil: EDUNISC.

Seabra, T. (Coord.), Mateus, S., Rodrigues, E. & Nico, M. (2011). *Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*. Lisboa, Portugal: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

Seabra, T. (1999). *Educação nas Famílias. Etnicidade e classes sociais*. Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional / Ministério da Educação.

Seabra, T. & Mateus, S. (2004). Etnicidade e “Excelência Escolar” – caboverdianos e indianos na AML. In *Atas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs\_prv/docs/DPR4628e6f6a39ab\_1.pdf

Sebastião, J. (2006). *Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajectórias escolares* (Tese de Doutoramento em Sociologia), ISCTE – IUL, Lisboa.

Silva, C. G. (1999). *Escolhas Escolares, Heranças Sociais: Expectativas e Aspirações dos Jovens no Ensino Secundário*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.

Scorza, J. A. (2006). Facing up to civic pluralism: A friendly critique of Galston. *Theory and Research in Education*, 4, 291-311.

Varela, A. (2009). *Jovens e Política: o papel da socialização na participação política* (Tese de Mestrado em Ciência Política), ISCTE – IUL, Lisboa.

Viegas, J. M. L. & Faria, S. (2004). A abstenção nas eleições legislativas de 2002. In A. Freire, M. C. Lobo & P. Magalhães (Orgs.), *Portugal a Votos. As eleições de 2002*. Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa.

Vieira, M. M. (2003). Famílias e escola: Processos de construção da democratização escolar. In M. M. Vieira, J. Pintassilgo & B. P. e Melo (Eds.), *Democratização Escolar: Intenções e Apropriações*. Lisboa, Portugal: Centro de Investigação em Educação – Faculdade de Ciências/Universidade de Lisboa.

**Documentos:**

Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro. *Diário da República nº 15 - I Série A*. Lisboa. Ministério da Educação.

Decreto-Lei nº 50/2011, de 8 de abril. *Diário da República nº 70 - I Série.* Lisboa. Ministério da Educação.

Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto. *Diário da República nº 178 - I Série*. Lisboa. Ministério da Educação e Ciência.

Despacho nº 22/SEEI/1996, de 19 de junho. *Diário da República, nº 140 - II Série*. Lisboa. Ministério da Educação.

# Capítulo IV

# Podemos tolerar o que é da ordem do turbulento? Conflitos e controvérsias entre o (in) justo e o (in) decente

## 

## Entre o decente e o justo: racismo e cisma na cidade do Rio de Janeiro

Fábio Reis Mota[[69]](#footnote-69)

**Introdução**

Propomos desse capítulo refletir sobre as diferentes variações políticas, simbólicas e morais das apropriações feitas quanto ao uso das categorias dignidade, *justesse* e decência tornaram-se categorias políticas e morais centrais que mobilizam as ações coletivas de grupos e atores no cenário público contemporâneo. No contexto atual, elas adquiriram um significado fundamental às formas de coordenação dos atores, engendrado significativas alterações nos espaços públicos e nas dinâmicas das ações coletivas e nos processos de demandas de reconhecimento e/ou direito. Ao mesmo tempo, a busca pelo “tratamento decente” se torna uma via pela qual os grupos canalizam suas demandas de reconhecimento de uma dignidade universal e da validação do princípio de *justesse* que passa a organizar as instituições da esfera pública. Buscaremos aportar um material etnográfico referente uma pesquisa realizada sobre a abordagem policial na cidade do Rio de Janeiro, buscando enfatizar como tais categorias – justo e decente – são relativizadas mediante a geometria variável da dignidade que informa a relação entre o Estado e a sociedade no espaço público brasileiro.

De um ponto de vista antropológico é possível perceber as múltiplas arquiteturas e gramáticas que informam concepções distintas sobre a categoria “decente” e “justo”. A minha intenção é lançar mão de uma reflexão sobre a variação destes quadros conceituais nativos, lançando mão de uma abordagem etnográfica e comparativa a respeito do lugar destas categorias na formulação de críticas e justificativas esboçadas pelos atores em distintos contextos e arquiteturas da vida em comum.

A difusão da questão do reconhecimento nas ciências sociais em geral nos convida a questionar os projetos ideológicos que visam modelá-la. Ela pode deter um papel de denunciação e crítica da opressão vivida por grupos minoritários ou não, assim como propõe uma certa sociologia, mas também pode servir de instrumento analítico relativo às inquietudes e preocupações relacionadas com o modo como os atores se apropriam destes princípios para dar visibilidade às suas demandas públicas. Assim, buscando diferenciar as formas ideológicas e as formas justificadas de reconhecimento, marcando justamente que a realização do reconhecimento não ganha a mesma forma nos distintos casos de interações (Honneth, 2000 e Thévenot, 2006), nossa preocupação está relacionada com a atenção destinada às provas de justificações e críticas a que os atores são submetidos para que a demanda de um tratamento justo e decente se torne inteligível às interações públicas.

Contemporaneamente emergem novas formas de mobilizações coletivas, através das quais os atores se envolvem e se engajam nas disputas, demandando no espaço público o tratamento justo e digno. As mesmas se assentam em dispositivos discursivos e práticos que se relacionam às gramáticas que informam as coordenações dos atores em interação.

Nesse sentido, nossa perspectiva avança para um caminho em que buscamos superar a oposição entre o formalismo do direito e a realidade social, entre a lei e os fatos, pois visamos tratar de modo simétrico os princípios jurídicos, assim como os significados atribuídos ao sentido de justiça, e suas implicações numa ordem externa ao direito formal, ou seja, dando uma especial atenção às dimensões ordinárias das interações sociais.

Pretendemos, portanto, enfatizar um quadro de análise que possa dar conta de uma pluralidade de bens políticos e morais públicos (Thévenot 2006), buscando considerar as questões da justiça, do Direito, da norma sem desconsiderar a dimensão normativa, mas não reduzir os quadros de ação dos atores a este campo; deste modo, orientamos nosso olhar para os gestos, as práticas, e discursos desenvolvidos pelos atores. Nosso interesse, assim, dirige-se a uma melhor compreensão acerca da pluralidade das justificações e argumentações de modo a explicitar os dispositivos discursivos dos atores, bem como uma série de repertórios que coordenam suas ações em distintos contextos políticos, morais e simbólicos.

O antropólogo americano Clifford Geertz (2007) muito tem contribuído para nossas reflexões, na medida em que ele chama a atenção para a construção dos fatos jurídicos e suas relações com os contextos locais e situacionais. Ele nos fornece bons elementos para refletirmos sobre as dimensões locais do Direito, já que Direito, assim como a Magia, o Culto, a Ciência, a Arte, apresenta um mundo no qual suas próprias descrições fazem sentido num contexto específico:

A parte jurídica do mundo não é simplesmente um conjunto de normas, regulamentos e princípios, e valores limitados, e geram tudo que tenha a ver com o direito, desde decisões do júri, até eventos destilados, e sim parte de uma maneira específica de imaginar a realidade. Trata-se, basicamente, não do que aconteceu, e sim do que acontece aos olhos do direito. (Geertz, 2007, p. 259).

Desse modo, aquilo que Geertz designa de sensibilidades jurídicas revela que o direito constitui e é constitutivo da ordem social, sendo a mesma, fruto de uma realidade local, na qual os atores exprimem suas crenças, suas moralidades, valores, códigos e significados compartilhados. Como ressalta o autor:

Poderíamos dizer que a defesa de um caso passa a ser algo mais que organizar a evidência para provar um argumento: terá que descrever uma série de eventos e uma concepção geral do mundo de tal maneira que a credibilidade de um reforce a credibilidade do outro. Nesse caso, para que um sistema jurídico seja viável, terá que ser capaz de unir a estrutura ‘se-então’ da existência, em sua visão local, com os eventos que compõem o ‘como-portanto’ da experiência, também segundo a percepção local, dando a impressão de que essas duas descrições são apenas versões diferentes da mesma coisa (Geertz, 1997, p. 261).

Ora, a sensibilidade jurídica seria reveladora dos significados que informam as ações dos atores na vida em comum, pois sua legitimidade é sustentada pelas crenças nas regras estabelecidas. Como no caso da cultura, assim como discutido pelo mesmo autor em outro livro (Geertz, 1989), uma regra só é legítima quando pública, isto é, quando é compartilhada e apreendida pelos agentes sociais como tal. Ou seja, quando a mesma é inteligível para um conjunto de atores em situações específicas.

Nesses termos, o direito legal detém uma dimensão moral que informa as práticas e representações (Boltanski e Thévenot, 1991, p. 61), pois nas disputas e controvérsias os atores são confrontados com aos testes públicos ou privados, lançando mão de competências diversas para evidenciar suas críticas ou justificações. Segundo Thévenot e Boltanski (1991), os atores, em tais circunstâncias, coordenam suas ações e argumentações de modo a torná-las inteligíveis ao julgamento público, pois toda coordenação, judiciária ou não, repousa sobre os julgamentos que os atores trazem sobre a situação e sobre as ações dos atores e suas justificações. Os mesmos são portadores de uma capacidade crítica que os leva a fazer da sua experiência uma pluralidade, de maneira a qualificar uma conduta e de colocá-la à prova (*épreuve*). Sob este prisma, o direito é o modo de investimento que assegura a grande validade e perenidade às marcas de referência convencionais pela sua capacidade de identificar os seres e de destinar-lhes qualidades. Assim, a operação de qualificação que produz, por exemplo, o juiz, com relação às regras que são aplicadas, alarga a possibilidade de atribuição de qualidades às pessoas e às coisas (Thévenot, 2006). Ela refere-se às sensibilidades legais compartilhadas pelos atores que norteiam as classificações e categorizações do que seja justo, moralmente correto e justificável.

Desse ponto de vista, nosso interesse tem sido o de evidenciar o papel que as categorias nativas ocupam na formulação das percepções e representações dos atores. Nas palavras de Geertz:

Nossa visão se concentra no significado, ou seja, como os balineses (ou qualquer outro grupo) fazem sentido daquilo que fazem – de forma prática, moral, expressiva... jurídica – colocando seus atos em estruturas mais amplas de significação, e, ao mesmo tempo, como mantêm, ou pelo menos tentam manter, essas estruturas mais amplas em seu lugar, organizando suas ações em seus termos (Geertz, 2007, p. 270).

Nos últimos anos, a partir de pesquisas desenvolvidas no interior do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e no Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) da Universidade Federal Fluminense, temos nos dedicado a refletir sobre as operações elaboradas pelos atores nas demandas de direitos e reconhecimento em diferentes contextos políticos, morais e simbólicos (Mota, 2014). No âmbito do grupo de pesquisa por mim coordenado, inúmeros trabalhos de natureza etnográfica vislumbraram explorar os aspectos pragmáticos das demandas de reconhecimento formuladas nos diferentes contextos sociais. Nos casos da Marambaia, Sacopã e Grotão, por exemplo, o exercício contínuo na produção e reprodução de uma identidade quilombola veio conferir visibilidade e legitimidade às demandas de direitos dos moradores assentados numa gramática do reconhecimento de suas particularidades e singularidades identitárias (Mota, 2014).

Nessa direção, os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa têm se esforçado a analisar o modo pelo qual determinadas identidades e papéis sociais adquirem (ou não) visibilidade na esfera e espaço público brasileiro (Mota 2015, 2014, 2009) diante de um quadro informado por uma geometria variável da dignidade que relativiza e consubstancia o reconhecimento (ou desconhecimento) da substância moral da dignidade dos atores (Cardoso de Oliveira, 2002) nas arenas públicas. As questões apresentadas pelas pesquisas que desenvolvemos, nos encaminhou para um refinamento analítico e contrastivo acerca da variação e modulação dos princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade presentes nas políticas contemporâneas do reconhecimento. Particularmente, buscamos nos interrogar sobre os efeitos da introdução nos sistemas políticos e morais das noções modernas de indivíduo (Dumont 1966, 1983) e suas implicações na configuração das gramáticas do reconhecimento e da dignidade (Ricoeur, 2004 e Honeth, 2000) no mundo contemporâneo. Nesse contexto, as categorias dignidade, *justesse* e decência tornaram-se dispositivos políticos e morais centrais que mobilizam as ações coletivas de grupos e atores no cenário público atual, adquirindo um significado central às formas de coordenação dos atores, engendrado significativas alterações nos espaços públicos e nas dinâmicas das ações coletivas e nos processos de demandas de reconhecimento e/ou direito. Ao mesmo tempo, a busca pelo “tratamento decente” se tornou uma via pela qual os grupos canalizam suas demandas de reconhecimento de uma dignidade universal e da validação do princípio de *justesse* que passa a organizar as instituições da esfera pública (Margalit, 1999).

Nesse sentido, tomando emprestado o ponto de vista analítico (e em grande medida normativo) de Margalit, por exemplo, o conceito de sociedade decente pode ser comparado ao de sociedade conveniente ou sociedade respeitável, ou seja, que protege a respeitabilidade de seus cidadãos. Segundo ele, “há humilhação cada vez que um comportamento ou uma situação dá a alguém, homem ou mulher, uma razão válida de pensar que ele foi atingido no respeito que ele tem de si mesmo” (1999, p.21). Trata-se de uma significação mais normativa do que psicológica da humilhação, pois o acento é colocado sobre as razões que o fazem ressentir-se da humilhação como um resultado da conduta do outro. Os sentimentos não são apenas causas, mas também razões. A humilhação está mais intimamente vinculada à noção de dignidade, na forma como Charles Taylor (1994, 2000) desenvolveu em diversos trabalhos, pois as condições de vida podem fornecer razões válidas para se sentir humilhado, mas situações são humilhantes apenas se elas são o resultado de atos de omissão imputáveis a outros seres humanos. Para ele, uma sociedade decente seria uma sociedade que combate as condições que constituem aos olhos de seus membros uma razão para se sentirem humilhados. Isto corresponde à idéia segundo a qual apenas uma sociedade possuindo uma noção de direitos é capaz de deter os conceitos de respeito a si mesmo e de humilhação inerentes a uma sociedade decente. Ou seja, o projeto de uma sociedade decente só tem sentido no quadro de uma sociedade dotada de uma clara concepção de direitos e reconhecimento mútuo.

Ora, trabalhos de natureza etnográfica apontam que no espaço público brasileiro as relações sociais estão marcadas por um forte viés hierárquico, personalista no qual a gramática da sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) adquire enorme notabilidade nos ritmos das interações sociais nos meios urbanos das grandes cidades brasileiras, em particular nas denominadas regiões periféricas. Este quadro é ainda incrementado com novas formas marcantes às as relações face-to-face a partir da presença de dois outros regimes marcantes na arena pública brasileira: o da sujeição criminal (Misse, 2010) e da inquisitorialidade (Kant de Lima, 2008). De acordo com Machado da Silva, a sociabilidade violenta presente nas grandes áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro leva a relação social ao paroxismo de forma tal que os agentes sociais fazem do medo e da desconfiança elementos conformadores das relações sociais. Nesse sentido, a associação e articulação entre os princípios da sociabilidade violenta, o da sujeição criminal e da inquisitorialidade impõem uma dinâmica distinta às relações sociais daquelas perspicazmente analisadas por autores dedicados a refletir sobre as vicissitudes do reconhecimento na contemporaneidade, como Margalit, Honeth, Taylor, Boltanski, Thévenot, Ricoeur, dentre outros. No quadro analítico desses autores o processo de reconhecimento social pressupõe a uniforme e simétrica distribuição da dignidade entre os atores das arenas públicas. (Honeth, 2000 e Ricouer, 2004).

Em pesquisas que realizámos na UFF (Mota, 2005, 2008, 2014 e 2015) nos últimos anos foi possível constatar que na arena pública brasileira o mecanismo de reconhecimento da estima social procede de forma sensivelmente distinta de outros quadros sociais, como os descritos por autores clássicos das ciências sociais e da filosofia política que mencionava há pouco. No contexto brasileiro o a plenitude do reconhecimento da estima social é possível mediante o conhecimento por parte dos interlocutores da substância moral digna dos indivíduos inscritos na interação (Cardoso de Oliveira, 2002). Ou seja, na arena pública brasileira para que aos atores sejam reconhecidos é necessário que os mesmos sejam conhecidos em sua qualidade enquanto “pessoa”, nos termos trabalhado por DaMatta (1979), para conferir a ela uma capacidade de ser reconhecida e estimada.

A partir dos desdobramentos de pesquisas coletivas de natureza etnográfica produzidas no interior do InEAC/NUFEP-UFF, fomos levados a nos interrogar as implicações da inscrição do cisma nos processos de reconhecimento das interações sociais marcadas pelos registros da sociabilidade violenta, da sujeição criminal e da inquisitorialidade. Em pesquisas realizadas em SP, RJ e MG sobre a abordagem policial (Sinhoreto *et al.*, 2014), foi constatado nas etnografias que os procedimentos de intervenção dos policiais no espaço público para a abordagem dos chamados “tipos suspeitos” estão muito mais relacionados com o dito “tirocínio policial” do que propriamente com os protocolos e manuais aprendidos na academia de polícia. Ou seja, os critérios de escolha dos sujeitos a serem abordados pela Polícia, segundo o ponto de vista deles, estão associados às tipologias que pré-definem os potenciais criminosos, sendo que a “fundada suspeita” se sustenta pela desconfiança e cisma que o policial aporta ao seu suposto criminoso. Em outra pesquisa coletiva desenvolvida no âmbito no InEAC/NUFEP-UFF (Miranda *et al.*, 2016) com funcionários de uma concessionária de luz que prestam serviços em áreas de “risco” (as denominadas favelas), inúmeras narrativas enfatizavam a imprevisibilidade das relações sociais presente no cotidiano do trabalho nas favelas mediante a abordagem dos traficantes cismados com os funcionários sob a suspeita dos mesmos pertencerem a Polícia ou a grupos de outras facções criminosas. Os nossos interlocutores apresentaram uma diversidade de situações nas quais foram objeto do cisma por parte de traficantes na ocasião em que foram abordados com armas de grosso calibre pelo fato de serem identificados como “alemão”.

As diversas narrativas, representações e discursos apresentado ao longo das referidas pesquisas pelos nossos interlocutores permitiu que tecêssemos alguns quadros de referência sobre as geometrias variáveis da dignidade e do reconhecimento em contextos em que regem o regime da cisma. Neste registro, os detentores do monopólio da violência – policias ou traficantes – suspendem a possibilidade de ações comunicativas simétricas (Habermas, 1993) alocando a situação de interação para um plano no qual as definições identitárias estão sob o crivo do ator que assujeita o outro à uma identidade enquadrada pelo assujeitador. Uma das consequências sócio-lógicas desse fenômeno é o fato que a identidade definida pelo agente cismado (identidade virtual) se torna, ainda que momentaneamente, o papel social (Goffman, 2001) principal do ator assujeitado subvertendo o princípio da universalidade da dignidade que supõe a confiança e a estima do interlocutor.

Nas ricas descrições realizadas pelos interlocutores, as relações sociais marcadas pelo cisma e a sociabilidade violenta aparecem delineadas pela relativização da confiança, do reconhecimento e da dignidade que os atores portam nas interações. Há uma disjunção, e suspensão, entre a confiança e a possibilidade de acordo no regime do cisma, promovendo um desequilíbrio da relação entre reconhecimento, dignidade e *justesse* tão caro às democracias contemporâneas (ver Margalit por exemplo).

Nesse capítulo pretendemos lançar mão de uma reflexão sobre a variação destes quadros interacionais, visando compreender de um ponto de vista etnográfico e comparativo os critérios e definições do reconhecimento da estima social (Boltanski e Thévenot, 1991) em dois contextos etnográficos (Brasil/França). Buscaremos explorar as dimensões microssociológicas e praxiológicas presentes na coordenação das ações dos nossos interlocutores de modo a refinar a compreensão sobre o funcionamento e presença do regime do cisma no contexto urbano da cidade de Niterói e Rio de Janeiro.

**Digno e justo**

A questão do justo e do tratamento decente tem sido tematizado por inúmeros autores da filosofia política e das Ciências Sociais, no entanto não poderia deixar de tomar como uma referência analítica e discursiva o trabalho de Margali Avishai, cuja preocupação é refletir sobre a base da construção de uma sociedade decente no contexto das democracias contemporâneas.

Para Avishai o conceito de sociedade decente pode ser comparado ao de sociedade conveniente ou sociedade respeitável, ou seja, que protege a respeitabilidade de seus cidadãos, mas a comparação mais importante aqui está na diferença entre uma sociedade decente e uma sociedade equitativa (*équitable*) (Margalit, 1999, p.14). Segundo ele “há humilhação cada vez que um comportamento ou uma situação dá a alguém, homem ou mulher, uma razão válida de pensar que ele foi atingido no respeito que ele tem de si mesmo” (1994, p. 21).

Para ele, uma sociedade decente seria uma sociedade que combate as condições que constituem aos olhos de seus membros uma razão para se sentirem humilhados. Outra característica de “uma sociedade decente poderia ainda ser definida como aquela que não viola os direitos das pessoas que dependem dela” (Margalit, 1999, p. 37). Isto corresponde à ideia segundo a qual apenas uma sociedade possuindo uma noção de direitos é capaz de deter os conceitos de respeito a si mesmo e de humilhação inerentes a uma sociedade decente. Ou seja, o projeto de uma sociedade decente só tem sentido no quadro de uma sociedade dotada de uma clara concepção de direitos. Afinal, existe melhor razão de nos sentirmos humilhados do que a violação de nossos direitos, em particular daqueles que visam proteger nossa dignidade? Para explorar esta questão, o autor pensa uma sociedade cuja moral seja fundada sobre o dever, mas desprovida do conceito de direitos. Nesta sociedade, um comportamento humilhante não dá às suas vítimas razão válida de se sentirem humilhadas já que estas não têm o direito de serem protegidas da humilhação. A transgressão aqui é vista mais como uma violação dos interditos da sociedade do que dos direitos de alguém. Paradoxalmente, as pessoas podem agir de maneira humilhante sem que alguém seja humilhado, já que as pessoas estariam desprovidas da noção de dignidade como fundadora das relações ordinárias.

Segundo o autor, justificar o dever de não humilhar implica, sem dúvida, o fato de que a humilhação provoca dor e sofrimento na vítima, o que pode implicar assim o seu interesse em não ser humilhado. Mas para afirmar que a justificação repousa sobre o conceito de direitos, não é suficiente o ato de interesse da vítima, mas também mostrar que este interesse é uma boa coisa em si (Margalit, 1999, p. 41). A ausência de humilhação seria isso que é bom em si, de modo que satisfazer os interesses da vítima é apenas um meio de chegar a este fim. Assim, numa sociedade fundada sobre o dever, sem a noção correlativa de direito, pode-se não apenas dispor de um conceito de humilhação, mas também das razões válidas para se sentir humilhado. Os direitos que podem constituir uma condição suficiente do respeito a si mesmo, ou disso que chamamos dignidade, são os direitos do homem – aqueles que todos possuem a igualdade, unicamente em virtude de sua humanidade comum.

Para além da dimensão do “se-então”, interessa-nos explorar os sentidos e significados atribuídos pelos atores nas dimensões micros das interações sociais que validam as provas e manifestam as gramáticas que coordenam suas ações nos públicos. Neste sentido, vale-nos debruçar sobre tais concepções que informam as ações e orientam as formulações públicas dos atores na direção de tornar visível e plausível a manifestação de suas demandas.

**Entre justo e decente**

Em 1974, Pierre Clastres lançava um dos livros mais originais da antropologia política à época, no qual traçava algumas linhas interpretativas estimulantes sobre o poder, autoridade, chefia, dominação e a construção da ordem no interior das sociedades ameríndias sul americanas. No entanto, mais do que uma reflexão sobre as sociedades indígenas, Clastres propunha uma inflexão a partir dos dados etnográficos das ditas sociedades “primitivas” para compor um quadro de análise plural que revelasse as variações geométricas das relações de ordem e poder na conformação da vida em comum.

A partir de seus dados etnográficos, propunha que a construção da ordem nas ditas sociedades primitivas não se resumia a complexa junção entre a legitimidade da dominação (ou dos tipos de dominação) e o exercício do poder, como bem descreveu e analisou Max Weber (2004) a respeito das sociedades modernas e capitalistas. Clastres ressalta que a economia política e moral das sociedades ameríndias invertia o “cálculo” da produção da ordem ao enfatizar a perspectiva anti-centralizadora presente na cosmologia indígena. Nesses termos, o chefe não ocuparia uma posição privilegiada na conformação e ordenação da vida em comum, já que o seu poder se diluiria no interior de uma engenharia social que supunha a construção de uma ordem social na qual a sociedade se opunha ao Estado, ou nos termos ameríndios, do Estado central e monopolizador do exercício do poder e da violência (moral e simbólica).

As reflexões de Clastres, para além das possíveis apropriações às etnografias sobre o universo ameríndio, em certa medida, oferecem caminhos frutíferos para concebermos os diferentes significados e sentidos emprestados às noções nativas de ordem constituídas no interior das sociedades plurais e contemporâneas. Suas reflexões sobre a dissociação entre dominação/poder e chefia nos levou a interrogar sobre os processos contemporâneos vivenciados em diversos estados nações chamados “ocidentais”. Do século XIX aos dias atuais assistimos o advento e expansão dos princípios que norteiam e organizam os espaços públicos contemporâneos, com a fina associação entre a “liberalização” (com os chamados “mercados livres”) da economia e das relações sociais e o processo de diluição das fronteiras nacionais com a globalização ou mundialização. A mão invisível do mercado, smithiano, estaria estimulando a conformação de uma sociedade sem o Estado? Ou, por outro lado, a liberalização da economia, a ampliação das fronteiras nacionais e a pluralização de direitos de natureza étnico-racial têm conferido uma maior legitimidade e reforço da sociedade com e/ou para o Estado?

No Brasil o lema “Ordem e Progresso”, inscrito na bandeira nacional, pode nos propiciar importantes pistas de análise sobre o problema da ordem e da contestação da ordem, especialmente quando se trata das representações nativas que apresentamos nesta comunicação.

Para as polícias civil e militar da cidade do Rio de Janeiro, junto às quais realizamos uma pesquisa no ano de 2013, o papel de manter a ordem – particularmente quando nenhum outro grupo é capaz de sustentá-la – é atribuído a estes agentes estatais detentores do monopólio do uso da violência. Neste sentido é de extrema importância conhecer as concepções de ordem defendidas por estas instituições, que entram em choque com aquelas de um segundo grupo, também parte do nosso investimento empírico, a saber, os movimentos negros urbanos, apontados em diversos trabalhos como contestadores da ordem estabelecida.

A ordem e a sua contestação aparecem aos pesquisadores (e à sociedade) como um problema, em primeiro lugar, quando suas reivindicações são entendidas pelas polícias como potenciais provocadoras da desordem, ou seja, imbuídas de um potencial destrutivo. Para estes grupos, por outro lado, se apresentam como parte da dinâmica social típica de uma sociedade democrática, onde a contestação não é apenas saudável, mas necessária para que o Estado conheça e contemple seus cidadãos (Kant de Lima, 2000). Em que sentido as relações estabelecidas entre as polícias e a sociedade civil que podem ser entendidas a partir do lema “Ordem e Progresso”? Em que medida esta ideologia é marca de uma sociedade conformada para se estabelecer contra o Estado, como as interpretações de Clastres nos ajudariam a pensar?

Em primeiro lugar, as noções nativas acerca da ordem se assentam numa concepção sensivelmente distinta à das sociedades descritas por Clastres. A fórmula da economia política e moral brasileira nos primórdios da sua história republicana se assenta na composição entre centralização, poder e autoridade (esta última interligada a variações gramaticais como o autoritarismo**)**. Não é por menos que muitos cientistas sociais brasileiros, embebidos pelas pesquisas empíricas sobre o Brasil, chamam a atenção para o caráter tutelar dos direitos de cidadania ou mesmo de um “estadania”, na medida em que o Estado detém uma enorme legitimidade para exercer o monopólio não só da violência, mas também do reconhecimento dos legítimos detentores da substancia moral da dignidade (Kant de Lima, 2011, Cardoso de Oliveira, 2011, Mota, 2009). A característica emprestada à ordem pública e política no Brasil implica na diluição do reconhecimento universal e igualitário dos bens num “mercado da cidadania”. Como muitos cientistas sociais brasileiros já apontaram, as concepções hierárquicas e desiguais marcantes na conformação do bem público no Brasil revelam a alta legitimidade e autoridade concedida ao Estado, enquanto mediador e detentor da autoridade de dizer o Direito e de ordenar a vida em comum[[70]](#footnote-70). Diferentemente, por exemplo, do contexto francês, onde a representação do Estado está atrelada aos papéis e valores atribuídos à República e ao Governo, ambas caracterizadas não apenas pelo entendimento da instituição estatal como agente, mas também por sentidos de justiça que conferem a legitimidade a esta instituição. Em uma palavra, a crença de que o povo francês constrói a legitimidade republicana da *République* faz parte da ideologia que sustenta as ações institucionais provenientes do Estado, o que não está necessariamente ligado às possibilidades de exercício cotidiano de atribuição desta legitimidade.

Em segundo lugar, o Brasil tornou-se um laboratório em ebulição para o pensamento sociológico após as manifestações levadas a cabo no ano passado, bem como a má repercussão que a Copa do Mundo obteve (e tem obtido) no país. O “país da chuteira” tornou-se o “país das bandeiras” a partir dos *émeutes* vivenciados nas grandes cidades brasileiras, bem como em pequenas zonas do Brasil rural ou periférico. Pois as manifestações que se iniciaram nas grandes capitais foram se irradiando para inúmeras localidades, como por exemplo, para as zonas suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, assim como para as favelas e demais territórios nos quais a sociedade que vive “sob a tutela do Estado” constituiu um *savoir-faire* particular sobre como contestar a ordem e também, neste processo, gramáticas que tomaram as arenas públicas na forma de bandeiras, curiosamente demandando do Estado sentidos de justiça democráticos sobre ações do próprio Estado, tornadas visíveis não a partir de uma cidadania concedida, mas tomada pelos grupos manifestantes, apesar da resistência estatal, tensionando noções estabelecidas sobre a agência de grupos e indivíduos face a uma ordem estatal estruturada para resistir a elas.

Estes últimos acontecimentos foram notáveis quanto a capacidade de renovar uma interpretação sobre as construções da ordem política e cívica no Brasil, bem como de lançar algumas interrogações sobre o papel que a polícia brasileira desempenhou (ou tem desempenhado) na conformação de uma economia política e moral na mercantilização dos corpos[[71]](#footnote-71) na constituição de uma matemática distinta das sociedades ameríndias estudada por Clastres, na qual prevalece a lógica do Estado contra a Sociedade.

**A sociedade com a Polícia**

É notável que embora as instituições policiais brasileiras tenham sofrido inúmeras transformações ao longo da história republicana nacional após a redemocratização, em particular com a introdução dos chamados “princípios dos Direitos Humanos”, ela tem sido uma instituição voltada à conformação de ordem repressiva e violenta, como ressalta, por exemplo, Kant de Lima (1997).

Por um lado, uma instituição que investe em gestão de domínio de território com o treinamento de policiais preparados para a guerra, armamentos pesados (como AK47, fuzis de alta precisão, carros blindados, o conhecido “caveirão”), por outro, esta mesma instituição se investe do papel “comunitário” e “cidadão” com as Polícias de Proximidade, como almejam as UPP’s, por exemplo.

Essa condição híbrida, de comportar em uma só instituição e em um só corpus lógicas supostamente antagônicas e distintas, não dilui a construção de uma ordem na qual o Estado se põe contra a “Sociedade”. Em pesquisas que desenvolvemos no último ano, bem como aquelas realizadas por pesquisadores do INEAC e NUFEP, permite evidenciar a forma como a polícia filtra e combate a “Sociedade”.

No estado do Rio de Janeiro, o órgão responsável pela consolidação e divulgação das informações de incidência criminal, o Instituto de Segurança Pública - ISP, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Segurança – SESEG/RJ, consolidada dados dos Registros de Ocorrência da Policia Civil[[72]](#footnote-72) (no Brasil há as polícias civis e militares). Os dados oficiais, obtidos junto ao ISP, correspondentes ao período de 2008 a 2012, apresentam o número de pessoas mortas pela polícia e registrados como “*autos de resistência*”. Como afirma Misse, embora sejam homicídios, essas mortes são classificadas separadamente pela polícia, por se tratarem de mortes com exclusão de ilicitude, porque supostamente cometidos em legítima defesa ou com o objetivo de vencer a resistência de suspeitos de crime (Misse *et al.*, 2013).

A categoria auto de resistência, além de sua variabilidade semântica, possui uma natureza polissêmica ao definir que ações que poderiam ser tipificadas como “ilícitas”, ancoradas no sistema classificatório dos agentes de polícia, já que inexiste um critério universal e protocolizado para definir “ilícito” culmine no uso excessivo do monopólio da violência. Por outro lado, o auto de resistência denota uma legitimidade da ação letal da polícia contra pessoas ou grupos que se contraponham à ordem legitima do Estado.

Gráfico - Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial – “Auto de Resistência” segundo raça/cor - estado do Rio de Janeiro, 2008 a 2012

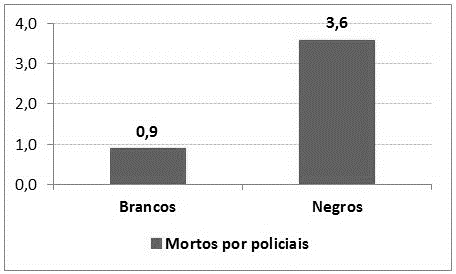


Fonte: NUPESP/ISP

É importante notar que em números absolutos, por ano, a polícia tem exterminado cerca de 1000 pessoas por ano no Estado do Rio de Janeiro. Nota-se que a predominância da população negra entre as vítimas de mortes cometidas por policiais fica ainda mais evidente quando se leva em conta a proporção de brancos e negros na população do estado do Rio de Janeiro. Segundo os dados do último censo do IBGE, a porcentagem de negros[[73]](#footnote-73) na população fluminense é de 52%, ao passo que a de brancos é de 47%. Já a porcentagem de brancos mortos pela polícia é de 21%, enquanto que de negros é de 79%.

Logo, quando se calcula a taxa por 100 mil habitantes em cada grupo de cor branca e negra mortas pela polícia, no ano de 2012, é possível notar que a dimensão racial é importante à atuação letal da polícia no estado do Rio de Janeiro: para cada 100 mil brancos, 0,9 é morto pela polícia, ao passo que para cada 100 mil negros, 3,6 são mortos pela polícia. O Gráfico 5 mostra esta discrepância:

Gráfico - Mortes cometidas por policiais, segundo cor/raça, em taxa por 100 mil habitantes residentes no Rio de Janeiro – 2012



Fonte: NUPESP/ISP

Quando se atenta para a faixa etária destas vítimas, também é possível notar o alto percentual de jovens negros, conforme tabela 3:

Vítimas Negras de “Auto de Resistência”, segundo grupo etário, em percentagem. Rio de Janeiro, 2008 a 2012

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Grupo etário** | **2008** | **2009** | | **2010** | | **2011** | | **2012** | |
| **0-14** | 0,1% | | 0,1% | | 0,2% | | 0,3% | | 0,0% |
| **15-19** | **7,3%** | | **9,3%** | | **8,0%** | | **7,2%** | | **14,9%** |
| **20-24** | **12,7%** | | **11,5%** | | **12,4%** | | **13,5%** | | **19,6%** |
| **25-29** | **8,7%** | | **8,7%** | | **7,1%** | | **7,7%** | | **7,8%** |
| **30-34** | 4,6% | | 4,0% | | 3,3% | | 5,2% | | 5,7% |
| **35-39** | 2,1% | | 1,0% | | 1,4% | | 1,7% | | 4,1% |
| **40-44** | 0,7% | | 1,8% | | 1,0% | | 1,4% | | 2,0% |
| **45-49** | 0,7% | | 0,1% | | 0,9% | | 0,6% | | 0,0% |
| **50-54** | 0,1% | | 0,1% | | 0,2% | | 0,0% | | 0,7% |
| **55-60** | 0,3% | | 0,1% | | 0,0% | | 0,3% | | 0,0% |
| **60 ou mais** | 0,1% | | 0,0% | | 0,2% | | 0,0% | | 0,0% |
| **Não Informado** | 62,5% | | 63,1% | | 65,3% | | 62,2% | | 45,3% |

Fonte: NUPESP/ISP

Pode-se perceber que, entre 2008 e 2012, dobram-se os percentuais de vítimas para o grupo etário de 15 a 19 anos, de 7,3% para 14,9%. No grupo de 20 a 24 anos, o índice cresce de 12,7% para 19,6%. Para o caso do grupo etário de 25 a 29, houve ligeira queda, e para o grupo de 30 a 34 anos, observa-se um aumento pouco significativo.

Os dados acima apresentados, gerados por agências estatais no exercício corriqueiro de registro da ação policial, demonstram que os jovens entre 15 e 24 anos são os mais suscetíveis a se tornarem vítima de conflito com a polícia que resulta em homicídios tipificados como “autos de resistência”. Para compreender como os policiais destas instituições de diretrizes híbridas veem esta prática, paralelamente ao levantamento de dados estatísticos foi realizada uma pesquisa de natureza etnográfica junto aos policiais militares do Rio de Janeiro que nos permitiu refinar a compreensão sobre os dados quantitativos apresentados acima.

As entrevistas e conversas com policias de baixa e alta patente (praças e oficiais) nos permitiram acessar os vocabulários e cosmologias que informam os policiais quanto aos tipos a serem alvejados pela Polícia. De maneira geral, tanto oficiais quanto praças negaram a prática da filtragem racial nas atividades de policiamento, creditando à fundada suspeita, o mecanismo principal para a seleção daqueles que sofrem investidas da polícia. A fundada suspeita é fruto, segundo os interlocutores, da experiência que o policial adquire nas ruas para identificar um suspeito ao primeiro olhar e os signos da suspeição. Esta experiência adquirida é nomeada de tirocínio policial, uma qualidade positivada entre os interlocutores e construída mediante o “tempo de rua” que um policial possui[[74]](#footnote-74).

Contudo, ainda que a prática da filtragem racial seja negada entre os interlocutores, muitos dos elementos que compõem a chamada fundada suspeita remetem a um grupo social específico, caracterizado pela faixa etária, pertença territorial e que exibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura “da periferia”. Conforme atestam os depoimentos, a vestimenta e a postura corporal são consideradas indícios empíricos a fundamentar a suspeita policial.

Por outro lado, estando a atividade da Polícia Militar ancorada no campo do policiamento ostensivo, a possibilidade do confronto inesperado com um potencial “inimigo” é algo presente na rotina do policial, o que faz da abordagem um momento especialmente tenso e imprevisível. O desfecho favorável deste momento, ao menos para o policial, dependerá da capacidade do agente em realizar a suspeição, conseguindo destacar potenciais “inimigos” do meio da multidão, antecipando e administrando assim os riscos da abordagem. Nesse contexto, alguns lugares apresentariam menos riscos para essa identificação, como, por exemplo, no caso das favelas, principalmente nos subúrbios cariocas. Verificamos assim, que a forma de administrar o conflito dependerá da natureza do morto, corroborando, assim, a produção de uma geometria variável da dignidade para os policiais. Esses, conhecidos no jargão policial como “Gansos”, têm sua morte legitimada na classificação administrativa de auto de resistência.

“Concretizar a suspeita” é uma competência inscrita num campo em que estão presentes tanto componentes objetivos, advindos de uma ordem técnica racionalizada e transmitida por meios institucionalizados, como por componentes que escapam à objetivação. Estes remetem a um saber informal, adquirido no cotidiano e construído “na rua” no qual o cisma opera como o critério definidor e demarcador da ação dos agentes da polícia. A materialidade do tirocínio é expressada quando o policial tem a habilidade de mapear lugares, horários, condições em que é possível realizar uma operação policial “bem-sucedida”, bem como quando é capaz de avaliar a existência de armas ou de objetos ilícitos a partir de uma leitura dos movimentos corporais dos transeuntes ou dos motoristas. Mais do que ser apenas um elemento suspeito, o indivíduo deve estar em atitude suspeita, ou seja, esse indivíduo porta características de papéis sociais de sujeitos cismáveis e, portanto, objeto alvo da polícia.

Nas entrevistas foram descritos detalhes minuciosos que supostamente permitem ao policial reconhecer, por exemplo, que uma pessoa que transporta uma arma protege mais a parte do corpo onde a guarda. O tirocínio reconhece sutilezas em gestos e olhares que não são perceptíveis às pessoas comuns. E, ao ser orientado pelo tirocínio, o momento anterior à abordagem, ou seja, o processo de concretização da suspeição é algo dificilmente passível de ser regulado (Sinhoreto *et al.*, 2013).

O chamado “conhecimento da rua” compõe uma parte relevante para a aquisição do “saber-fazer” que orienta o procedimento dos agentes de segurança. Embora o conhecimento adquirido no interior da Academia de Formação Policial seja importante, no que concerne à constituição de um ethos constitutivo da identidade policial, a atividade prática nas ruas é apontada como o meio pelo qual o fazer policial é atualizado e reatualizado através de um conhecimento sobre a conduta e o modo de ser do “tipo suspeito”. Escutamos, de forma rotineira de policiais, que quando saem dos cursos de formação muitos dos seus superiores os aconselham a esquecer aquilo que foi dito nos cursos de formação.

No contexto fluminense também foi possível verificar que o modo pelo qual o conhecimento da rua informa e orienta a ação policial tem implicações na forma como a abordagem policial se efetiva no espaço público. Os manuais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), possuem um papel secundário na abordagem policial, sendo que é a prática da rua que confere elementos ao policial para a prática da abordagem e da construção dos tipos suspeitos: “o fazer policial se aprende na rua e na prática cotidiana da atividade policial”.

Segundo um policial entrevistado, “(...) o racismo existe, mas era mais expressivo no passado, pois a atual formação da PMERJ não reproduz esse preconceito desde que foi implementada a disciplina de Direitos Humanos na formação desses policiais”. Por outro lado, confirma que o conhecimento da rua, o “saber prático” lhes confere uma capacidade de constituir um tipo suspeito não apenas pela cor, mas por uma série de variáveis que se entrecruzam: a forma de vestir e sua “compatibilidade” com o lugar onde o indivíduo se encontra, a maneira de andar e o horário de circulação – variáveis fundamentais para que os policiais construam a fundada suspeita. Nesse sentido, a variável cor/raça se torna um elemento na decisão da abordagem policial, pois sua relação com as vestimentas, as corporalidades e os locais de potencial ação policial associam diretamente o tipo suspeito ao jovem, negro, morador de áreas periféricas do Rio de Janeiro.

**O Estado contra a Sociedade?**

É disseminada socialmente a percepção de que as polícias dispensam tratamento desigual aos diferentes grupos étnico-raciais – o que a pesquisa constatou por meio da análise de dados (Sinhoretto *et al.*, 2013). Por um lado, o movimento de juventude negra no Brasil elegeu o tema do “genocídio da juventude negra” como uma questão prioritária de ação para o presente e tem intervindo em diversas instâncias de formulação de políticas públicas com esta pauta.

A pauta do “genocídio da juventude negra” emergiu com maior vigor nos anos 2000 em decorrência da constituição de um novo conjunto de atores políticos definido como movimento de juventude negra, constituído por uma militância jovem e negra que passou a problematizar as especificidades do segmento, articulando demandas etárias/geracionais com demandas étnico-raciais. Entre as especificidades do segmento destacou-se a incidência de maiores taxas de mortes violentas entre os jovens negros, o que passou a ser tratado pelo movimento com o gerenciamento de um vocabulário político e moral no qual articula as categorias “genocídio” e “extermínio programado”. O fato, porém, destas categorias não se referirem a uma política pública de bases constitucionais diz muito sobre o caráter da ideologia que fundamenta estas ações tomadas de forma sistemática pelos grupos que direcionam o monopólio da força policial.

Por se tratar de uma de uma ideologia e de um direcionamento da máquina estatal negados oficialmente, estão assim colocados por aqueles que a operam fora da esfera de controle democrático. Em outras palavras, paradoxalmente a presença de uma estrutura democrática idealizada com o objetivo de romper com a dicotomia que separa os interesses da sociedade e do Estado, o esvaziamento das arenas públicas através da desqualificação dos interlocutores advindos dos movimentos negros reforça a invisibilidade de uma demanda por protocolos claros e de fato cumpridos pelas polícias. Daí a invisibilidade das categorias nativas genocídio e extermínio para caracterizar a conduta dos agentes estatais no campo da Segurança Pública.

É importante frisarmos que em outros domínios, como no campo da titulação das terras quilombolas ou nas políticas de cotas nas Universidades (Mota, 2009), as vozes dos atores vinculados ao movimento negro têm adquirido uma visibilidade junto às instituições políticas e públicas. No entanto, a denúncias formuladas contra a ação letal policial não forneceu o mesmo quadro de visibilidade às mobilizações coletivas dos movimentos sociais.

Neste sentido, abordar a violência policial em nossa pesquisa através da chave étnica e racial nos levou a contextos mais amplos, num mosaico que revela o imbricamento destas visões de mundo em meio a múltiplas motivações de se reconhecer a experiência de discriminação enquanto legítima ou não legítima aos olhos do Estado ou de outros agentes políticos e públicos. Entre os movimentos negros, é um consenso que a cor da pele é um dos critérios de discriminação na abordagem policial, e combate-la faz parte da profilaxia necessária aos problemas sociais onde a instituição policial está envolvida.

Compreender este fenômeno, todavia, envolve pensar na visão dos policiais sobre a sua atuação profissional. Para os policiais a abordagem para identificação nas ruas, que tem por princípio a vigilância de elementos em “atitude suspeita”, ou seja, que constituem a “fundada suspeita” na visão do policial, duas perspectivas sobressaem: a letalidade policial e os critérios para a seleção de suspeitos, correspondente a duas faces do monopólio exercido pela polícia. É que concentrar o monopólio da violência e a atribuição de selecionar aqueles que são objeto desta violência se conformam no cenário brasileiro como uma terceira forma de poder: o de hierarquizar a dignidade através da distinção entre “humanos” (portanto cidadãos) e aos des-humanos pela inexistência de substância moral digna (Cardoso de Oliveira, 2008 e Mota, 2012).

A letalidade policial, neste sentido, corresponde ao tratamento dispensado aos classificados como desumanos. Enquanto as polícias se ocupam de justificações que coloquem esta letalidade como uma questão de intensidade da violência adequada a cada situação, os movimentos negros se ocupam das justificações sobre as ligações do uso da letalidade a uma identificação de indivíduos e grupos sociais, como uma medida hierarquicamente atribuída como uma punição adequada a um determinado público, não como um julgamento de grau dependente da intensidade da ameaça à ordem. Como no caso ocorrido numa via de grande movimento da cidade do Rio de Janeiro, onde dois jovens, ignorando as convenções sociais que os identificam como potencialmente perigosos no caso da fuga de uma blitz, aceleraram sua motocicleta ao invés de parar. Para os movimentos negros, a reação da polícia foi exemplo de um padrão que precisa ser reconhecido e combatido:

“Outra coisa que vocês observam é quando a gente vê as balas perdidas, [...] do policial que atirou. Se o cara acelerou, porque não atirou no pneu do carro? Será que eles não fazem treinamento para atirar? Atira sempre em uma situação que vai pegar na cabeça, vai pegar no coração? Por que não atira no pneu do carro? O máximo que vai acontecer é um acidente...”

Segundo a liderança cuja entrevista citamos aqui, a abordagem no caso acima deveria deter os dois jovens e leva-los à justiça, não alienar o indivíduo de seu direito à vida, numa condenação sumária. Afirma, ainda, que “não considero uma bala perdida. Esta é uma bala que achou alguém”. Com isso, quer dizer que a ação policial é direcionada, e este caso emblemático é acionado em seus discursos para trazer visibilidade ao entendimento das práticas policiais como um “extermínio programado” da juventude negra.

Identificam, ainda, na letalidade policial, atitudes que demonstram escolhas vinculadas ao contexto onde estes profissionais atuam, como fica mais claro quando ligam estas afirmações a casos como o indicado abaixo:

“Ainda segundo testemunhas, ao chegar próximo ao radar de 40 km da estrada, um dos policiais teria atirado no pneu da moto do jovem e ele teria caído. Após descerem das motocicletas, um dos policiais teria atirado na cabeça de Gabriel enquanto o jovem estava caído. [...] declaram que o jovem gritava pedindo que os policiais não atirassem. “Eu sou trabalhador, não atira por favor, não atira!”.

Os policiais que mataram o jovem de periferia não foram processados por assassinato, sendo o ocorrido registrado como “auto de resistência”. Entre as consequências de não haver um questionamento legal de suas motivações, tanto da seleção do suspeito quanto do uso extremo da força, estão as expectativas sobre a ação policial no meio social onde estas atividades de “vigilância” têm lugar. Ao construir as justificativas para sua ação segundo o contexto onde o jovem se encontrava (um bairro de periferia, onde a maioria dos moradores pode ser identificada com uma classe social de baixa renda) e também segundo sua identificação com um grupo social marginalizado (negro ou pardo), os ativistas dos movimentos negros defendem que ocorre uma institucionalização da “pena de morte não legalizada”.

Romper com estes paradigmas envolve trazer visibilidade aos portadores deste estigma, questionando, por exemplo, o ditado “bandido bom é bandido morto”, uma vez que muitos jovens com histórico de laços positivos construídos dentro de sua comunidade tiveram seus direitos desrespeitados. Reivindicam, neste sentido, uma quebra no monopólio de atribuição de status envolve uma conjuntura onde a sociedade não seja percebida como organizada contra ao Estado, mas num sentido em que opera com o Estado na atribuição de hierarquias.

A rejeição estatal aos investimentos nesta inversão da ordem podem ser percebidos na repercussão da campanha “Reage ou será morto, reaja ou será morta”, inserida no contexto das discussões da primeira audiência pública sobre o extermínio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro:

“(...) nós temos uma situação dramática acontecendo todos os dias, independente de qualquer calendário, a gente precisa ter uma situação concreta, de imediato fazer algo. (...) Ninguém está sendo indiferente a outros grupos, mas está acontecendo um genocídio da juventude negra.”

Na referida audiência, representantes de diversas instâncias estatais foram pressionados por representantes de movimentos negros como o Juventude Viva, bem como pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Apesar do governo federal declarar a disponibilização de recursos, e de já terem sido identificados 132 municípios que são focos de morte da população negra, a exposição dos que representavam o governo tratavam de uma enumeração de procedimentos burocráticos, todos eles em andamento ou ainda em fase inicial. O tom das cobranças foi de urgência, porque trata-se de caso “de vida ou morte”. Neste sentido, as expectativas sobre a atuação da polícia se aproximam de uma letalidade sobre esta população específica, de uma maneira geral e abrangente, constituindo o que viemos a chamar aqui de uma economia política e moral da mercantilização dos corpos.

Avançando na descrição da complexidade dos contextos do uso da letalidade policial, buscamos entender a sofisticação da ideologia que sustenta esta violência no imaginário das suas vítimas e também no imaginário destes agentes da segurança pública. As duas perspectivas se encontram no perfil do “elemento de cor padrão”, tanto na expectativa de identificar e punir “bandidos e vagabundos”, pelo lado da polícia, como a de ser vítima não apenas de um comportamento condenável pela polícia, mas de uma identificação equivocada de um criminoso. Um dos motivos de grande revolta por parte dos entrevistados é que um indivíduo sofre as consequências da estigmatização de um grupo como um todo, quando a legislação aponta para a punição após a identificação de uma pessoa que cometeu um crime.

De outro lado, a constatação de que a polícia age diferentemente nos territórios marcados pela presença negra ou indígena é hoje reforçada em diversos níveis de discurso sobre segurança e direitos. Desde teses acadêmicas a análises veiculadas por mídias, a panfletos e manifestos de grupos engajados na luta pela igualdade racial, o jovem negro da periferia é identificado como a principal vítima fatal da violência urbana, em especial da violência policial neste contexto.

Ainda que estes movimentos sociais visem inserir na agenda da segurança pública a questão da violência policial contra jovens e negros da periferia, é notável a pouca aderência da agenda destes setores junto às instituições públicas do Governo Federal ou Estadual, se comparado às políticas de cotas, demarcação de terras quilombolas, por exemplo, como acima frisado.

Se por um lado, como em alguns de nossos trabalhos, assistimos a emergência de uma política da diferença quanto ao tratamento dos direitos territoriais dos negros ex-escravos (como os quilombolas) ou de acesso à saúde (como o caso de doenças que assolam a população negra) ou ainda quanto ao acesso às concorridas e restritas Universidades Públicas brasileiras com a promoção das políticas das cotas (Mota, 2009), no cenário da Segurança Pública as “vozes negras e pardas” continuam a padecer da a-sonoridade e invisibilidade imposta por um Estado que está informado por um regime de distribuição desigual da dignidade ao fomentar as condições de tratamentos desiguais aos “pretos, pobres e marginais”.

A característica emprestada à ordem pública e política no Brasil implica na diluição do reconhecimento universal e igualitário dos bens num “mercado da cidadania”. Como muitos cientistas sociais brasileiros já apontaram, as concepções hierárquicas e desiguais marcantes na conformação do bem público no Brasil revelam a alta legitimidade e autoridade concedida ao Estado, enquanto mediador e detentor da autoridade de dizer o Direito e de ordenar a vida em comum[[75]](#footnote-75)

Neste termos, a economia política e moral da sociedade brasileira inverte o princípio da simetria da Sociedade contra o Estado descrito por Clastres ao conceder o monopólio à polícia de hierarquizar a dignidade conferindo estados distintos aos “humanos” (portanto cidadãos) e aos desumanizados pela ausência de um estado que lhes confira uma substância de dignidade. Da mesma forma, esta economia substitui o principio do monopólio do uso da força, nos termos descritos por Weber (2004), pelo regime do uso dos corpos e da vida com a economia política e moral da morte.

**Referências bibliográficas**

Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris, França: Gallimard.

Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, Vol. 32, Nº3, pp.405-411

Cardoso de Oliveira, L. (2002). *Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, Rio de Janeiro*. Paris: Garamond.

Clastres, P. (1974). *La Société contre l’État: Recherches d’anthropologie politique*. Paris: Les editions de Minuit.

Da Matta, R. (1979). Você sabe com quem está falando ? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: Roberto DaMatta. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Dumont, L. (1966). *Homo hierarchicus*. Paris: Éditions Gallimard.

Dumont, L. (1983). *Essais sur l' individualisme : une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil.

Geertz, C. (2007). *O saber local: Fatos e leis em uma perspectiva comparativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes.

Goffman, E. (2001). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.

Goffman, E. (1991). *Les cadres de l’expérience*. Paris : Les Éditions de Minuit.

Habermas, J. (1993). *L’espace public*. Paris: Payot.

Honnet, A. (2000). *La lutte pour la reconnasissance*. Paris: Le Cerf.

Kant de Lima, R. (2008). *Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora.

Kant de Lima, R. (2001). Carnavais, Malandros e Heróis: O dilema brasileiro do espaço público. In L. G. Gomes, L. Barbosa, & J. A. Drummond (Org.), *O Brasil não é para principiantes* (105-124). Rio de Janeiro, Brasil: FGV.

Machado da Silva, L. A. (2004). Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: Soc. Estado, vol 19. Brasília

Margalit, A. (1999). *La societé decente*. Paris: Edition Climats.

Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuicão analítica sobre a categoria “bandido”. In: Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38.

Miranda, A.; Muniz, J.; Mota, F.; Pires, L.; Albernaz, E.; Maia, B.; Falcao, H.; Ribeiro, Y. (2016). Relatório de pesquisa qualitativa: acesso e circulação de profissionais em áreas de risco e atuação da empresa Enel. (relatório de pesquisa)

Mota, F. (2005). O Estado contra o Estado: Direito, Poder e Conflitos no Processo de Produção da Identidade ‘Quilombola’ da Marambaia, In: Kant de Lima, R. (dir), *Antropologia e Direitos Humanos 3*, Niterói: EdUFF.

Mota, F. (2005). Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira, In: Tiscornia, S.; Pita, M-P. (dir), *Derechos Humanos, Tribunales y Policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires.

Mota, F. (2009). Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, p. 107-127, 2009

Mota, F. (2014). Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Ed. Conseqüência.

Mota, F. e Neto, J. (2015). The Making of the Common in the Development of Social Identities: How To Be or Not To Be a Fisherman in Brazil and Portugal. In: RESENDE, José Manuel; MARTINS, Alexandre Cotovio. (Org.). The Making of the Common in Social Relations. 1ed.:

Ricoeur, P. (2004). *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Gallimard.

Sinhoretto, J.; Mota, F.; Batitucci, E.; Schlittler, M. ; Silvestre, G. ; Morais, D. S. ; Souza, L.; Sousa, R.; Silva, S.; Ovalle, L. ; Ramos, P. C.; Almeida, F. B. ; Maciel, W. C. (2014). A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: Cristiane do Socorro Loureiro Lima; Gustavo Camilo Baptista; Isabel Seixas de Figueiredo. (Org.). Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. 1ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, v. 5, p. 121-158.

Taylor, C. (2000). *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola.

Taylor, C. (1994). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. New Jersey: Princeton University Press.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris : Éditions la Découverte

Weber, Max. (2000). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB.

## 

## Manifestações da intolerância religiosa no Rio de Janeiro: visibilidade, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos na esfera pública

Ana Paula Mendes de Miranda[[76]](#footnote-76)

Intolerância une. Quando fala discriminação atinge apenas determinados segmentos... Intolerância une negros, religiosos, homossexuais. Hoje, ninguém quer ser taxado de intolerante. (Babalaô Ivanir dos Santos, interlocutor da CCIR) [[77]](#footnote-77)

Este texto apresenta reflexões sobre a visibilidade que o tema da intolerância religiosa passou a ter no Rio de Janeiro, a partir de 2008, após a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa e as demandas por reconhecimento de direitos e (in) criminação dos casos. É preciso esclarecer que a categoria intolerância religiosa[[78]](#footnote-78) aparece no discurso dos participantes da CCIR com múltiplos sentidos, mas tendo em comum o facto de que ela expressa as experiências em situações de vitimização por preconceito e discriminação devido as suas opções religiosas e étnicas, principalmente frente ao crescimento do número de adeptos das religiões neopentecostais no país.

Tenho como objetivo descrever que tipo de tratamento tem sido dado a estes conflitos pelas instituições públicas, bem como analisar a maneira como os dispositivos jurídicos e normativos são aplicados e apropriados em contextos distintos. Ressalta-se que a pesquisa não tem como objeto o estudo das religiões, mas sim a manifestação de conflitos de natureza étnico-religiosa relativos a casos de intolerância religiosa que se tornaram públicos no Rio de Janeiro envolvendo principalmente integrantes de religiões neopentecostais evangélicas e afro-brasileiras, o que levou a organização de uma *Comissão de Combate à Intolerância Religiosa* (CCIR)[[79]](#footnote-79)*,* composta por membros de organizações religiosas, do movimento negro e de defesa de direitos humanos, que tem estimulado às “vítimas” a apresentar demandas judiciais por reconhecimento de seus direitos, como veremos adiante.

Os dados apresentados se referem ao trabalho de campo realizado em Juizados Especiais Criminais[[80]](#footnote-80) (JECrim), em delegacias de Polícia Civil[[81]](#footnote-81) (78ª DP – Niterói; 35ª DP – Campo Grande), o que incluiu a realização de entrevistas semi-estruturadas para conciliadores, juízes e promotores, visando descrever sua atuação no âmbito do JECrim, em especial, bem como aos inspetores e delegados*.*

Outras atividades desenvolvidas foram a análise de documentos legislativos e normativos, bem como o levantamento de registros de ocorrências policiais e processos judiciais relativos à intolerância religiosa(Miranda, Mota & Pinto, 2010), no qual se observou que tais casos eram registrados pela Polícia Civil como ocorrências que a legislação considera como de “menor potencial ofensivo”, a saber: calúnia; injúria; difamação; ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo; ameaça; lesão corporal; dano; maus tratos; perturbação de trabalho ou sossego alheios. Esta perspectiva contrasta com a visão que as “vítimas” têm sobre os casos, já que os consideram crimes graves, pois afetam diretamente elementos constitutivos de sua identidade social.

A realização de pesquisas etnográficas, voltadas às práticas de administração institucional de conflitos em situações de controvérsias relacionadas às diferenças identitárias étnico-religiosas nos espaços públicos[[82]](#footnote-82), tem privilegiado o debate sobre os efeitos ocasionados por demandas de direitos, de justiça e reconhecimento, por parte dos atores envolvidos em conflitos de natureza “privada” ou “pública”, na esfera pública e no espaço público (Habermas, 1993).

Nesse sentido, é possível afirmar que a identificação dos casosrelativos à intolerância religiosarepresenta uma dimensão importante para pensar os processos de reconhecimento de direitos, tendo em vista que a liberdade religiosa e a laicidade constituíram-se como paradigmas fundantes do Estado moderno. Segundo essa concepção a modernização levaria à secularização[[83]](#footnote-83), ou seja, a um declínio da influência da religião na sociedade, mediante o deslocamento da religião para a esfera privada, associada ao processo de laicização[[84]](#footnote-84) do Estado, entendido como a formação de uma esfera pública desvinculada de grupos religiosos e um tratamento igualitário a todas as religiões, constituem as bases do modelo de democracia ocidental, que pressupõe, dentre outros aspectos, a separação entre as atividades realizadas pelo Estado e pela religião. Estudos sociológicos e antropológicos têm demonstrado que essa ideia não se realizou nem plenamente, nem de maneira uniforme, seja porque se observou o surgimento de movimentos de contra secularização, seja porque a laicização se deu de formas variadas e com efeitos distintos nas sociedades, em especial, no que se refere às formas político-jurídicas de tratar a diversidade de manifestações religiosas no espaço público[[85]](#footnote-85).

Considerando que a laicidade é um processo político que se desenvolve a partir do Estado, para delimitar seu afastamento em relação às religiões, torna-se relevante que se compreenda como isso ocorre na prática, já que o facto de um Estado proclamar-se laico não significa o fim de conflitos, ao contrário, pode representar a explicitação de disputas, já que os cidadãos que professam alguma religião tendem a defender seus valores e interesses, provocando assim diferentes perceções sobre o papel do Estado e suas ações. Este é, portanto, o eixo que orienta a análise pensar, tal como propõe Luís Roberto Cardoso de Oliveira (1996), a noção de direitos como uma categoria relacional, cujo emprego supõe uma situação de interação, que envolve pelo menos duas partes e um contexto determinado, de modo que os significados que lhe são atribuídos revelam diferentes valores e representações sobre a cidadania e a justiça. Mas antes de entrar nesse tema é importante compreender como o tema tem sido debatido no Brasil.

**Estado secular, intolerância e a liberdade religiosa no Brasil**

O processo de construção do Estado secular no Brasil não produziu a privatização da religião para a esfera doméstica. Segundo Paula Montero (2006), o afastamento do catolicismo só se deu mediante a conquista de vários privilégios e a explicitação de um conflito em torno das tradições religiosas não cristãs. Isso pode ser verificado pela análise de dois documentos fundamentais – o Código Penal (entrou em vigor em 11 de outubro de 1890) e a Constituição (promulgada em 24 de fevereiro de 1891). É comum se falar da separação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil a partir da referência à da primeira Constituição da República, que aboliu a religião oficial no país e estabeleceu a liberdade religiosa[[86]](#footnote-86). No entanto, é preciso lembrar que o primeiro marco legal republicano foi o Código Penal no qual estava prevista a criminalização de algumas práticas não classificadas como “religiosas”, que eram associadas a crimes contra a saúde pública e o exercício ilegal da medicina, que se relacionavam à práticas vigentes em tradições de matriz não cristãs[[87]](#footnote-87).

Fica evidente que a liberdade religiosa estabelecida com a fundação da República no Brasil não representou a garantia de direitos aos africanos e seus descendentes. Ao contrário, suas práticas eram consideradas criminosas.

A definição de crimes e suas penas antes do estabelecimento dos direitos é revelador do “papel político destinado ao processo penal – garantidor das liberdades públicas” (Kant de Lima, 2008, p. 127), o que permite explicitar distintas concepções de ordem pública e social que determinam as escolhas feitas nas diferentes instituições para implantar estratégias de controle social e administração de conflitos em público. Assim, a laicização que se instituiu a partir da proclamação da República mediante a atuação das instituições do chamado “Sistema de Justiça Criminal” se vincula, de forma direta, com o exercício dos direitos civis e sociais (Marshall, 1967), seja pelas atribuições de controle e repressão das polícias, seja pela de garantia de direitos por parte do Judiciário.

A afirmação da liberdade de crença e da igualdade de todos perante o art. 72 da primeira constituição republicana se deu num contexto de coexistência com regras jurídicas onde a desigualdade e a hierarquia eram os princípios organizadores de grande parte das interações sociais. Esse paradoxo entre a igualdade/desigualdade formal e a hierarquia social se reflete, de forma paradigmática, nos mecanismos de administração de conflitos no espaço público no Brasil (Kant de Lima, 2000).

A análise dos processos contra os acusados de praticar ilegalmente a medicina ou o curandeirismo no início do século XX[[88]](#footnote-88) pôs em cheque a hipótese de que a repressão a religião dos escravos teria produzido uma nova religião, hipótese que é compartilhada ainda hoje por religiosos, mas também pela literatura sociológica clássica, tal como a produzida por Nina Rodrigues, Arthur Ramos, e Roger Bastide. Para Yvonne Maggie (1992) os mecanismos reguladores criados pela República foram fundamentais para a conquista do *status* de religião, ao atuar de forma seletiva na identificação dos *feiticeiros,* delimitou a magia maléfica e a magia benéfica, o que serviu para colocar alguns cultos fora do alcance da polícia e da justiça. Tal tese também é compartilhada por Paula Montero (2006), que afirma que a não retirada das religiões do espaço público levou à produção de novas formas de expressão pública conforme os contextos normativos e de relações entre os grupos religiosos não cristãos.

É possível se afirmar, portanto, que o processo de laicização no Brasil não teve como consequência uma transferência da religião da esfera pública para a esfera doméstica. Ao contrário, a república, no que se refere ao processo de separação entre Igreja e Estado, até produziu inicialmente um retraimento do catolicismo, mas explicitou um intenso conflito em torno da autonomia de manifestações culturais de matriz não-cristã, que buscavam se expressar de forma legítima publicamente (Montero, 2006). Assim, se num primeiro momento, a manifestação daquilo que se chamava de “feitiçaria”, “curandeirismo” e “batuques” foi criminalizada, posteriormente, abriu-se a possibilidade de seu reconhecimento como religião institucionalizada, o que posteriormente levou à descriminalização das religiões de matriz afro em nome do direito à liberdade de culto.

Nesse sentido, a regulação de um espaço “religioso” no Brasil se deu no contexto da instauração da república, formalmente vinculada a um arranjo liberal, segundo o qual o Estado não teria vínculos oficiais e formais com nenhuma religião, o que permitiria autonomia de criação e funcionamento de práticas religiosas. Porém, na prática, esse período correspondeu a uma série de controvérsias que questionavam o estatuto religioso de certos grupos, que passaram a depender de dispositivos específicos de regulação, em especial, as intervenções policiais e legais, bem como as abordagens intelectuais e jornalísticas (Giumbelli, 2003). Há que salientar que o processo de laicização passou por idas e vindas do ponto de vista legal, já que a Constituição de 1934[[89]](#footnote-89) introduziu o princípio da “colaboração recíproca em prol do interesse coletivo” (Art. 17, inciso III), entre Estado e Igreja (católica), o que foi reafirmado pela Constituição de 1946. Tal princípio está relacionado ao estabelecimento de cooperação entre as partes e de comportamentos pautados no dever de proteção e auxílio, mas se diferencia de uma subvenção, que corresponde a auxílios que visam fomentar atividades de uma instituição religiosa em detrimento de outra.

Deste modo o debate acerca da liberdade religiosa no Brasil representou a convivência de um modelo de desigualdade jurídica que distinguia, a partir das práticas da população, quais religiões teriam direito à proteção legal e quais eram práticas consideradas anti-sociais, que deveriam ser perseguidas. Outra característica importante desse processo foi a separação dos atos civis dos atos religiosos católicos (matrimônio, batismo, sepultamento, educação[[90]](#footnote-90)), originando uma disputa em torno de privilégios legais que, até então, beneficiavam exclusivamente a Igreja Católica.

Consequentemente, o debate político que vigorou no Brasil girava em torno de qual liberdade a Igreja Católica desfrutaria, em especial no que se refere à autonomia jurídica das associações religiosas, e não sobre a possibilidade de expressão de cultos diversos (Giumbelli, 2002). Tal fato levou diferentes grupos religiosos à necessidade de demonstrar ao Estado que não representavam ameaças à saúde e ou à ordem pública para poder buscar sua institucionalização.

O período de maior intensificação das práticas repressivas dirigidas aos grupos de matriz afro-brasileira se deu durante o Estado Novo[[91]](#footnote-91) (1937-1945), quando a repressão a esses cultos foi fortemente associada à prática de crimes e ao uso de drogas.

Pode-se concluir, portanto, que a ideia do pluralismo religioso como forma de manifestação da diversidade de cultos e liberdade de expressão foi a base do Estado brasileiro apenas no que se refere às religiões de matriz cristã. Na prática, o pluralismo religioso, tal como se configura hoje, acabou sendo um produto das reações sociais aos mecanismos estatais que reforçaram durante muito tempo a associação entre a discriminação étnica e a perseguição religiosa (Vogel, Mello & Barros, 1998). O que está diretamente relacionado às controvérsias a respeito da construção da identidade nacional brasileira, que nos primeiros períodos da história republicana incorporou o discurso da “fábula das três raças” (Da Matta, 1984), como uma ideologia inscrita nas elites acadêmicas e no senso comum, que por sua vez ensejou a constituição de uma visão hierárquica e complementar entre as unidades raciais, étnicas e religiosas que compunham a sociedade brasileira. A ideia da existência de um credo ou de uma raça superior resultou na produção de uma compreensão verticalizada e piramidal relativa ao mundo público - no topo as religiões de matriz europeia e na base as religiões de matrizes africanas ou indígenas – destinando direitos e garantias particularizadas a estas instituições, ora reconhecendo-as de forma desigual como parte constitutiva da identidade nacional, ora recusando-as ou criminalizando-as na esfera pública e no espaço público.

Do mesmo modo, essa concepção hierárquica e desigual a respeito da construção de um espaço público laico, permitiu que no Brasil se constituísse uma arena pública em que as regras de acesso aos bens disponíveis pelo Estado não são gerenciadas de forma universalista e igualitária para todos os credos reconhecidos como sistemas religiosos. Tal situação gerou uma espécie de dissonância entre as regras impessoais e universais impostas pela esfera pública e os princípios hierárquicos, desiguais e personalistas presentes na esfera e no espaço público brasileiros. De fato, a inexistência de um princípio universalista e de tratamento igual e uniforme, que abranja todos os credos e sistemas religiosos, inviabilizou o pleno reconhecimento dos direitos de determinadas matrizes religiosas, promovendo o acesso particularizado e desigual de determinadas religiões ao espaço público brasileiro, como se um sistema religioso fosse mais legítimo do que o outro, para que seus símbolos possam ser apresentados e ostentados no mundo público. Tal concepção produz consequências para a administração institucional dos conflitos por parte dos agentes de segurança pública, como discutirei adiante.

Como exemplo é possível destacar que, no início de 2010, houve uma polêmica[[92]](#footnote-92), no Rio de Janeiro, acerca da retirada de crucifixos dos tribunais de justiça, a partir da decisão do Desembargador Luiz Szveiter[[93]](#footnote-93), ao assumir a presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro[[94]](#footnote-94).

O questionamento sobre o uso de símbolos religiosos em instituições públicas já ocorreu em outros países, dos quais vale salientar o Tribunal Constitucional Alemão, que apontou a inconstitucionalidade da presença de crucifixos em salas de aula do ensino público fundamental. A decisão ressaltou que o Estado deveria apenas assegurar a existência pacífica das tradições religiosas, deixando ao indivíduo decidir quais símbolos adorar ou não:

*“O art. 4, I, da Lei Fundamental, deixa a critério do indivíduo decidir quais símbolos religiosos serão por ele reconhecidos e adorados e quais serão por ele rejeitados. Em verdade, não tem ele direito, em uma sociedade que dá espaço a diferentes convicções religiosas, a ser poupado de manifestações religiosas, atos litúrgicos e símbolos religiosos que lhe são estranhos. Deve-se diferenciar disso, porém, uma situação criada pelo Estado, na qual o indivíduo é submetido, sem liberdade de escolha, à influência de uma determinada crença, aos atos nos quais esta se manifesta, e aos símbolos por meio dos quais ela se apresenta... O Estado, no qual convivem seguidores de convicções religiosas e ideológicas diferentes ou mesmo opostas, apenas pode assegurar suas coexistências pacíficas quando ele se mantém neutro em matéria religiosa”* (*apud S*armento, 2007:6).

No caso do Rio de Janeiro, os crucifixos não foram retirados dos tribunais e a decisão do presidente do Tribunal caiu no esquecimento. E eles seguem também em lugar de destaque em outros órgãos públicos, tal como o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim, enquanto a estratégia alemã[[95]](#footnote-95) parece refutar qualquer pretensão que o pensamento religioso possa ter de ordenar politicamente o espaço público - o que poderia abrir brechas para “conflitos morais insolúveis” - no Brasil, o esforço parece ser de garantir a manifestação confessional de uma tradição cristã no espaço público, o que pode também ser exemplificado pelas políticas regulares de concessão de benefícios fiscais a igrejas e templos, bem como escolas e universidades de tradição cristã. Com isso, as políticas públicas não só negam a neutralidade do Estado em relação às religiões, como estabelecem uma disputa confessional pelo controle moral dos interesses, subjugando, muitas vezes, as lógicas identitárias de distintos segmentos sociais.

Tal cenário torna-se mais complexo quando se sabe que a “fábula das três raças” (Freyre, 1933; Da Matta, 1984) desempenhou um importante papel na produção dessa compreensão sobre a “tolerância religiosa” no Brasil, na medida em que ajudou a construir o “mito da democracia racial e do sincretismo religioso”. Tais representações se fundamentam na ideia da ausência de conflito e na vigência de uma suposta harmonia existente entre partes opostas, porém complementares e hierarquicamente dispostas no espaço público, que seriam os negros e os brancos na composição da sociedade nacional.

Segundo essa concepção como o Brasil é uma nação una e indivisível, as formas culturais e religiosas particulares que se manifestam através, por exemplo, de alguns credos religiosos ou de grupos sociais, significaram durante muito tempo a difusão da ideia de que no Brasil inexiste a prática de racismo ou de intolerância religiosa*,* já que devido a nossa “miscigenação”, o “sincretismo” e nossa “cordialidade” foi permitido que os grupos de matriz afro-brasileira se manifestassem no espaço público. Fatos recentes que serão apresentados adiante têm possibilitado que essa visão idealizada das relações sociais seja confrontada com as práticas de discriminação.

**A intolerância religiosa: a construção de uma agenda de reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro**

O debate contemporâneo no Rio de Janeiro sobre a separação entre as esferas religiosa e política voltou à tona há cerca de dois anos, quando alguns conflitos entre grupos evangélicos neopentecostais e religiosos de matriz afro-brasileira ganharam repercussão na mídia, classificados pelos envolvidos como atos de intolerância religiosa. O acirramento desses conflitos levou religiosos de matriz afro-brasileira a organizarem a *Comissão de Combate à Intolerância Religiosa* (CCIR), em março de 2008, tendo como motivação o caso envolvendo traficantes neopentecostais da Ilha do Governador que expulsaram casas de umbanda e candomblé do local. Foram noticiados na imprensa vários “ataques”[[96]](#footnote-96) aos templos, o que provocou a indignação e mobilização de candomblecistas e umbandistas, levando-os a organizar uma manifestação pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). De acordo com um dos seus membros, a formação da Comissão tinha como objetivo combater o “preconceito religioso”, lançando mão dos instrumentos legais com vistas ao cumprimento da Constituição no que diz respeito à liberdade de credo.

A proposta da Comissão tem sido a de combater a intolerância religiosa, relacionando-a ao fascismo e aos atos antidemocráticos. Segundo a Comissão, a proposta não é a de iniciar uma “guerra santa”, mas lutar pela possibilidade de optar por uma crença (ou optar por não crer) e não ser desrespeitado ou perseguido por isso[[97]](#footnote-97).

Ressalta-se que na agenda estabelecida pelo grupo “lutar contra a intolerância” e “defender a liberdade” religiosa são ações correspondentes, sem que haja uma distinção entre elas no plano do discurso. Porém, durante o trabalho de campo tem sido possível observar que, de modo geral, os integrantes da Comissão defendem o “combate à intolerância”, entendido como a realização de atos públicos que demonstrem que “todas as religiões são uma só”, e que devem conviver harmonicamente, ou seja, a forma dos umbandistas e candomblecistas de se relacionarem com representantes de outras religiões é marcada por uma postura de não reconhecimento das diferenças[[98]](#footnote-98).

A CCIR tem se caracterizado por buscar construir espaços para dar visibilidade as suas demandas, a saber:

* a construção de um Plano Nacional de Combate à *Intolerância Religiosa,* que apesar dos esforços iniciais ainda não foi adiante;
* a aplicação da Lei nº 10.639/03 em todas as escolas do Brasil, que introduziu no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, estabelecendo punições àquelas que não se enquadrarem;
* a realização do censo nacional das casas de religião de matriz africana, através das Secretarias Especiais de Inclusão Racial e Direitos Humanos e Ministério de Assistência Social, em parceria com universidades em cada estado;
* a criação de uma delegacia especializada em crimes étnicos e raciais[[99]](#footnote-99).

Para dar divulgação a sua agenda a Comissão tem buscado uma interlocução com a mídia para enfatizar a relevância do tema, o que é feito pela Coordenação de Comunicação, que vem promovendo um intenso diálogo com setores da sociedade civil e do Estado. Esse diálogo tem sido fundamental para a repercussão do tema da intolerância e da própria CCIR, sendo realizado de diferentes maneiras. A estratégia de comunicação utilizada pela Comissão tem o objetivo de tornar públicas as questões referentes aos temas da liberdade e da intolerância religiosa, particularmente no cenário do Rio de Janeiro, buscar agregar diferentes atores e instituições sociais como novos aliados. Para isso promoveram eventos que buscavam esclarecer a população sobre os direitos relacionados ao crime de intolerância religiosa. A análise desta estratégia de comunicação indicou uma atuação voltada à divulgação de eventos relacionados à questão da liberdade/intolerância religiosa e à construção de laços entre a CCIR e outros parceiros, em especial, da mídia e de órgãos públicos.

O evento mais importante promovido pela Comissão, que se tornou um marco de seu trabalho, foi a “*Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa*”. Trata-se de uma manifestação realizada na orla da Praia de Copacabana (Rio de Janeiro)[[100]](#footnote-100), local escolhido por proporcionar maior visibilidade para o evento, na qual cerca de oitenta mil pessoas levaram cartazes e faixas com suas reivindicações no que diz respeito ao campo religioso do acesso a direitos relacionados à intolerância religiosa.

Mas dentre suas atividades regulares está a realização de reuniões semanais, na sede de um templo de umbanda, localizado no centro do Rio de Janeiro, para o recebimento de denúncias de casos de intolerância religiosa, que são encaminhadas ao poder público. Participam da reunião os integrantes da Comissão e convidados, mas merece destaque o fato de que há dois integrantes da Comissão que são representantes do poder público, que são um delegado da Polícia Civil, e um promotor do Ministério Público Estadual.

A participação do delegado é vista pelos religiosos da CCIR como uma importante contribuição no sentido de discutir junto à Polícia Civil acerca da importância do registro das ocorrências relativas aos casos de intolerância religiosa. O próprio delegado relata as resistências que os policiais têm em reconhecer a importância do problema, o que faz com que muitas vezes as ocorrências sejam “bicadas” (Giuliane, 2008), ou seja, a vítima seja convencida a não registrar, que constitui uma das principais reclamações dos religiosos.

**Os procedimentos policiais e judiciais**

Para ser considerada intolerância religiosa tem que existir tratamento diferenciado. [Exemplo] um terreno está sendo desapropriado, tem uma igreja e um terreiro, mas só o terreiro é desapropriado, então é intolerância religiosa porque houve tratamento diferenciado. (Secretário da CCIR, entrevista realizada em 2011).

Partindo da informação fornecida pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) de que existiam 32 casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro, iniciou-se um levantamento das informações oficiais existentes sobre essas queixas, nos registros de ocorrências policiais e em processos judiciais referentes ao período de junho de 2008 a janeiro de 2010. Para tanto foram consultados os arquivos do *projeto legal* [[101]](#footnote-101), as atas das reuniões da CCIR, os 24 processos no Ministério Público e os registros da Polícia Civil, divididos em 17 registros de ocorrências policiais na cidade do Rio de Janeiro e 14 nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Todos os casos acompanhados pela CCIR considerados como intolerância religiosa foram encaminhados, seja para o registro de uma ocorrência na delegacia, seja para uma ação no Ministério Público (MP), ou ainda para o início de processos cíveis, como em casos de ação por danos morais. Alguns casos foram acompanhados pela CCIR ao longo de todo o seu desenrolar, como o caso de um templo de umbanda depredado (Miranda, Mota & Pinto, 2010). A Comissão orienta a “vítima” sobre como agir e, geralmente, o procedimento inicial é o da realização de um registro de ocorrência na delegacia local. A maior parte dos casos que chegaram à Comissão era acompanhada por uma advogada do *projeto legal*. Trata-se, portanto, de uma mediação entre as vítimas e o Estado, considerada fundamental tendo em vista que quando as vítimas vão direto à delegacia não são atendidas adequadamente, ou mesmo não é atendida, já que os policiais consideram que este tipo de conflito é algo de menor importância. Assim, ir à delegacia acompanhada por um advogado representa outro tipo de atendimento, pelo menos se tem a certeza de que o registro será realizado, o que é necessário para se iniciar um procedimento judicial.

Na Polícia Civil, o registro de ocorrência (RO) é o documento básico destinado à anotação dos fatos considerados crimes ou contravenções penais ou de outros fatos que chegam ao conhecimento da polícia. Esta primeira representação institucional do conflito precede a abertura do inquérito policial. Assim, as informações que constam no RO deveriam orientar a investigação subsequente, de modo a serem complementadas, confirmadas ou refutadas no decorrer da investigação policial. O inquérito policial pode ser iniciado nos casos de ação penal pública mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou por meio de requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo[[102]](#footnote-102) (Miranda & Dirk, 2010).

Formalmente, o delegado de polícia deveria iniciar um inquérito sempre que algum indício de crime chega a seu conhecimento. Ele é a autoridade competente para conduzir o inquérito e realizar a classificação legal do fato, ou seja, realizar a titulação do registro de ocorrência (RO)[[103]](#footnote-103). Do mesmo modo, somente ele poderia mudá-lo em caso posterior de Registro de Aditamento (RA), que pode ocorrer quando há troca de titulação ou retificação/inserção de outras informações de um RO. Vale lembrar que o RO é a primeira descrição do fato e que, na medida em que outras informações são recolhidas na fase do inquérito policial, podem ser necessárias mudanças ou acréscimos em algumas partes do mesmo. Dessa maneira, é produzido um RA, que deverá ser anexado ao RO original[[104]](#footnote-104).

As informações constantes no registro de ocorrência variam muito, pelo menos no estado do Rio de Janeiro, em função do tipo de crime, da área onde ocorreu o registro, e da equipe de policiais que atua na delegacia, da disponibilidade de equipamentos e insumos para a realização do trabalho. Em resumo, o registro de ocorrência é uma peça fundamental para a Polícia Civil, pois sem ele o evento não ocorreu.

Segundo Roberto Kant de Lima, as autoridades policiais só instauram o inquérito quando se convencem de que o fato apresentado é realmente um crime. Nesse sentido, o registro da ocorrência policial depende da “vontade policial, vontade nem sempre exercida em estrita obediência à lei” (Kant de Lima, 1995, p. 48). Para ele, embora os policiais afirmassem que a seletividade representava uma forma de poupar papel e trabalho, tal ato representava uma preocupação em apresentar uma baixa estatística de casos não-resolvidos.

Após o registro de ocorrência, onde ocorre a primeira tipificação do crime, serão apurados os relatos da vítima, das testemunhas, do acusado e o colhimento de provas, chamado verificação de procedência da informação (VPI). Em seguida a VPI se torna um Inquérito policial ou um Termo Circunstanciado[[105]](#footnote-105), sendo enviado ao Ministério Público em conjunto com um relatório do delegado.

A atribuição do Ministério Público é encaminhar os casos com seu parecer a respeito do caso. Nessa ocasião há três possibilidades de desdobramentos: se não considera os fatos expostos no Inquérito Policial como um crime, o caso é arquivado e extinto; ao considerar a falta de provas a respeito do crime, o Ministério Público o devolve à Polícia Civil para novas apurações; e quando se verifica que há materialidade de provas de que um crime ocorreu, dá-se início ao Processo Judicial, iniciado pela denúncia do Promotor. É também da responsabilidade do Ministério Público a possibilidade de uma nova tipificação para os crimes ocorridos.

Esta mesma dinâmica também ocorre quando se faz uma queixa-crime por iniciativa privada, ou seja, por parte da vítima, como em casos de crimes contra a honra[[106]](#footnote-106) e estupro. Nestes casos a denúncia não é uma atribuição do Ministério Público, mas do advogado da vítima, tendo o mesmo órgão o papel de exercer a fiscalização destes casos.

Após a denúncia do Ministério Público, ou da queixa-crime, o processo é encaminhado para a Vara Criminal, se o crime for tipificado como discriminação religiosa conforme a Lei Caó, ou seja, um crime inafiançável, ou para o Juizado Especial Criminal (JECrim), caso seja considerado um crime de menor potencial ofensivo. O JECRim é baseado nos princípios da oralidade, simplicidade e informalidade, celeridade, economia processual, conciliação e transação. O intuito é o de acabar com o conflito, sendo, portanto, a primeira audiência a de conciliação dirigida por um juiz leigo.

Caso haja um acordo entre o acusado e a vítima na conciliação, isto é, a composição cível, que pode resultar em uma indenização pecuniária, ou num pedido de desculpas públicas devido à desistência da vítima de prosseguir o processo, o conciliador dá às partes um documento para assinar, no qual se declara extinta a punibilidade.

Caso não seja possível o acordo, o segundo momento é o da transação penal oferecida pelo promotor, que é limitado às possibilidades de negociar a opção entre a multa e a pena restritiva de direitos, o valor da pena e a forma de cumprimento desta, sendo, portanto, negociado apenas a aplicação da mesma. Caso o acusado aceite a transação, o juiz homologa o processo e fixa a pena alternativa que, em geral, é uma prestação de serviços à comunidade, ou o pagamento na forma de cestas básicas para uma instituição filantrópica. O processo é arquivado pelo período de cinco anos e depois extinto. Caso a transação penal não seja proposta pelo promotor, ou o juiz não considere cabível, ou então, se o acusado não concorde, há a audiência de Instrução e Julgamento conduzida por um juiz togado tendo como pena aquela discriminada pela ação penal classificada. Porém, a maior parte dos conflitos encaminhados para os JECRIM são resolvidos nas etapas de conciliação e transação penal (Kant de Lima, Amorim & Burgos, 2003).

Para os casos que não são direcionados para o Juizado Especial Criminal, sendo, portanto, direcionados às Varas Criminais, o primeiro momento é a audiência preliminar. Nesta ocasião, dirigida por um juiz togado, há a possibilidade de se chegar a um acordo com o pedido de desculpas públicas. Caso não exista o acordo entre as partes há a audiência de instrução e julgamento, podendo ser proposta pelo juiz uma nova conciliação. Caso persista o processo, a resolução do caso se dá pela decisão do juiz, pautada em seu livre convencimento, baseado nas provas apresentadas nos autos do processo.

O fluxo do processo também se efetua da mesma forma para os processos que se encontram no âmbito cível e no âmbito administrativo, podendo em certos casos, ocorrerem concomitantemente.

Para ter uma melhor compreensão de como as demandas por liberdade religiosa têm se apresentado no âmbito da *Comissão de Combate à Intolerância Religiosa* e do *Fórum de Diálogo Inter-Religioso* é preciso analisar como as formas tradicionais de administração institucional de conflitos por órgãos públicos, tais como a polícia e a justiça, têm atuado no recebimento e tratamento de queixas por parte de integrantes de religiões de matriz afro-brasileira. É possível compreender não só a desconfiança que muitas vezes manifestam em relação a esses órgãos, como também é possível identificar problemas no atendimento e acompanhamento dos casos, fazendo com que os agentes da segurança pública tendam a minimizar a discriminação religiosa, tratando-a como um problema de menor importância, ou de acordo com as categorias policiais, uma “feijoada”.

Do ponto de vista da legislação é possível notar que a CCIR defende a utilização do direito constitucional no que se refere à liberdade de crença e de culto e da Lei nº 7.716, de cinco de janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó[[107]](#footnote-107), que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor[[108]](#footnote-108), especialmente seu artigo 20:

“*Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa*.” (*apud* Silva, 2009).

De acordo com a Comissão, sua luta é “constitucional em defesa da democracia” e se baseia em leis brasileiras e tratados internacionais assinados pelo Governo do Brasil, como o *Pacto de San José da Costa Rica[[109]](#footnote-109).* Um dos argumentos utilizados pela Comissão é o de que as ações de intolerância religiosa praticadas por igrejas neopentecostais são uma “ameaça à democracia, ao Estado democrático de direito e um ponto de partida para o fascismo”.

Um obstáculo identificado pelos integrantes da CCIR ao desenvolvimento das ações judiciais está relacionado à aceitação do respaldo jurídico no que se refere ao enquadramento dos casos na Lei nº 7.716 (Lei Caó), pois há vários policiais que se recusam a utilizá-la, alegando que o artigo 208 do Código Penal, que penaliza “ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo”, não se encontra revogado em face da Lei Caó (Pessôa, 2009). De acordo com o Delegado Henrique Pessôa, a Lei Caó apesar de ser um instrumento legal apropriado, ainda sofre forte resistência entre os policiais. É algo que teria marcado época, referindo-se a um posicionamento do Estado em relação à discriminação racial, que foi mal recebido no interior da instituição. Segundo ele, a discriminação é um “problema que resiste, persiste...”

Todavia alguns integrantes da Comissão têm clareza de que a demanda por reconhecimento de direitos não se esgota no registro de ocorrência policial. É possível observar diversas manifestações que expressam que o reconhecimento legal não é considerado suficiente para lidar com os “ataques”, já que não dão conta da dimensão do insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 31), ou seja, reconhecem que as agressões sofridas não são facilmente definidas pela linguagem tradicional do direito e tampouco expressam o ressentimento e sentimentos das vítimas.

Dos casos analisados identificou-se que seis foram tipificados pela Polícia Civil segundo a Lei Caó, ou seja, foram enquadrados como “preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Outros dois casos também foram classificados como crimes graves, a saber, tortura e sequestro ou tentativa de cárcere privado. Os demais foram tipificados como crimes de “menor potencial ofensivo”, ou seja, aqueles crimes que tenham a pena máxima de até dois anos e tenham sido encaminhados ao Juizado Especial Criminal, o que corresponde aos casos de calúnia; injúria; difamação; ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo; ameaça; lesão corporal; dano; maus tratos; perturbação de trabalho ou sossego alheios.

Vale ressaltar que antes da criação da CCIR, o crime de “preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Lei Caó) não era registrado pelas delegacias, que utilizavam apenas a titulação “ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo” (Art. nº 208 do Código Penal). Atualmente, mesmo com a atuação da CCIR, temos observado que a titulação do crime de preconceito com base na Lei Caó ainda não é uma prática entre os policiais. A diferença fundamental entre as duas titulações é que os casos classificados segundo a Lei Caó devem ser encaminhador para a Vara Criminal, e os casos de crime de “ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo” são considerados crimes de menor potencial ofensivo e, por isso, direcionados para o JECrim.

Outro fato importante é que a *intolerância religiosa* geralmente aparece associada a outros tipos de conflitos, em especial, a agressões envolvendo familiares e vizinhos, discriminações no ambiente de trabalho e em espaços públicos (escolas, delegacias e tribunais), e agressões realizadas no âmbito de cultos neopentecostais. Esta classificação pode ser contrastada com casos de natureza semelhante em São Paulo, analisados por Vagner Gonçalves da Silva (2007), caracterizados por padrões de atuação relacionadas às agressões realizadas no âmbito de cultos das igrejas neopentecostais e seus meios de divulgação; às agressões físicas contra terreiros e/ou seus membros; e aos ataques às cerimônias religiosas afro-brasileiras em espaços públicos.

Segundo ele, a estratégia desses ataques seria direcionada à imagem pública das religiões de matriz afro-brasileira, o que teria como consequência uma dupla reação: o desejo de não aceitar as ofensas e reagir, seja denunciando os casos individualmente, seja buscando apoio jurídico de forma organizada[[110]](#footnote-110).

Já no Rio de Janeiro a análise dos casos até o momento aponta a seguinte diferenciação entre os tipos de conflitos, que se caracterizam por agressões envolvendo vizinhos; agressões envolvendo familiares; agressões realizadas no âmbito de cultos neopentecostais; casos de discriminação por motivos religiosos no ambiente de trabalho e de discriminação por motivos religiosos no espaço público, em especial na escola e em ambientes do poder judiciário.

Até o momento foi possível concluir que os integrantes da Comissão parecem estar satisfeitos com o tipo de atendimento pessoalizado que têm recebido por parte da Polícia Civil nos últimos meses e pela atenção que as autoridades do Judiciário têm dedicado à Comissão. Isto se deve ao fato de terem ocorrido mudanças em relação ao registro dos casos, como a própria correção das categorias classificatórias do Sistema Delegacia Legal, embora ainda não haja uma política institucional em relação ao crime de discriminação étnico-racial-religiosa. De modo que a prática policial rotineira permanece inalterada, com os policiais julgando quais casos devem ou não ser registrados.

Todavia alguns integrantes do grupo têm clareza de que a demanda por reconhecimento de direitos não se esgota aí. É possível se observar diversas manifestações que expressam que o reconhecimento legal não é considerado suficiente para lidar com os “ataques”, já que não dão conta da dimensão do insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 31), ou seja, reconhecem que as agressões sofridas não são facilmente definidas pela linguagem tradicional do direito e tampouco expressam o ressentimento das vítimas.

**Considerações finais**

A visibilidade que os casos de intolerância religiosa têm tomado no espaço público fluminense está diretamente associada a uma estratégia política da CCIR de retirar o conflito de uma esfera da intimidade para levá-lo à esfera pública, revelando um modo de operar poderes nas relações sociais para atingir direta, ou indiretamente, os cursos de ação criminalizáveis.

É preciso esclarecer que a maior parte dos integrantes da Comissão tem clareza de que a demanda por reconhecimento de direitos não se resolve ou tampouco se esgota no registro de uma ocorrência policial ou na realização de um processo judicial. É possível observar diversas manifestações que expressam que o reconhecimento legal não é considerado suficiente para lidar com os ataques, já que não dá conta da dimensão do insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 31), ou seja, reconhece-se que as agressões sofridas não são facilmente definidas pela linguagem tradicional do direito e tampouco exprimem o ressentimento e os sentimentos das vítimas. Porém, é possível constatar que o encaminhamento desses conflitos ao Judiciário é uma demonstração de desconfiança quanto à possibilidade de autorregulação entre as pessoas em função de suas vinculações religiosas e, consequentemente, por seus interesses manifestamente opostos, o que está associado à visão de que a autoridade do juiz pode representar um elemento fundamental no reconhecimento de direitos.

A estratégia de levar para a esfera pública a intolerância religiosa, seja por meio da Caminhada ou pelos processos, tem por objetivo confrontar uma das características das práticas de discriminação no Brasil, que é a sua dissimulação (Cardoso de Oliveira, 2004), de difícil identificação mesmo para aqueles que a sofrem. Mesmo sendo uma prática ilegal, a discriminação não é percebida como crime pelos diversos agentes estatais, já que moralmente ela também é desqualificada, pois reconhecer que há conflitos e que eles são motivados pela explicitação de preconceitos não é algo socialmente aprovado em nossa sociedade. A publicização desses conflitos pode ser pensada então como um mecanismo que os atores, cuja dignidade tem sido historicamente negada ou desqualificada no plano ético-moral, utilizam para buscar a reversão desse cenário, gerando expectativas de reintegração social.

Nesse cenário é interessante pensar como a intolerância religiosa surge como uma categoria moral que pretende dar conta não apenas da discriminação racial, que a sociedade insiste em negar, mas também de uma “discriminação cívica” (Cardoso de Oliveira, 2002) que nega o reconhecimento de direitos, já que no Brasil a classificação no plano moral teria precedência sobre o respeito a direitos, que acaba condicionado a manifestações de “consideração”e deferência. Como os praticantes de religiões de matriz afro-brasileira historicamente não foram tratados como “pessoas dignas”, que merecem reconhecimento pleno de direitos de cidadania, sua agenda política contemporânea tem sido marcada por solicitações que reafirmam suas identidades diferenciadas como um elemento positivo na luta pelo reconhecimento em face da sociedade nacional.

Há um aspecto interessante nos casos acompanhados no que se refere às vítimas de intolerância religiosa, que não acreditam na possibilidade de um diálogo e esperam que o Estado, por meio das suas autoridades policiais e legais, confirme o direito de que consideram serem merecedoras, sem que isto, no entanto, tenha como consequência a internalização de sentimentos ou valores. Penso que este fato pode ser mais um exemplo da “*desarticulação* entre esfera pública e espaço público no Brasil”, que para Luís Roberto Cardoso de Oliveira é o “principal responsável pela discriminação cívica entre nós” (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 12 e pp. 95-128). Esta confirmação pela autoridade legal é uma forma de trazer o caso novamente para a esfera pública, espaço por excelência em que os “crimes” são definidos, já que mantê-lo no âmbito privado impede a possibilidade de universalização necessária para que seja enquadrado como uma violação dos direitos de cidadania.

Outro aspecto importante a se pensar é que a categoria intolerância religiosa se afasta da categoria discriminação, muitas vezes associada às questões raciais no Brasil, o que permite revelar uma tensão existente na Comissão entre aqueles que desejam determinar que as agressões sofridas estariam relacionadas a um racismo difuso na sociedade brasileira, posição assumida por militantes do movimento negro, e os que pensam que as agressões sofridas não têm relação com a “cor”, mas com uma ofensa a um direito civil básico, que é a liberdade de expressão. No caso dos religiosos e dos praticantes do candomblé e da umbanda, os sinais exteriores que suscitam as agressões não são apenas o fenótipo da pessoa, que caracteriza tradicionalmente o racismo à brasileira (Nogueira, 1985), pois, afinal, o que evidencia esses atores é principalmente seu vestuário (o “vestir branco”, as guias etc.). Este vem a ser o mesmo elemento diacrítico presente na polêmica do uso do véu entre as mulheres muçulmanas, tratadas de forma homogênea, o que levou à sua proibição na França, entendidos como marcação negativa das pessoas que impediria a construção de uma imagem social de igualdade na esfera pública, pois trazem à tona as hierarquias consagradas legitimamente no plano religioso, cujo ideário ocidental quer acreditar que deva ficar restrito à esfera privada.

Nesse sentido, os religiosos de cada segmento que compõem a Comissão não abriram mão de suas moralidades, no entanto, estas foram amenizadas a fim de obter algumas conquistas, como a busca pela criminalização da “intolerância religiosa” a partir do artigo 20 da Lei 7.716 e a conquista de visibilidade no espaço público, visando assegurar o acesso aos mesmos privilégios que as demais religiões possuem, tais como, terrenos para construção de seus templos religiosos, isenção de tributos e até mesmo ajuda financeira para projetos sociais.

Por fim, há que se ressaltar que o uso da categoria intolerância religiosa não é consensual entre os participantes da CCIR. Há os que o considerem equivocado, pois pensam que o movimento deveria estar em luta por respeito por direitos e não por “tolerância”, mas esses não ocupam um lugar de grande visibilidade dentro do próprio grupo.

**Referências Bibliográficas**

Berger, P. (2000). A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, 21(1), 9-24.

Blancarte, R. J. (2000, abril). La laicidad mexicana; retos y perspectivas. Coloquio Laicidad y Valores en un Estado Democrático, México. Disponível em www.libertadeslaicas.org.mx

Cardoso de Oliveira, L. R. (1996). Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasile nos EUA. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(31), 81-93.

Cardoso de Oliveira, L. R. (2002). *Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro, Brasil: Relume Dumará.

Cardoso de Oliveira, L. R. (2004). Racismo, direitos e cidadania. *Estudos Avançados*, 18(50), 81-93.

Cardoso de Oliveira, L. R. (2008). Existe violência sem agressão moral?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(67), 135-146.

Da Matta, R. (1984). Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In R. Da Matta (Ed.), *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Brasil: Rocco.

Freyre, G. (1933). *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio.

Goulart, J. B. (2010). *Entre a (in)tolerância e a liberdade religiosa: a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, suas reivindicações e estratégias de inserção no espaço público fluminense* (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense).

Giuliane, E. A. S. (2008). *Feijoada completa: reflexões sobre a administração institucional e dilemas nas Delegacias de Polícia da Cidade do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense).

Giumbelli, E. (2002). *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Brasil: Attar Editorial.

Giumbelli, E. (2003). Liberdade religiosa no Brasil contemporâneo: uma discussão a partir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus. In R. Kant de Lima (Ed.), *Antropologia e Direitos Humanos 2*. Niterói, Brasil: EDUFF.

Habermas, J. (1993). *L’espace public*. Paris, França: Payout.

Kant de Lima, R. (1995). *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense.

Kant de Lima, R. (2000). Carnavais, Malandros e Heróis: O dilema brasileiro do espaço público. In L. G. Gomes, L. Barbosa, & J. A. Drummond (Org.), *O Brasil não é para principiantes* (pp. 105-124). Rio de Janeiro, Brasil: FGV.

Kant de Lima, R. (2008). Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da Devassa ao Inquérito Policial. In R. Kant de Lima (Ed.), Ensaios de Antropologia e de Direito. Rio de Janeiro, Brasil: Lúmen Juris.

Kant de Lima, R., Amorim, S., & Burgos, M. (2003). Juizados Especiais Criminais: sistema judicial e sociedade no Brasil. Niterói, Brasil: Intertexto.

Locke, J. (1689/1964). Carta a respeito da tolerância. São Paulo, Brasil: IBRASA.

Maggie, Y. (1992). *O Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Miranda, A. P. M. (no prelo). Se está nos autos, está no mundo: a intolerância religiosa e os limites de aceitação de identidades públicas. In A. P. M. Miranda, F. Reis Mota, & L. Pires (Org.), As crenças na igualdade. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.

Miranda, A. P. M. (2010). Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, 2, 125-152.

Miranda, A. P. M., & Dirk, R. C. (2010). Análise da construção de registros estatísticos policiais no Estado do Rio de Janeiro. In R. Kant de Lima, & L. Pires (Ed.), *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.

Miranda, A. P. M., Reis Mota, F., & Pinto, P. G. (2010). Relatório sobre a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa: um balanço de dois anos de atividade, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos.

Miranda, A. P. M., Paes, V. F., & Oliveira, M. B. (2007). Antropologia e políticas públicas. *Cuadernos de Antropología Social*, 25, 51-71.

Montero, P. (2006). Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 74, 47-65.

Nogueira, O. (1985/1954). *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, Brasil: T.A. Queiroz.

Oro, A. P., & Bem, D. F. (2008). A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. *Ciências & Letras*, 44, 301-318.

Pessôa, H. (2009). A atuação cidadã da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro no combate à intolerância religiosa. In I. dos Santos e A. E. Filho (Ed.), Intolerância religiosa X Democracia. Rio de Janeiro, Brasil: CEAP.

Ranquetat Júnior, C. A. (2009). O crucifixo nos tribunais brasileiros: religião, laicidade e espaço público. Recuperado de: http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2056%20%20Religiones%20en%20Transformaci%C3%B3n%20en%20las%20Ciudades%20Latinoamericanas/GT56-Ponencia%20[Ranquetat].pdf

Salvador, C. C. (Dir.) (1997). Dicionário de Direito Canónico. São Paulo, Brasil: Loyola.

Sarmento, D. (2007). O Crucifixo nos Tribunais e a Laicidade do Estado. Revista Eletrônica da Procuradoria da República de Pernambuco, V.

Silva, B. M. (2011). *"Matéria de caderno": uma etnografia das aulas de ensino religioso* (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense).

Silva, J. (2009). Guia de luta contra a intolerância religiosa e racismo. Rio de Janeiro, Brasil: CEAP.

Silva, V. G. (Ed.) (2007). Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro. São Paulo, Brasil: EDUSP.

Silva Júnior, H. (2007). Notas sobre o Sistema Jurídico e Intolerância. In V. G. Silva (Ed.), *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro*. São Paulo, Brasil: EDUSP.

Vogel, A., Mello, M. A. S., & Barros, J. F. P. (1998). *Galinha d'Angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro, Brasil: Pallas.

# 

# Capítulo V

# Lixos de uns, luxos de outros: disputas e controvérsias em torno das questões ambientais e do território

## 

## Associativismo de causas: Disputas e controvérsias públicas no domínio do ambiente em Portugal

Pedro Duarte[[111]](#footnote-111)

**Introdução**

Este artigo, tem como principal objetivo analisar algumas das questões centrais e conexas, relacionadas com as formas de envolvimento e mobilização dos sujeitos em Portugal, perante os desafios permanentes que os riscos ambientais lhes colocam na atualidade.

Neste sentido, abordaremos numa primeira parte os principais marcos históricos da política ambiental em Portugal que incidirá no arco temporal que vai desde o final do segundo quartel do século XX até à atualidade, com o intuito de destacar o seu tardio, mas simultaneamente rápido desenvolvimento e ajustamento às políticas e diretivas internacionais, ressaltando igualmente, algumas das dimensões essenciais de caracterização do movimento associativo nesta área do ambiente.

Numa segunda parte, debruçar-nos-emos sobre a importância da reconstituição do espaço público nas sociedades democráticas contemporâneas, através do contributo analítico do conceito em Habermas. Esta reconfiguração do espaço público, vai por um lado, permitir de uma forma livre, que sejam assumidas as lutas de determinados movimentos sociais, dando origem consequentemente à institucionalização dessas ações coletivas em forma de modelo organizativo de associação. Verificar-se-á, pois, o aparecimento de novas formas de ocupação do espaço público, com novas configurações no plano da participação e promoção de políticas públicas (através da constituição de controvérsias e disputas) por parte dos sujeitos individuais e coletivos na defesa de bens comuns, sendo neste caso concreto o ambiente, o bem comum[[112]](#footnote-112) a defender.

Na terceira e última parte, analisaremos a gramática utilizada nas entrevistas efetuadas a alguns dos voluntários da Associação QUERCUS, no sentido de permitir identificar e compreender, quais os regimes de envolvimento na ação que estes sujeitos incorporam e investem, bem como as formas de julgamento associados, no âmbito das atividades que desenvolvem nesta organização, utilizando para este efeito a sociologia pragmática de Laurent Thévenot e de Luc Boltanski (1991).

**A consciencialização pública da proteção e defesa do ambiente**

***Do espaço internacional ao espaço nacional***

A inauguração da “Década ambiental” em 1970 com o “Dia da Terra” e a Conferência de Estocolmo em 1972, constituíram-se como marcos referenciais (com algum simbolismo associado), influenciadores das políticas sobre o ambiente à escala mundial (Hannigan, 2009), assim como na maneira de analisar e refletir os problemas a ele associados.

Estas manifestações e eventos, são o culminar de um vasto conjunto de ações coletivas relativas às preocupações sobre a defesa do ambiente como um bem comum a preservar. O reconhecimento político e a legitimação institucional da causa destas ações perpassaram para diferentes contextos políticos, originando uma reconfiguração ou mesmo o surgimento em alguns casos, de políticas nacionais ambientalistas.

Em Portugal e segundo Schmidt (2008), um conjunto de três fatores foram impeditivos quer do êxito das políticas ambientais que o nosso país foi adotando, quer simultaneamente à “ressonância cívica” dessas mesmas políticas. Para a autora, o “tardio colapso da sociedade rural”, o desfasamento das políticas em comparação com o “processo internacional, cujas razões e estratégias coincidiam pouco com a realidade portuguesa” e “um sentido desfavorável à preocupação ambiental nas culturas públicas” nacionais, foram fatores que concomitantemente contribuíram para que as políticas ambientais não obtivessem até aos dias de hoje um bom desempenho, apesar do significativo desenvolvimento legislativo em parte devido “às dinâmicas comunitária e internacional” e do surgimento de estruturas institucionais (Associações, Ong’s).

Apesar do destaque exposto nas vicissitudes sobre o contexto nacional, as primeiras manifestações de preocupação ambiental surgem com alguns estudos da comunidade científica sobre a «Proteção da Natureza» surgindo com alguma naturalidade a Liga para a Proteção da natureza (LPN) em 1948, que passará a desenvolver em termos institucionais dinâmicas de pesquisa sobre o ambiente (Schmidt, 2008).

Paralelamente a este conjunto de iniciativas, os acontecimentos internacionais como o Ano Europeu da Conservação da Natureza em 1970 e a Conferência de Estocolmo em 1972, tiveram o mérito promover o desenvolvimento de algumas medidas internas tais como a legislação sobre a «Proteção da Natureza» (Lei 7/70), e a constituição da Comissão Nacional do Ambiente (CNA) em 1971, que elaborou o primeiro «Relatório Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente» em Portugal. Somente depois do 25 de abril as medidas de proteção do ambiente e de conservação da natureza, tiveram um enquadramento “oficial específico” com a criação em 1974 da Subsecretaria de Estado do Ambiente, integrada no Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, e que se autonomizaram institucional e politicamente em 1990 com o surgimento do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (Schmidt, 2008).

A institucionalização e respetiva ação pública das associações ambientalistas ou organizações não governamentais do ambiente nos finais dos anos setenta e início dos anos oitenta, tais como o Movimento Ecológico Português (MEP) e a sua sucessora Associação Portuguesa de Ecologistas-Amigos da Terra, começaram a ganhar forma com o desenvolvimento do quadro legal supracitado (Pina, 2005; Schmidt, 2008) e do qual se destaca:

* Lei da Proteção da Natureza e dos seus recursos (Lei nº 7/70);
* Lei da Conservação da Natureza (1976);
* Reserva Agrícola Nacional (RAN – 1982),
* Planos Diretores Municipais (PDM – 1982);
* Reserva Ecológica Nacional REN – 1983);
* Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT – 1983);
* Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 10/1987);
* Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº 11/1987);
* Lei da Avaliação de Impacte Ambiental (1990);
* Plano Nacional da Água e Planos de Bacia (1994);
* Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (1998);
* Rede Natura 2000; Programa Polis 2000;
* Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (2001);
* Agência Portuguesa do Ambiente (APA – 2002);
* Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2002, 2004, 2006);
* Programa Nacional de Política de Ordenamento de Território (2002, 2007);
* Plano Nacional das Alterações Climáticas (2002, 2004, 2006);
* Lei da Água (2005).

***Algumas abordagens sobre a ação ambientalista***

Apresentamos seguidamente, algumas das abordagens sobre os processos relacionados com ação ambiental efetuadas por alguns autores, que compaginam perspetivas diferenciadas e até contraditórias entre elas. Em virtude da natureza específica deste artigo (compreender as formas de mobilização e de envolvimento dos portugueses em relação aos problemas ambientais), optámos por não incorporar nesta análise, por nos parecer excessivo, a sociologia dos movimentos sociais e mais concretamente a que incide sobre os movimentos ambientalistas.

Assim, podemos começar por referenciar que a ideia de desenvolvimento sustentável[[113]](#footnote-113), constituiu-se como um princípio fundador da perspetiva da «modernização ecológica» que domina atualmente as gramáticas sobre o ambiente e que enforma as diferentes manifestações de ação quer em termos nacionais, quer em termos internacionais.

Esta perspetiva, propõe uma abordagem construtiva da crise ambiental contemporânea baseada na mudança institucional e na atribuição à ciência e tecnologia modernas de um papel da mais elevada relevância na sua resolução. A emergência na sociedade internacional de uma racionalidade ecológica traduz mudanças significativas quer ao nível do discurso, quer das práticas políticas nas diferentes configurações institucionais.

Segundo Hajer (1996), estas mudanças podem ser interpretadas como um processo de “aprendizagem institucional” tendente à resolução das questões ambientais, tendo como tradução prática o conjunto de esforços de regulação transversal, na perspetiva permanente de integrar critérios ambientais nas grandes estruturas administrativas e burocráticas de âmbito nacional e internacional.

Para Jamison (1996), o carácter internacional, profissional, competência técnico-científica e influência política, das organizações e redes de ecológicas nas esferas de decisão das políticas ambientais nacionais e internacionais permite a emergência da ideia de um ecocorporativismo multinacional do ambiente, legitimando desta forma o conteúdo discursivo de uma «modernização ecológica».

Ulrich Beck, por sua vez, através da sua publicação de maior referência “*A* *sociedade de risco*”, coloca a questão ambiental como central para explicar a sociedade global. Contrariamente às anteriores abordagens, este autor deixa transparecer a tese de uma perspetiva anti construtivista e sistémica, cujo enfoque incide fundamentalmente na desconfiança das potencialidades da «comunicação ecológica»[[114]](#footnote-114). O seu projeto de sociologia cosmopolita, na qual está inerente uma determinada reflexividade, onde a individualização não resulta de um processo voluntário, mas antes como decorrente de uma dinâmica institucional da segunda modernidade dirigida ao individuo e não ao grupo. Revela que, os novos riscos (nos quais se incluem os ambientais) permitem a criação de vários espaços de reflexividade, sendo que um deles enquadra a possibilidade da criação de novas formas de fazer política, que designa de “Sub-política” onde poderá emergir uma cooperação de atores transnacionais fora das instituições representativas do Estado-Nação e o outro espaço possível é o da reflexividade como reflexo, que decorre da própria ação da sociedade do risco e que se estabelece de forma objetiva, não intencional, não envolvendo consciência nem ação política (Beck, 1997; Beck, 2008) .

Podemos, pois, inferir através da sistematização supra, que relativamente ao ambiente, existem diferentes e contraditórias conceções teóricas de análise sobre a ação, influência política, social e económica que recaem sobre este domínio. As primeiras abordagens teóricas apresentadas estão alicerçadas em fundamentos eminentemente construtivistas, enquanto que a última, de Ulrich Beck, assenta em pressupostos e princípios conceptuais de uma sociedade de risco global que devem permitir pensar e agir sobre o ambiente de uma forma reflexiva como um bem comum a preservar. Neste sentido e segundo Beck, tal desiderato só será possível através de uma ação coletiva integradora de um real interesse coletivo, ou seja, um verdadeiro princípio superior comum.

Esta reflexividade de que nos fala Beck, constitui-se como uma característica central do Projeto Imaginado de Modernidade[[115]](#footnote-115), contextualizado, geograficamente na Europa Ocidental, contempla segundo Wagner (1996), a análise de vários períodos desde o final do Antigo Regime/Época das Luzes, até à contemporaneidade (*modernidade liberal restrita* - século XVIII a XIX; *modernidade organizada* – século XIX a 1960; *modernidade liberal alargada / tardia / reflexiva* – 1960 à atualidade).

O paradigma da modernidade decorre das vivências num mundo marcado por acentuados processos de mudança de cariz tecnológico, que vão influenciando significativamente as relações sociais dos indivíduos, originando tensões, conflitos, divisões e roturas sociais, convocando por um lado, os indivíduos a “controlar” de uma forma melhorada os seus destinos e por outro, proporcionar a construção de “calendários de vida” que podem consubstanciar-se em diferentes formas de ação coletiva, enformados sob o domínio da reflexividade (Giddens, 2001, pp. 75-79).

Destarte, torna-se pertinente, tentar perceber como os sujeitos e as organizações destas sociedades de modernidade tardia, se posicionam, ou seja, como se envolvem e que ações desenvolvem na defesa deste tipo de desafios que os riscos ambientais lhes colocam de forma quase permanente.

Assim, no sentido de dar uma sequência compreensiva ao exposto, que enunciamos agora algumas questões, centradas na ação individual e que simultaneamente permitem aferir alguns dos contornos da ação coletiva: Porque se mobilizam os sujeitos na defesa dos problemas ambientais? Qual o conteúdo e o sentido dessa participação? Que tipo de interesses existem subjacentes a essa participação? Quais os consensos e conflitos que a participação dos sujeitos implica?

De forma a podermos compreender o que este conjunto de questões suscita em termos de resposta, utilizaremos os dados das entrevistas efetuadas aos voluntários da associação ambientalista QUERCUS, os quais submeteremos analiticamente no quadro da sociologia pragmática de Boltanski e Thevenot, como anteriormente já havíamos referido.

Convém, no entanto, clarificar, que quando referenciamos a sociologia pragmática e os «regimes de ação» de Boltanski e Thénenot (1991), referimo-nos à elaboração de estratégias de ação na procura de «bens», podendo a sua materialização assumir diferentes configurações, que são diferenciadas de acordo com a heterogeneidade de contextos e situações com que os indivíduos são confrontados.

As conceções de justiça funcionam como guias para a ação. Como tal, cada ator possui a competência para se guiar em diversos contextos sociais, podendo apresentar reações diferenciadas quando confrontados com diferentes conceções de sentido do justo (logo diferentes argumentos consoante as pressões sentidas quanto às tarefas a cumprir e as exigências observadas nos diversos mundos que percorre no seu quotidiano), ou seja uma atividade crítica por eles desenvolvida a par das dinâmicas de justificação apresentadas face a situações concretas (Boltanski, 2001, p. 15).

As formas de reivindicação acionadas nas diversas arenas onde se disputam as conceções de «bem comum» em torno da solidariedade, do seu significado e do seu uso, reportam para a necessidade de definição das responsabilidades públicas (Estado), privadas de interesse público (Associações / O.N.G.) e individuais (sujeito autónomo, crítico e responsável - a relação com a comunidade implica assumir-se como parceiro exigente junto dos serviços da administração local e central), no âmbito da compreensão da responsabilidade social dos sujeitos individuais e coletivos.

As disputas na defesa de «bens» compreendem certamente diversas formas de acordo e contratualização; podendo o «bem» apresentar-se como um objetivo permanente tanto para os decisores políticos como para os elementos da sociedade civil, contribuindo para a mobilização das forças sociais, particularmente da sociedade civil organizada, constituída como Terceiro Setor coexistente com o setor público – Estado – e com o setor privado – Mercado.

Para Boltanski e Thèvenot, os indivíduos quando procuram coordenar a sua ação com a de outros, fazem-no através de diferentes “modos de entrada” nessa mesma ação (Boltanski & Thévenot, 1991; Thévenot, 2006). Sendo que estes “modos” podem ser adequadamente entendidos como diferentes *regimes de envolvimento* na ação (Thévenot, 2006).

Os principais eixos diferenciadores dos diversos regimes de envolvimento na ação, no seio desta perspetiva, são para Thévenot, a avaliação ou *julgamento* que os indivíduos fazem, em situação, sobre a sua própria conduta - procurando uma ação *conveniente* à situação específica em que se encontram - e o *apoio* que essa avaliação ou julgamento encontra na própria situação (Thévenot, 2006).

Segundo esta análise, Thévenot identifica três diferentes regimes de envolvimento na ação, os quais variam entre um modo de envolvimento mais íntimo e pessoal e um espaço de constrangimentos convencionais típicos da esfera pública, mais geral e racional. Destarte e segundo o autor, temos três regimes de envolvimento, assentes num eixo que vai do singular ao geral: o regime *familiar*, o regime de *plano* e o regime *público*, diferenciados de acordo com o julgamento feito pelo indivíduo em situação pela forma de coordenação conveniente à mesma num eixo de gradações de generalidade das relações entre os seres em presença.

**A reconfiguração do espaço público e a institucionalização de novos atores coletivos**

***A emergência das políticas do ambiente e a institucionalização do movimento ambientalista***

A reconstituição do espaço público nas sociedades pós-industriais esteve associada às alterações nas gramáticas públicas (integração de um discurso ecológico), constituindo-se este fator como determinante na abordagem e respetiva tomada de decisões sobre questões coletivas e consequente processo de institucionalização do ambientalismo e do movimento ecologista.

Segundo Habermas a emergência da área das políticas públicas do ambiente, representam um novo tipo de interconexão que parece emergir entre a sociedade, representada pelas organizações de produção e o governo, representado pelas organizações administrativas do estado moderno (Silva, 2002).

As organizações associativas dos movimentos sociais que lidam com bens públicos como o ambiente vão com a sua ação pressionando o estado na gestão desses bens públicos, os quais se vão transformando em objeto de políticas específicas que se tornam, por sua vez, alvo de contestação, disputa e conflitualidade, abrindo desta forma um lugar para a emergência de um novo sistema institucional.

Destarte, a institucionalização das organizações associativas do movimento social representa mais do que um simples acréscimo ao espaço político existente, pois envolve duas dimensões específicas de mudança estrutural.

A primeira é a profissionalização e a separação progressiva das organizações do movimento social mais ativas em relação à sua base de apoio, ou seja, o que se trata aqui é da representação do interesse público através de associações que hoje se assemelham mais a “atores corporativos especializados” que se representam a si próprios em nome de uma definição de «interesse público» e «bem comum» que sendo a sua, surge muito legitimada em virtude da sua origem social e institucional, do seu específico peso científico ou cultural e do seu particular impacte político, podendo pois concluir-se que as organizações-movimento deixaram de ser movimentos sociais e antes «grupos de interesse público» (Eder, 1996).

A segunda mudança é a transformação do espaço institucional do controle social, que tende a passar do binómio estado-economia para uma nova situação relacional de carácter triangular estado-economia-sociedade.

A institucionalização do movimento ambientalista na forma atual de organizações não governamentais do ambiente reflete, pois, a emergência de um campo inter-organizacional e de coordenação de atores coletivos deste tipo também visível na sociedade portuguesa, pese embora a notória contradição entre as fraquezas do movimento associativo no seu todo e a crescente influência política e social alcançada por uma elite de poucas organizações de âmbito nacional cujas estratégias de comunicação pública e de mobilização social lhes permitiram um determinado crescimento de acordo com as exigências e circunstâncias da sua própria institucionalização (Soromenho-Marques, 2005).

***A constituição de um novo espaço público renovado***

O espaço ocupado e partilhado por todos os atores da nova estrutura relacional supracitada, é melhor definido pela ideia de espaço público em Habermas, um espaço que estende e alarga as fronteiras tradicionais da esfera do político, que interfere com a economia, e que é um efeito da estrutura triangular do contexto institucional emergente no decurso da institucionalização de novos atores coletivos em representação da sociedade civil, Silva (2002).

Segundo Eder (1996), os desenvolvimentos gerados pelos movimentos associativos apontam para importantes mudanças, na forma como são englobados e coordenados os diferentes atores coletivos, criando-se assim um novo contexto institucional caracterizado pelos seguintes elementos: uma nova “ordem simbólica” que exprime a preocupação pelos bens coletivos (no caso em análise, o ambiente); uma forma ou lógica institucional que está para além da esfera estrita do estado, do mercado e da sociedade civil tomados em si próprios e que reflete arranjos de atores auto-organizados lidando com questões de bem comum; um campo inter-organizacional no qual questões de interesse comum e identidades estão presentes e são comunicadas em permanência.

O espaço público para Habermas compreende funções de “deteção de problemas sociais” e correspondente monitorização do “tratamento que o sistema político aplica a esses problemas, assim como filtra e sintetiza os “fluxos comunicativos e opiniões públicas tematicamente específicas” (Eder, 1996):

“A esfera pública não pode ser representada enquanto instituição social, organização ou sistema social, mas sim enquanto rede de comunicação de informações e de pontos de vista (…) refere-se ao espaço social gerado pela ação comunicativa (…) isto significa que um espaço público é linguisticamente constituído na medida em que os atores em interação face a face adotam o princípio de alteridade, usufruindo de liberdade comunicativa ilimitada.” (idem)

Esta possível capacidade comunicativa no espaço público, e a consequente adoção de gramáticas de ação ajustadas em situação aos contextos, segundo Habermas, permite-nos conjugar a análise das ações no espaço público de acordo com os diferentes *regimes de envolvimento* na ação propostos por Laurent Thévenot.

Danny Trom (2001), fundamenta que os vocabulários dos motivos se ajustam às gramáticas da ação coletiva e contribuem para a constituição de problemas públicos e confeção de causas públicas.

Para Habermas, o espaço público constitui-se pois como uma estrutura “comunicativa enraizada no mundo da vida” em virtude da rede institucional que se vai alargando cada vez mais através da constituição de associações voluntárias, organizações e movimentos sociais com capacidade de “transformar problemas societais (provenientes das esferas da vida privada) em reações amplificadas para a esfera pública, o que implica a estrutura comunicativa orientada para o entendimento mútuo em que se baseiam” (Silva, 2002). Convém, porém, salientar de acordo com este autor que este papel amplificador está reservado aos meios de comunicação social, aos partidos políticos e aos grupos económicos e que estas associações voluntárias de cidadãos constituem um substrato organizativo constituído pelo conjunto dos cidadãos que desejam influenciar a formação institucionalizada da vontade política” (Silva, 2002).

É de sublinhar perante o exposto, que estas organizações associativas atualmente, configuram uma dimensão estrutural cujo cariz marcadamente voluntário inicial dos atores foi-se alterando. Assim, verifica-se que para além dos voluntários, as organizações (de acordo com necessidades sentidas, para dar corpo à operacionalização das ações) foram integrando atores remunerados (geralmente especializados nos domínios da ação organizativa), com o estatuto de «colaboradores» que segundo Eder (1996) esta alteração representa quer pela sua intervenção em rede, quer pela sua especialização dos recursos humanos a legitimação do “estatuto” de organizações como “atores corporativos especializados”.

Deste modo, torna-se importante analisar o papel das organizações da sociedade civil em contraponto com a intervenção do estado e do poder político, pois as organizações da «sociedade civil» (conceito também abordado por Habermas) na sua ação de disputa na arena pública estão sujeitas, direta ou indiretamente, a novas formas de regulação no jogo das controvérsias, tal como refere Barril et al. (2003). Está, pois, inerente ao próprio espaço público “um princípio regulador que fornece uma descrição das condições que devem ser satisfeitas ao nível da organização do poder político do Estado e da sociedade, para que eles possam ser qualificados de democráticos” (Barril et al., 2003).

**Formas de mobilização e envolvimento em causas ambientais no espaço público Português**

***A QUERCUS enquanto ator coletivo na proteção e conservação da natureza***

No sentido de ilustrar tudo o que até aqui foi exposto ao nível das organizações interventoras no espaço público, com um papel ativo no desempenho de ações e realizações de âmbito político e também de análise científica dos problemas ambientais (definidos enquanto tal) apresentamos a Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS).

A escolha desta organização em detrimento de outras associações ambientais que desenvolvem a sua ação no espaço nacional recaiu fundamentalmente em dois critérios: o primeiro esteve relacionado com a representatividade territorial desta associação, pois possui um conjunto de Núcleos que cobrem na sua grande maioria o país, sendo que o segundo critério, recaiu sobre a dimensão da visibilidade que esta associação detém no plano mediático, comparativamente a outra organizações congéneres (exemplo: o programa “Minuto Verde”, transmitido diariamente no canal púbico nacional RTP1), permitido desta forma constituir uma opinião pública mais esclarecida e empenhada na defesa dos valores da proteção e conservação da natureza, através de comportamentos ambientalmente sustentados e podendo inerentemente conduzir as pessoas a processos de um envolvimento mais efetivo através da sua adesão enquanto voluntário a esta ou outra associação que defendam o ambiente como um bem comum preservar.

Fundada a 31 de outubro de 1985, esta associação apresenta um conjunto de princípios e objetivos, inscritos nos seus estatutos, que se foram renovando ao longo dos seus 35 anos de existência.

**Princípios e objetivos**

São objetivos ou fins da Associação:

a) A proteção do Ambiente entendido este no seu sentido mais amplo;

b) A promoção de soluções e alternativas baseadas no desenvolvimento sustentável;

c) O fomento e a promoção de atividades de educação cívica, ambiental e científica;

d) A elaboração de estudos de carácter científico, técnico, pedagógico e didático que contribuam para um melhor conhecimento e defesa dos valores do património natural e cultural;

e) Alertar e apoiar os cidadãos e entidades nas vertentes técnicas, científica e jurídica com vista à promoção de um melhor Ambiente.

**Formas de atuação**

A Associação cumprirá os seus objetivos designadamente:

a) Mantendo o diálogo e cooperação com todas as entidades, organismos, instituições e indivíduos envolvidos na definição e execução das políticas de Ambiente;

b) Filiando-se ou participando na constituição ou mesmo na direção de organizações, com ou sem personalidade jurídica, nacionais ou internacionais, e com elas estabelecer todas as formas de cooperação consentâneas com os objetivos da Associação;

c) Promovendo debates, editando publicações e difundindo, através dos meios de comunicação social, informações, estudos e investigações sobre temas relacionados com os objetivos da Associação;

d) Recorrendo à via judicial com o objetivo principal de defesa do Ambiente;

e) Contratando serviços e recursos humanos com as adequadas qualificações;

f) Desenvolvendo atividades com recurso aos colaboradores da Associação e ao voluntariado;

g) Desenvolvendo estudos e projetos de forma autónoma ou em parceria;

h) Realizando os atos e os negócios jurídicos que se revelem necessários para a prossecução dos fins sociais.

Para Viriato Soromenho-Marques (2005), antigo Presidente desta associação, os princípios da QUERCUS significam “um considerável incremento do poder de argumentação e persuasão por parte da organização, das suas propostas, dos seus representantes, bem como um enriquecimento da qualidade do debate público sobre temas de ambiente e sustentabilidade”.

Neste sentido, apesar da intervenção em rede (participação em congressos e outros eventos) com outras organizações internacionais (permitindo debater novas ideias e novas formas de intervenção política, baseadas na análise e estudo científico do ambiente), a QUERCUS possuidora de Estatuto de «Associação Nacional» (pois como anteriormente foi referido possui diferentes núcleos no país: Braga; Porto; Aveiro; Viseu; Guarda; Coimbra; Lisboa; Setúbal, entre outros), não integra a organização federativa das associações ambientalistas, em virtude de todas as associações que incorporam esse organismo, deterem apenas um único voto independentemente da dimensão e representatividade que possua enquanto organização. Poder-se-á depreender que com esta tomada de posição a existência de uma possível disputa entre associações com os mesmos fins, pela ocupação não do espaço de intervenção, mas sim pela procura da capacidade de influência das decisões e tomadas de posição públicas.

Podemos também referenciar e posteriormente verificar, através do discurso produzido por alguns dos seus voluntários, que o crescimento e desenvolvimento desta organização, esteve em certa medida dependente da cobertura mediática dos diferentes órgãos de comunicação social, quer para denunciar políticas públicas contrárias ou lesivas da proteção e preservação da natureza, quer no sentido de influenciar através de campanhas e petições públicas as decisões políticas relativas ao ambiente.

Destacamos ainda alguns conflitos nas tomadas de posição e de orientação das ações em termos internos da organização, dando origem a algumas cisões internas e até mesmo situações de abandono da associação por parte de alguns dos seus elementos. Como um dos exemplos representativos desta situação, destacamos o financiamento de determinados projetos, cujos mecenas eram, empresas com comportamentos lesivos do ambiente em alguns domínios específicos, fazendo com que alguns voluntários defendessem que era uma atitude indigna, imoral e antiética de acordo com os valores e princípios estatutários da associação, alegando contrariamente outros, que o que estava em causa era a possibilidade de os projetos terem viabilidade e serem concretizados de forma efetiva, permitindo assim e deste modo, defender o ambiente.

***Gramática de motivos para militar numa associação ambientalista***

Apresentamos agora de forma sintetizada, algum do vocabulário dos motivos para militar na QUERQUS utilizado pelos seus voluntários e que vão permitir, como nos propusemos, responder às questões levantadas no final do ponto 1.2.

**Como é que aderiu e quais foram os motivos para a adesão à QUERCUS?**

Eu aderi, preenchi a ficha como qualquer pessoa. Não houve convite, não houve nada, preenchi a ficha, mas já conhecia a QUERCUS. Na associação de que eu fazia parte em Coimbra, nós assistimos ao nascimento da QUERCUS. Eles precisavam de uma reunião no centro de país e nós facilitámos a sala. Eu assisti à reunião, depois assisti a um congresso e ainda não era sócio. Mesmo no início. Lembro-me de lá ter ido de bicicleta ao congresso do Porto. Fui de Coimbra lá e depois voltámos. Nessa altura não era sócio da QUERCUS. Mas depois a associação de que eu fazia parte acabou. Para mim, tinha sentido continuar o que fazíamos e pronto, era a QUERCUS. Eu tinha assistido ao nascimento e era uma associação nacional e havia em Coimbra e aderi. Já conhecia as pessoas que trabalhavam na QUERCUS, fiz umas saídas de campo com eles e inscrevi-me. (…) Na altura os sócios iam aparecendo devagarinho. E por isso foi uma adesão normal. E os motivos são esses, continuar essa ideia de intervenção em defesa do ambiente. Foi coisas, não pela teoria, pela prática. (Entrevista 8, QUERCUS)

Aderi há quase 20 anos atrás como voluntário. Houve uma assembleia geral e eu vim cá e na altura foi colocado à audiência a questão de quem estaria interessado em fazer parte da lista à direção. Eu sempre tive grande interesse pela questão ambiental. Por um lado, por uma perspetiva, digamos mais lúdica, ou seja, a questão do puro e simples contato com a natureza e por outro pela questão da “causa”, da necessidade de defender os espaços naturais, o ambiente em si. Vi na associação uma porta para exercer o meu direito e dever de cidadania. De tentar dar o meu contributo para que a causa ambiental tenha futuro. (Entrevista 10, QUERCUS)

A gramática de justificação, para estas mobilizações, podem ser vistas como compósitas pois inscrevem-se, por um lado, num regime de familiaridade (conhecimento e ações de proximidade) e são ações passiveis de ser designáveis de convenientes, desde que devidamente adaptadas às situações para que possam ser validadas como bem-sucedidas e, por outro lado, num regime de ação pública publicamente justificável (defesa de um bem comum, coletivamente reconhecido enquanto tal), pois mais do que uma intenção comum é o modo de justificação que é procurado (Thévenot, 2006, p. 107).

**Que sentido dá aquilo que faz na Quercus, que sentimentos ou valores é que coloca no âmbito da sua ação enquanto voluntário?**

Basicamente acho que o meu objetivo, o único, se eu tivesse que sintetizar em apenas uma frase, se calhar, o meu objetivo único é contribuir para construir um mundo melhor. Basicamente é isso.

E não faço por mim, apesar de… Pronto, por um certo lado até faço por mim, porque também é uma coisa que eu gosto de fazer (risos). Mas eu faço porque também sei que a minha responsabilidade também é a responsabilidade de todos, mas pronto. A responsabilidade dos outros é dos outros, eu faço a minha, não é, da minha parte, na medida do possível. Mas é uma coisa que eu realmente adoro fazer, porque eu sei que isto vai ter algum impacto positivo, muito ou pouco, numa determinada área, com esta ou aquela pessoa, nesta parte do meio ambiente ou o que quer que seja, com este ou aquele animal e eu acho que isso é o mais importante, não é, nós fazermos assim alguma coisa para realmente ajudar a fazer a diferença. É o que realmente importa. E acho que se tivesse que sintetizar, acho que seria basicamente isso. Dar um pouco de nós para os outros. (Entrevista 21, QUERCUS)

Digamos que direitos humanos, o direito ao ambiente, património geral da humanidade. O ambiente também o vejo do ponto de vista social, económico. Pode haver economia amiga do ambiente quer a nível de empresas de atividade económica e atividade social porque acho que a sociedade é mais rica e é mais saudável se puder viver mais em harmonia com a natureza. A sociedade é mais justa se dentro das preocupações sociais também estiverem as preocupações ambientais. Acho que são estes os valores que estão em causa, no fundo direitos humanos, justiça, direitos da natureza em pé de igualdade com os direitos humanos, mas isto implica também uma questão dos valores como uma responsabilidade e isso enquadrado na liberdade de as pessoas se envolverem e de serem cidadãs e de poderem viver em democracia. Porque a democracia, as pessoas têm tendência a falar dos políticos e da democracia como se fosse exterior a elas. Todos os atos são políticos e todos os atos são potencialmente democráticos ou potencialmente ditatoriais, portanto a democracia é o respeito pela nossa liberdade, a possibilidade de nós usufruímos dessa liberdade e a possibilidade de os outros também usufruírem dessa liberdade com responsabilidade. Portanto há aqui valores: liberdade, responsabilidade, justiça social, económica, ambiental que estão ligadas dentro daquela ideia de sustentabilidade. São valores como esses que me animam e animam outras pessoas porventura não com esta configuração formal em termos de palavras, mas com esta configuração em termos de valores. **(**Entrevista 14, QUERCUS)

O vocabulário utilizado pelos voluntários da QUERCUS para expressar os seus sentimentos ou valores, da e na ação, incide fundamentalmente no seu altruísmo com um sentido de preservar um bem comum (ambiente), o que denota um comportamento de dádiva como expressão da sua generosidade de querer dar sem esperar algo em troca, daqueles que eles se aproximam e não daqueles que estão próximos, ou seja um estado de paz em *agápe* (Ricoeur, 2006, pp. 236-8).

Estamos também, perante sentimentos ou valores assentes num cálculo egoísta (entrevista 21) associado à vontade de satisfazer os interesses particulares, mesmo quando os voluntários, nos seus discursos, colocam o acento numa dimensão ética, invocando o carácter moral das suas ações orientadas para o bem comum (altruísmo e espírito de ajuda em prol do coletivo).

Os sentimentos de responsabilidade e de justiça social, cujas fórmulas de investimento recai na solidariedade presente no *mundo cívico*, prevalecem no discurso dos voluntários associados à necessidade de uma certa generosidade para com as situações de defesa e proteção ambiental.

**Quais os consensos e conflitos que a participação dos sujeitos neste tipo organização implica?**

Por exemplo, agora recentemente também fui contra, por exemplo, o financiamento da Coca-Cola para a Quercus, que também houve uma proposta da Coca-Cola há algumas semanas atrás para financiar um determinado projeto e eles iam só dar apenas uns poucos milhares de euros, também não era nada assim do outro mundo e, apesar do objetivo até ser bom, não é, ser positivo, ser meritório, o problema é que iríamos estar a receber também o financiamento de uma empresa que eu, por exemplo, considero que é altamente criminosa por diversos motivos, que agora também não tenho aqui tempo para estar a aqui a falar mas uma pessoa, se for pesquisar na net sobre o que é que a Coca-Cola faz, não é, de forma independente,(…). A maior parte das pessoas foram contra, mas houve outras pessoas que eram a favor e não eram a favor por causa da empresa em si, mas eram a favor por causa do dinheiro que daí podia-se obter para financiar aquele projeto. Só que a minha visão é que, independentemente do fim que se pretende alcançar, eu não concordo que se utilize qualquer meio, não é? Os fins não justificam os meios. (…) Mas houve outras pessoas que eram a favor e disseram, pronto, que apesar de talvez não concordarem com certas atitudes que a empresa teria, o que interessa é que iríamos estar a receber dinheiro e utilizar para aquele fim, que era isso que interessava. Pronto e isso é claro que depois provoca uma certa clivagem entre as pessoas e por aí fora, mas foi resolvido e não foi aprovado, até, e o que pode acontecer, infelizmente, é que se não houver, por exemplo, alguma outra empresa a financiar também esse projeto, o projeto pode não ir para a frente, não é? Mas pronto, só que por uma questão de ética, essa é a minha opinião e acho que foi… a decisão que prevaleceu também pela Direção Nacional, eu acho que é de bom senso porque, realmente, vamos imaginar que, por exemplo, que a gente aceita, por exemplo, financiamentos de qualquer empresa, literalmente de qualquer empresa, depois uma das coisas que vai acontecer, sem contar com outras coisas, das quais eu também faz com que eu não concorde, não é, com a decisão de aceitar financiamentos de qualquer empresa. Uma das primeiras coisas que vai acontecer é que, o público em geral, especialmente aquelas pessoas que são, talvez, mais próximas das causas ambientais e por aí fora e que são solidárias com a Quercus e por aí fora, sejam sócias ou não, façam voluntariado ou não, mesmo que só simpatizem, pensarem então, mas esta associação, por exemplo, está a proteger o ambiente e luta para isso, mas ao mesmo tempo, está a colaborar com uma outra empresa que destrói o ambiente. Ou seja, isto não faz nenhum sentido. Não faz sentido nenhum. (Entrevista 21, QUERCUS)

Neste tipo de associações há o risco de cada uma das pessoas pensar de maneira completamente diferente e haver alguma disputa, mas a minha experiencia de anos é que há várias formas de pensar, o que é saudável, mas no fundo todos partilham o esqueleto, digamos o ideal é comum a todos. Essas disputas podem acontecer, mas são muito pontuais e relativamente a assuntos muito específicos. Aí prevalece a democracia, quando é caso disso, ou então os órgãos centrais têm uma palavra a dizer. Relativamente aos núcleos eu acho que é muito importante esta forma de organização da Quercus, que penso que é interessante. Os núcleos podem sempre tomar as suas decisões, da forma que entenderem. É evidente que têm que obedecer à própria direção do núcleo, mas se alguém que está ativa dentro do núcleo não concordar com muitas situações e chegar à conclusão que no fundo as suas ideias vão contra aquelas que a associação defende, quando isso aconteceu, as pessoas retiram-se. (Entrevista 10, QUERCUS)

Como se constata, os movimentos e as organizações associativas participam, de diferentes modos, na constituição e avaliação de uma questão ou causa pública, suscitando por vezes conflitos no âmbito dos seus projetos de concretização (Thévenot, 2001). As associações/O.N.G’s podem constituir-se enquanto aliança de interesses individuais ou particulares que, mediante uma gramática mais aberta ou fechada procura a publicitação de bens ou podem, simultaneamente, passar pelo engrandecimento de uma pluralidade de bens distintos associados a diferentes grandezas (Boltanski & Thévenot, 1991).

**Referências bibliográficas**

Barril, C., Carrel, M., et al. (Orgs.) (2003). *Le publique en action – Usages et limites de la notion d’espace publique en sciences sociales*. Paris, França: L’Harmattan.

Beck, U. (1997). Subpolitics. Ecology and the Disintegration of Institutional Power. *Organization Environment*, 10 (1), pp. 52-65.

Beck, U. (2008). *La société du risque – Sur la voie d’une autre modernité*. Paris, França: Éditions Flammarion.

Boltanski, L., Thevenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris, França: Éditions Gallimard.

Boltanski, L. (2001). A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo. *Forum Sociológico*, Lisboa, 5/6 (IIª série), 13-35.

Cefaï, D. (2001). Les cadres de l’action collective. In Cefaï, D. & Trom, D. (eds.), *Les formes de l’action collective – Mobilisations dans des arènes publiques* (pp. 51-97). Paris, França: Éditions L’EHESS.

Cefaï, D. (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on ? Les théories de l’action collective*. Paris, França: La Découvert / M.A.U.S.S.

Eder, K. (1996). *The Social Construction of Nature. A Sociology of Ecological Enlightenment*. Londres, Inglaterra: Sage Publications.

Giddens, A. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.

Hajer, A. (1996). Ecological Modernisation as Cultural Politics. In Scott, L (Org.), *Risk, Environment & Modernity – Towards a New Ecology* (pp. 246-268). Londres, Inglaterra: Sage Publications.

Hannigan, J. (2009). *Sociologia Ambiental*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes.

Jamison, A. (1996). The Shaping of the Global Environmental Agenda: The Role of Non-Governamental Organisations. In Scott, L (Org.). *Risk, Environment & Modernity – Towards a New Ecology* (pp. 224-245). Londres, Inglaterra: Sage Publications.

Soromenho-Marques, V. (2005). A declaração de princípios da Quercus. Uma identidade voltada para o futuro. In *1985/2005 - 20 anos Quercus* (pp. 18-23).Lisboa, Portugal: Quercus.

Pina, C. (2005). A legislação como instrumento de defesa do ambiente. In *1985/2005 - 20 anos Quercus* (pp. 80-93).Lisboa, Portugal: Quercus.

Ricoeur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.

Silva, F. (2002). *Espaço Público em Habermas*. Lisboa, Portugal: ICS.

Schmidt, L. (2008). Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In Cabral, M., Wall, K. Aboím, S. & Silva, F. (Orgs.), *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS* (pp. 285–315). Lisboa, Portugal: ICS.

Thévenot, L. (2001). S’associer pour composer une chose publique. In Chopart, J-N. et al (Eds), *Actions associatives, solidarités et territoires* (pp. 267-274). Saint-Etienne, França: Publications de l'Université de Saint Etienne.

Thévenot, L. (2006). *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris, França: Éditions la Découverte.

Touraine, A. (1999). *Como Sair do Liberalismo*. Lisboa, Portugal: Terramar.

Trom, D. (2001). Grammaire de la mobilisation et vocabulaires des motifs. In Cefaï, D. & Trom, D. (Ed.), *Les formes de l’action collective – Mobilisations dans des arènes publiques* (pp. 99-134). Paris : Éditions L’EHESS.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris, França: Éditions Métailié.

## 

## Da senzala à favela: apontamentos sócio históricos acerca das relações entre imprensa e segurança pública no Rio de Janeiro

Edilson Márcio Almeida da Silva**[[116]](#footnote-116)**

Desde a reflexão desenvolvida por Émile Durkheim n’*As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989 [1912]), questões relativas à organização do espaço e à perceção do tempo passaram a ser encaradas sob um novo prisma. Ao invés de dados *a priori* da mente humana, tal como eram até então definidos nos domínios da Psicologia e da Filosofia, tempo e espaço foram erigidos, pelas mãos do eminente sociólogo, à condição de *categorias do entendimento* *humano socialmente construídas*, o que significa, fundamentalmente, encará-los sob a forma de *representações coletivas*.

A despeito de nascer num contexto marcadamente cientificista, a teoria das representações coletivas oferece ainda hoje uma inestimável contribuição à sociologia contemporânea, posto que, com ela, abriu-se espaço para pensar o plano simbólico não como mero reflexo, mas como elemento instituinte da realidade social. Como assinala Pinheiro Filho (2004), dada a plasticidade que lhe é conferida por Durkheim, a noção de representação é então concebida, a um só tempo, como um processo e seu conteúdo, significando tanto o ato lógico de representar quanto o produto desse ato. Isso quer dizer ao fim e ao cabo que, contrariamente ao significado etimológico que normalmente se lhe atribui, a “representação não representa, não reflete um objeto e um sujeito que existiriam sem ela; ela mesma é objeto e sujeito, ela é a realidade mesma” (Mora, 1951, p. 800).

Esse enquadramento inicial faz-se necessário para acentuar um aspeto central da elaboração durkheimiana, qual seja a de que, tanto enquanto ideia(s) quanto como ato(s), as representações são socialmente determinadas, isto é, fundadas na experiência coletiva. Considerando, de forma concomitante, a dimensão objetiva e os aspetos (inter) subjetivos que compõem a vida social, a teoria das representações revela-se especialmente profícua para a compreensão dos processos de ‘evocação’ dos problemas sociais, como ocorre, por exemplo, com a ‘violência urbana’ no Rio de Janeiro. É, pois, com base na teoria das representações que se pretende discutir, aqui, alguns aspetos acerca dos processos de construção, evocação e difusão dos discursos sobre a capital carioca como uma cidade violenta, perigosa e insegura. Considerando, a dimensão simbólica e as ‘condições sociais de evocação’ de tais discursos pretende-se, fundamentalmente, desenvolver uma reflexão acerca da questão norteadora dos III Encontros de Portalegre, qual seja: (con) vivemos numa sociedade justa e decente?

***Violência, mídia e segurança pública***

Inegavelmente, os estudos sobre ‘violência’ ocupam hoje uma posição central nos debates entre pesquisadores diversos, aqui e alhures. No caso específico do Brasil, levantamentos na área das ciências sociais (Kant de Lima et al., 2000; Zaluar, 1999) atestam que, nas últimas décadas, produziu-se um considerável acúmulo de trabalhos voltados, direta ou indiretamente, para a temática em questão. Todavia, apesar de estar constantemente presente em disciplinas como Antropologia, Sociologia e História, a ‘violência’ apresenta-se ao meio acadêmico como um objeto cuja complexidade impõe à moderna análise sociológica um sem-número de limitações, imprecisões e dificuldades teórico-metodológicas.

Uma das primeiras dificuldades deve-se ao fato de que o cientista social se encontra constantemente “diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo” (Lenoir, 1998, p. 61). Assim, aliada à impregnação das definições socialmente pré-construídas, a proximidade quanto ao objeto faz-se acompanhar, via de regra, do comprometimento da neutralidade axiológica, uma vez que

“Quando se tenta operar analiticamente com noções como *violência, crime, corrupção,* percebe-se que permanecemos muito próximos dos problemas e alternativas imediatas das políticas públicas e da denúncia crítica politicamente correta, mas sob o preço, sempre muito alto para a exigência de objetividade, de favorecer o chamado ‘pensamento único’, o consenso potencial a respeito das obviedades intelectuais e morais de uma época. Ao contrário de favorecer a compreensão do que se passa, corremos o risco de apenas participarmos da sua reprodução” (Misse, 1999, pp. 34-35).

A despeito das variações de significado possíveis, não há como negar que o termo violência se inscreve no rol das “palavras que, pelo uso tornado corrente, parecem dispensar definições. Seriam consensuais; todos saberiam do que estão falando à simples leitura ou enunciação” (Flores, 1995, p. 7). Freqüentando, muitas vezes inadvertidamente, o discurso de diferentes indivíduos e grupos, a palavra ‘violência’ acaba se cristalizando, dado o seu uso constante, como algo a que os indivíduos se referem univocamente, segundo a mesma perspetiva e com os mesmos significados. Não obstante, apesar dos ganhos de comunicabilidade que este suposto acordo semântico sugere, o fato é que ele se faz acompanhar de um duplo e controvertido efeito. Conforme esclarece Flores (1995), o caráter aparentemente consensual atribuído à palavra ‘violência’ ora a reforça “pelo efeito da unanimidade e obviedade que lhe confere, ora a enfraquece porque lenta e silenciosamente retira da palavra a possibilidade de ser vivificada pela verificação de suas relações com as coisas às quais se referiria” (p. 7).

Seja como for, indiscutivelmente, a ‘violência’ constitui um dos *símbolos significantes* mais refratários a conceituações da contemporaneidade. Por conta da impossibilidade de se lhe atribuir um sentido preciso, costuma-se tomá-la “como *referente* da representação social de um perigo, de uma *negatividade social* que é assimilada a uma seleção de práticas e agentes cujos cursos de ação, heterogeneamente motivados, carregariam seu signo uniforme” (Misse, 1999, p.41). Nesses termos, para além das manifestações a ela associadas, a ‘violência’ se vê representada como uma *idealidade negativa* que se opõe à *idealidade positiva* da ‘civilidade’, o que a torna uma espécie de ‘fantasmagoria’ social que carrega consigo elementos diversos, tais como o medo e o sentimento de insegurança.

No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, as contraposições que operam com tais *idealidades*, longe de configurarem algo novo, já se estão presentes, no início do século XX, nas crônicas de João do Rio e Elysio de Carvalho, dois dos mais notáveis cronistas que faziam, através dos jornais do período, a campanha pela lei e pela ordem, que alardeava o medo da *cidade europeia* em relação à *cidade quilombada*. A terminologia em questão é utilizada na historiografia da cidade do Rio de Janeiro para identificar as resultantes do processo de segregação ocorrido no espaço urbano no início do século XX. Destarte, a chamada *cidade quilombada* (geralmente circunscrita aos morros e à periferia da cidade) é assim denominada devido ao isolamento e à falta de políticas públicas a que estas áreas da cidade do Rio de Janeiro estiveram historicamente submetidas. Ocupada por segmentos sociais maioritariamente compostos de ex-escravos, tais regiões costumavam ser alvo de um tratamento discriminatório, uma vez que, no período, o racismo e o medo do *Outro* estavam, ainda, muito acentuados entre os antigos moradores das circunvizinhanças. A *cidade europeia*, composta por áreas nobres do Centro da cidade e arredores, agregava, por sua vez, o conjunto de bairros residenciais ou comerciais ocupados pelas elites locais, pela intelectualidade e pela burguesia nascente, ou seja, pela população ‘branca’ que, à exceção da massa de imigrantes recém-chegada, se alocava e/ou transitava pela então capital federal.

Aliados à experiência da vida cotidiana e das suas ruturas, os números e as histórias divulgados na imprensa sempre se fizeram presentes, contribuindo, de modo decisivo, para a constituição e o alarde do ‘perigo social’ que impregna as representações do Rio de Janeiro de ontem e de hoje. Assim, embora não se pretenda reconstruir nas linhas que se seguem a *arqué* dos discursos sobre a ‘violência’ na/da *Cidade Maravilhosa*, assume-se o pressuposto de que, a partir de dois cortes temporais específicos, talvez seja possível oferecer pistas que auxiliem na compreensão de como se constroem tais discursos e de que modo eles conquistam um status socialmente prevalecente, capaz de fazer da ‘violência’ um problema social que merece ser pensado, discutido e enfrentado publicamente[[117]](#footnote-117). A partir de uma caracterização geral de tais ‘cortes’, objetiva-se não só contribuir para o entendimento de como se (re)produz a representação do Rio como ‘cidade violenta’, como também desvelar alguns dos aspetos relativos ao conjunto de valores que, frequentando os espaços nobres da assim chamada grande imprensa, perpassam tanto os antigos quanto os atuais discursos sobre a ‘violência’ carioca.

***Primeiros passos: a abolição da escravidão, a Proclamação da República e a construção das ‘classes perigosas’***

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro testemunha momentos históricos de crises e mudanças institucionais que viabilizam o florescimento de propostas de organização social e política, bem como de projetos de cidade que refletem as clivagens ideológicas da formação histórico-social brasileira. A conjuntura de fim da escravidão e o reordenamento do Estado sob a forma republicana apresenta-se como a ocasião propícia para um projeto de reestruturação espacial da então capital federal, cujas consequências sociais se fizeram sentir profundamente em antanho e ainda hoje ecoam nos discursos produzidos sobre a cidade.

O processo de reorganização da cidade do Rio de Janeiro no período assenta-se em dois projetos que não apenas dialogam entre si como são estrategicamente complementares. De um lado, há as propostas de organização social e política republicana, que passam pela adoção do ideário liberal, pela industrialização e pela concomitante urbanização da cidade. De outro, há um projeto de remodelagem arquitetónica que tem como referência empírica a capital francesa e está estruturado em torno de valores fundamentais como progresso e modernidade. Como parte do projeto liberal inclui-se, para além da proclamação da República, a libertação dos escravos, o que vai ter desdobramentos diversos, dentre os quais pode-se mencionar a construção, junto às instituições formalmente estabelecidas e ao conjunto da sociedade carioca, de visões hiperbólicas em relação às recém-constituídas ‘classes perigosas’.

A partir desse momento, instala-se uma ambiência psicossocial que está diretamente ligada à maneira como é socialmente percebida a abolição da escravatura, abolição esta que traz a reboque um conjunto de mudanças nos padrões de convivência urbana e cria uma forte demanda por vigilância das massas. Com o deslocamento de grandes contingentes populacionais dos engenhos para as cidades, tanto práticas propriamente criminosas quanto hábitos e costumes dos recém-libertos são recebidos com estranhamento, o que nutre uma verdadeira campanha pela lei e pela ordem que passa, entre outras coisas, pelo reaparelhamento da polícia, por mais repressão e mais controle social.

A esse respeito, em interessante estudo sobre a religiosidade no Brasil, Pereira de Queiroz (1988) aponta que, da segunda metade do século XIX até, pelo menos, a década de 20 do século seguinte, há em curso no Rio de Janeiro um sem-número de medidas repressivas dirigidas, especificamente, aos cultos religiosos afro-brasileiros. As perseguições, via de regra, partiam da premissa de que tais cultos constituíam “conjuntos de superstições nefastas e de práticas de feitiçaria que desembocavam em vícios e crimes” (idem, p.74). Se se considerar o clima de ‘medo’ e ‘estranhamento’ que acompanha a chegada dos recém-libertos à cidade e cruzarem-se tais dados com o número de detenções efetuadas no período sob rubricas tais como *distúrbio* e *algazarra*, pode-se depreender que boa parte delas está relacionada ao desconforto manifestado pelas elites e autoridades locais quanto ao *modus vivendi* das populações negras com as quais, a partir da abolição, tornam-se forçosamente obrigados a conviver.

Não por outra razão, a *vadiagem* constitui, no referido contexto, a contravenção mais recorrentemente reprimida, correspondendo a mais de metade das causas de detenção registradas. O ‘perigo social’ generalizado encontra-se, assim, cristalizado na figura do *vagabundo*, contra quem é mobilizado um expressivo número de medidas de caráter repressivo que visam erradicar a ameaça de subversão interna e conter a insegurança cotidiana por ele representada.

As preocupações diante do novo ‘perigo social’ e da consequente emergência das ‘classes perigosas’ aparecem recorrentemente estampadas em diários de grande circulação do período, como o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. A imprensa, já àquela altura, advogava para si o papel de mediador entre o público e o poder, constituindo-se num dos principais canais de reivindicação e publicização das causas sociais. Esse tipo de idealização vai ser levado a tal extremo que o *Jornal do Brasil* chega a “criar em sua redação um cargo fixo – o redator das Queixas do Povo – para atender a quem se dirige ao jornal para falar de seus queixumes” (Barbosa, 2000, p. 123).

Como parte desse movimento de controle das massas, desenvolve-se o projeto que melhor sinaliza os aspetos excludentes e autoritários da república nascente: a Reforma Pereira Passos. Empreendida entre os anos de 1902 e 1906, a reforma simboliza a inserção do País na modernidade capitalista e representa o verdadeiro aburguesamento da cidade do Rio de Janeiro. Mais que rasgar o solo carioca com largas avenidas e promover a construção de novas e suntuosas edificações, é por meio dela que se dá, sintomaticamente, a remoção para a periferia dos cortiços e ‘cabeças de porco’ que, a essa altura, são tomados como símbolos de decadência e, portanto, significam uma poluição arquitetónica para a qual não tem espaço na capital da ‘Belle Époque’.

A despeito dos esforços para ‘higienizar’ o Centro da cidade, o processo de remoção engendrado pela Reforma Pereira Passos não só deixa de cumprir o seu propósito como se faz acompanhar de uma ocupação desordenada do espaço urbano, gerando, pois, um efeito perverso cujos desdobramentos podem ser notados na construção de estereótipos e na consoante *sujeição criminal* de segmentos sociais específicos[[118]](#footnote-118). A ‘favelização’, que se desenvolve a partir de então, impõe-se como uma resposta inesperada para o projeto de redefinição da espacialidade na capital federal e põe frente a frente a *cidade quilombada* e a *cidade europeia*, o que favorece, concomitantemente, a difusão do ‘medo branco’ e a adoção das mais inusitadas respostas para os problemas nascentes.

Os modos de lidar com essa conjuntura objetivam-se através do alarde socialmente produzido e de ações institucionais programáticas, como a criação da Escola de Polícia, em 1912, a realização de palestras com criminólogos e especialistas em segurança do exterior, além da construção de um ‘paredão da ordem’, responsável a um só tempo pelo disciplinamento e pela segregação de indivíduos e grupos na região metropolitana do Rio de Janeiro. A esse respeito cabe mencionar que, ainda nas primeiras décadas do século XX, os salões da Biblioteca Nacional foram palco de uma série de conferências judiciário-policiais convocadas pelo então chefe de polícia da capital federal Aurelino Leal. A partir de debates sobre temas como infância abandonada, agitação política e jogo do bicho, foram elaboradas e implementadas medidas que se ocupavam, prioritariamente, do disciplinamento do espaço urbano carioca. Como a Lapa e o Estácio constituíam áreas de passagem entre a *cidade quilombada* e a *cidade europeia*, fez-se necessário, em consonância com o pensamento político-social do período, delimitar as fronteiras destes espaços e, com isso, assegurar a ordem e a paz social. Para isso, promoveu-se a construção de um verdadeiro “paredão da ordem” que se estendia do largo da Lapa (onde localiza-se o Quartel-Geral da Polícia Militar) até o Estácio (onde encontra-se o recentemente desativado Complexo Penitenciário Frei Caneca, que englobava as antigas Casas de Detenção e de Correção). Através da demarcação de ‘espaços’ definidos como comerciais ou residenciais e outros pejorativamente designados como ‘zonas’ de tolerância, desenha-se uma cidade que se caracteriza pelo temor quanto a supostas ‘classes perigosas’, o que vai se constituir, no passado e no presente, num dos núcleos referenciais mais fortemente presentes no conjunto das representações construídas sobre a ‘violência’ carioca.

***Passos seguintes: as décadas de 70/80 e a consolidação do tráfico de drogas***

Um segundo momento a ser destacado na sociogênese dos discursos sobre a ‘violência’ no Rio de Janeiro diz respeito à transição entre as décadas de 70 e 80 do século passado, apontada por diversos autores como especialmente significativa para pensar o problema da ‘violência urbana’ na cidade. Conforme explica Silva (1998), a partir desse momento, o Brasil se estabelece como uma importante rota para a cocaína destinada à Europa e Estados Unidos e, por conta disso, torna-se uma espécie de “paraíso” para a lavagem de dinheiro e atividades criminosas diversas. Paralelamente ao estabelecimento do país como entreposto de drogas ilícitas, cuja entrada e saída se efetivam, preferencialmente, através da cidade do Rio de Janeiro, consolida-se, como que de modo complementar, um mercado interno cuja significação e efeitos são capazes de fazer com que o grande “divisor de águas” em relação à ‘violência’ torne-se, na perceção social e na maioria das análises, a entrada da cocaína nas antigas ‘bocas de fumo’ cariocas[[119]](#footnote-119).

A partir do momento em que a cocaína passa a ser comercializada nas ‘bocas-de-fumo’ da cidade, estabelece-se a necessidade de estruturação da oferta do produto, o que suscita “conseqüências traumáticas, levando ao confronto das quadrilhas pelo domínio territorial desses pontos de venda locais, com a formação de verdadeiras estruturas paramilitares” (Silva, 1998, p. 39). Conquanto o tráfico varejista de drogas se realize, estruturalmente, a partir de redes de indivíduos e grupos que “fazem da ‘desconfiança recíproca’ um padrão pragmático de sociabilidade e da violência uma referência cotidiana de toda convivencialidade” (Misse, 1999, p. 11), criam-se, por conseguinte, novos códigos de sociabilidade que, ao mesmo tempo, norteiam e definem tanto as suas relações inter-grupais quanto as intra-grupais.

Nesse sentido, Machado da Silva (1995) observa que, a partir da década de 70, desenvolve-se, entre os agentes criminosos das áreas urbanas do Brasil, um novo padrão de sociabilidade que se caracteriza pelo recurso universal à violência, de sorte que esta não só é empregada contra os ‘oponentes’, mas, também, contra o próprio agrupamento a que se pertence. Ou seja, ao contrário do que ocorre em situações de confronto mais convencionais, os ‘princípios de subjugação pela força’ voltam-se, também, para dentro das próprias quadrilhas ou fações criminosas, constituindo, dessa maneira, uma “espécie de amálgama de interesses estritamente individuais, com um sistema hierárquico e códigos de conduta que podem ser sintetizados pela metáfora da ‘paz armada’: todos obedecem porque (e enquanto) sabem serem mais fracos, a desobediência implicando necessariamente retaliação física” (idem, p. 509). A esse novo padrão institucionalmente garantido e subjetivamente compartilhado de orientação de condutas o autor chama de *sociabilidade violenta*.

A despeito das manifestações, muitas vezes espetaculares, que acompanham os conflitos armados entre bandidos, a principal consequência que se impõe, a partir da referida metamorfose social, advém da desconcentração da criminalidade, que se vê transposta das áreas às quais se circunscrevera historicamente e torna-se crescentemente disseminada por toda a área metropolitana. Como há, na representação social mais abrangente, uma associação privilegiada entre a noção de violência e a noção de crime (Misse, 1999), pode-se afirmar que é a partir da emergência de uma modalidade específica de ilegalismo – o *crime negócio* – e do seu avanço, que vai se edificar, de modo mais visível, a perceção social quanto ao crescimento da ‘violência’ no Rio. O crime negócio, segundo Zaluar (1999), diz respeito às “ações e intercâmbios realizados em torno do contrabando de armas e drogas”, assim como às “redes de escambo entre mercadorias roubadas e o tráfico de drogas ilegais”. Tornado “mais extenso e reticular no território nacional” a partir da década de 80 do século passado, essa modalidade de crimeestaria, de acordo coma autora, “baseado na lógica da acumulação capitalista”, contando, ainda, com um profundo envolvimento das corporações policiais em suas atividades.

O incremento do tráfico de drogas ilícitas, por engendrar uma expansão quantitativa da criminalidade e promover mudanças qualitativas nos seus padrões, institui um estado de insegurança que, como corolário, torna a cidade uma espécie de representante arquetípica dos males associados à ‘violência’. Uma das razões disso reside no fato de que, a partir da década de 80, há uma notável transformação nos tipos de ações criminosas praticadas no Brasil, assim como nos padrões que as configuram. Enquanto na década de 70 predominam ações tipicamente isoladas e intersticiais, observa-se atualmente que a criminalidade vem assumindo um caráter progressivamente mais violento e organizado. Não se trata mais, portanto, da ação pulverizada de indivíduos isolados, mas de criminosos que, nas últimas décadas, passaram a se organizar em empreendimentos que, ao que tudo indica, vêm consolidando um formato, conteúdo e sentido sociocultural marcadamente originais (Machado da Silva, 1995; 1999).

Como aponta Misse (1999), considerando comparativamente o que se passa em outras capitais, a “referência ao crime ‘organizado’ do Rio, à ‘guerra civil’ do Rio, à ‘cidade partida’, ao ‘problema da polícia’ do Rio, tudo isso parece seguir um mesmo pressuposto, que distingue de saída a questão criminal do Rio, concedendo-lhe um estatuto típico-ideal, que serve de referência para comparações com o resto do país” (p. 12). A essa ideação de um lugar paradigmaticamente perigoso, segue-se, pois, a representação de um constante recrudescimento da ‘violência’ que passa a envolver e definir, emblematicamente, o perfil da cidade. De acordo com o sociólogo,

“Só recentemente, a partir dos anos 80, essa ‘história’ ganhou a dimensão que é representada pela idéia de ‘aumento da violência’, mas sempre equacionando a noção de violência com a noção de criminalidade e banditismo e com suas extensões nos grupos de extermínio e na polícia. Em cada área, há uma ‘história’ local de eventos, personagens e feitos, como há também, na cidade, uma ‘história’ jornalística que interliga personagens da polícia e do crime, do jogo do bicho com a história das escolas de samba, da malandragem com o samba, da cocaína com crimes envolvendo personagens da elite, enfim, histórias que se conectam num objeto comum que é representado como o ‘submundo’ carioca, um submundo em ampliação constante” (Misse, 1999, p. 14).

Desse modo, a partir das representações que associam a criminalidade e o banditismo ao espaço urbano carioca, reconhece-se que o principal ‘ponto de inflexão’ da ‘violência’, na atualidade, refere-se ao desenvolvimento do chamado ‘Movimento’, cujas atividades centrais residem no mercado ilícito de drogas a varejo e de bens roubados. De acordo com essa perspetiva, o propalado aumento da ‘violência’ estaria intimamente relacionado ao “crescimento e adensamento das ‘classes perigosas’ (...) e da impunidade dos bandidos, que permitiu o alastramento do tráfico de drogas” (Misse, 1999, p. 72-3). É consoante tal perceção do mercado de ilícitos e suas conseqüências que se desenvolve o criticismo em relação ao presente e se propaga uma visão idílica do passado, baseada na “representação de que houve uma rutura na sociabilidade anteriormente existente, que essa rutura constitui um ‘perigo social’ e que possui ‘causas’ específicas” (Misse, 1999, p. 79).

Outrossim, tanto no início do século XX quanto a partir da década de oitenta, observa-se, repetidamente, a construção da figura de um ‘outro generalizado’ que impõe o risco iminente e, consequentemente, instala o clima de medo e insegurança na população. Esse ‘outro generalizado’, objetivado através da representação das ‘classes perigosas’, além de infundir uma aclimatação social temerária, opera como uma espécie de pretexto para o florescimento de discursos sobre os novos tempos, que se tornam, mormente, percebidos como ‘difíceis’ e ‘ameaçadores’. Se, no passado, tais discursos condenam a vadiagem e demandam das autoridades um controle social mais rígido, hoje, eles ainda clamam por repressão, porém, agora têm como alvos preferenciais os traficantes e seus “exércitos de ‘bandidos anômalos’ a subjugar populações civis à maneira de guerrilheiros” (Alvito, 1998, p. 77).

Seja como for, em ambos os casos são construídas representações que alardeiam o perigo e a insegurança e remetem, progressivamente, à ideia de *negação da alteridade*. Uma vez definidas por esse núcleo mínimo consensual, práticas relativas à vadiagem e/ou ao banditismo passam a ser tomadas como indícios ou ‘sintomas’ de um mesmo ‘problema social’ cuja amplitude é capaz de encapsular e unificar, a um só tempo, toda a plêiade de ações supostamente ameaçadoras. É, pois, desse modo, isto é, tomada como a representação de um certo número heterogêneo de práticas num único referente, que a chamada ‘violência’ se corporifica, impõe e é transfigurada num ‘sujeito social’ “que se *expande* pelo tecido social em função de alguma razão *social*, macro-sociológica, e não mais exclusivamente individual” (Misse, 1999, p. 79). Por meio de uma transfiguração manifesta, eventos isolados e intersticiais deixam de ser reconhecidos como dotados de significação própria e passam a ser como que subsumidos por uma espécie de ‘sujeito social antissocial’, ou seja, tornam-se parte de um fenômeno mais amplo, ao mesmo tempo homogêneo e auto-evidente.

A partir desse tipo de perspetiva, notadamente reativa, erige-se uma perceção fenomenológica cujas consequências remetem à sensação de anomia e à produção de crescentes demandas por segurança pública. Muito embora a representação generalizada da ‘violência’ não comporte uma definição unívoca e clara e não deixe ver com exatidão o que há de ser combatido, o fato aparentemente inegável é que a sua contraparte consiste na ativação de mecanismos acusatórios que sinalizam como está estruturada a sociabilidade e como se legitimam as relações de força estabelecidas. Independentemente de a análise recair sobre os discursos produzidos no contexto carioca do início do século XX ou do XXI, o que se revela, portanto, é que, de modo geral, as representações da ‘violência’ são praticamente indissociáveis “do processo *hegemônico* de criminação-incriminação ou mesmo das representações *ideais* de toda sociabilidade genérica” (Misse, 1999, p. 39-40).

**Considerações finais**

Conforme se procurou apontar logo no início deste trabalho, longe de ser tratarem de dados apriorísticos da mente humana, tempo e espaço são verdadeiros constructos sociais, a que Durkheim optou por denominar de representações coletivas. Como assinala o sociólogo, as representações têm a sua origem na capacidade humana de *idealização,* capacidade esta que, nos mais diferentes contextos, opera tanto prospetiva quanto retrospetivamente, seja para nos lembrar daquilo que (real ou imaginariamente) um dia fomos ou, de modo anverso, para nos remeter àquilo que algum dia gostaríamos de vir a ser. Ao idealizarem, os homens produzem um olhar sobre o real que a um só tempo informa e (como dizem os colegas portugueses) enforma este real, num complexo processo de produção e reprodução de versões sobre aquilo que se considera modelar.

Conforme esclarecem Berger e Luckmann (2002), o acervo social do conhecimento tem sua própria “estrutura de importância”, o que significa que, quando “certas zonas da realidade são iluminadas outras permanecem na sombra” (idem, p. 66). Pode-se dizer que esse mesmo tipo de princípio opera na construção das representações sobre a ‘violência’ no Rio de Janeiro e na sua definição como temática prevalecente na grande imprensa. Isto porque, enquanto algumas temáticas permanecem na penumbra, não sendo sequer noticiadas ou ocupando os espaços menos nobres do noticiário, outras freqüentam as primeiras páginas, ganhando, com isso, notável destaque e, por corolário, maior visibilidade social.

Se, como entende Silva (1979), uma política pública pode ser definida como “aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer, ou ainda, consiste em decisões tomadas ou sancionadas pelos atores governamentais” (idem, p. 5), impõe-se reconhecer que, tanto no passado quanto nos dias atuais tem se tornado cada vez mais raro tais escolhas serem orientadas a despeito daquilo que se publica nos jornais, sobretudo nos de grande circulação. Por conta de sua relevância na definição do que é ou não socialmente relevante, do que é ou não, portanto, um ‘acontecimento’, pode-se dizer que os jornais desempenham um papel claramente político, uma vez que contribuem de forma notadamente decisiva para o agendamento das cada vez mais disputadas políticas públicas.

Nesse sentido, não constitui exagero afirmar que a politização da ‘violência’ no Rio de Janeiro, ou melhor, as ações políticas derivadas de sua construção simbólica, objetivam-se, tanto na virada do século XIX quanto nas últimas décadas, a partir do momento em que a grande imprensa empresta visibilidade a essa temática, tornando-a socialmente prevalecente. Ao selecionarem determinados cursos de ação criminosa e rotulá-los como ‘violência’, os jornalistas e os jornais vêm contribuindo, juntamente com outros agentes e atores sociais (a polícia, os bandidos, a justiça, etc.), para a construção de um ‘inimigo público difuso’ que, enquanto tal, demanda, ou melhor, exige uma pronta resposta institucional de todas as esferas do Estado. Isso significa dizer que a mídia, em geral, e a grande imprensa, em particular, operam como atores na construção da representação da ‘violência’ à medida que discriminam e denunciam determinados tipos de ação, responsabilizando, concomitantemente, determinados atores ou agentes e, por fim, os associando a essa imagem, muitas vezes hiperbolizada, de uma anomalia social a ser combatida ou, ainda, de um mal genérico a ser enfrentado.

Se, conforme se procurou assinalar no decorrer deste trabalho, os processos de construção, evocação e difusão dos discursos sobre a ‘violência’ no Rio de Janeiro trazem consigo alguma consequência digna de nota, a mais relevante reside, seguramente, no reforço de apartações sociais historicamente existentes, que se verificam, inclusive, nas querelas públicas em torno da definição do direito ao uso legítimo do espaço urbano. É por essas e outras razões que, em se tratando daquela que se convencionou representar sob a metáfora visual da cidade partida[[120]](#footnote-120), parece ser difícil (quiçá impossível) responder, se não pela negativa, à indagação colocada como título-motor do seminário que serviu de base e inspiração para o presente texto.

**Referências bibliográficas**

Alvito, M. (1998). *As Cores de Acari* (Tese de Doutorado em Sociologia). São Paulo, Brasil: FFLCH-USP.

Barbosa, M. (2000). *Os Donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Brasil: Vício de Leitura.

Berger, P. & Luckmann, T. (2002) A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Castel, R. (2005). *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Petrópolis, Brasil: Vozes.

Durkheim, Émile (1989 [1912]). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Brasil: Paulinas.

Flores, L. F. B. N. (1995). Da Construção do Conceito de Violência. In Murad, M. et al. (Org.). *Pesquisa de Campo: Futebol e Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Brasil: UERJ, Departamento Cultural/SR-3.

Lenoir, R. (1998). Objeto Sociológico e Problema Social. In Champagne, P. et al (Org.). *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Machado da Silva, L. A. (1995). Um Problema na Interpretação da Criminalidade Urbana Violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, 3, 115-24.

Machado da Silva, L. A. (1999). Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, 13, 115-124.

Misse, M. (1999). *Malandros, Marginais & Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro* (Tese de Doutorado em Sociologia). IUPERJ, Rio de Janeiro.

Mora, J. F. (1951). *Diccionario de Filosofía*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana.

Pereira de Queiroz, M. I. (1988). Identidade Nacional, Religião e Expressões Culturais: a criação religiosa no Brasil. In. Sachs, V. et al (Org.), *Brasil e EUA: Religião e Identidade Nacional* (pp. 59-93). Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

Pinheiro Filho, F. (2004). A noção de representação em Durkheim. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 61, 139-55.

Silva, A. de A. (1979). *Coordenação, Racionalidade e Política Pública: uma análise do processo decisório dos municípios das capitais (1965-1975)* (Tese de Mestrado em Ciência Política). IUPERJ, Rio de Janeiro.

Silva, J. (1998). *Violência e Racismo no Rio de Janeiro*. Niterói, Brasil: EDUFF.

Zaluar, A. (1999). Violência e Crime. In Micelli, S. (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Brasil: Sumaré/Anpocs.

## 

## Entre o “lixo” e o “luxo”: direito e reconhecimento entre moradores do *campus* universitário da Ilha do Fundão (Rio de Janeiro, Brasil)

Letícia de Luna Freire[[121]](#footnote-121)

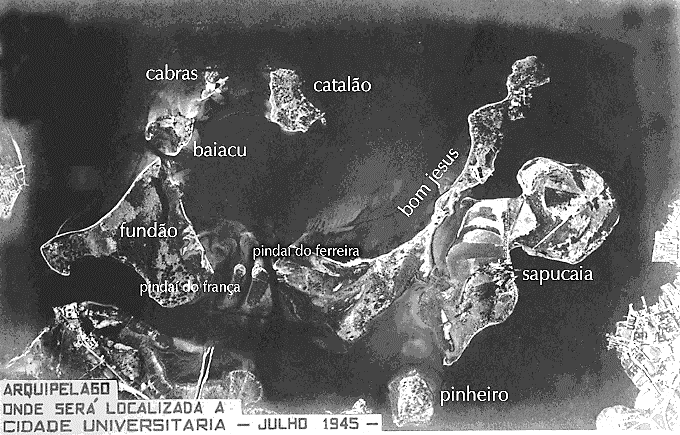
**O *campus* universitário da Ilha do Fundão**

A região conhecida como Ilha do Fundão localiza-se na zona norte do Rio de Janeiro, tendo como vizinhos os bairros da Ilha do Governador, onde se situa o aeroporto internacional, e a Maré, um dos maiores conjuntos de favelas da cidade. Reconhecida hoje pela prefeitura como bairro Cidade Universitária, a Ilha do Fundão surgiu como efeito de um grande projeto urbano: a construção do *campus* da primeira universidade nacional brasileira (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro)[[122]](#footnote-122).

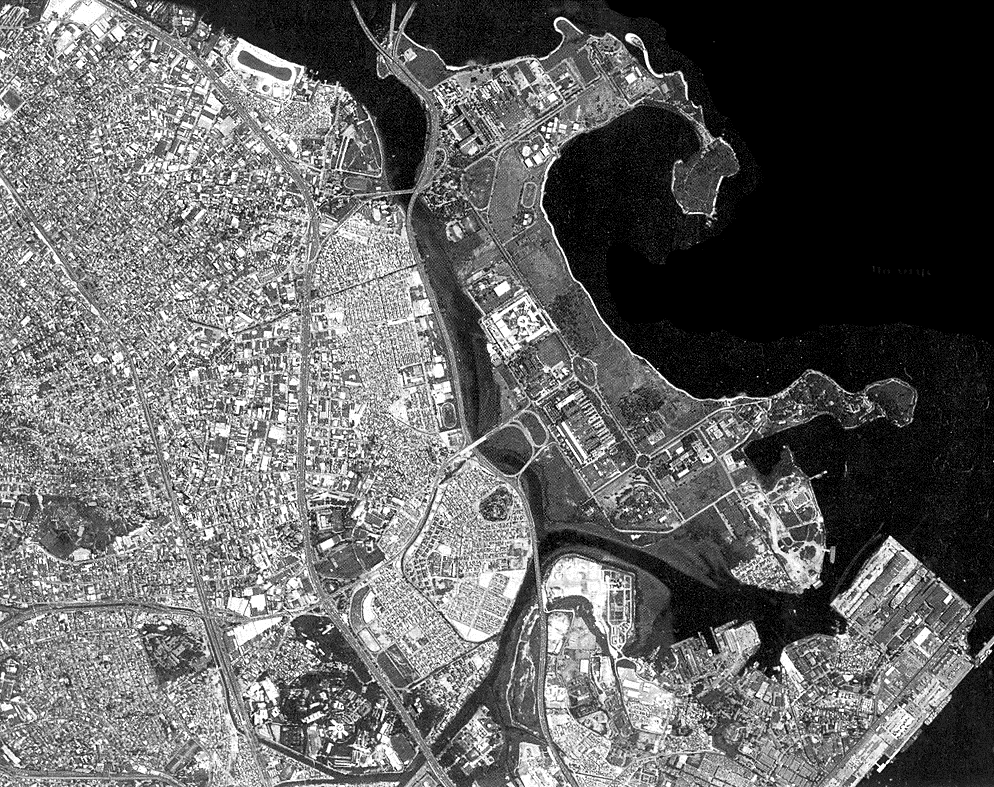
Essa história começou ainda em meados dos anos 1930, quando, por meio do Ministério da Educação e Saúde, começaram a ser desenvolvidos estudos para o projeto de construção do primeiro *campus* universitário do país, processo que foi acompanhado de calorosos debates em diferentes meios (jornais, faculdades, associações profissionais, etc.). Durante toda uma década (1935-1945), muitos foram as comissões técnicas criadas e os projetos arquitetónicos esboçados por famosos arquitetos contratados pelo governo - como o brasileiro Lúcio Costa e o franco-suíço Le Corbusier - denotando a multiplicidade de atores e ideologias envolvidos na construção da Cidade Universitária (Oliveira, 2005).

Entre tanta tinta e papel prevaleceu, entretanto, a proposta de construí-la aos moldes do urbanismo modernista de cunho racionalista, reunindo todos os seus setores num único conjunto dividido em zonas funcionais, com vistas a obter “a almejada formação do espírito universitário” (Mello Jr., 1985). Da mesma forma, muitos foram os fatores (técnicos, econômicos, sociais e políticos) considerados para se definir onde o *campus* seria erguido. A escolha do local, entre mais de dez opções, na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana[[123]](#footnote-123), foi um capítulo à parte dessa história. Após tantos projetos e estudos realizados, somente em 1945 o governo federal decidiu, definitivamente, construir a Cidade Universitária sobre um arquipélago de nove ilhas existente na antiga Enseada de Inhaúma, entre a ponta do Caju e a Ilha do Governador, a menos de 10 km do centro[[124]](#footnote-124).

Antes das obras de aterro que mudariam por completo a geografia da região, esse arquipélago era frequentemente descrito como um “paraíso tropical” (Amador, 1997), cenário de pesca e lazer dos visitantes da cidade e habitado em grande parte por famílias de pescadores e pequenos agricultores. A Ilha da Sapucaia, por exemplo, uma das maiores em extensão territorial e uma das ilhas administradas pela União, era onde funcionava o antigo aterro sanitário da então capital federal e a maioria de seus habitantes trabalhava no Departamento de Limpeza Urbana. A Ilha do Fundão, por sua vez, era habitada apenas por algumas famílias de pescadores, cujas canoas, varas e redes estendidas nas árvores criavam o ambiente de um verdadeiro “arraial praieiro”, como descrito, em 1936, numa série de reportagens do Correio da Manhã sobre a Baía de Guanabara (Corrêa, 1936). Ao serem aterradas, estas ilhas se dissolveram, dando lugar a uma única ilha com a superfície de mais de 5 milhões de m², área hoje considerada maior do que a dos bairros de Ipanema e Leblon juntos.



1. O antigo arquipélago (Fonte: ETUB, 1952)

II. A Cidade Universitária erguida na região (Fonte: Google Earth, 2008)

Durante essa grandiosa obra, trabalhadores de vários Estados do país migraram para a região e muitos moradores dessas ilhas, alguns ainda bastante jovens, também foram incorporados como mão de obra operária, ajudando a erguer os prédios e a rede viária do *campus*. As residências dos ilhéus que ali permaneceram foram assim lentamente se dispersando pela Cidade Universitária que aos poucos surgia na paisagem, passando algumas delas a estarem depois localizadas em áreas centrais, como o entorno do Hospital Universitário e da Reitoria.

No final de 1968, teve início a implantação de outro importante projeto urbano na região: a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, a maior do país (com 13 km), conectando as cidades de Rio de Janeiro e Niterói e estendendo um dos eixos rodoviários que ligam o Brasil de norte a sul. Durante sua construção, um terreno de 300 mil m² da antiga Ilha da Sapucaia foi cedido ao consórcio responsável pela construção da ponte para ser utilizado como o principal canteiro de obras, sendo erguida no local uma “pequena cidade operária” (Brasil, s/d).

Com o término da obra, em 1974, e a Cidade Universitária recém-inaugurada (ainda incompleta), as residências de madeira construídas para abrigar provisoriamente os operários, foram oferecidas pelo consórcio à então chamada Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com a devolução do terreno. Esta, por sua vez, passou a transferir para o local os funcionários que ainda residiam espalhados pelo *campus*, inclusive os antigos ilhéus que foram incorporados ao quadro funcional da instituição. Sob a promessa de lhes garantir melhores condições de moradia no local, a universidade demoliu as residências anteriores, construídas pelos seus antigos habitantes.

A partir da década de 1980, funcionários da instituição que residiam distantes do trabalho, sobretudo em áreas favelizadas, obtiveram autorização da Prefeitura Universitária para também residirem no local, que passou a ser identificado como “Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ”, ainda que não fosse propriamente estabelecido como uma vila funcional. Enquanto a promessa de urbanização não se concretizava, os moradores foram se apropriando daquele espaço, substituindo as construções de madeira pelas de alvenaria e adequando-se às reconfigurações da estrutura familiar. Pequenas obras de pavimentação e novos estabelecimentos comerciais e serviços foram sendo criados, em sua maioria, pelos próprios moradores. Mas foram as mudanças no perfil da população da localidade, que passou a atrair, sob a lógica do mercado, novos habitantes, não necessariamente vinculados à estrutura funcional da UFRJ, que geraram sua nova nomeação como “Vila Residencial da UFRJ”, demarcando outro tipo de relação com a instituição.

Embora a Cidade Universitária ocupe a maior parte da Ilha do Fundão, esta não se resume às instalações da UFRJ. Como bairro, não é uma área de uso exclusivamente educacional. Além de diversas empresas (públicas e privadas), há no local uma população de 1736 habitantes, segundo o Censo de 2010. Cerca de 80% deste total corresponde a moradores da Vila Residencial, metade dos quais mantêm algum vínculo com a universidade. O restante da população refere-se aos moradores da vila militar existente em área da antiga Ilha do Bom Jesus, do alojamento estudantil, na outra extremidade do *campus*, e aos membros de uma família da antiga Ilha da Sapucaia que resistiu às tentativas de desapropriação e permanece até hoje residindo nos arredores da Reitoria. Neste trabalho, é a perspectiva dos moradores da Vila Residencial, contudo, que será priorizada.

**O drama social da Vila Residencial da UFRJ**

A “Vila”, como é comumente chamada pelos moradores, professores e estudantes que nela desenvolvem atividades de extensão universitária, possui cerca de 400 domicílios distribuídos por dezoito ruas, numa área de aproximadamente 120.000 m2. Apesar de localizar-se no *campus* de uma das maiores universidades do país, a localidade sofria diversos problemas de infraestrutura urbana, como a ausência de um sistema de saneamento básico, a degradação ambiental do entorno e a dificuldade de transporte público, visto que o único meio disponível é o ônibus (autocarro) universitário que circula dentro do *campus*. Por outro lado, é notável a sua importância no que se refere ao suprimento de algumas necessidades das diversas instituições e empresas hoje instaladas na Cidade Universitária, sobretudo diante da escassez de uma rede de comércio que supra as suas demandas internas.

Independentemente do calendário escolar, na localidade é possível encontrar pessoas circulando todos os dias, inclusive à noite, nos finais de semana e feriados. Ao contrário das áreas ocupadas pelas instalações universitárias, que, nessas situações, assemelham-se a uma “cidade fantasma”, como alguns nos relatam, na vila encontramos sempre moradores e frequentadores que se reúnem nos bares, que vendem e compram os mais diversos produtos nas pequenas lojas ou nas residências que conjugam harmonicamente as funções de moradia e comércio, que atravessam a praça central num vai e vem contínuo, seja a caminho da única parada de ônibus existente, seja a caminho do campo de futebol ou do culto na igreja.

Embora a localidade tenha sido, como veremos adiante, muitas vezes objeto de acusações morais por parte de certos setores da Universidade de ter se transformado em uma “favela” que colocaria em perigo a comunidade universitária, na prática, é justamente essa presença humana constante e a multiplicidade de usos dos seus espaços que evita que a Cidade Universitária seja contaminada pelo que Jane Jacobs (2000) chamou, em sua crítica ao planejamento urbano modernista, de a “Grande Praga da Monotonia”, garantindo a diversidade urbana tão necessária para que possamos reconhecer e experienciar a Ilha do Fundão de fato como um bairro.



1. À esquerda, a Vila Residencial vista de um ponto da praça central. À direita, alguns dos pequenos estabelecimentos comerciais que abastecem moradores, estudantes e funcionários da universidade. Fotos: Leticia de Luna, 2007.

Enquanto no plano das relações cotidianas, há uma forte relação de complementaridade entre a Vila Residencial e a Cidade Universitária, no plano institucional o que prevalece é uma profunda ambiguidade, inexistindo qualquer consenso entre os moradores e os representantes da universidade se a Vila Residencial é ou não é “da UFRJ”. Essa ambiguidade se evidencia, por exemplo, nas mudanças do estatuto e do próprio nome da Associação de Moradores, que ora incorporava o termo “funcionários”, ora o extraía, segundo a perspectiva e os interesses conjunturais de sua diretoria; na criação e extinção, por parte da Universidade, de uma Subprefeitura dedicada a controlar a ocupação da área, assim como na indefinição de responsabilidades jurídicas sobre ela, dificultando a realização de obras de infraestrutura urbana no local. Essa ambiguidade, portanto, é o que dava margem a grande parte dos conflitos envolvendo a gestão sobre a área. Para desenvolver uma reflexão sobre a dimensão moral desses conflitos, propomos aqui analisar dois episódios em particular.

O primeiro episódio, ocorrido em 2000, foi o que suscitou a maior crise já enfrentada na relação entre a Vila Residencial e a Universidade, podendo o processo conflitivo ser adequadamente descrito, na acepção de Victor Turner (1996, 2008), como um drama social[[125]](#footnote-125). O contexto político na universidade era à época bastante delicado. A nomeação, pelo Ministério da Educação, do professor José Henrique Vilhena como Reitor, desrespeitando a vontade manifestada pela maioria da comunidade acadêmica que havia indicado outro candidato nas eleições internas, causava revolta e resistência em diversos setores, aliando em campanhas e manifestações públicas estudantes, funcionários e docentes. Na Vila Residencial, por sua vez, a Prefeitura da Cidade Universitária mostrava-se muito pouco presente, tanto na manutenção dos espaços públicos quanto na gestão e controle da área, contribuindo ainda mais para a sua precarização. É nesse contexto de instabilidade que dois jovens moradores da localidade e filhos de funcionários da Universidade (segundo vizinhos, “chegados a coisas erradas”) realizaram o sequestro-relâmpago[[126]](#footnote-126) de um professor visitante de um dos mais conceituados programas de pós-graduação da universidade, da área de engenharia. De acordo com relatos de moradores, o referido professor, após sacar dinheiro no banco, teria sido deixado no porta-malas de seu próprio carro na praça da Vila Residencial. Ao ouvirem seus gritos, moradores teriam resgatado o professor, que em seguida registrou a ocorrência na delegacia, levando os policiais a deduzir que os criminosos mantinham alguma relação com a localidade.

Como era de se esperar, o caso rapidamente ecoou por toda a Vila Residencial e os efeitos que sua repercussão poderia trazer naquele momento para os moradores fez com que a própria mãe de um dos rapazes os denunciasse à polícia. Outros negavam que os sequestradores fossem moradores da localidade ou minimizavam a gravidade do crime diante de sua ingenuidade em levar o sequestrado para onde viviam. “Eram uns garotos bobos, amadores... Ladrão mesmo não faz isso não”, nos contou um antigo morador. Seja qual fosse a reação, o posterior silêncio de muitos moradores sobre o caso, comum até hoje, expressava mais a tentativa de expurgar tudo aquilo que pudesse associar o seu local de moradia à ação criminosa, do que medo de represálias de quadrilhas de bandidos, ausentes na localidade.

O rápido desfecho do caso, encerrado com a prisão dos sequestradores, não foi, todavia, suficiente para evitar que ele ecoasse também entre os corredores da universidade, reforçando a representação negativa da localidade como “a favela do Fundão”. No interior do referido programa de pós-graduação, o sentimento de insegurança suscitado pelo crime cometido contra um de seus professores passou a ser revertido na acusação coletiva da Vila Residencial como o *locus* do qual emanava o perigo, colocando em risco toda a comunidade universitária. Embora se viesse discutindo há alguns anos entre professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a possibilidade de urbanização da localidade, professores do tal programa de pós-graduação em engenharia, que alegavam a inviabilidade do projeto diante da instabilidade do solo (devido, em grande parte, ao lixo acumulado pelo antigo vazadouro) e do fato dela estar situada abaixo do nível do mar, começaram na ocasião a defender a remoção dos moradores para um terreno da Universidade em uma cidade a 70 km de distância (Itaguaí). Até mesmo uma mensagem de correio eletrônico, sem identificação de autoria, passou a circular sobre o assunto na lista eletrônica do programa.

Porém, através de um funcionário, o conteúdo da mensagem chegou aos ouvidos de membros da Associação de Moradores da Vila Residencial, deixando-os apreensivos. Enviando uma resposta à proposta, o funcionário remetia-se à experiência da Holanda para ratificar a viabilidade técnica do projeto que garantiria a permanência dos moradores na Vila Residencial, além de denunciar a existência de interesses econômicos por trás da remoção. Cito aqui alguns trechos da mensagem, intitulada “A válvula”:

Esse dispositivo foi inventado pelo homem e melhorado com o avanço da tecnologia. A válvula permite que o fluxo natural seja alterado. Põe dificuldades para uma determinada substância entrar e facilidades para esta sair. Essa substância pode ser água ou mesmo dinheiro. (...) Impossível deter o mar? Não! Já foi feito na Holanda. Lá existe uma combinação de dispositivos que permitem à população viver numa área situada abaixo do nível do mar. (...) Qualquer um que sentar com um holandês num bar vai ouvir a frase: “Deus fez o mundo, mas quem fez a Holanda foram os holandeses!” Deus fez a Baía de Guanabara, mas quem fez a Ilha do Fundão foram os brasileiros. Pode-se até ouvir um idioma estrangeiro na Ilha do Fundão, mas quem carregou pedra, tirou terra de um lugar para colocar em outro e edificou o *campus* da UFRJ foi o povo brasileiro. (...) Os trabalhadores que formaram a comunidade da Vila Residencial há mais de 50 anos, estão sendo expulsos sistematicamente da nossa terra. Existe uma válvula financeira que impede que sejam feitos investimentos na Vila, mas existem recursos suficientes para prover as facilidades que promoveriam o êxodo da comunidade para LONGE do seu local de trabalho, a UFRJ! E tirar moradores idosos da terra aonde cresceram e criaram os seus filhos é equivalente a condená-los à morte. Nesse caso, pode-se substituir a palavra “êxodo” por “genocídio”. Práticas nazistas insistem ainda a rodear o mundo, e se encontram dificuldades em vingar por aqui é porque o Brasil é mesmo um lugar muito especial. Temos na UFRJ o melhor Programa de Engenharia Oceânica do Brasil, quiçá do mundo! Temos um marégrafo capaz de traçar um gráfico das marés melhor que a marinha brasileira. Mas não podemos impedir o avanço do mar porque nos faltam recursos. Querem nos colocar o rótulo “Produto Descartável”, mas somos seres humanos! O ser humano deve estar à frente do avanço tecnológico. E o ser humano é notável: pode até barrar o avanço do mar. Mesmo que um tecnocrata nos diga que o problema não está no “seu” aterro, sabemos que existe um problema na NOSSA ilha, no NOSSO estado, no NOSSO país.

Diversos aspectos desta carta poderiam ser aqui analisados. Detenhamo-nos em destacar, no entanto, o seu caráter de crítica de uma ação considerada injusta (Boltanski e Thévenot, 2007): a proposta de remoção dos moradores para um terreno distante dali, desconsiderando sua história e seu sentimento de pertença ao lugar. Mais do que isso, a ação pode ser considerada indecente, no sentido atribuído por Margalit (1999), na medida em que fornece razões para que os moradores se sintam desrespeitados. Afinal, como é frisado na carta, “tirar moradores idosos da terra aonde cresceram e criaram os seus filhos equivale a condená-los à morte”. O uso da palavra “genocídio” e a referência ao nazismo nada mais fazem do que ressaltar a condição humilhante de se verem tratados como seres descartáveis. Não por acaso, a palavra “remoção” – historicamente utilizada para assombrar as favelas, como se elas fossem um tumor a ser extirpado da cidade - também tem aqui um efeito simbólico relevante, visto que, na língua portuguesa (ao menos no Brasil), o verbo “remover” geralmente é utilizado para se referir a coisas como lixo e cadáver, e não a pessoas vivas.

Em defesa do princípio de justiça, o autor do manifesto apela, por sua vez, à humanidade dos moradores, destacando aquilo que seriam bens comuns em torno dos quais todos se uniriam (“nossa ilha”, “nosso estado”, “nosso país”). A prerrogativa de que os interesses gerais devem estar acima de qualquer interesse particular não foi, entretanto, capaz de impedir o alargamento da fissura no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes pertenciam. Pouco depois deste episódio, membros da Associação de Moradores também ligados ao movimento sindical, presenciaram em uma reunião do Conselho Universitário[[127]](#footnote-127) a publicização da proposta de remoção, desencadeando a escalada da crise que abalaria profundamente a relação entre a Universidade e a Vila Residencial. Na reunião, um professor leu um documento “extra-pauta” no qual solicitava providências do Reitor quanto àquilo que estava “virando uma favela”, citando, em sua argumentação, o crime cometido pelos dois jovens e sugerindo a remoção da localidade para o terreno em Itaguaí.

A apresentação do documento e a manifestação de acolhimento da proposta entre aqueles que compunham a máxima instância de decisão na universidade gerou um burburinho imediato entre os moradores que porventura assistiam à sessão. Sem ter sido previamente discutida com aqueles que seriam diretamente afetados, a reivindicação de uma intervenção radical da Reitoria baseada numa acusação coletiva que incriminava toda a localidade obrigava os moradores a se mobilizar diante do caminho aparentemente irreversível que a instituição parecia adotar. Tal situação colocava a Vila Residencial e a Universidade em posições antagônicas, desencadeando um processo em que os conflitos latentes de interesses e os substratos do universo social e simbólico da relação entre elas se tornariam manifestos.

Apreensivos diante do que presenciaram na sessão do Conselho Universitário, os moradores começaram a difundir o plano que estava sendo arquitetado pela universidade e pensar em estratégias de reação ao risco que se aventava sobre eles. Enquanto o Prefeito da Cidade Universitária começou a seduzir os habitantes com a proposta – segundo ele, “irrecusável” – de receberem gratuitamente R$10 mil em uma carta de crédito, os representantes da Associação de Moradores continuavam a tecer suas redes de apoio, dentro e fora da universidade, a fim de se fortalecerem politicamente e ganharem tempo para estruturar uma ação coletiva mais eficaz. Com o apoio sobretudo do movimento sindical, além de professores e técnicos da Universidade, a Vila Residencial tornou-se, aos poucos, um importante foco de resistência à gestão do Reitor Vilhena. Mais do que uma briga política, tratava-se, como relatou uma moradora, antes de tudo, de “uma questão de sobrevivência”.

Pouco depois, uma nova diretoria tomou posse na Associação de Moradores da localidade. Uma de suas primeiras medidas foi a instituição de um novo estatuto, estabelecendo como uma das funções da entidade: “Assegurar o direito de todos os moradores de permanecerem na área da Vila Residencial da UFRJ”. Como em outras gestões, a nova diretoria também reconhecia as relações históricas entre a construção da Cidade Universitária e a constituição da localidade, que passou a ser referida com frequência como “patrimônio histórico vivo da região” (Valente, 2007). Nessa perspectiva, por sugestão de um líder comunitário da Ilha do Governador e pai de um dos diretores, os representantes da Associação de Moradores passaram a vislumbrar na regularização fundiária da área um caminho mais seguro para garantir o seu direito de moradia e limitar a difusão da crise, construindo uma relação mais dialógica com a UFRJ, que só começou a se tornar possível com a posse do novo Reitor indicado pela comunidade acadêmica.

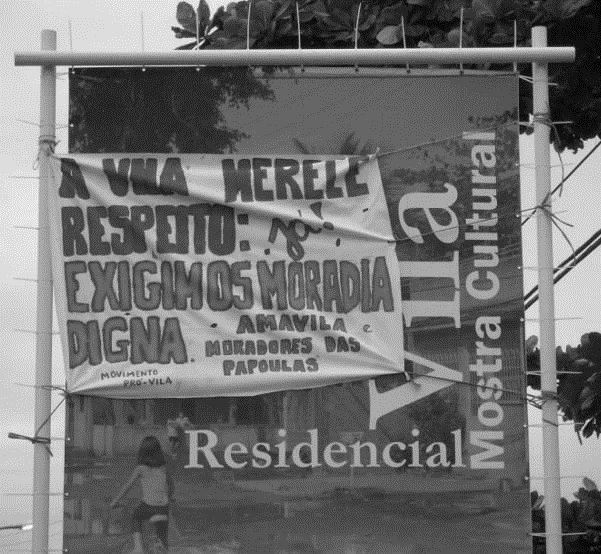
O acordo formal entre a Universidade e o Ministério das Cidades, a fim de implementar a regularização fundiária e urbanística da localidade, ocorreu alguns anos depois, em 2007, particularmente após o contato feito por uma das diretoras da Associação de Moradores com o então ministro Márcio Fortes num programa transmitido ao vivo por uma rádio católica, dando visibilidade pública ao conflito e à angústia coletiva.

O clima de conquista dos moradores, que, diante do andamento jurídico do processo, acreditavam ter garantido o seu direito de permanecer no local, foi celebrado num grande evento cultural realizado em parceria com a pró-reitoria de extensão da Universidade nos dias 28 e 29 de novembro de 2009, que contou inclusive com a presença do ministro. Superando as expectativas mais otimistas, o evento representou, nas palavras de um dos diretores da Associação de Moradores, “mais um passo em direção à emancipação, no sentido *lato*, da querida Vila Residencial”.

Entretanto, como se costuma dizer no Brasil “alegria de pobre dura pouco”, o clima de harmonia suscitado com o andamento do processo de regularização fundiária e urbanística da localidade não fez, por si só, desaparecer o sentimento de desconsideração e humilhação dos moradores, sendo bruscamente interrompido, no mês seguinte, por uma grande enchente que se abateu sobre a localidade, trazendo à tona as marcas de um passado que acreditavam estar sendo apagado de sua história.

O prolongado temporal que castigou toda a região metropolitana do Rio de Janeiro começou nas primeiras horas do dia 31 de dezembro, justamente quando os moradores se preparavam para celebrar a chegada de um ano novo promissor para a localidade[[128]](#footnote-128). Como em outros episódios deste tipo, os mais afetados foram os moradores da rua de acesso à localidade, que, dada a maior precariedade de suas residências, formavam o que alguns chamavam de “a favela da Vila” e estavam prestes a receber novas residências, construídas com recursos públicos numa outra área da localidade. Acordados com o nível de água na altura dos joelhos, vendo a chuva cair sem trégua e parte do aterro dos fundos deslizando em direção às suas residências, os moradores começavam a contabilizar a perda de móveis e aparelhos domésticos – muitos recém-comprados para equipar a nova moradia – quando decidiram pedir ajuda aos diretores da Associação de Moradores. Constatando a emergência da situação, os diretores pediram abrigo para os moradores nas igrejas locais e bloquearam o acesso da rua com galhos de árvores e um sofá velho, impedindo o trânsito de veículos, inclusive do ônibus da Universidade, na localidade. Ao ligarem para a Defesa Civil, ouviram que, tendo em vista a situação de calamidade instalada em toda a cidade, teriam que entrar numa “fila de prioridades” para serem atendidos. Ao contatarem o Prefeito da Cidade Universitária, este autorizou a “ocupação pacífica” das novas residências pelos moradores, que nesse momento de urgência receberam as respectivas chaves.

Aflitos, os moradores atravessaram o campo de futebol carregando seus pertences sobre os ombros, rumo às novas moradias. Ao entrarem, porém, ao invés de alívio, predominou indignação com os diversos problemas que logo identificaram nas casas recém-construídas e pretensamente mais seguras (infiltrações, goteiras, janelas emperradas, etc.). Conforme os imóveis iam sendo ocupados, membros da Associação de Moradores registravam, com caderno e máquina fotográfica, todos os problemas encontrados. Após esse triste *réveillon*, encaminharam o relatório aos técnicos da universidade responsáveis pela fiscalização das obras, cobrando a imediata correção das falhas cometidas pela construtora. A indignação dos moradores, somada aos infortúnios causados pela enchente, ganhou visibilidade pouco depois em faixas erguidas sobre o painel de divulgação da Mostra Cultural ainda exposto na entrada da localidade e sobre a fachada das novas residências como forma de denunciar o tratamento humilhante não apenas em relação aos moradores dessa área, mas à toda a localidade: “A Vila merece respeito. Exigimos moradia digna já”.

****

1. Faixas de protesto exibidas na entrada da localidade e nas novas residências. Fotos: Leticia de Luna, 2010.

Todavia, essa não era a primeira nem a última vez que os moradores se sentiram desrespeitados. Em uma situação anterior semelhante, em que as águas da chuva avançavam sobre suas residências, moradores desta área relataram, com revolta, a atitude de um comerciante da própria Vila que passou com seu carro em velocidade suficientemente elevada para jorrar com força a água das poças sobre aqueles que estavam dispostos nas soleiras, alagando ainda mais o interior de suas residências. Mais do que a ação em si, que poderia ser interpretada como acidental, a intencionalidade do ato, acompanhada da ironia do comerciante em relação à situação dramática dos moradores ao dizer que eles “deviam comprar um barquinho”, foi o que os fez se sentirem moralmente insultados. Pois, como analisa Cardoso de Oliveira (2002), a agressão pode se situar mais na atitude ou na intenção do agressor do que nas suas ações em sentido estrito. Do mesmo modo, sua reparação geralmente só tem valor para o agredido quando acompanhada da manifestação de consideração por parte do autor da ação[[129]](#footnote-129). Tanto neste caso anterior quanto no mais recente, foi justamente a ausência de qualquer manifestação de solidariedade ou pedido de desculpas que reconhecesse a dignidade moral dos moradores o que reificou neles o sentimento de humilhação e a indignação de serem estigmatizados como os “favelados” da Vila. Nessa situação específica, os moradores insultados deixaram, a partir do ocorrido, de manter qualquer relação comercial com o agressor, evitando comprar produtos na sua mercearia e recusando-se a vender outros produtos para seus familiares. É o caso do senhor José Justino, que, “por uma questão moral”, deixou de vender os peixes que pesca na região para a esposa do comerciante.

Em 2010, somente após a realização dos reparos exigidos os moradores puderam, meses depois do fatídico *réveillon*, mudar-se definitivamente para as novas residências, as únicas da localidade que seguiam um mesmo padrão arquitetónico. Destas, passaram a assistir a lenta demolição de suas residências anteriores, que agora dariam lugar à construção de uma adutora, no âmbito das obras de saneamento básico da localidade.

**À guisa de conclusão**

Os episódios acima descritos permitem-nos perceber que a recusa dos moradores de serem tratados como “invasores” e “favelados” e a luta pela regularização fundiária e urbanística da localidade representa mais do que uma forma de tentar preservar, ao menos de modo mais estável, o direito dos moradores de permanecer no local e assegurar a melhoria da sua qualidade de vida. Todos os conflitos que subjazem estes episódios envolvem, antes de tudo, uma demanda por respeito – ou a denúncia da falta de respeito – e reconhecimento por parte da Universidade em relação ao que podemos chamar de sua “filha bastarda” (Freire, 2010). Afinal, como antigos moradores costumam dizer, “nós estávamos aqui muito antes da universidade chegar”. Ou como disse moradora, remanescente da Ilha da Sapucaia, “eu até aceito um dia sair daqui, mas de cabeça erguida. Isso aqui é uma coisa de família, de sentimento que a gente tem com esse lugar. Todo o nosso sentimento está aqui”.

A metáfora utilizada por um dos ex-diretores da Associação de Moradores, ao afirmar que a Vila Residencial vive entre o “lixo” e o “luxo”, evocando, por um lado, tanto as condições urbanas precárias quanto a memória do antigo vazadouro sobre o qual a localidade foi erguida e, por outro, a vizinhança de um dos maiores centros de produção de conhecimento do país parece condensar a ambiguidade e complexidade que caracteriza este gesto ético-político que, como diz Taylor, “não é mera cortesia que devemos conceder às pessoas, mas uma necessidade humana vital” (Taylor, 2000, p. 242).

**Referências bibliografias**

Amador, E. S. (1997). *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos*: Homem e Natureza. Rio de Janeiro. Brasil: Homem e Natureza.

Boltanski, L., & Thévenot, L. (2007). A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, 23, , 2º semestre, 121-144.

Brasil (1976), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (s/d). *Ponte Presidente Costa e Silva*.

Oliveira, L. R. (2002). *Direito legal e insulto moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Corrêa, M. (1936). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*. Suplemento P1.

Etub (1952). *Cidade Universitária da Universidade do Brasil.* Relatório do Escritório Técnico da Universidade do Brasil.

Fávero, M. (2000). *Universidade do Brasil:* das origens à construção.Rio de Janeiro: EdUFRJ/Comped/Mec/Inep.

Freire, L. (2010). *Próximo ao saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão-RJ*. Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade Federal Fluminense. 315pp.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: Martins Fontes.

Margalit, A. (1999).*La societé décente*. Paris: Éditions Climats.

Mello, M.; Simões, S.; Freire, L. (2010). Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. Kant de Lima, Roberto; Eilbaum, L.; Pires, L. (orgs). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, vol. 2, 51-86.

Mello Jr., D. (1985). Um campus universitário para a cidade. Do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade-mater brasileira. *Arquitetura Revista,* FAU/UFRJ, vol.2, 1º semestre.

Oliveira, A. J. B. (2005). *Das Ilhas à Cidade: a universidade visível****.*** *A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)*. Dissertação de Mestrado em História Comparada - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 139pp.

Taylor, C. (2000). A política do reconhecimento. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 241-274.

Turner, V. (2008). *Dramas, campos e metáforas:* ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF.

Turner, V. (1996). *Schism and Continuity in an African Society:* a study of Ndembu village life. Oxford e Washington D.C: BERG.

Valente, V. (2007). A Vila Residencial da UFRJ: visões de uma trama social. In: Oliveira, A. J. B. (org). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 277-294.

1. Doutorado em Sociologia. Investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA) e membro do Observatório Permanente da Juventude (OPJ). josemenator@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Sociólogo, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Portalegre e Investigador Integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). alxmiguelc@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Antropóloga e Doutoranda do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). ana.cotovio@netvisao.pt. [↑](#footnote-ref-3)
4. Lourenço, E. (2011). Da saudade como melancolia feliz. In E. Lourenço, Portugal como destino, seguido de *mitologia e saudade.* Lisboa, Portugal: Gradiva. [↑](#footnote-ref-4)
5. Por emigrante qualificado entende-se qualquer indivíduo com educação de nível “terciário”. [↑](#footnote-ref-5)
6. À data em que a autora acabou de escrever o texto citado muita da produção relevante destes autores, como *A Mensagem,* de Fernando Pessoa, ainda não tinham sido editados ou sequer elaborados. No entanto ao ter conhecimento da revista *A Águia,* não deixa de se lhe referir com interesse. [↑](#footnote-ref-6)
7. Segundo este autor, “a mentalidade complexa que resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, contraditórios, dá lugar a um estado de alma *sui generis* que o Português denomina “saudade. Esta saudade é um estranho sentimento de ansiedade que parece resultar de três tipos mentais distintos.” Estes tipos são os seguintes: o lírico sonhador (céltico); o fáustico (germânico) e o fatalístico (oriental). Embora tenhamos sistematizado este contributo tipológico de J. Dias e, em nossa opinião, ele possua algum valor heurístico, não o exporemos neste texto por razões de espaço e na medida em que não o utilizamos para analisar os dados exploratórios que apresentaremos mais à frente. [↑](#footnote-ref-7)
8. In: Dias, J. (1990). *Estudos de Antropologia. Volume I* [↑](#footnote-ref-8)
9. De acordo com os dados do Inquérito aos Movimentos de Migratórios de Saída entre a década de 1990-2000 saíram de Portugal cerca de 11.000 emigrantes permanentes por ano e os temporários foram cerca do dobro. [↑](#footnote-ref-9)
10. |  |  |  |  |  |
    | --- | --- | --- | --- | --- |
    | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
    | 66.236 | 80.635 | 100.616 | 127.199 | 140.870 |

    [↑](#footnote-ref-10)
11. |  |  |  |  |  |
    | --- | --- | --- | --- | --- |
    | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
    | 73.000 | 91.000 | 85.000 | 89.000 | 95.000 |

    [↑](#footnote-ref-11)
12. |  |  |  |  |  |
    | --- | --- | --- | --- | --- |
    | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
    | 180.763 | 187.017 | 182.324 | 196.168 | 205.255 |

    [↑](#footnote-ref-12)
13. |  |  |  |  |
    | --- | --- | --- | --- |
    | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
    | 17276 | 24330 | 21495 | 42203 |

    [↑](#footnote-ref-13)
14. Instituto Nacional de Estatística, *Estudos Demográficos*, *Anuário Estatístico* Destaque, Informação à Comunicação Social, 11 de junho de 2004. [↑](#footnote-ref-14)
15. Os dados disponíveis apontam para um volume de saída de cerca de 70 000 portugueses a partir de 2005. Porém, não possibilitam a destrinça entre emigrante temporário e emigrante permanente. No entanto o aumento das saídas não deixa de ser relevante. [↑](#footnote-ref-15)
16. i) “Portugal Espanha O novo Retrato da Emigração” in: Jornal Público, 6 de março de 2010; ii) “Novas Oportunidades lá Fora. À procura de novas experiências, de maior sucesso profissional e de contactos com outras culturas, jovens licenciados saem cada vez mais de Portugal” in: *Jornal Sol*, 19 de março de 2010; iii) “Jovens Emigrantes de Elite” in: *Jornal Metro*, 9 de abril de 2010; iv) Capital humano: governo aconselhado a criar condições para travar fuga de cérebros”, in: *Jornal Económico*, 8 de junho de 2010; v) “A grande debandada” in: revista *Visão*, 10 de junho de 2010; vi) “Estagnação faz emigração disparar para valores históricos, in *Jornal de Negócios* 14 de junho de 2010; vii) “Quem são estes novos emigrantes de luxo”, in: *Diário Económico*, 8 de fevereiro de 2011; viii) “Número de portugueses a emigrar disparou 41% no anos passado, in: *Jornal online*, 8 junho 2011;

    ix) “7% da população forçada a sair do país” in: *Jornal Sol*, 19 de Junho de 2011; x) “Governo incentiva jovens desempregados a emigrar”, in: *Diário Económic*o, 31 de outubro 2011; xi) “Luso-descendentes no estrangeiro facturam mais de 4,5 mil milhões”, in: *Diário Económico*, 15 de novembro de 2011; xii) “Os melhores sítios para emigrar. As possibilidades de trabalho que pode encontrar em diversos países. Histórias de quem partiu recentemente e teve sucesso”, in: revista *Focus* semanal 16 a 22 novembro de 2011; xiii) “Relvas: emigração de jovens qualificados pode ser algo “extremamente positivo”, in: *Negócios online*, 17 de Novembro de 2011; xiv) “Eles não conhecem a palavra crise”, in: Correio da Manhã, 20 de novembro de 2011. [↑](#footnote-ref-16)
17. Na verdade, desde a data em que foi produzido este texto, a problemática da emigração – sobretudo qualificada, mas não exclusivamente - ganhou foros de cidade e não só houve uma “explosão” de artigos sobre esta temática na imprensa, como houve um incremento extraordinário da própria produção científica na área. [↑](#footnote-ref-17)
18. Vincent-Lancrin, S. (2008). Student mobility, internationalization and skilled migration. In *World Migration Report* (pp. 105-126). Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2008-managing-labour-mobility-evolving-global-economy>. [↑](#footnote-ref-18)
19. The World Bank. (2000). Emigration rate of tertiary educated population, percentage of total tertiary educated population. Disponível em www.worldbank.org/prospects/migrationandremittances. [↑](#footnote-ref-19)
20. Ratha, D.; & Xu, Z. (2000). Migration and Remittances Factbook. World Bank. [↑](#footnote-ref-20)
21. De acordo com J. Peixoto, apesar da atualidade do tema da emigração qualificada, a bibliografia que lhe é dedicada não é numerosa, pois “o estudo das deslocações dos segmentos de “topo” raramente constituiu um objecto privilegiado nas teorias migratórias”, a justificação para a escassez de estudos sobre este segmento populacional “é de ordem quantitativa: os migrantes de “topo” são […] minoritários à escala global.” (Peixoto, 1999, p. 4). [↑](#footnote-ref-21)
22. Referimo-nos, nomeadamente, ao “Fórum dos Portugueses em Madrid”, associação com a qual ainda não encetámos contacto, embora disponhamos de telefone, morada e e-mail, não possui site que nos possibilite obter informação ou documentação online. [↑](#footnote-ref-22)
23. Mensagem de “boas vindas” na entrada do site com acesso exclusivo de membros. Encontra-se escrito em língua inglesa e a tradução é nossa. [↑](#footnote-ref-23)
24. Survey do talento português expatriado – realizado pela Jason Associates – Expert Talent advisory – 17 de Dezembro de 2007 – [www.startracking.org](http://www.startracking.org). [↑](#footnote-ref-24)
25. Para uma sociologia do “estrangeiro”, é inevitável ter em conta os contributos (que não pudemos analisar aqui) dos ensaios com o mesmo nome, produzidos, por Georg Simmel e por Alfred Schutz. [↑](#footnote-ref-25)
26. Sociólogo, Membro Integrado do CICS.NOVA e colaborador do PPGSP da Uenf e do OPJ do ICS da UL josemenator@gmail.com [↑](#footnote-ref-26)
27. Doutora em Sociologia. Investigadora integrada no CICS.NOVA. Investigadora Bolseira de Pós-Doutoramento UFSJ/CAPES. monicafreitas.cno.gnr@gmail.com [↑](#footnote-ref-27)
28. O texto que se apresenta nesta colectânea transcreve a comunicação apresentada nos III Encontros de Portalegre realizados na Escola Superior de Educação de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre. Este ensaio equaciona novos problemas a que o autor pretende desenvolver posteriormente e que se prendem com um questionamento e uma reflexão aprofundadas sobre as vulnerabilidades que os atores modernos dão mostras em diferentes ocorrências e contextos, dentro e fora das instituições. [↑](#footnote-ref-28)
29. Sociólogo, Membro Integrado do CICS.NOVA e colaborador do PPGSP da Uenf e do OPJ do ICS da UL. josemenator@gmail.com [↑](#footnote-ref-29)
30. Entre os autores destacados por Wagner temos: do lado do pólo das narrativas que assinalam o lugar proeminente dos efeitos disciplinares na modernidade encontramos, por exemplo, Karl Marx (através do conceito de alienação, entre outros), Max Weber (através do conceito de racionalidade burocrática, entre outros); da sociologia crítica de Frankfurt aparecem Adorno, Horkheimer, Marcuse; mas também é possível incluir nesta lista as reflexões realizadas por Foucault; do lado do pólo das narrativas que assinalam o lugar principal dos efeitos libertadores, emancipadores e de auto-realização na modernidade encontramos, Dumont, Patterson. É também justo dizer, na esteira da interpretação realizada por Wagner, que as obras de Marx e de Weber apresentam olhares que se podem encaixar num e no outro dos dois pólos aqui referenciados (Wagner, 1996, p. 26-30). [↑](#footnote-ref-30)
31. Entende-se por «investimentos de forma» todo o trabalho cognitivo realizado por um conjunto de actores técnicos e politicamente informados que trabalham nas instituições públicas, organizações e associações não públicas, neste caso em instituições e associações ligadas à esfera da saúde. Um dos principais investimentos cognitivos realizados pelo Estado moderno e pelas suas instituições é justamente o da qualificação dos seres através da atribuição de grandezas que os caracterizam, num dado momento das suas trajectórias. Essa qualificação pode traduzir-se num sentido capacitante, ou num sentido vulnerável. Nesse trabalho de qualificação os técnicos utilizam utensílios materiais e dispositivos institucionais (Genard e Cantelli, 2008), e através da sua utilização estes objectos fazem prova da sua capacidade cognitiva e da sua interferência como mediadores nos regimes de envolvimento da acção, quer no domínio público, quer no domínio não público (Thévenot, 2006). Toda a maquinaria jurisdicional (Abbott, 1988) pode ser considerada como um dos objectos a ter em conta. Outros são as grelhas taxionómicas construídas e que têm na base todo um conjunto de saberes e saberes-fazer usados por quem os constrói, não obstante tais conhecimentos não serem capazes de anular ambiguidades e ambivalências que são, por vezes, transportadas nestes processos de classificação e de categorização (Desrosières e Thévenot, 1988; Resende, 2003, 2010), quer pelos seus produtores, quer pelos seus receptores (Resende, 2003). [↑](#footnote-ref-31)
32. Os dirigentes e técnicos que trabalham nestas associações utilizam os objectos com capacidade cognitiva que servem de base aos «investimentos de forma» produzidos pelas instituições públicas, quer em termos de tradução dos seus sentidos e significados, quer em termos críticos, chamando a atenção para algumas ambiguidades, ambivalências e imprecisões que eles transportam e que interferem nas formas investidas que estão subjacentes às categorias classificatórias criadas pelo Estado. Ora através desse trabalho crítico os dirigentes, técnicos e associados podem contrapor ao Estado outras formas categoriais reinvestidas e que são apoiadas pelas capacidades cognitivas de outros objectos por estes mobilizados (por exemplo, pareceres solicitados a investigadores, técnicos e consultores jurídicos que não estão ligados ao Estado). [↑](#footnote-ref-32)
33. Sobre os efeitos na vida dos sujeitos das relações entre a temporalidade e a irreversibilidade cf a obra de Vladimir Jankélévitch *L’irréversible et la nostalgie*, Paris, Flammarion, 1974. [↑](#footnote-ref-33)
34. As questões relativas à (in) visibilidade social dos sujeitos e dos seus corpos tangíveis não têm sido entre nós objecto frequente de discussão e de análise. Contudo, toda a problemática sobre o reconhecimento social dos seres humanos mais vulneráveis passa por esta dimensão. Para além das reflexões produzidas por Axel Honneth (2005, 2011) sobre o conceito de reconhecimento, a sua associação com o espectro da (in) visibilidade em diferentes domínios pode ser observada, por exemplo, em trabalhos publicados na revista Réseaux, volume 23 nº 129/130 de 2005. [↑](#footnote-ref-34)
35. Relativamente aos efeitos produzidos nos corpos por marcas explicitadas socialmente por distintos «investimentos de forma», quer os agenciados, quer os não agenciados, e as suas traduções no binómio visibilidade ou invisibilidade dos públicos sugere-se a leitura do texto da autoria de Wayne Brekhus, «Une Sociologie de l’invisibilité: réorienter notre regard», *Réseaux*, nº 129-130, 2005. A sua versão original encontra-se na revista *Sociological Theroy*, 16/1, 1998. [↑](#footnote-ref-35)
36. O GAT é um grupo português de activistas sobre o tratamento do VIH/sida Pedro Santos. Este colectivo é fundado em 2001 e, desde o seu início, funda a adesão dos seus associados em termos individuais, mas suscita também a cooperação entre pessoas de diferentes comunidades e de organizações, afectadas pelo VIH. É uma organização não-governamental e está registada como Instituição Particular de Solidariedade Social. A sua principal missão é defender o acesso universal à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados de saúde na área do VIH/sida, como a solução mais viável e segura para o controlo efectivo desta pandemia. Para concretizar a referida missão as agências oficiais nacionais e estrangeiras ligadas ao VIH têm de contar com a participação das comunidades mais vulneráveis e das pessoas infectadas, e ao mesmo tempo disponibilizar todo o conhecimento existente sobre o assunto e em todos os seus domínios – epidemiologia, saúde pública, meios de diagnóstico e tratamentos -, sem esquecer a definição de lideranças e de políticas destinadas a combater a discriminação e a humilhação ligadas às diversas áreas habitualmente conectadas com a emergência de pessoas infectadas e afectadas com a doença. Por outro lado, a sua estrutura directiva e os seus membros lutam em prol dos direitos humanos e individuais que visem a dignificação destes seres vulneráveis. Para mais informações consultar a ligação http://www.gatportugal.org. onde se encontram disponíveis referências úteis sobre as suas actividades e iniciativas. [↑](#footnote-ref-36)
37. Este artigo representa uma versão menos sistemática, preliminar e ainda incompleta de um outro, dos mesmos autores, com o título “O reconhecimento da vontade do outro por via da singularidade: subsídios para uma análise de quotidianos profissionais em cuidados paliativos”, aprovado para publicação na Revista Terceiro Milênio, da Universidade Estadual do Norte Fluminense. [↑](#footnote-ref-37)
38. Sociólogo, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Portalegre e Investigador Integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). [alxmiguelc@gmail.com](mailto:alxmiguelc@gmail.com) [↑](#footnote-ref-38)
39. Socióloga, Membro Integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da FCSH. catdelaunay@gmail.com

    [↑](#footnote-ref-39)
40. A relevância desta «socialização primária» é reconhecida já por R. D. Laing e Erik Erikson, autores cuja obra está estreitamente ligada à construção de conceitos como o de «(in)segurança ontológica» (noção avançada por Laing) que, como se sabe, é conceito axial do trabalho de sociólogos como Anthony Giddens. Sobre este assunto, Cfr. Tucker (1998). [↑](#footnote-ref-40)
41. Deixamos neste texto por resolver a questão da relação entre reconhecimento e indexicalidade ou deicticidade em diferentes regimes de envolvimento, que o trabalho de Thévenot nos sugere. Com efeito, parece intuitivamente ajustado dizer-se que pode haver uma assimetria nos graus de indexicalidade do reconhecimento da pessoa e das suas capacidades entre diferentes regimes de envolvimento, no sentido em que os seres e objectos no quadro, *v.g.*, de um regime *público* são apreendidos numa modalidade *generalizadora* do juízo. [↑](#footnote-ref-41)
42. Tal como definida no seu livro *Luta pelo reconhecimento*. Mais recentemente, Honneth introduz uma análise, apoiada em Lukács, Heidegger e Dewey, que conceptualiza um modo existencial de relação com o mundo não circunscrito à relação entre humanos. Não a discutimos aqui, nomeadamente nas suas relações com um regime de envolvimento familiar, por evidentes razões de economia de espaço. Digamos apenas que o trabalho de Honneth não permite, tanto quanto nos é dado ver, a análise propriamente sociológica das condições e incidências pragmáticas da ação. [↑](#footnote-ref-42)
43. A conspiração do silêncio assenta no pedido da família para ocultar informação do doente, normalmente relacionada com o diagnóstico, prognóstico ou situações como seja a recorrência da doença ou a falência do tratamento, a presença irreversível de efeitos secundárias e ainda a abordagem de questões associadas ao fim de vida. A solicitação resulta da tentativa de proteger o doente – sobretudo quando este é visto como um ser vulnerável física e emocionalmente – para que este não sofra desnecessariamente, por se pensar que este não consegue suportar a verdade, mas na maioria dos casos funda-se na incapacidade dos próprios familiares em reconhecerem a situação e em lidarem com a dor, o sofrimento e a angústia associados ao processo da doença e proximidade da morte, refugiando-se numa espécie de «faz de conta», para evitar falar do assunto (situação difícil e percecionada como destrutiva). [↑](#footnote-ref-43)
44. Socióloga, Membro Integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da FCSH. catdelaunay@gmail.com [↑](#footnote-ref-44)
45. Podemos definir sinteticamente «Procriação Medicamente Assistida» como o conjunto de métodos e técnicas reprodutivas com o propósito ou finalidade de obter uma gestação sem recorrer ao ato sexual (Vide Art.º 1, secção 104, nº2 *Uniform Parentage Act*, 2000). [↑](#footnote-ref-45)
46. Após a atualização dos preços dos atos médicos contemplados em cada tratamento de Procriação Medicamente Assistida (Portaria n.º 273/2012, de 5 de setembro), que beneficiam de um regime de financiamento por preço compreensivo, i.e., para além da consulta, a tabela passou a ser a seguinte:

    - consulta de apoio à fertilidade (estudo inicial) - 92 Euros (ponderação 15,7);

    - indução da ovulação (IO) - 138 Euros (ponderação 23,6);

    - inseminação intrauterina (IIU) - 349 Euros (ponderação 59,7);

    - fertilização in vitro (FIV) - 2.185 Euros (ponderação 373,5);

    - injeção intracitoplasmática de espermatozoides (ICSI) - 2.404 Euros (ponderação 410,9);

    - ICSI (com recolha cirúrgica) - 3.059 Euros (ponderação 522,9). [↑](#footnote-ref-46)
47. Os casais de *gays* não participaram deste movimento reivindicativo por direitos parentais, uma vez que a legislação portuguesa proíbe a maternidade de substituição, em termos pagos ou benevolentes, mas não a inseminação artificial com dador anónimo. [↑](#footnote-ref-47)
48. Na Assembleia da República, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda admitiram alterações à lei, mas em sentidos diferentes. A própria lei resultou de uma fusão entre um projeto do Bloco de Esquerda e outro do Partido Socialista, embora na versão atual tenha vingado a definição do PS. [↑](#footnote-ref-48)
49. No entanto, a avaliação preliminar do parecer da CNECV foi reprovada e, atualmente, os indivíduos portadores do vírus VIH / Sida já são abrangidos enquanto potenciais beneficiários das técnicas reprodutivas. O Centro de Genética da Reprodução Professor Alberto de Barros, no Porto, foi dos primeiros a realizar técnicas de Procriação Medicamente Assistida com recurso a lavagem de esperma, mas desde 2010 que a Maternidade Alfredo da Costa também oferece um serviço para casais infetados com VIH / Sida. Essa estrutura recebe casais oriundos de todos o País e possui laboratórios e espaços específicos destinados a reduzir o risco de transmissão do vírus entre o casal e a descendência. [↑](#footnote-ref-49)
50. Sociólogo, Membro Integrado do CICS.NOVA e colaborador do PPGSP da Uenf e do OPJ do ICS da UL. josemenator@gmail.com [↑](#footnote-ref-50)
51. Investigador integrado do CICS.NOVA. Doutor em Sociologia pela UNL, e professor do ensino secundário. caepedro@gmail.com [↑](#footnote-ref-51)
52. Referência à agressão de uma aluna do 9º ano a uma professora de Francês na Escola Secundária Carolina Michaelis, no Porto. O incidente foi filmado por um outro aluno e reproduzido no Youtube. Todas as televisões difundiram o vídeo em manchetes informativas durante largos dias, gerando indignação e, inclusivamente, intensos debates públicos sobre a indisciplina nas escolas. [↑](#footnote-ref-52)
53. Trata-se de uma escola, ao abrigo de uma política de educação inclusiva, de referência para acolhimento e ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência visual: pessoas cegas e amblíopes. [↑](#footnote-ref-53)
54. Doutorada em Sociologia. Investigadora no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, e coordenadora desde 2010, do Observatório Permanente da Juventude (OPJ), no ICS. mmfonseca@ics.ulisboa.pt [↑](#footnote-ref-54)
55. Projeto nº PTCD/CED/67590/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, coordenado pela autora e que decorreu entre fevereiro de 2008 e dezembro de 2010. A equipa de projeto foi constituída por Alexandra Raimundo, Ana Bela Andrade, Ana Maria Ribeiro, Benedita Portugal e Melo, Bruno Dionísio, Cristina Ponte, José Manuel Resende, Lia Páppamikail e Pedro Caetano, e contou ainda com a bolseira de investigação Alexandra Duarte. [↑](#footnote-ref-55)
56. No âmbito deste projeto procedeu-se à *análise documental* em múltiplos suportes (legislação sobre percursos escolares disponíveis no ensino secundário; legislação sobre os serviços de psicologia e orientação nas escolas; análise de conteúdo de peças jornalísticas sobre jovens e escolhas vocacionais em 4 revistas/magazines dirigidos ao grande público), à *observação não participante* (em reuniões de Conselhos de Turma de uma escola secundária no final do 2º e 3º períodos letivos), ao lançamento de um *inquérito por questionário* (a 1793 alunos dos 10º e 12º anos de 6 escolas secundárias públicas do país inseridas em contextos sociais e geográficos contrastantes), bem como à realização de *entrevistas* individuais aprofundadas (a 24 alunos, 8 pais, 6 professores, 4 orientadores escolares). [↑](#footnote-ref-56)
57. Na sequência das propostas de Ulrich Beck (1992), o conceito de “individuação” designa o processo de construção de uma singularidade biográfica. [↑](#footnote-ref-57)
58. A maioria das entrevistas individuais que realizei a alunos foi coadjuvada por mais um membro da equipa de investigação. [↑](#footnote-ref-58)
59. As 24 entrevistas individuais realizadas a alunos no âmbito deste projeto foram integralmente realizadas nas três escolas secundárias públicas selecionadas (duas na cidade de Lisboa, inseridas em contextos sociais contrastantes; uma situada numa pequena cidade de um concelho marcadamente rural do sul do país). Os “professores de contacto” locais procederam ao recrutamento dos jovens a entrevistar (8 em cada escola) com base num conjunto de critérios previamente definidos pela equipa de investigação e, na data acordada, disponibilizaram um local (sala de aula, nuns casos; sala de reuniões do diretor de turma com os encarregados de educação, noutros) para a realização das entrevistas individuais, local esse devidamente preservado, em termos de garantia de anonimato dos envolvidos, e liberto para o efeito. [↑](#footnote-ref-59)
60. O Observatório Permanente de Escolas (OPE, acessível em www.ope.ics.ul.pt) foi criado em setembro de 2003 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a missão de produzir “serviços à comunidade”. A partir de 2004 foram estabelecidas parcerias com várias escolas secundárias públicas do país visando, com a ação do OPE, induzir nos jovens o gosto pela investigação e pela cultura científicas; proporcionar a jovens do ensino secundário de escolas públicas experiências de investigação no domínio científico das ciências sociais; sensibilizaras comunidades educativas abrangidas por essas escolas para as Ciências Sociais; colaborar ativamente em processos de investigação de iniciativa escolar e produzir conhecimento científico sobre fenómenos educativos emergentes, sustentado nas potencialidades abertas pela estreita colaboração com as escolas e seus protagonistas (Almeida & Vieira, 2006). Posteriormente, em 2010, este Observatório aliou-se ao Observatório Permanente de Juventude (www.opj.ics.ul.pt), também sediado no mesmo Instituto. [↑](#footnote-ref-60)
61. A carta dirigida aos pais continha referências explícitas ao contexto institucional de ensino superior em que o estudo se inscrevia e ao carácter de estudo científico assumido, explicitado pela coordenadora do projeto (cf. anexo). Para facilitar o retorno das respostas, o envelope entregue incluía como conteúdo não apenas a carta de solicitação, como também um envelope previamente preenchido com a morada institucional da investigadora e devidamente selado. [↑](#footnote-ref-61)
62. Com o precioso auxílio da professora de contacto de uma das escolas, foi entregue em mãos aos (poucos) encarregados de educação presentes na última reunião desse ano agendada com o diretor de turma respetivo (turmas do 10º e 12º anos) uma carta idêntica àquela entregue aos alunos entrevistados. [↑](#footnote-ref-62)
63. Da análise das fichas biográficas, preenchidas pelos alunos entrevistados, que acompanharam a recolha de informação por via da entrevista ressaltava o facto de apenas 42% dos respetivos pais e 46% das respetivas mães possuírem um grau de ensino igual ou superior ao dos filhos. Por outras palavras, a maioria dos jovens inquiridos tinha já ultrapassado o nível de estudos dos seus pais. [↑](#footnote-ref-63)
64. Mestre em Sociologia. Membro do CIES-IUL. vera.henriques@iscte.pt [↑](#footnote-ref-64)
65. A intensificação do prolongamento da vida escolar inerente à escolaridade obrigatória, provoca, também, um aumento da procura de escolarização a montante e a jusante das fronteiras tradicionais do sistema: educação pré-escolar, ensino profissional, formação contínua, etc., ao que Correia e Matos designam de “ideologia escolocêntrica” (Correia & Matos, 2001; citado em Vieira, 2003, p. 82). [↑](#footnote-ref-65)
66. “Esta parte do jogo, de incerteza, é o que dá fundamento à pluralidade das visões do mundo, ela própria ligada à pluralidade dos pontos de vista, como o dá a todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão do mundo legítima (...)” (Bourdieu, 1989, p. 140). A esta capacidade legítima de imposição Bourdieu designa de “violência simbólica”. [↑](#footnote-ref-66)
67. “Estas [famílias populares] têm manifestado interesse em acompanhar a escolarização dos filhos, mas este interesse não se traduz em grandes resultados práticos – referem dificuldades em acompanhar as matérias escolares, dificuldades em acompanhar os assuntos tratados nas reuniões e, sobretudo, transparece um sentimento de impotência revelador da fraca confiança que têm nas suas próprias capacidades para ajudar os seus filhos (…)” (Seabra, 1999, p. 33). [↑](#footnote-ref-67)
68. “The data used to address these issues are drawn from the 2000/01 General Household Survey (GHS) Social Capital Module, conducted by the Office for National Statistics (ONS) as part of a wider review of social capital measures in the UK (…)” (Fahmy, 2006, p. 106). [↑](#footnote-ref-68)
69. Doutor em Antropologia, professor da Universidade Federal Fluminense, pesquisador associado do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de conflitos da Universidade Federal Fluminense. reismota@gmail.com [↑](#footnote-ref-69)
70. Importante notar como as discussões desenvolvidas por Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico e suas implicações sobre a teoria da dominação encontraram eco nas Ciências Sociais brasileiras, sobretudo a partir de uma leitura institucionalizante do poder e da dominação de Bourdieu (Bourdieu, 1972). [↑](#footnote-ref-70)
71. Seguramente as contribuições de Foucault sobre as dimensões de uma microfísica do poder e da normalização dos corpos, assim como a noção de mercadoria política formulada por Michel Misse, são fontes inspiradoras para a constituição dessa noção. Mas aqui também as formulações de Thévenot e Boltanski sobre as economias da grandeza são fundamentais às reflexões aqui desenvolvidas (Boltanski e Thévenot, 1991). [↑](#footnote-ref-71)
72. Os dados publicados pelo ISP em seus Boletins mensais, desde 2008, apresentam o número de autos de resistência, porém sem o recorte de cor/raça das vítimas. Por esse motivo, realizou-se uma solicitação específica para essa informação. [↑](#footnote-ref-72)
73. Somando-se o percentual de pretos e pardos. [↑](#footnote-ref-73)
74. Usamos aqui a categoria tirocínio, embora no Rio de Janeiro a prática seja conhecida como “tirar” uma pessoa (Kant de Lima, 1997) a qual consideramos equivalente. [↑](#footnote-ref-74)
75. É importante notar como as discussões desenvolvidas por Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico e suas implicações sobre a teoria da dominação encontraram eco nas ciências sociais brasileiras, sobretudo a partir de uma leitura institucionalizante do poder e da dominação de Bourdieu (Bourdieu, 1972). [↑](#footnote-ref-75)
76. Doutora em Antropologia Social, Professora na Universidade Federal Fluminense e pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INEAC) da Universidade Federal Fluminense. ana\_paulamiranda@yahoo.com.br; anapaulamiranda@id.uff.br. [↑](#footnote-ref-76)
77. Discurso realizado no auditório da 5ªDP, no dia do aniversário de 203 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, antes da cerimônia de um ato-intereligioso. [↑](#footnote-ref-77)
78. Para uma discussão do conceito de intolerância ver John Locke [1689], para quem o “problema da intolerância” resultava da confusão entre os domínios civil e religioso, daí a necessidade de sua separação como domínios autônomos. Ver também Miranda (no prelo). [↑](#footnote-ref-78)
79. Para uma análise sobre a Comissão ver Miranda, Mota & Pinto, 2010; Goulart, 2010; Miranda, 2010. [↑](#footnote-ref-79)
80. O JECrim é um órgão do Poder Judiciário brasileiro cuja missão é promover a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais consideradas de menor potencial ofensivo. A pesquisa foi realizada nos seguintes juizados: I JECrim de Botafogo; III JECrim Fórum da Capital; IV JECrim do Leblon; XV JECrim de Cascadura; XVI JECrim da Taquara; XVIII JECrim de Campo Grande. [↑](#footnote-ref-80)
81. Uma delegacia corresponde a uma unidade policial fixa onde são feitos os registros/boletins de ocorrências, a partir do atendimento ao público, referente a crimes, dando início ao inquérito policial para apuração da infração penal. A Polícia Civil é a instituição que desempenha esta função nos estados. [↑](#footnote-ref-81)
82. Os resultados aqui apresentados estão relacionados a três projetos de pesquisa: “Combate à intolerância ou defesa da liberdade religiosa: paradigmas em conflito na construção de uma política pública de enfrentamento ao crime de discriminação étnico-racial-religiosa”, aprovado no Edital Universal / CNPq – 2009, coordenado por Ana Paula Mendes de Miranda; “A crença na igualdade e a produção da desigualdade nos processos de administração institucional dos conflitos no espaço público fluminense: religião, direito e sociedade, em uma perspectiva comparada”, coordenado por Roberto Kant de Lima, aprovado no Edital Humanidades / FAPERJ – 2008; “A atuação dos Juizados Especiais Criminais nos casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro (RJ)”, coordenado por Ana Paula Mendes de Miranda, com financiamento da Secretaria da Reforma do Judiciário e do PNUD - 2010. Participaram da pesquisa os alunos de graduação em Ciências Sociais, Bóris Maia e Silva, Juliana Rodrigues Riscado, Julie Barrozo Goulart (Bolsistas PIBIC-UFF); Roberta Machado Boniolo (Bolsista FAPERJ); Vinícius Cruz Pinto (Bolsista PIBINOVA/UFF); o bacharel e licenciado em Geografia, Bruno Ferraz Bartel (Bolsa Estágio UFF); o mestrando Victor Cesar Torres de Mello Rangel (Bolsista CAPES-CNJ); a doutoranda Roberta de Mello Corrêa (Bolsista CAPES-CNJ). [↑](#footnote-ref-82)
83. A secularização (*saecularizatio)* é um termo utilizado pelo Direito Canônico para designar a passagem de “um religioso clérigo para o clero secular” (Salvador, 1997, p. 680), ou seja, aqueles que passavam a desempenhar atividades voltadas para o público, ligadas às questões políticas e econômicas, e não às questões espirituais (clero regular). Para uma crítica à “teoria da secularização” ver Berger (2000). [↑](#footnote-ref-83)
84. A expressão laicidade foi utilizada no século XIX pelo conselho geral de Seine, na França, em defesa do ensino não confessional, sem instrução religiosa (Blancarte, 2000). [↑](#footnote-ref-84)
85. Para a distinção entre esfera pública e espaço público ver Cardoso de Oliveira (2008). [↑](#footnote-ref-85)
86. Art. 72, § 3º - “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (Seção II – Declaração de Direitos). Vale lembrar que a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, estabelecia em seu artigo 5 (Título 1º) que “a Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo” (grifo meu - www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/Constituicao24.htm, acesso em 22 de setembro de 2010). As “outras religiões” permitidas eram as protestantes (anglicanos ingleses e luteranos suíços e alemães). Isto foi fruto de pressões da Inglaterra para a implantação da liberdade de culto aos estrangeiros residentes no país (Oro & Bem, 2008, p. 302), não sendo aplicada às religiões dos negros (escravos ou libertos). [↑](#footnote-ref-86)
87. Art.157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica (...)

    Art.158. Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

    Anos (...) (Código Penal, cap. III Dos crimes contra a saúde pública). Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049, acesso em 22 de setembro de 2010. [↑](#footnote-ref-87)
88. Como demonstra Yvonne Maggie (1992), os processos são instrumentos bons para pensar a regulamentação da acusação e do aprisionamento dos *feiticeiros* e, como processos inquisitoriais, socializadores de práticas individualizantes e particularizantes, o foco não é a crença, “mas pessoas específicas que *praticam o mal*” (Maggie, 1992, p. 31 – grifo no original). [↑](#footnote-ref-88)
89. Em seu preâmbulo está escrito “Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição” (grifo meu). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/Constituicao34.htm, acesso em 22 de setembro de 2010. [↑](#footnote-ref-89)
90. Não é o escopo deste trabalho o tema do ensino laico, mas vale ressaltar que recentemente vários estados brasileiros voltaram a adotar o ensino religioso confessional obrigatório em escolas públicas (Silva, 2011). [↑](#footnote-ref-90)
91. Nesse momento surgiu no Rio de Janeiro a Inspetoria de Entorpecentes e Mistificação, voltada à repressão ao uso de tóxicos e à prática de sortilégios (Montero, 2006: 54). Na Bahia, uma lei estadual, nº 3.079 de 29/12/1972, obrigava os cultos afro-brasileiros a se registrar na Delegacia de Polícia da circunscrição até 1976 (Silva Jr., 2007, p. 310). [↑](#footnote-ref-91)
92. É importante lembrar que o tema não é novo. Em 2005 o juiz gaúcho Roberto Arriada Lorea requereu a retirada do crucifixo da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de Porto Alegre. Em 2007 foram apresentados por Daniel Sottomaior Pereira, criador da campanha Brasil para Todos, quatro pedidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando a retirada dos crucifixos de tribunais de justiça (Ranquetat, 2009). [↑](#footnote-ref-92)
93. Ressalta-se que o desembargador é de origem judaica e ocupa o mais alto posto em uma casa maçônica no Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-93)
94. O debate sobre o uso de símbolos religiosos voltou à tona no Carnaval de 2011, quando o mesmo tribunal autorizou o uso de símbolos religiosos pelas escolas de samba do Rio de Janeiro, ao declarar inconstitucional a Lei Municipal 4.483/07, que proibia as agremiações carnavalescas sob pena de perder a subvenção paga pela Prefeitura. [↑](#footnote-ref-94)
95. Em França a discussão se iniciou em torno do uso do véu islâmico (*hijab*) por alunas muçulmanas, em escolas públicas. Em 2004, a Comissão Stasi, criada pelo governo francês para tratar do assunto, produziu relatórios que levaram a aprovação de uma legislação proibindo a utilização de signos religiosos ostensivos em repartições públicas. [↑](#footnote-ref-95)
96. O termo ataque está sendo utilizado, pois representa a forma pela qual as investidas públicas de neopentecostais têm sido designadas pelos grupos atingidos (Silva, 2007). [↑](#footnote-ref-96)
97. Recentemente foi divulgado que um conhecido apresentador de televisão, José Luiz Datena, foi condenado, juntamente com a rede de televisão Bandeirantes, a indenizar uma pessoa por discriminação contra ateus. Ver: http://carlos-americo.blogspot.com/2011/11/datena-e-condenado-indenizar-ateu.html, acesso em 01/12/2011, 9:36. [↑](#footnote-ref-97)
98. Um bom exemplo dessa forma de agir foi observado durante a comemoração dos dois anos de atividades da Comissão, quando foi realizada uma missa numa igreja católica, num bairro do subúrbio da cidade, conduzida por um padre negro para celebrar a inclusão de representantes católicos na Comissão. Durante a cerimônia outros representantes de religiões foram chamados ao altar, inicialmente, os de matriz afro-brasileira, que cantaram o Hino da Umbanda. Depois os demais foram convidados, inclusive os muçulmanos, e todos deram as mãos, rezaram e foram convidados a se abraçar e por a mão sobre a cabeça do próximo num movimento de benção, ao que se seguiu a confraternização onde os fiéis se cumprimentam. Como a disposição dos participantes foi aleatória, notei que ao lado do muçulmano estava uma mulher, cujo traje não permitia identificar se era da umbanda ou do candomblé. Era evidente o constrangimento dele em participar de tal rito, já que um muçulmano jamais deveria tocar uma mulher em público, mas ele o fez. Tal solicitação também foi feita ao público presente na igreja. Ao meu lado estava uma integrante do candomblé, que recentemente havia passado por um ritual de confirmação de santo, e ela foi logo me avisando que eu poderia abraçá-la, mas não poderia tocar sua cabeça por conta das restrições previstas pelo ritual passado, que proibiam um estranho de tocá-la na cabeça. [↑](#footnote-ref-98)
99. A ideia era implantar uma delegacia como a que existe em São Paulo. A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, que é a única no país e atua com uma equipe de duas delegadas, dois escrivães e oito investigadores. A delegacia está em funcionamento desde 2006, mas surgiu em 2000, a partir da criação do Grupo de Repressão e Análise da Intolerância (Gradi) na Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo. [↑](#footnote-ref-99)
100. A Praia de Copacabana além de um espaço de lazer é conhecida por ser utilizada nos finais de semana para manifestações políticas. No caso da Caminhada há ainda uma justificativa de caráter simbólico para a escolha desta praia. Durante muitas décadas este foi o local utilizado para a realização de rituais e de oferendas na passagem de ano. A partir da década de 1990 a Prefeitura da Cidade começou a explorar de forma turística a celebração do ano novo e, assim, o local foi sendo progressivamente abandonado como local de culto. [↑](#footnote-ref-100)
101. É uma organização não governamental de direitos humanos que tem, entre seus programas, um voltado ao desenvolvimento de ações de defesa e promoção de direitos violados em razão de preconceito, discriminação e exploração, chamado de *Liberdade e Novas Cidadanias.* A atuação do *projeto legal* é fundada na criminologia crítica, que busca não apenas a punição do autor da agressão, mas também uma perspectiva reguladora da relação conflituosa. Nesse sentido, a ação judicial deveria funcionar como um meio da vítima ser ouvida. Ressalta-se que a postura da ONG muitas vezes entra em conflito com o desejo de integrantes da Comissão e das “vítimas”, que esperam que a punição seja a pena de prisão. [↑](#footnote-ref-101)
102. O Artigo 5o, incisos I e II do Código de Processo Penal descreve quando o inquérito policial é iniciado nos casos de ação penal pública, isto é, quando o titular da ação penal é o Estado, que é o caso do homicídio doloso. [↑](#footnote-ref-102)
103. Na prática, muitas vezes quem confere titulação ao registro de ocorrência é o agente policial e não o Delegado de Polícia Civil (Miranda, Paes & Oliveira, 2007). [↑](#footnote-ref-103)
104. A classificação policial de um registro é provisória uma vez que pode ser alterada no decorrer do processo penal. Assim, o inquérito ao chegar ao Ministério Público poderá ter seu título alterado. Do mesmo modo o juiz pode promulgar a sentença sob outra capitulação, diferente do promotor e da autoridade policial (Miranda & Dirk, 2010). [↑](#footnote-ref-104)
105. Este termo se refere ao documento que é produzido e enviado para o Juizado Especial Criminal. [↑](#footnote-ref-105)
106. Como o enquadramento da lei dos crimes de injúria calúnia, difamação. [↑](#footnote-ref-106)
107. Caó é o apelido do ex-deputado e militante do movimento negro Carlos Alberto de Oliveira, do PDT-RJ, que integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. O jornalista foi autor do inciso 42, do Artigo 5º, que tipificou o racismo como crime inafiançável e imprescritível. O item foi aprovado em separado e contou com mais votos que toda a Constituição. Até então, o racismo era uma contravenção, com constava da Lei Afonso Arinos, de 1951.  [↑](#footnote-ref-107)
108. A Lei Caó foi alterada posteriormente pelas Leis nº 8.081/90 e 9.459/97, que inseriram os crimes de discriminação por etnia, religião ou procedência nacional. [↑](#footnote-ref-108)
109. Refere-se à Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) que corresponde a um tratado internacional entre os países-membros da Organização de Estados Americanos, que foi subscrita durante a *Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos*, de 22 de novembro de 1969, na cidade de San José da Costa Rica, e entrou em vigência a 18 de julho de 1978. Os Estados ao assinarem a Convenção se “*comprometem a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que está sujeita à sua jurisdição, sem qualquer discriminação*”, estabelecendo como meios de proteção dos direitos e liberdades dois órgãos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil ratificou o Pacto em 1992. [↑](#footnote-ref-109)
110. Segundo Vagner Silva (2007), essas religiões não têm uma tradição de organização em torno de representações coletivas, mas sim de dissidências e contraposições. [↑](#footnote-ref-110)
111. Doutorando em Sociologia bolseiro do PROFAD. Investigador do CICS.NOVA da FCSH/UNL. Professor na ESTGL do Instituto Superior Politécnico de Viseu. pedrofrpduarte@gmail.com [↑](#footnote-ref-111)
112. Deve-se a Tomás de Aquino (séc. XIII) a noção filosófica de «bem comum», que nos remete para a relação entre o (s) indivíduo (s) e a comunidade, destacando-se a proteção da sociedade, em termos de manutenção da sua unidade, impedindo a desagregação social, enformado no cumprimento das normas sociais vigentes. Atualmente, esta questão prende-se com o interesse público. [↑](#footnote-ref-112)
113. Em 1987, a *Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (UNCED), apresentou o documento *Our Common Future/Relatório Brundtland*: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

     O relatório apela ao crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, ligando a superação da pobreza nos últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.

     O desenvolvimento sustentável refere-se, assim, à relação entre desenvolvimento económico e ambiente e às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade presente e futura.

     A aplicação do conceito à realidade requer uma série de medidas por parte do poder público, da iniciativa privada e o consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de Ong’s. [↑](#footnote-ref-113)
114. A comunicação ecológica vai incorporando um léxico terminológico atribuído em estudos efetuados sobre os conflitos de distribuição ecológica ou por ONG’s ambientalistas, tais como: Racismo ambiental, Lutas tóxicas, Imperialismo tóxico, Troca ecologicamente desigual, Dívida ecológica, Biopirataria, Internalização de externalidades internacionais, Poluição transfronteiriça, Ambientalismo indígena, Ambientalismo dos pobres.

     Alain Touraine identifica os novos movimentos sociais (exemplos: *Contra a sida*, *Sem-abrigo*, *Sem-trabalho*, *Sem-papéis*)como tendo objetivos de ação e mobilização que visam o reconhecimento de direitos culturais, ou seja por referência os “direitos do sujeito, aos direitos das minorias como aos da maioria que confere aos novos movimentos sociais” uma significativa importância, pois “trazem a contestação da ordem dominante, mas mais ainda a libertação das vítimas que eles conseguem, pelo menos em parte, transformar em atores de mudança social”. Em contraposição, o autor designa de movimentos clássicos, as ações coletivas muito associadas à reivindicação e defesa das condições laborais e salariais (1999). Sobre a designação de novos movimentos sociais Daniel Cefaï (2007) refere que aparentemente é difícil de definir os critérios de definição, pois segundo o autor esta categoria vai-se alterando consoante é abordada por Touraine ou Meluci, Habermas (na perspetiva de ação em comunicação), Cohen e Arato (da sociedade civil), Offe ou Eder (das classes médias) ou e ainda por uma conceção neomarxista de regulação de Hirsch. [↑](#footnote-ref-114)
115. A Modernidade pode entender-se “como o equivalente tosco de mundo industrializado”, apresentando este conceito duas dimensões; o industrialismo, visto como o “eixo institucional da modernidade” referente “às relações sociais implicadas no uso generalizado da energia mecânica e das máquinas nos processos de produção” e o capitalismo enquanto “sistema de produção de mercadorias que implica tanto mercados concorrenciais de produtos quanto a mercadorização da força de trabalho” (Giddens, 2001, p. 13). [↑](#footnote-ref-115)
116. Doutorado em Antropologia. Investigador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos INCT-InEAC). edilsonmas@yahoo.com.br. [↑](#footnote-ref-116)
117. Como bem lembra Kant de Lima, não deixa de causar espécie o fato de que numa sociedade como a brasileira, que tem por traz de si um passado de vários séculos de organização social escravocrata, fale-se em ‘aumento’ da violência e que isso esteja tão presente no discurso social vigente. Sem desmerecer a relevância do problema em questão, assume-se como diretriz deste trabalho a ideia de que o mesmo só se impõe publicamente a partir do momento em que é formulado por sujeitos e atores sociais específicos. A partir dessa consideração, espera-se estar sinalizando com suficiente clareza a importância que ora se atribui ao processo de ‘evocação’ dos problemas sociais e, por desdobramento, a centralidade conferida às ‘condições sociais de evocação’ da ‘violência urbana’. [↑](#footnote-ref-117)
118. Toma-se aqui a noção de *sujeição criminal* tal qual desenvolvida por Misse (1999), referindo-se, pois, tanto ao processo de rotulação quanto à internalização de tais rótulos pelos sujeitos cujos cursos de ação são socialmente considerados como problemáticos ou indesejáveis. A perceção dos recém-libertos como ‘classes perigosas’ (que ilustra como a sociedade carioca do início do período republicano se relaciona com suas margens) enseja a ideia de sujeição criminal e a corporifica através da construção da figura do ‘inimigo’, ou seja, de um ‘Outro’ que, conforme assinala Castel (2005), “está situado na periferia do corpo social, nesses grupos que são como estranhos, porque vêm muitas vezes de outros lugares, não parecem partilhar a cultura dominante e não entram nos circuitos comuns das trocas sociais” (p. 56). [↑](#footnote-ref-118)
119. Muito embora se reconheça que a cocaína não represente, a essa altura, uma novidade na cidade, posto que já vem sendo comercializada junto às elites desde a década de 50, há uma espécie de consenso em torno da ideia de que o seu barateamento e massificação seriam os principais responsáveis pelo quadro de “difusão da violência associada à organização das atividades de distribuição de drogas para consumo final” (Machado da Silva, 1995, p. 511). [↑](#footnote-ref-119)
120. A expressão “cidade partida” notabilizou-se como metáfora das divisões físicas e simbólicas existentes no Rio de Janeiro a partir da publicação, na década de 1990, do livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura. Como consta na própria apresentação do livro, “‘cidade partida’ do título deste livro é o Rio de Janeiro, cenário de uma verdadeira guerra - a da sociedade contra os bandidos”. Embora não fosse este o propósito do livro, o seu título passou a ser empregado para fazer referência à clássica divisão sócio-espacial existente entre “o morro” e o “asfalto” que, como vimos no início deste trabalho”, encerrava-se, já em fins do século XIX, na oposição entre *cidade europeia* e *cidade quilombada*. Agradeço à professora Ana Paula Mendes de Miranda pela lembrança quanto à necessidade de esclarecer esse importante ponto, que diz respeito ao esforço, por parte de determinados segmentos, no sentido de afirmar barreiras que pretensamente definiriam os pertencimentos simbólicos e territoriais dos habitantes da cidade, de acordo com os seus respetivos locais de origem. [↑](#footnote-ref-120)
121. Professora da UERJ. Pesquisadora do LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF. [↑](#footnote-ref-121)
122. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surgiu em 1920, através da fusão das faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, chamando-se à época Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1937, passou a ser denominada Universidade do Brasil (UB) e apenas em 1965 recebeu a atual denominação. Sobre a história da instituição, ver Fávero, 2007. [↑](#footnote-ref-122)
123. As áreas cogitadas pelos estudos foram: Manguinhos, Ilha do Governador (Aeronáutica), Boa Esperança, Ilha do Governador (Marinha de Guerra), Fazenda Valqueire, Niterói, Quinta da Boa Vista, Praia Vermelha, Gávea, Vila Valqueire, Castelo e Ilhas do Fundão. [↑](#footnote-ref-123)
124. Ao final, apenas oito ilhas foram interligadas através de aterros (Fundão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Bom Jesus, Sapucaia, Baiacú, Cobras e Catalão), resultando na então chamada Ilha do Fundão. A Ilha do Pinheiro acabou excluída do projeto, sendo ligada ao continente décadas depois, durante obras de urbanização nas favelas da Maré. [↑](#footnote-ref-124)
125. Em sua pesquisa sobre os Ndembu da Zâmbia, Turner designa dramas sociais os episódios de irrupção pública de tensão que se desenvolveriam em quatro etapas (ruptura, crise, ação reparadora e cisão ou reintegração). [↑](#footnote-ref-125)
126. Tipo de crime em que a vítima, geralmente sequestrada em seu próprio veículo, é mantida sob controle dos bandidos por um curto espaço de tempo (geralmente poucas horas), necessário para efetuar saques bancários ou fazer compras com seus cheques ou cartões de crédito. [↑](#footnote-ref-126)
127. Nas universidades públicas brasileiras, Conselho Universitário é um órgão colegiado que representa a instância máxima de poder legislador dentro da instituição. [↑](#footnote-ref-127)
128. De acordo com os jornais, o Rio de Janeiro registrou, nesse único dia, o maior volume de chuva em pelo menos 44 anos, causando estragos, deslizamentos e mortes em vários locais da região metropolitana, atingindo sobretudo as zonas Oeste e Norte da capital e a cidade vizinha de Niterói. [↑](#footnote-ref-128)
129. Analisando casos que chegam aos juizados especiais, o autor chama a atenção que não levar em conta essa dimensão moral dos direitos constituiria uma barreira significativa para a universalização do respeito aos direitos do indivíduo na vida cotidiana. [↑](#footnote-ref-129)